

RAMON CASAS VILARINO

**Os Acordos de Roboré - Brasil, Bolívia e as questões
do petróleo, desenvolvimento e dependência no final
dos anos 1950**

Doutorado em Ciências Sociais

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2006**

RAMON CASAS VILARINO

**Os Acordos de Roboré - Brasil, Bolívia e as questões
do petróleo, desenvolvimento e dependência no final
dos anos 1950**

**Tese apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para a
obtenção do título de Doutor em Ciências
Sociais, sob a orientação do Professor
Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.**

São Paulo

2006

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Um trabalho científico não é feito sem interlocução. Na trajetória desta pesquisa, a principal e decisiva contribuição foi de meu orientador, Professor Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. Da montagem do projeto inicial à revisão deste texto, sua orientação foi marcada pelo rigor intelectual, pela busca do aperfeiçoamento constante, pela confiança e pelo encorajamento. Não foi fácil acompanhá-lo em seu ritmo, mas, ao tentar correspondê-lo em suas expectativas, tornei-me um pesquisador mais crítico e maduro. Se mais e melhor não fiz, foi por minha exclusiva responsabilidade.

Os professores Luís Fernando Ayerbe (Unesp-Araraquara) e Rafael Villa (USP), ao participarem de minha banca de qualificação, ofereceram-me sugestões valiosas, que procurei incorporar. Foram bastante cordiais e suas críticas me possibilitaram refletir melhor sobre alguns pontos de minha tese.

Com os colegas do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) tenho aprendido muito. Os seminários, encontros, debates e a construção de cada número da revista *Lutas Sociais* estimularam o crescimento intelectual de todos, num processo de colaboração e trabalho coletivos.

Agradeço aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, que me proporcionaram espaços, dentro e fora de sala de aula, para debater e aprimorar minhas reflexões e questionamentos. Não encontrei um que não estivesse sempre disposto a auxiliar-me. Alguns, também de outros departamentos, não estão mais na universidade, porém continuam pesando em minha formação. Permaneço grato.

No Brasil e na Bolívia, contei com a compreensão de funcionários que enfrentaram entraves burocráticos para que eu tivesse acesso a arquivos. Sou especialmente grato a Juan Carlo e à Sra. Martha, do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, em La Paz, que me facilitaram

o trabalho com documentos das embaixadas. Isabel e Milton, do Arquivo Histórico do Itamaraty, Luís, do CEDEM-Unesp, e os funcionários das bibliotecas municipais Presidente Kennedy e Mario de Andrade foram muito gentis e receptivos.

Ao Vicente, agradeço os momentos de companhia e trabalho no recolhimento de materiais e livros. Espero que para ele tenha sido tão bom quanto foi para mim e que algum dia eu possa retribuir todo o seu empenho.

Também sou grato à Ana Cristina, que foi muito gentil ao solucionar algumas dúvidas no inglês.

Apesar de tanta contribuição, minhas escolhas e limitações fizeram com que eventuais equívocos permanecessem. Neste caso, não posso compartilhá-los.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a bolsa que possibilitou maior dedicação aos cursos, leituras e análise das fontes. Este apoio tornou esta pesquisa factível.

Por fim, durante meus estudos que resultaram nesta tese, muita coisa aconteceu. A principal foi o nascimento de meus filhos, Letícia e Vinícius. Dedico este trabalho a eles e à minha companheira, Patrícia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço a bolsa que possibilitou maior dedicação aos cursos, leituras e análise das fontes. Este apoio tornou esta pesquisa factível.

Por fim, durante meus estudos que resultaram nesta tese, muita coisa aconteceu. A principal foi o nascimento de meus filhos, Letícia e Vinícius. Dedico este trabalho a eles e à minha companheira, Patrícia.

RESUMO

Em 1958, Brasil e Bolívia assinaram os Acordos de Roboré, visando à exploração de petróleo e gás em território boliviano. Como o governo boliviano exigiu somente a participação de empresas brasileiras, estabeleceu-se uma discussão acerca de quem deveria extrair petróleo no país vizinho: a Petrobrás, que detinha o monopólio no Brasil, empresas privadas brasileiras, proibidas de explorá-lo em território brasileiro, ou estas últimas, associadas ao capital estrangeiro, servindo como ponta-de-lança de transnacionais, sobretudo estadunidenses.

No momento em que o presidente Juscelino Kubitschek lança a OPA (Operação Pan-Americana), burocratas civis e militares, políticos profissionais, clubes e entidades sindicais dividem-se sobre a questão, apontando caminhos possíveis para a política de governo. Por outro lado, na Bolívia, diversas forças sociais estavam atentas às negociações, não faltando quem percebesse o Brasil como portador de uma política imperialista em relação ao país andino.

Os Acordos de Roboré foram atualizações do Tratado de 1938, assinado pelos dois países quando, no Brasil, não havia a Petrobrás, e, na Bolívia, como reação à derrota na Guerra do Chaco, as concessões da Standard Oil Co. foram retiradas e se criou a empresa estatal YPFB. Para o governo da Bolívia, a aproximação com o Brasil era necessária com vistas a evitar que outros vizinhos usurpassem ainda mais a soberania boliviana, cujo território foi diminuindo pela voracidade dos países fronteiriços, numa série de conflitos ocorridos desde o século XIX.

Antes de abordar diretamente as relações entre Brasil e Bolívia, se fez uma incursão pelos antecedentes das políticas expansionista e imperialista na América do Sul, cujo marco pode ser identificado com o que se convencionou chamar de Guerra do Paraguai. Em meio a esta guerra, inclusive, Bolívia e Brasil assinaram seu primeiro tratado de fronteiras, num momento em que a diplomacia brasileira tentava consolidar a hegemonia do país na região.

ABSTRACT

In 1958, Brazil and Bolivia signed the Robore Agreements, with the purpose of exploiting oil and gas in Bolivian territory. As the Bolivian government required the participation of Brazilian companies only, a discussion was brought about on who was to extract the Bolivian oil: Petrobras, which hold the monopoly in Brazil, private Brazilian companies – not allowed to exploit in Brazilian territory - or these last companies associated with foreign capital, acting as spearhead of transnational corporations, especially those in United States.

At the moment president Juscelino Kubitschek creates the OPA (Operation Pan-American), civil bureaucrats and militaries, professional politicians, and the unions disagree on the question, proposing alternative solutions to the government policy. Meanwhile in Bolivia, social forces have the negotiations under their spot, being many those who would notice traits of an imperialist politics in Brazil's relation to the Andean country.

The Robore Agreements were updates of the Treaty of 1938, signed between Brazil and Bolivia at a time when Petrobras still didn't exist in Brazil while in Bolivia, as a consequence of the defeat in Chaco War, the concessions of Standard Oil Co. had been taken away, and the state company YPFB had been created. At that time, an approach with Brazil seemed necessary and desirable to Bolivia as a way to stop other neighbors to encroach the already threatened Bolivian sovereignty, once Bolivian territory had been made smaller as a result of the voracity of border countries, in a succession of conflicts which had been taking place since the XIXth century.

Before tackling the Brazil-Bolivia relations, a study has been conducted on the antecedents of the expansionist and imperialist politics in South America, whose landmark can be identified with the so-called Paraguay War. It's worth mentioning that during Paraguay War Bolivia and Brazil signed their first treaty of borders, at a moment when Brazilian diplomacy tried to consolidate the hegemony of the country in the region.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ADP - Ação Democrática Parlamentar

AHI - Arquivo Histórico do Itamaraty

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDEM - Centro de Documentação e Memória (da Unesp)

CEDPEN - Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional

CDI - Comissão de Desenvolvimento Industrial

CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina

CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América)

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMBEU - Comissão Mista Brasil - Estados Unidos

CNP - Conselho Nacional do Petróleo

COB - Central Obrera Boliviana

CPDOC - Centro de Pesquisa e de Documentação de História Contemporânea do Brasil (da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro)

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CUB - Central Universitária Boliviana

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

ECOPETROL - Empresa Colombiana de Petróleo

EME - Estado-Maior do Exército

ENAP - Empresa Nacional de Petróleos (do Chile)

ENAPE - Empresa Nacional de Petróleo

EUA - Estados Unidos da América

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI - Fundo Monetário Internacional

FPN - Frente Parlamentar Nacionalista

FSB - Falange Socialista Boliviana
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK - Juscelino Kubitschek de Oliveira
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MNR - Movimiento Nacionalista Revolucionário
MRE - Ministério das Relações Exteriores
OEA - Organização dos Estados Americanos
OESP - O Estado de S. Paulo
ONU - Organização das Nações Unidas
OPA - Operação Pan-Americana
OSS - The Office of Strategic Services (Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos da América)
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB - Partido Comunista Brasileiro¹
PCUS - Partido Comunista da União Soviética
PEM - Plano de Estabilização Monetária
PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A.
POR - Partido Obrero Revolucionário
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito
UCRI - Unión Cívica Radical Intransigente

¹ Denominação utilizada a partir de 1961, em substituição a Partido Comunista do Brasil, numa tentativa de obtenção do registro legal do partido, cassado desde 1947 sob a alegação de que a expressão “do Brasil” indicava que o partido não era brasileiro, “mas a Seção do Brasil da Internacional Comunista”. (GORENDER, 2003, p. 37) A sigla, no entanto, continuou a mesma. E a ilegalidade do partido, também.

UDN - União Democrática Nacional

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNE - União Nacional dos Estudantes

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - Agência para o Desenvolvimento Internacional Norte-Americano

YPF - Yacimientos Petrolíferos Fiscales (da Argentina)

YPFB - Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 - Antecedentes das políticas imperialista e expansionista na América do Sul e a formação dos trustes internacionais de petróleo...	21
1.1 - A Guerra do Pacífico	23
1.1.1 - Chile	23
1.1.2 - Peru	28
1.1.3 - Bolívia	32
1.2 - Tratados Brasil-Bolívia: 1867 e 1903	37
1.2.1 – A Guerra do Paraguai e o expansionismo brasileiro	38
1.2.2 - O Primeiro Tratado: 1867	42
1.2.3 - A tomada do Acre	44
1.3 - O petróleo: a formação dos trustes e o cartel	51
1.3.1 - A Standard Oil Co.	61
Capítulo 2 - Os Acordos de Roboré e seu contexto no Brasil : o nacional-desenvolvimentismo	67
2.1 - Os acordos	69
2.2 - Os nacionalismos e o populismo	75
2.3 - As Forças Armadas	88
2.4 - Petrobrás: os antecedentes do monopólio	95
2.5 - O Plano de Metas	104
2.6 - A política externa	110
2.6.1 - A Primeira República	110
2.6.2 - O governo Vargas	111
2.6.3 - O governo Kubitschek e a Operação Pan-Americana	115
2.7 - O nacional-desenvolvimentismo	124
Capítulo 3 - Entre nacionalistas e cosmopolitas: imprensa, historiografia e parlamento em torno dos Acordos de Roboré	133
3.1 - A imprensa: OESP x Semanário	134
3.1.1 - O Estado de S. Paulo	136
3.1.2 - O Semanário	148
3.2 - A historiografia	162
3.2.1 - “Roboré, um torpedo contra a Petrobrás”	162
3.2.2 – A obra do parlamentar	171
3.2.3 – “A Verdade sobre Roboré”, ou a tentativa de se passar por neutro e racional	176
3.2.4 – A “História de uma Conspiração”	187
3.2.5 – Roboré como um estudo de caso da política externa	191
3.3 - O parlamento	197
3.3.1 - A Frente Parlamentar Nacionalista	198
3.3.2 - A Ação Democrática Parlamentar	201
3.3.3 - A CPI sobre os Acordos de Roboré	202

Capítulo 4 - Política imperialista nos trópicos : Os Estados Unidos da América e do Brasil	208
4.1 - A Guerra do Chaco: o papel dos trustes estrangeiros	210
4.2 - Entre a guerra e a revolução: o Tratado de 1938	216
4.3 - A Revolução de 1952: limites e contradições	230
4.4 - Roboré, ou a submissão ao capital estrangeiro	239
Conclusão	265
Cronologia	272
Arquivos	279
Fontes	280
Bibliografia	289
Fontes Primárias	290
Teses e Dissertações	293
Livros, capítulos de livros e artigos	295
Sítios da Internet	313
Anexos	314
Mapa da Bolívia	315
Tratados Internacionais entre Brasil e Bolívia	316
Tratado de 1867	317
Tratado de 1903 (Tratado de Petrópolis).....	328
Tratado de 1928	337
Tratado de 1938	342
Nota Reversal número 3 de 1952	352
Nota Reversal número 1 dos Acordos de Roboré (1958)	356
Nota Reversal número 6 dos Acordos de Roboré (1958)	358
Nota Reversal número 7 dos Acordos de Roboré (1958)	364

INTRODUÇÃO

O tema desta tese são os Acordos de Roboré, assinados entre Brasil e Bolívia em março de 1958. Pouco conhecidos, esses acordos previam a exploração de petróleo em território boliviano por empresas brasileiras. Levam o nome da cidade boliviana onde os representantes dos dois países se encontraram para atualizar o Tratado de 1938, este último que, além da exploração de petróleo, previa também a ligação ferroviária entre Brasil e Bolívia, concluída em 1955.

De uma mera atualização de acordos, Roboré transformou-se em pouco tempo numa questão de enfrentamento ideológico, que opôs, de um lado, setores nacionalistas diversos, e, também, dispersos em partidos políticos, jornais, instituições e órgãos públicos, e, de outro lado, grupos também espalhados em quase todos os mesmos espaços, comumente chamados de cosmopolitas.

O que lançou os Acordos de Roboré às primeiras páginas de jornais e às discussões do dia-a-dia, foi o seu principal item, dentre outros trinta, que previa a exploração de petróleo na Bolívia pelo Brasil. Mas, quem era, afinal, o Brasil? Para os nacionalistas, a resposta era óbvia: a Petrobrás deveria explorar o petróleo, já que o fazia no Brasil e sem concorrência, uma vez que o monopólio havia sido aprovado em 1953. Os cosmopolitas, por seu turno, entendiam que a resposta não era tão clara, e que a exploração deveria se dar por empresas de capital privado. O que poderia se discutir, segundo estes últimos, era se esse capital privado deveria ser genuinamente nacional ou poderia também contar com o capital estrangeiro.

Todos encontraram brechas nos acordos para defenderem suas posições. Estas foram resultado de suas posições políticas e dos interesses aos quais estavam vinculados no Brasil. O que não faltou, então, foi polêmica, uma vez que Roboré permitiu a discussão desses posicionamentos e dos caminhos que o país deveria seguir, e não somente em relação à Bolívia, mas em relação ao seu próprio projeto de desenvolvimento.

Os anos 1950 foram marcados por fortes movimentos nacionalistas pelo mundo, e, no Brasil, pelo nacional-desenvolvimentismo,

que foi a tentativa de desenvolver, em novos termos, um capitalismo dependente e associado aos interesses da potência ocidental hegemônica. Houve certa confusão, que identificou o nacionalismo desses anos com um projeto autônomo e independente de desenvolvimento capitalista, reforçado por uma política externa que, em alguns momentos, deu a entender que o Brasil poderia desempenhar um papel mais decisivo nas questões internacionais, sobretudo na América Latina. Tudo isso, no entanto, se coadunava, como a história mostra, aos interesses hegemônicos dos EUA, que em nenhum momento teve seus interesses afrontados de maneira a romper alguma forma de dominação e dependência. Ao contrário, muito do que se propôs e do que foi feito por aqui, não só não encontrou oposição, mas até apoio, ou, no limite, indiferença por parte do governo norte-americano.

O nacionalismo no Brasil, em suas múltiplas variações, não se opôs em nenhum momento à ordem capitalista. Se em algum momento exorbitou, foi no máximo contra as manifestações do imperialismo, o que mesmo assim não significou um confronto com ele. Sem esta perspectiva, o limite da crítica e da luta foi o nacionalismo, que ainda assim reforçou as estruturas e a organização capitalista. Se houvesse luta anticapitalista, esta seria também antiimperialista, porém, o oposto não é necessariamente verdadeiro.

Em tempos de Guerra Fria, no entanto, qualquer crítica que se fizesse ao capital estrangeiro ou defesa em direção a um desenvolvimento mais autônomo, poderia parecer demasiada simpatia à URSS. Tudo isso influenciou as discussões e o andamento em torno dos Acordos de Roboré, em que um lado, os nacionalistas, chamava o outro de “traidor” e de “entreguista”, e este, por sua vez, alcunhava os nacionalistas de “comunistas”.

A pedra de toque para esses discursos foi a Petrobrás. Levar a empresa estatal para explorar na Bolívia significava fortalecê-la e, assim, reforçar também o papel do Estado brasileiro no desenvolvimento do país, em

detrimento das empresas de capital privado, nacional e estrangeiro. Ainda que isso não fosse de todo verdadeiro, uma vez que o Estado, tanto com Getúlio Vargas como com Juscelino Kubitschek não abriu mão da presença do capital estrangeiro na industrialização e desenvolvimento capitalista no país, tratava-se de uma postura ideológica que os cosmopolitas, grosso modo, aproveitavam para identificar “mais Estado” com “menos capitalismo” e, dessa forma, mais distância em relação aos EUA e mais proximidade com a URSS. Os nacionalistas, ainda que de tendências várias, concordavam que a estatal do petróleo tinha um papel fundamental no desenvolvimento autônomo e na independência do país frente ao capital estrangeiro e contra as investidas dos trustes do petróleo que eram, à época, um dos mais poderosos. Assim, a presença e o fortalecimento da Petrobrás se apresentavam também como uma questão de segurança nacional.

Os burocratas do aparelho de Estado desempenharam um papel importante nos encaminhamentos das negociações e nas discussões posteriores aos acordos. Como o BNDE ficou encarregado de selecionar as empresas que participariam do empreendimento na Bolívia, seus diretores, em especial o presidente Roberto Campos, apresentando-se como “técnicos” que analisavam a questão de maneira “racional”, usaram seus cargos para retirar a Petrobrás e colocar na Bolívia somente empresas brasileiras que estivessem associadas com o capital estrangeiro, principalmente norte-americano.

Os jornais entraram na polêmica, cada qual encampando um posicionamento que, por trás da aparente imparcialidade e busca da “verdade” que a imprensa em geral defende, revelava simpatias ideológicas e compromissos com grupos interessados na exploração. Foram como partidos políticos, às vezes atuando com mais representatividade e legitimidade do que estes últimos.

Este trabalho tem por objetivo, primeiro, apresentar os Acordos de Roboré, esquecidos após quase cinquenta anos, mas que ainda hoje podem ser retomados para entender-se, por exemplo, as recentes tensões

entre Brasil e Bolívia em torno da exploração de gás e petróleo pela Petrobrás em território boliviano. A nacionalização dos hidrocarbonetos no país vizinho trouxe novamente questões que estavam até certo ponto localizadas no final dos anos 1950, como a da nacionalização, da presença do capital estrangeiro, das incursões “imperialistas” ou “subimperialistas” do Brasil na América do Sul e de projetos de desenvolvimento para países da região, que hoje, assim como ontem, pressupõem, grosso modo, associação com os ditames do capital – que muitas vezes é um eufemismo para subserviência, ainda que apresentado como sinônimo de modernidade –, particularmente o estrangeiro, ou, por outro lado, aquilo que algumas nações ousam apresentar ao mundo, que é uma tentativa de desenvolvimento mais autônomo, hoje caracterizada pela negação das políticas neoliberais, e, como ontem, experiências também por muitos denominadas nacionalistas e/ou até populistas.

Uma diferença importante entre os dias de hoje e 1958 é que a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia foi precedida de intensa campanha, envolvendo movimentos sociais e populares, ao passo que, nos anos 1950, Roboré não despertou a mesma verve, ainda que tenha sido muito debatido em vários setores da sociedade, no Brasil e na Bolívia. No caso do Brasil, houve o enterro simbólico de Roberto Campos, talvez o evento que esteve mais próximo de um movimento de massas. Brasil e Bolívia, no entanto, haviam passado naqueles anos por acontecimentos que mobilizaram a população: no Brasil, a Campanha do Petróleo, que desembocou na criação da Petrobrás; na Bolívia, a Revolução de 1952. Outra diferença entre os dois momentos é que em 1958, pelo menos no Brasil, tivemos uma burocracia de Estado agindo decisivamente para os desdobramentos em torno dos Acordos de Roboré, ao passo que, hoje, na Bolívia, por força dos movimentos sociais, a nacionalização veio de fora para dentro das instituições.

Pretende-se também analisar os Acordos de Roboré em sua íntima relação com o nacional-desenvolvimentismo, ajudando a compreender

que o que não foi obtido no plano econômico e político, não o seria tentado no âmbito das relações externas, ou seja, uma postura independente frente aos interesses geopolíticos e econômicos dos EUA. O governo deste, por sinal, tudo acompanhou, tendo sinalizado e interferido para que as empresas norte-americanas não perdessem com os acordos, uma vez que se interessava em continuar explorando a Bolívia e na Bolívia, o mesmo também no Brasil. Essa intervenção ocorreu por meio de suas embaixadas, no Rio de Janeiro e em La Paz, do Departamento de Estado, de seus escritórios de inteligência, como a OSS, e de seus agentes diretos e indiretos, alguns empregados pelo próprio Estado, tanto no Brasil como na Bolívia.

Nesta tese, também, pretende-se analisar os acordos no contexto das políticas imperialista e expansionista (ou subimperialista) na América do Sul, pois, fora do Brasil, houve quem acusou, e dentro, quem defendeu explicitamente esse expansionismo como forma a conquistar de vez a hegemonia na região. O que teria também estimulado essa postura do Estado brasileiro seriam as pretensões da Argentina em também estabelecer-se como país hegemônico, senão em toda a região, pelo menos na área do antigo vice-reinado do Rio da Prata, que envolvia, portanto, também a Bolívia.

Dessa forma, há um contexto mais próximo, que são os anos 1950, com importantes mudanças, como a Revolução de 1952 na Bolívia, e o desenvolvimento forçado e planejado no Brasil, no governo JK. Há de se olhar para o século XIX, no entanto, e acompanhar a evolução da política externa na região, que tem um marco, que é a Guerra do Paraguai, quando Brasil e Bolívia assinaram um primeiro tratado de limites, e, no caso específico da Bolívia, a perda do Acre para o Brasil e do Chaco Boreal para o Paraguai, este último na guerra de 1932-1936.

No primeiro capítulo, tendo em vista as acusações, ontem e hoje, de uma política imperialista por parte do Brasil, retomo os antecedentes dessa e de outra política, a de expansão – que pode ou não estar embutida no imperialismo –, que nos leva até o século XIX e aos primeiros tratados territoriais assinados entre Brasil e seus vizinhos, particularmente a Bolívia.

Três momentos importantes nessas questões foram a guerra travada pelo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai; a Guerra do Pacífico, envolvendo Chile, Peru e Bolívia, e, no século seguinte, antes de Roboré, a tomada do Acre pelo Brasil com o Tratado de Petrópolis, em 1903. Abordo também a formação dos trustes de petróleo e da Standard Oil Co., principal empresa envolvida nas questões em torno de Roboré e, antes, em conflitos como a Guerra do Chaco e na luta contra a Petrobrás.

No segundo capítulo, situo os acordos nos anos 1950 e em relação com o nacional-desenvolvimentismo, mostrando a evolução do debate em torno do monopólio de petróleo no Brasil, o papel das Forças Armadas, as mudanças por que passaram as relações externas no país e a aliança em torno de propostas nacionalistas que deram sustento ao governo de Juscelino Kubitschek.

No terceiro capítulo, trato do debate entre nacionalistas e cosmopolitas em torno dos acordos, cujos locais de discussão foram a imprensa, com destaque para os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Semanário*; o parlamento, principalmente através da atuação da Frente Parlamentar Nacionalista e da Ação Democrática Parlamentar na CPI que tratou da Petrobrás e avançou, por conta de denúncias, para investigar também a atuação do BNDE frente aos Acordos de Roboré; e finalmente a historiografia, cuja produção, ainda que pequena, alimentou a discussão naqueles espaços e também deles se serviu.

No quarto capítulo, o foco está sobre a Bolívia, analisando os discursos produzidos em torno dos acordos nos mesmos espaços citados no capítulo anterior, porém, retomando a origem do Tratado de 1938, assinado logo após a derrota boliviana na Guerra do Chaco. Abordo também a Revolução de 1952, pois foi no contexto dessas transformações dos anos 1950, tanto no Brasil como, aqui no caso, na Bolívia, que os Acordos de Roboré foram assinados e descaracterizaram o Tratado de 1938.

A produção historiográfica sobre o tema deste trabalho é pequena, e podemos afirmar que o pouco que foi produzido, dentro e fora do

Brasil, foi lido e analisado. Na academia, nada, até o presente momento, foi produzido, com exceção do *paper* de Conduru (2001). Mesmo nos trabalhos em torno da problemática do petróleo e da história da Petrobrás, os Acordos de Roboré sequer são citados. Quando a análise passa pelos anos JK, porém, os acordos são mencionados, ainda que não tratados sistematicamente. A rigor, a produção em torno da história boliviana também é pequena, a julgar pelo número de publicações em bibliotecas, até naquelas mais especializadas. Nesse sentido, cremos que esta tese possa engrossar um pouco essa escassa bibliografia e situar melhor parte de nossas discussões contemporâneas.

**Capítulo 1 - Antecedentes das políticas imperialista e
expansionista na América do Sul e a formação dos
trustes internacionais de petróleo**

A ingerência de potências européias sobre a América Latina remonta aos séculos de colonização. Como a atividade econômica se guiasse pelos interesses das metrópoles e aos mercados europeus, os recursos daqui explorados ajudaram na acumulação originária do capital, e, dessa forma, podemos afirmar que a região já estava de certa forma integrada à economia internacional, de forma totalmente subordinada à sua dinâmica. Já no XIX, com os processos de independência, a influência estrangeira na configuração dos novos Estados não teve mediações. No caso do Brasil, a historiografia já registrou a interferência britânica para a consolidação da independência, como, por exemplo, as negociações com Portugal para o efetivo reconhecimento do novo Estado-nação.

Para não sermos repetitivos na análise da formação dos Estados nacionais na América do Sul, tema amplamente abordado na historiografia, fizemos um corte cronológico e temático a partir da Guerra do Paraguai, assim denominada a guerra envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, em meados da década de 1860, e também com a Guerra do Pacífico, no final dos 1870, que opôs Chile à Bolívia e Peru. A segunda metade do século XIX, portanto, é caracterizada por conflitos entre países vizinhos, oriundos de seus expansionismos, onde a política imperialista britânica atuou de maneira decisiva, definindo mesmo o destino das guerras e o grau de dependência dos países beligerantes.

Além disso, são anos de mudança no cenário internacional, onde uma nova potência estava ascendendo, os Estados Unidos da América. É um tempo também de substituição do capital concorrencial pelo monopolista, e de formação dos primeiros trustes, como a Standard Oil Co., que influenciaram as negociações e os rumos tomados por Brasil e Bolívia no tocante aos acordos sobre a exploração do petróleo boliviano.

1.1 - A Guerra do Pacífico

Entre 1879 e 1883, Bolívia, Chile e Peru viram-se envolvidos num conflito que alterou substancialmente o mapa destes países, sobretudo a Bolívia, por que, ao final da guerra, esta última perdeu 120.000 km², incluído aí todo o seu litoral, surgindo assim, na América do Sul, mais um Estado insulado em meio a rivais cobiçosos, a exemplo do Paraguai.

A Guerra do Pacífico opôs, de um lado, Bolívia e Peru, e, de outro, o Chile, país que já os havia atacado antes, por ocasião da formação da Confederação Peruano-Boliviana. Este último conflito foi uma guerra ocorrida entre 1836 e 1839, quando o Chile sentiu-se ameaçado pela união dos dois, o que, na ótica do governo chileno à época, poderia colocar em risco sua soberania. Nessa ocasião, a Argentina seguiu o mesmo caminho, atacando e somando esforços para desmanchar aquele que poderia ser o segundo maior país da América do Sul, atrás de Brasil.

1.1.1 - Chile

O período que vai da independência do Chile (1810) à Guerra do Pacífico, é marcado, no comércio internacional, pela mineração de prata, e em particular do cobre. A idéia de enriquecimento fácil e rápido atraiu desde cedo comerciantes, garimpeiros e especuladores ao norte do país, expandindo-se para o deserto de Atacama, na fronteira ainda indefinida com a Bolívia. (COLLIER, 2004, p. 604) Entre 1830 e 1860, o país assistiu sua economia passar “por um rápido processo de integração ao mercado internacional, aparecendo as primeiras formas de exploração mineira para exportação.” (SADER, 1991, p. 18) Nas décadas de 1860 e 1870, o Chile expandiu seus investimentos na região, explorando, inclusive, minas em territórios boliviano e peruano, que eram os principais para o setor da mineração. Segundo Collier, o Chile já possuía um “capitalismo (...)

marcadamente expansionista, com grandes investimentos nas empresas de nitratos da Bolívia e do Peru (...)" (2004, p. 612)

Esses investimentos, no entanto, estavam associados com o capital estrangeiro, sobretudo o inglês:

O vínculo com a Inglaterra foi fundamental para o Chile. Os investimentos dos britânicos no país estavam limitados, em maior parte, aos títulos do governo – até um montante de cerca de sete milhões de libras, por volta de 1880 – mas a Grã-Bretanha era o destino de um a dois terços de todas as exportações do Chile e a origem de um terço à metade de todas as importações em qualquer ano observado [da independência à Guerra do Pacífico]. (COLLIER, 2004, p. 612)

O expansionismo rumo ao norte, e as relações com a Inglaterra, influenciaram, segundo Collier, o pensamento dos “chilenos instruídos”. Referindo-se ao país como uma “república-modelo”, consideravam seu país superior aos demais países da América espanhola, chegando mesmo a afirmar que “‘A Europa de hoje é o nosso amanhã’”, acreditando que Inglaterra e França conduziram o mundo por uma trilha de progresso. (COLLIER, 2004, p. 613)²

A década de 1870, porém, marcada pela depressão econômica nos países industrializados, refletiu na economia chilena, até então florescente. O aumento da produção da prata e a queda do preço do cobre, além do aparecimento de produtores mais eficientes de trigo, fizeram com que o país perdesse mercados consumidores importantes. Enchentes e estiagens ajudaram a piorar o quadro desses anos, e, no plano internacional, a questão das fronteiras com a Argentina e com a Bolívia deixou o país mais tenso ainda. Em 1878, num acordo assinado com a Argentina, a disputa em torno da fronteira na Patagônia foi resolvida, com o Chile abrindo mão de um bom pedaço de território, inóspito, podendo voltar-se com mais atenção às

² Para um quadro indicativo do que aproximava o Chile dos países europeus, ver Sader (1991, pp. 11 e 19).

pendências de limites territoriais com a Bolívia³. O expansionismo chileno estava voltado ao deserto de Atacama, no litoral boliviano, onde empresários chilenos, em associação com capitais ingleses, exploravam nitrato, vendido como fertilizante para o exterior.

As classes dominantes chilenas ficavam então separadas das atividades mais lucrativas da economia já no momento de sua produção e não a partir da comercialização, como acontece nos outros casos. (SADER, 1991, p. 21)

Esses empresários formaram a Compañia de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta, que “quase chegava a constituir um Estado dentro de um Estado.” (COLLIER, 2004, p. 621) A maior parte da população que vivia nesse território era chilena, atraída por esses investimentos, o que tornou a região um alvo em potencial, disputada por bolivianos e chilenos, estes últimos defendendo os interesses anglo-chilenos, e, ainda, alegando ter maioria de população ali estabelecida.

Em 1874, a fim de resolver a questão da fronteira, o Chile aceitou reconhecer a região como território boliviano, desde que o governo, em troca, isentasse as empresas anglo-chilenas de pagarem impostos sobre a exploração de nitrato durante vinte e cinco anos. Em 1878, porém, o general Mariano Melgarejo, presidente boliviano, tendo as contas do país em bancarrota, decretou a cobrança de dez centavos de imposto por quintal (cem metros cúbicos) de nitrato explorado. Com a recusa da Compañia de Salitres em pagar o imposto, e com a ameaça de confisco pelo governo, o Chile ocupou o litoral com tropas, apostando na revogação do decreto boliviano. Obteve, porém, o oposto, pois o Peru, que tinha um tratado secreto de defesa com a Bolívia, declarou guerra ao Chile, sendo que nenhum dos três países estava preparado para o conflito.

³ Segundo o barão de Araújo Gondim, representante do governo brasileiro na legação de Buenos Aires, Argentina e Chile assinaram o tratado por estarem impossibilitados de ir à guerra para resolver a questão da fronteira na Patagônia. Teriam feito um “Tratado de Modus Vivendi” por dez anos. Cf. Ofício da legação brasileira em Buenos Aires ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, em 18/01/1879. AHI, referência 205/4/7.

Para alguns observadores da época, afirma Collier, a guerra foi uma forma do Chile se apoderar de riquezas minerais do vizinho e escapar à crise dos anos 1870. Para outros, como o secretário de Estado dos EUA, James Blaine, na guerra estava presente a “mão invisível” de nações poderosas interessadas no comércio de nitrato. O Chile teria sido, assim, um instrumento a serviço da Inglaterra.⁴ Collier não acredita nesta última hipótese, apesar de reconhecer a presença inglesa no Chile e no comércio de nitrato. (Op. cit. p. 622) A cobrança do imposto e o confisco dos bens das companhias que exploravam o salitre boliviano foi utilizado como pretexto para o expansionismo chileno, pois, diante da proposta oferecida pelo governo peruano – que tentou intermediar um acordo que evitasse a guerra – revogando estas medidas, o governo do Chile rechaçou de imediato e exigiu a neutralidade dos peruanos. Se a idéia de expansão não fizesse parte dos planos, as autoridades chilenas poderiam ter aceitado a oferta. Em 1880, houve nova tentativa, desta vez para terminar com o conflito. O presidente dos EUA, Rutheford Hayes, instruiu seus diplomatas nos três países beligerantes a fim de evitar uma intervenção européia na região, e o Chile, já assegurado o controle sobre a faixa de terra boliviana, exigiu do Peru os territórios que viria a tomar com o prosseguimento da guerra, e, diante da negativa do governo peruano, marchou em direção à Lima. (GALDAMES, 1995, p. 241)

⁴ Bandeira (2003) afirma que o desenvolvimento da indústria pesada e o avanço da tecnologia militar na segunda metade do século XIX modificaram as formas e os métodos de guerra, ao mesmo tempo em que estimularam uma presença maior dos Estados nas Forças Armadas, uma vez que a aquisição dos equipamentos bélicos exigia cada vez mais recursos. Isto teria convertido o setor militar num campo privilegiado para a acumulação de capital, levando as potências industriais européias, e também os EUA, a criar e ampliar seus mercados para a sua produção. “Esta concorrência, em que as grandes casas bancárias concediam aos estados as linhas de crédito para a aquisição dos armamentos, aproveitou naturalmente os litígios e fomentou as tensões entre os países da América Latina, como também de outros continentes. A Guerra do Pacífico (1879-1883), em que o Chile combateu o Peru e a Bolívia, respondeu igualmente a esses e outros estímulos, envolvendo os interesses, sobretudo da Grã-Bretanha e dos EUA, nas jazidas de salitre de Tacna e Arica.” (p. 51)

A vitória chilena na guerra pesou na autoconfiança do povo, reforçando a idéia de superioridade em relação aos vizinhos. Para Collier, além de ampliar em um terço o seu território, em termos econômicos

A posse dos campos de nitrato significou um enorme aumento da riqueza do país da noite para o dia – e bem a tempo, dada a aparente exaustão das fontes de prosperidade chilena nos meados da década de 1870. À medida que o nitrato tomou o lugar do cobre e da prata, o progresso material ocorrido no meio século anterior à guerra logo começou a parecer modesto em comparação com o desenvolvimento da década de 1880. (...) Para o Chile, a república-modelo da América Latina, as vitórias na paz estariam, talvez, menos asseguradas que as obtidas na guerra. (2004, p. 624)

O expansionismo chileno chegou mesmo a assustar a vizinha Argentina. No final de 1879, antes mesmo da conquista da Bolívia pelo Chile, o governo argentino pensou numa aliança estratégica e preventiva com o Brasil contra uma possível agressão chilena. Aproveitando-se da insegurança do vizinho, o encarregado brasileiro na legação em Buenos Aires, aconselhou o governo brasileiro a negociar os limites com a Argentina, pois este país, para agradar o Brasil e facilitar a aliança, poderia concordar com as demandas brasileiras. Recomendou, no entanto, a neutralidade na guerra e a não aceitação da proposta de aliança argentino-brasileira.⁵ Para a Argentina, a guerra com o Chile era dada como certa quanto mais se aproximava uma vitória chilena sobre Peru e Bolívia. Daí o país ter comprado, para amedrontar, ou inibir o Chile, navios de guerra na Inglaterra. Esta compra, depois, além de impedir uma possível agressão chilena, foi vista com desconfiança pelo governo brasileiro, temendo uma possível investida argentina contra o Brasil.⁶

Como a expansão chilena esteve atrelada ao capital inglês, este não deixou de interferir no governo local para defender seus interesses. Em

⁵ Cf. Ofício da legação brasileira em Buenos Aires, assinada por Moreira de Barros, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro, em 16/12/1879. AHI, referência 207/4/1.

⁶ Cf. Ofício da legação brasileira em Buenos Aires ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, em 15/11/1879 e em 22/08/1880. AHI, referências 205/4/7 e 205/4/8, respectivamente.

1886, com a eleição do liberal José Maria Balmaceda, o Chile teve nacionalizadas as minas de salitre, que estavam sob o controle daquele capital, visando um desenvolvimento mais autônomo com “mecanismos de proteção e fomento à indústria chilena.” Em pouco tempo, porém, teve o governo “de enfrentar a oposição da Inglaterra, dos latifundiários e do Congresso.” (SADER, 1991, p. 22) Diante da resistência de Balmaceda, estourou uma guerra civil que resultou na queda do presidente e na restauração das prerrogativas das empresas mineradoras inglesas. (SADER, 1991, p. 23)

1.1.2 - Peru

Com relação ao Peru, a presença inglesa não foi muito diferente. Desde a independência, em 1821, o país abriu seus portos ao comércio mundial, sobretudo Inglaterra. A demanda inglesa por lã fez do sul do Peru uma região exportadora. (BONILHA, 2004, pp. 542 e 543) Parceiro comercial mais importante do país, a Inglaterra suplantou Estados Unidos e França, outros países presentes nas relações comerciais do Peru, porém, os ingleses, devido ao seu peso e tamanho dos negócios, chegaram a sufocar a produção artesanal, impossibilitada de competir, com atraso tecnológico considerável, com os produtos manufaturados. (BONILHA, 2004, p. 544) Na tentativa de sobreviver em meio a esta concorrência, produtores locais pressionaram o governo a fim de adotar medidas protecionistas, mas as investidas inglesas a favor do livre comércio foram mais eficazes:

[...] Nem as intenções de um governo instável, nem os desejos de produtores locais política e economicamente fracos, podiam gerar qualquer efeito diante da pressão inglesa combinada com as próprias necessidades financeiras do governo. (BONILHA, 2004, p. 549)

As pressões inglesas pelo livre comércio fizeram com que, em pouco tempo, as tarifas alfandegárias fossem recuando, a ponto de satisfazer por completo os desejos dos comerciantes britânicos:

Isso significou uma vitória para os comerciantes britânicos que negociavam com o Peru, cuja influência pode ser vista no fato de que a legislação de 1836 nada mais fez que sancionar as propostas formuladas pela comunidade comercial inglesa. [...] o processo que acelerou a expansão comercial inglesa mediante a importação maciça de produtos têxteis a baixos preços e transformou a receita alfandegária num dos principais suportes dos gastos públicos acabou por destruir totalmente a produção nativa. (BONILHA, 2004, p. 549)

O Peru, como outros países da região, desde a independência contou com empréstimos externos da Inglaterra. Ironicamente, na década de 1820, esses empréstimos foram usados para manter mercenários estrangeiros que participaram da campanha pela independência (BONILHA, 2004, p. 550). Foi trocar uma dependência por outra. Em alguns casos, boa parte dos recursos obtidos nesses empréstimos já ficava na city londrina, como parte do pagamento de atrasados. Em 1824, por exemplo, Simon Bolívar conseguiu um empréstimo no valor de 616 mil libras, tendo chegado efetivamente ao Peru somente 200.385 libras, comprometendo-se o país, no entanto, a saldar o valor total. (BONILHA, 2004, p. 550)

A dependência com relação à Inglaterra explica até a exploração de novos recursos. É o caso do guano. No período colonial, esse produto não apareceu significativamente nas exportações para a Espanha. No entanto, para atender o aumento da produtividade e as necessidades da Inglaterra com o crescimento da industrialização do século XIX, houve a intensificação do uso de fertilizantes no solo, mudança que impulsionou a extração deste produto. (BONILHA, 2004, p. 551) Nos anos 1870, como resultado do endividamento externo com a Inglaterra, toda a renda proporcionada pelo guano foi dedicada ao pagamento da dívida. (PEASE G. Y., 1995, p. 138)

A importância do guano na arrecadação peruana foi aumentando com os anos, até a Guerra do Pacífico, sendo que, entre 1840 e

1880, esse produto representou 60% de toda renda do Estado. Seus recursos geraram um aumento de cinco vezes a renda do Estado, mas, houve em contrapartida aumento considerável das despesas, da ordem de oito vezes (BONILHA, 2004, p. 555). Examiná-las é importante para entender até que ponto esses recursos favoreceram ou não um desenvolvimento autóctone, ou, por outro lado, atenderam interesses estrangeiros:

Mais da metade da renda retirada do guano foi usada para expandir a burocracia civil (29 por cento) e a militar (24,5 por cento). Sua receita foi usada também para aumentar a rede ferroviária (20 por cento), para fazer pagamentos a credores estrangeiros e nacionais (8 por cento e 11,5 por cento, respectivamente) e para reduzir a carga de impostos sobre os pobres (sete por cento). (BONILHA, op. cit., pp. 555 e 556)

Se tomarmos os percentuais dedicados às obras de infraestrutura para escoamento do guano, como a rede ferroviária (20%), mais os dedicados aos pagamentos de credores (19,5%, sendo 8% para estrangeiros), concluímos que, além da exploração em si do produto, quase 30% dos impostos pagos foram “devolvidos” aos investidores ingleses. Lembremos que, entre os credores nacionais, havia aqueles associados ao capital estrangeiro, quando não ingleses que viviam no Peru e respondiam por empresas de exploração. Entre o período de 1841 e 1849, por exemplo, segundo Bonilha, as casas de comércio estrangeiras monopolizaram os contratos de consignação (2004, p. 555). Com relação aos outros setores de aplicação desses recursos, as próprias burocracias civil e militar tornaram-se necessárias, uma vez que a administração estatal e a repressão aos trabalhadores são um imperativo numa sociedade de classes. Para se ter uma idéia da exploração que recaiu sobre os trabalhadores das ilhas de guano, a manutenção destes “representava apenas quatro por cento dos custos totais.” (Ibidem)

Ainda, para modernizar a exploração dos trabalhadores, o governo usou os recursos provenientes do guano para abolir a escravidão. Em 1854, 1,3% da população peruana era escrava, ou 25.505 trabalhadores:

O custo dessa operação implicou a transferência de 7 651 500 de pesos do governo para os donos de escravos. Assim, a alforria dos escravos colocou nas mãos dos proprietários rurais uma considerável quantidade de capital que, em alguns casos, como veremos, foi usado para financiar o desenvolvimento da agricultura ao longo do cinturão litorâneo. (BONILHA, op. cit., p. 556)

O governo ofereceu, assim, infra-estrutura e farta disponibilidade de mão-de-obra para empreendimentos como a exploração do guano. Mesmo na agricultura, quando se sentiu falta de braços para a lavoura, houve o estímulo à imigração chinesa, num sistema de trabalho que lembrou a escravidão, ainda que de maneira disfarçada. Comparativamente com o Brasil, o Peru aboliu a escravidão em 1854, enquanto que em 1850 extinguiu-se, no Brasil, o tráfico negreiro. Ao mesmo tempo, nos dois países, adotou-se uma política de estímulo à imigração. Italianos no Brasil, no sistema de parceria, e chineses no Peru. Os dois países deram passos decisivos em sua modernização, esta última entendida como um conjunto de transformações necessárias à existência do modo de produção capitalista.

Com relação ainda aos empréstimos, o governo peruano fez “adiantamentos” junto aos comerciantes, que foram depois pagos com os juros devidos, e, no plano exterior, contraiu empréstimos que minaram qualquer tentativa de desenvolvimento econômico interno. Ainda segundo Bonilha,

[...] sempre que enfraquece ou destrói a capacidade de acumulação de capital interno, o serviço da dívida acaba se tornando um obstáculo ao crescimento. Com efeito, a experiência peruana com sua dívida externa teve conseqüências desastrosas. Não se tratou apenas de uma escolha errada, feita pelo governo, dos projetos viáveis financeiramente, mas de um claro processo de paralisia financeira do Estado peruano que o levou, em 1890, a transferir alguns dos recursos produtivos do país para o controle e propriedade dos credores ingleses da dívida externa. (2004, pp. 557 e 558)

Nos anos 1870, o governo peruano, em bancarrota devido a essa política de empréstimos, tentou conter o déficit orçamentário, ao mesmo tempo em que transformou o nitrato de Tarapacá, uma província deserta, em

recursos para o governo. O presidente Manuel Pardo, desta forma, instituiu o monopólio estatal do nitrato em 1873, e, dois anos depois, expropriou os campos deste produto. Exploradores de nitrato na região, apesar de receberem “certificados de nitrato” do governo, se mudaram para o Chile, “onde contribuíram ativamente para fazer a propaganda da guerra entre o Chile, o Peru e a Bolívia, que eclodiu depois de 1878.” (BONILHA, op. cit., p. 567)

Com a guerra, o Chile tomou o litoral boliviano e anexou também, entre outras províncias peruanas, Tarapacá. Resolveu, junto com a questão das fronteiras, o problema que os exploradores de nitrato (peruanos, chilenos e estrangeiros) tiveram com a expropriação de suas reservas pelo governo peruano, que, a partir de então, deixou de exercer autoridade sobre a região:

Un ejército y una marina casi desarmados, con equipamiento anticuado, desigual y aun deteriorado, se enfrentaron a un ejército y una marina chilenos preparados durante una década para la conquista territorial (...) (PEASE G. Y., 1995, p. 143) Después de la guerra, el Perú quedó sumido en la crisis más grave de su historia. (p. 145)

1.1.3 - Bolívia

A Bolívia, independente em 1825, teve um destino parecido com os de seus vizinhos. Segundo Bonilha,

A penetração da Inglaterra na Bolívia, como em qualquer outro lugar da América Latina, ocorreu de duas formas: a primeira, durante o movimento de independência e imediatamente após, mediante a exportação de mercadorias e o rápido domínio dos mercados; a segunda, ocorrida posteriormente, consistiu na exportação de capital, na forma de investimentos diretos ou de empréstimos. (2004, p. 584)

Desde cedo, o país se sentiu ameaçado pelo crescente poderio naval e econômico do Chile (BONILHA, 2004, p. 574), o que justificou, nos anos 1830, a “aproximação” com o Peru, com a formação da Confederação

Peruano-Boliviana. Inspirada em Simon Bolívar, essa Confederação, arquitetada pelo presidente boliviano Santa Cruz, despertou a preocupação de Chile e Argentina. Através de uma guerra, estes últimos conseguiram impor a separação dos dois Estados, por julgarem que ameaçava a integridade territorial e a soberania de seus países. Uma nova aliança entre Bolívia e Peru deu-se somente em 1873, mas em termos militares, pois se preocuparam com a política expansionista do Chile.

Entre 1850 e 1873, após um longo período de estagnação econômica, a Bolívia teve um processo de recuperação da mineração da prata. Isto foi suficiente para despertar o interesse de capitais estrangeiros, principalmente ingleses, já que o país tornou-se um dos maiores produtores do mundo. Estes capitais forneceram insumos necessários à produção e exerceram controle sobre este rico comércio. Nesta ocasião, surgiram como “barões da prata” a família Aramayo, que no século XX seriam também “barões” do estanho, associados a esse mesmo capital.

Neste período, ainda, que é o que antecede a Guerra do Pacífico, a política do presidente Mariano Melgarejo, pautada na abertura econômica, fez com que a Bolívia estreitasse os laços de dependência com o capital inglês, a ponto de, entre 1869 e 1871, as exportações inglesas para o país terem triplicado (Bonilha, op. cit., p. 585). A penetração desse capital, em alguns casos associado ao capital chileno, dirigiu-se não somente ao planalto, mas também ao litoral do Pacífico, o que ajuda a entender as motivações para a guerra no final daquela década.

A exploração dos nitratos pelo capital estrangeiro acarretou a incorporação do litoral da Bolívia e de vastas áreas do deserto do Atacama ao comércio internacional. (BONILHA, 2004, p. 585)

A principal empresa de exploração dos nitratos era anglo-chilena, a Melbourne Clark and Co. (Bonilha, 2004, p. 585), que teve entre os seus proprietários William Gibbs, o mesmo que explorou, através da Gibbs and Sons, o guano dos litorais boliviano e peruano. Segundo Chiavenato, esta última foi responsável por mais de dois mil barcos, que diariamente

transportavam quatro milhões de toneladas de guano para adubar as “cansadas terras européias” (1981, p. 43).

A presença do capital inglês, ao longo do século XIX e desde a independência, foi crescendo na Bolívia, geralmente associado ao capital e à política expansionista chilenos, não devendo, portanto, ser desconsiderados para a compreensão da deflagração da guerra de 1879-1883. Este conflito veio consolidar os interesses destes capitais e desta política, ao garantir, aos primeiros, a livre exploração dos produtos litorâneos, e, ao Chile, a anexação de mais uma faixa de terra que ampliou o seu estreito território, além de representar mais alguns portos para escoamento de seus produtos pelo Pacífico, incluindo Antofagasta, até então o principal porto da costa boliviana.

Durante o governo do general Melgarejo, o Chile preparou terreno para a expansão em direção ao litoral e aos recursos bolivianos ali encontrados. A historiografia registra que em 1867, enquanto assinava o Tratado de Limites com o Brasil, Melgarejo cedia uma área do litoral para o Chile explorar livremente guano e salitre, através das companhias chileno-inglesas. Segundo Chiavenato, essa área corresponde a 33.330 km² (1981, pp. 44 a 47). Ascendendo à presidência do país com a influência do Chile (CHIAVENATO, 1981, p. 37), Melgarejo teria contado com Aniceto Vergara Albano, embaixador chileno em La Paz, para facilitar a penetração anglo-chilena em seu litoral. Após deixar seu cargo de embaixador, este foi nomeado ministro da Fazenda da Bolívia, o que teria feito com que o próprio governo chileno sugerisse um cargo menos ostensivo, como o de ministro Plenipotenciário da Bolívia em Santiago. Vergara Albano foi o autor do Tratado de Medianería, assinado entre os dois países, concedendo aquela área ao Chile (CHIAVENATO, 1981, p. 44):

Dessa forma a Bolívia chegou ao paradoxo de ter, oficialmente, por ato do ditador Melgarejo, um chileno como responsável pela sua legação diplomática no Chile, quando começavam a tornar-se agudas as contradições entre os dois países. (CHIAVENATO, 1981, p. 37)

As contradições a que se refere Chiavenato referem-se à crescente exploração de guano e salitre pelos capitais anglo-chilenos e a dependência da Bolívia em relação a eles. Se o governo boliviano colocasse obstáculos a estes interesses, poderia provocar uma guerra, como de fato ocorreu.

Além de Vergara Albano, Melgarejo foi influenciado por José Vicente Dorado, defensor da destruição das comunidades indígenas, a fim de promover a “modernidade” e a “civilização” na Bolívia. Com o assalto às terras indígenas e a destruição do sistema comunitário de posse de terra, além de entregar essas terras a aristocratas que aumentaram seus latifúndios, o governo desarticulou qualquer possibilidade de resistência popular às investidas expansionistas e/ou imperialistas no país. Vergara e Dorado concordaram em fazer avançar essa proposta no governo de Melgarejo, que governou o país até 1871, quando foi deposto:

É o imperialismo inglês, trabalhando através do expansionismo chileno, que indica este caminho, como veremos detalhadamente. Do lado das oligarquias bolivianas a destruição das comunidades visava à tomada do poder político. Do lado do imperialismo anglo-chileno, que possibilitou essa política, procurava-se o enfraquecimento da resistência boliviana à invasão militar que culminou com a posse do guano e do salitre da Bolívia e a conseqüente perda do seu litoral, após a Guerra do Pacífico. (CHIAVENATO, 1981, p. 36)

Como essas comunidades poderiam representar um importante núcleo de resistência, como ocorreu por ocasião da independência, desmobilizá-las foi condição para o avanço anglo-chileno.⁷ Porém, como conseqüência imediata, houve a necessidade de se importar alimentos do Peru, do Chile e da Inglaterra, esta última, em breve, tornando-se a principal fornecedora do país (CHIAVENATO, 1981, p. 40), ao passo que a Bolívia, cada vez mais, tornou-se tão somente fornecedora de matérias-primas e recursos naturais.

⁷ Segundo Chiavenato, foram destruídas todas as onze mil comunidades existentes no país. (1981, p. 47).

Além da desestruturação da sociedade, a Bolívia teve, na segunda metade dos anos 1870, outras catástrofes que ajudaram a enfraquecer ainda mais o país e permitiram uma rápida conquista por parte do Chile. Em 1877, um terremoto, e, entre 1876 e 1879, este último, ano da Guerra do Pacífico, um seca que provocou a morte de milhares de pessoas. Foi neste momento que o governo do general Hilarión Daza, encontrando o país assolado por tantas desgraças, naturais umas, política outras, contrariou o Tratado assinado com o Chile em 1874. Este previa a posse das terras do litoral pela Bolívia, em troca de isenção fiscal por 25 anos, mas Daza se viu forçado a cobrar um imposto de dez centavos por quintal de salitre exportado pela Compañía de Salitres de Antofagasta. Com a negativa da empresa, apoiada pelo governo chileno, o mandatário boliviano confiscou os bens da companhia e nacionalizou as minas de salitre, provocando a invasão do território boliviano pelos militares chilenos, que, a rigor, ali já se encontravam, pois naquela área existia uma população predominantemente chilena, atraída pelas oportunidades de emprego das minas. Esta presença foi reforçada no governo de Melgarejo. Daí a invasão já ter sido dada a priori.

Como a Bolívia se encontrava empobrecida, devastada pelas catástrofes, e praticamente sem exército, a conquista chilena se deu rapidamente, em pouco mais de um ano de combates. Daí partiu o exército do Chile, em seguida, rumo à conquista do Peru, o que se deu em janeiro de 1881 com o saque da capital, Lima.

A consequência mais importante da Guerra do Pacífico foi a incorporação da exploração do salitre – cujas minas se encontravam concentradas nas zonas integradas ao território chileno. [E o controle da mineração estava] em mãos do capital estrangeiro – inglês, nesse caso – tanto na exploração quanto na comercialização. (SADER, 1991, p. 20)

1.2 - Tratados Brasil-Bolívia: 1867 e 1903

Em 1865, ao celebrar o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, Argentina e Brasil definiram, no artigo 16, as fronteiras entre os três países, delimitação que foi imposta ao primeiro logo após a guerra. No entanto, ao realizarem esta demarcação de territórios, não atentaram que também delimitariam fronteiras entre Bolívia e Paraguai. Neste caso específico, havia o território da Baía Negra que era reivindicado por ambos, e, naquele tratado, Argentina e Brasil reconheceram a legitimidade paraguaia sobre a região.

Como em 1866, esse tratado, apesar de secreto, veio a público por meio da diplomacia inglesa, não demorou para que a atitude dos aliados fosse condenada por outros países. Na Bolívia, houve a busca de uma satisfação através da legação brasileira.

Antes mesmo da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, o Brasil preocupou-se com uma possível reação de países vizinhos a favor do Paraguai. Com relação à Bolívia, o governo brasileiro foi tranquilizado pelo representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros.⁸ No entanto, após a publicação do texto do tratado, o mesmo emissário brasileiro mudou o tom, alertando que o conhecimento daquele deveria despertar a atenção da Bolívia, apesar do presidente Melgarejo estar, naquele momento, sufocando sublevações contra o seu governo.⁹

A preocupação do diplomata brasileiro tinha razão de ser, tanto que o jornal *Almanaque*, naquele momento, publicou que, quando estourou a Guerra do Paraguai, todos perguntaram que partido a Bolívia tomaria, e complementa:

⁸ “O receio que terão os Bolivianos de malquistar-se com o Imperio; a mesma enormidade das ofertas que fazia Lopes; a dependência em que estão de nós para a navegação do Amazonas; a pouca fé que merece geralmente um governo como o de Lopes; a desordem interna do país; tudo isso são garantias para nós.” Ofício de Antonio Pedro de Carvalho Borges, da legação em Arica (Peru), para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, em 7/3/1865. AHI, referência 211/2/1.

⁹ Ofício de Antonio Pedro de Carvalho Borges para o Rio de Janeiro, em 18/7/1866. AHI, referência 211/2/1.

Esta Republica que como todas las limítrofes al Brasil, ha tenido que sufrir los efectos de su ambición, viendo atacada su integridad territorial, encontraba la ocasión de rescatar su señorío sobre los territorios usurpados, hacer reconocer sus derechos y lo que es mas importante todavía para su porvenir, asegurar con sus esfuerzos un camino seguro para el gran estuario del Plata para la expansión de su comercio, aliándose al gran pensamiento del Gobierno Nacional.¹⁰

Dias depois, o mesmo diplomata enviou um ofício ao Rio de Janeiro em tom mais grave, antevendo a entrada da Bolívia no conflito a favor de Lopez. Ressalvou, porém, que o país não teria recursos para a guerra, mas que o Paraguai, o Peru e o Chile poderiam fornecê-los à Bolívia, e que, naquele momento (1866), este último poderia enviar de 5 a 6 mil homens à fronteira com o Mato Grosso.¹¹

1.2.1 - A Guerra do Paraguai e o expansionismo brasileiro¹²

Entre 1864 e 1870, a América do Sul esteve envolvida naquela que é considerada a maior guerra do subcontinente¹³. Maior em duração, em número de países envolvidos, mas, principalmente, pelas trágicas conseqüências, expressas, sobretudo, no número de mortos e no fortalecimento da dependência em relação ao capital estrangeiro. A partir destas observações, podemos constatar que se trata de uma guerra onde não houve vencedores, se ampliarmos o significado de vitória para além do entendimento bélico. Se vencedor houve, este não lutou diretamente, não

¹⁰ O jornal *Almanaque* traz a data de 7/7/1866, porém, não há referência de lugar de publicação, sendo, possivelmente, La Paz. A matéria em questão veio anexada a um ofício da legação brasileira na Bolívia, endereçada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, em 18/7/1866. AHI, referência, 211/2/1.

¹¹ Ofício de 1/8/1866. AHI, referência 211/2/1.

¹² Ainda que denominada “Guerra Grande” e “Guerra da Tríplice Aliança”, usaremos a expressão mais empregada na historiografia para este conflito, sem, no entanto, querer afirmar a priori que o Paraguai teria causado a guerra. Entendemos que essa questão deve ser devidamente analisada em sua complexidade, o que se procurou fazer ao longo deste subcapítulo.

¹³ Leslie Bethell, historiador inglês, afirma que, com exceção da Guerra da Criméia, a Guerra do Paraguai foi certamente a mais violenta e a mais prolongada guerra interestados em todo o mundo entre o final das guerras napoleônicas e a Primeira Guerra Mundial. (1995, p. 12).

perdeu soldados e ainda teve retorno financeiro com a guerra, e nem no continente fica.¹⁴

Para se ter uma idéia, o Brasil, país que foi determinante para os resultados da guerra, em 1864, no início do conflito, possuía uma dívida externa no valor de £ 7,9 milhões, e, já em 1865, segundo o IBGE (1990, p. 586,) este valor chegara a £ 14,7 milhões¹⁵. Ou seja, a guerra exigiu um financiamento externo que, só no seu primeiro ano, quase fez dobrar a dívida externa com a Inglaterra, nosso único credor. Mas isso foi só o começo.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai, em 1844. Antes mesmo do reconhecimento, o Império manteve em Assunção um cônsul, depois expulso pelo “Ditador Perpétuo” José Gaspar Rodríguez de Francia, aliás, filho de português. O motivo da expulsão foi a recusa do governo brasileiro em assinar um tratado de limites baseado no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, assinado entre Espanha e Portugal. O Brasil insistiu no critério do *uti possidetis*, ou seja, a cada país caberia o território efetivamente ocupado no momento da independência (DORATIOTO, 2003, p. 24). O processo de deterioração das relações entre ambos começou aí, sendo reforçado a cada nova investida brasileira no sentido de forçar o vizinho a reconhecer a sua expansão territorial.

Segundo Fernando Novais,

A fórmula da Independência brasileira deixou-nos um legado da colonização sob a forma de um Império, que era uma garantia de continuidade. A idéia do Império, portanto, era uma idéia de preservação territorial e, até mais do que isso, era uma idéia expansionista, que se apresentou, desde o início, nas intervenções Cisplatinas. (1995, p. 81)

Como o Brasil pressionava o Paraguai a assinar tratados de limites e de navegação desde 1855, intenção negada por Carlos Antonio

¹⁴ O comércio da Inglaterra com a América do Sul em 1831 foi de 4,8 milhões de libras. Em 1875, após a guerra, esse número foi para 33,7 milhões, o equivalente a 5,5% do comércio total da Grã-Bretanha, superior ao comércio desta com a Rússia (5%), Itália e Espanha (2% cada). (POMER, 1981, pp. 310 e 311)

¹⁵ Apud Gonçalves e Pomar (2002, pp. 40 e 41).

López e por seu filho, Solano López, a guerra também se apresentaria como meio para se obter estas assinaturas. Lembremos que, ao final da guerra, o território paraguaio foi reduzido em cerca de 40%. (BETHEL, 1995, p. 21)

Carlos Guilherme Mota aponta que já é um dado assente na historiografia mais recente “a idéia de que a Guerra marca um momento de integração da bacia do Rio da Prata na economia mundial, sob a preeminência inglesa.” (1995, p. 41) Mas, além disso, os interesses imperialistas da Inglaterra se alimentavam, também alimentando, a política expansionista da região:

As várias dimensões da Guerra sugerem a complexidade daquele momento em que interesses estrangeiros – os ingleses, principalmente, fortalecendo sua malha imperial – se entrelaçavam com formas de expansionismo e de conflitos locais. Pode-se falar também, é claro, de um ‘subimperialismo brasileiro’ em relação à nação paraguaia. (MOTA, 1995, P. 44)

Solano López, determinado a conter esse esforço expansionista brasileiro, provocaria a guerra, numa tentativa de dar nova configuração à geopolítica na América do Sul. (MOTA, 1995, p. 46) Exemplo maior desse expansionismo foi o texto do Tratado da Tríplice Aliança, pois, secretamente Argentina e Brasil pretendiam dividir mais da metade do território paraguaio (MOTA, 1995, p. 42). Isso foi habilmente explorado por Solano López no seu esforço de guerra, fazendo passar ao seu povo “que os destinos da pátria e do povo paraguaio estavam inexoravelmente atados. Era morrer lutando ou ver desaparecer o país.”¹⁶ (GUEDES, 1995, p. 63)

[...] O fato de o Brasil ser a única monarquia na América levou seus governantes a apontá-lo como um Estado solitário no continente, cercado de inimigos potenciais. Essa percepção não deixava de ser procedente, pois os Estados vizinhos, em especial os platinos, viam

¹⁶ Pelo Tratado de 1856, os territórios de Dourados e Miranda, no Mato Grosso, estavam neutralizados até um novo tratado entre os dois países. Em 1862, no entanto, os paraguaios constataram a construção de fortes brasileiros nessa região, a mesma que, pelo Tratado da Tríplice Aliança, pertenceria ao Brasil após a guerra, em acordo com a Argentina e o Uruguai. O Brasil definira suas fronteiras antes da guerra e sem o assentimento do vizinho, e faria o governo paraguaio do pós-guerra reconhecer essa anexação em novo tratado entre os países.

no Brasil monárquico, governado tal qual Portugal pela Casa de Bragança, um herdeiro das ambições do expansionismo colonial português. (DORATIOTO, 2003, p. 27)

No Brasil, alguns anos antes, já era discutida a possibilidade de guerra para forçar a República vizinha a aceitar os limites propostos pelo Império. Criticando a “amabilidade” da diplomacia brasileira com o Paraguai, o deputado alagoano Tavares Matos, interpelando o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, e contando com apoio de outros colegas na Câmara, apontava que o país vizinho “alarga suas pretensões” sobre territórios brasileiros (sic). Bradando que, com relação ao Paraguai, era preciso mudar de direção, o deputado atentava, ainda, para uma guerra maior, devido às pretensões territoriais do Brasil sobre outros países.

[...] E não terá a luta um teatro maior? não sabe-se que temos ferido, em iguaes questões de limites e nas de navegação do Amazonas e Madeira, os interesses da Bolívia? que, finalmente, a situação nos é hoje desfavorável em todo o Rio da Prata?¹⁷

Em 1862, o Brasil negociou com Solano López a questão dos limites, já que em 1856 um documento assinado por ambos concedia direito de passagem pelos rios em território paraguaio, estendendo-se para aquele ano o prazo para novas tratativas referente às fronteiras. O Paraguai, ao conceder passagem à navegação brasileira, tentou convencer o Brasil a apoiar sua intenção de anexar o Chaco, reclamado também pela Bolívia desde 1852 (DORATIOTO, 2003, p. 37). O governo brasileiro não concordou com esta demanda, e, talvez, porque em breve negociaria os limites com este último, e, não tomando partido na questão, teria facilitado seu objetivo de assinar mais facilmente um tratado de limites baseado no *uti possidetis*, que, na prática, tiraria alguns territórios pertencentes à Bolívia. Isto aconteceu em meio à guerra, em 1867.

¹⁷ Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 13/05/1862, página 36.

Considerada em seu tempo, a Guerra do Paraguai guarda proximidade com a Pax Britannica, com o livre comércio e com o imperialismo (Amayo, 1995: 153). Desde 1815, com o Congresso de Viena, até 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha, maior potência mundial, manejou a ordem mundial segundo seus interesses, influenciando sobre políticas de governos estrangeiros:

A Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, com suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder a auto-suficiência, conseguida na única área na América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma eficaz [...] (HOBSEBAWM, 2001b, p. 119)

A América do Sul, parte informal do Império Britânico (HOBSEBAWM, 2001c, p. 14), e as demais dependências informais, tinham como papel “complementar as economias metropolitanas e não fazer-lhes concorrência.” (2001c, p. 99) Para o autor, o imperialismo faz parte de um período em que a “parte periférica da economia mundial tornou-se crescentemente significativa.” (2001c, p. 110) E, para a Inglaterra, o imperialismo era vital, daí a atenção dada aos acontecimentos na região do Prata:

Dentre os países metropolitanos, foi obviamente para a Grã-Bretanha que o imperialismo teve maior importância, uma vez que sua supremacia econômica sempre dependera de sua relação especial com os mercados ultramarinos e as fontes de produtos primários. [...] Para a economia britânica, preservar o mais possível seu acesso privilegiado ao mundo não-europeu era, portanto, uma questão de vida ou morte. (HOBSEBAWM, 2001c, p. 111)

1.2.2 - O Primeiro Tratado: 1867

Com o avanço das tropas aliadas sobre o exército de Lopez e a difícil situação financeira de Bolívia, Chile e Peru, o governo brasileiro tomou

a ofensiva e se aproximou do governo boliviano para assinar o primeiro Tratado de Limites, que ficou pronto em março de 1867. Fazendo valer o princípio do *uti possidetis*, o Brasil conseguiu amealhar mais algumas léguas de território disputado, o que gerou protestos dentro e fora da Bolívia. O país que mais reagiu ao tratado foi o Peru, antigo aliado na formação da Confederação Peruana-Boliviana, e futuro aliado na Guerra do Pacífico.

A assinatura desse tratado em meio à Guerra do Paraguai foi sentida com desconfiança pelos outros países, já que poderia representar uma posição do governo boliviano a favor do Brasil na guerra. Para o Peru, este assunto era de suma importância, pois, além de país fronteiro com a Bolívia, o que poderia representar um avanço do expansionismo brasileiro por suas terras, havia uma aliança em curso entre Chile, Equador, Peru e Bolívia, a Aliança do Pacífico, que podia ser entendida também como uma aliança defensiva contra as ambições argentinas e brasileiras:

A América do Sul era como um tabuleiro de xadrez, em que não se podia movimentar qualquer peça contra outra, sem o risco de sofrer um ataque pela retaguarda, dada a cobertura com que todos os países contavam. A Argentina sempre temera que o Brasil a atacasse por causa das Missões, caso ela se envolvesse em guerra com o Chile. O Chile também evitava o confronto com a Argentina, porquanto o Peru e a Bolívia poderiam intervir, a fim de tentarem a retomada de Tacna e Arica. E o Peru, por sua vez, receava que o Brasil o acomesse, através da Amazônia, aproveitando-se de qualquer outro conflito que se desencadeasse com o Chile. (BANDEIRA, 2003, p. 56)

O governo boliviano negou ter aderido à Tríplice Aliança, rechaçou a informação de que o tratado com o Brasil seria secreto e que teria renunciado aos territórios da margem direita do rio Paraguai, reivindicados também por Argentina e Paraguai.¹⁸ Acusada de ceder dez mil léguas quadradas ao Brasil, a Bolívia se viu em meio a uma polêmica que motivou uma “guerra” por meio da imprensa. Jornais peruanos e bolivianos trocaram insultos, em nome de suas respectivas “pátrias”, num determinado momento

¹⁸ Cf. Ofício da legação brasileira em Buenos Aires ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, em 14/08/1867. AHI, referência 205/3/11.

sugerindo até uma guerra de fato para restaurar a honra atingida.¹⁹ O jornal *El Constitucional*, de La Paz, deu uma resposta interessante para essa questão: “Para ceder territorios es preciso tener un derecho perfecto a ellos, porque no se puede ceder lo ajeno.” Se somente quem é dono pode ceder a outro, ou seja, se é um ato de vontade, ceder ao Império, ou melhor, capitular diante da investida brasileira teria sido um ato de “soberania”. Ao mesmo tempo, o jornal afirmou que o país poderia “rechazar con toda la enerjía” as provocações peruanas. Parece que o Peru, sem tomar um palmo sequer de terra boliviana, conseguiu trazer para si toda a ira da imprensa e do governo vizinho, ficando o Brasil na condição de país “amigo”. Segundo Gosálvez (1960, p. 127), esse tratado representou “el primer despojo, legalmente consumado por la habilidad diplomática brasileña y la incalificable torpeza de la Cancillería boliviana de la época.”

Parece que a Guerra do Paraguai foi bem aproveitada para delimitação de fronteiras na América do Sul. A Argentina, em 1868, aproveitou também o momento para definir suas diferenças com a Bolívia. Um tratado entre os dois países acertou a fronteira entre ambos. Certamente se os aliados não estivessem na ofensiva naquele momento contra o Paraguai, e a Bolívia não tivesse um presidente tão condescendente com os vizinhos, estas questões não teriam sido postas dessa forma.

1.2.3 - A tomada do Acre

Se em relação aos territórios acertados no Tratado de 1867 havia a desculpa do *uti possidetis*, quando o Brasil teve reconhecida oficialmente a sua autoridade sobre 300.000 km² no Acre, até o chanceler, o

¹⁹ A polêmica gerada pela imprensa peruana sobre o Tratado de 1867 foi noticiada até na Inglaterra. O jornal inglês *Standard*, anexado no ofício de 18/4/1868 da mesma legação brasileira enviado ao Rio de Janeiro, chamou o presidente Melgarejo de louco (“crazy President of Bolivia”), lembrando que o Império lhe teria condecorado com a Grande Cruz pela assinatura do tratado.

barão de Rio Branco, reconheceu que se tratava de fato de uma conquista territorial.

Nessa fronteira com a Bolívia, a situação agravou-se entre 1899 e 1902, porém, a questão deve ser buscada 30 anos antes, quando brasileiros começaram a migrar para a região. Como parte da neutralidade da Bolívia na Guerra do Paraguai, o Brasil aceitara por meio do Tratado de 1867 reconhecer a área como boliviana²⁰, porém, até 1869 essa faixa de terra não fora habitada, sendo que os brasileiros foram os primeiros a penetrarem nesse território atraídos pela exploração da borracha. Com a seca de 1877, muitos nordestinos partiram para o Acre, estimulados pelos proprietários de seringais que acolhiam esta mão-de-obra barata e abundante, visando a exportação do produto para as indústrias dos EUA e Europa. Como a população boliviana se concentrava no altiplano, além da distância dos centros administrativos e as dificuldades de acesso, o local foi recebendo cada vez mais brasileiros, transformando-se numa “fronteira viva” (CHIAVENATO, 1981, p. 193), sendo 60.000 o total deles em 1900, tornando Manaus e Belém dois grandes centros exportadores do Brasil. (BANDEIRA, 2003, pp. 72 e 73)

Ainda que tardiamente, o governo boliviano percebeu o potencial de exploração e a presença brasileira, e, em 1899, instalou uma aduana para recolher impostos em Puerto Alonso, o que provocou a reação dos brasileiros instalados no local e do governo do Amazonas, prejudicado pela queda de receita. Para agravar a situação, a canhoneira Wilmington, dos EUA, aportou em Belém e partiu em direção a Iquitos, na Bolívia, sem autorização brasileira. A bordo, estava o cônsul dos EUA, K. K. Kennedy, que, além da agressão da população local, levava, segundo denúncia de um jornalista espanhol²¹, os termos de um acordo com a Bolívia, elaborado pelo ministro plenipotenciário boliviano no Rio de Janeiro, José Paravicini, que

²⁰ Segundo Chiavenato (1981, p. 190), na ocasião, o presidente Melgarejo entregou ao Brasil 100 mil quilômetros quadrados do Acre, além de aquiescer a outras exigências brasileiras.

²¹ Trata-se de Luiz Galvez Rodrigues de Arias, em artigo no jornal *Província do Pará*, em 3 de junho de 1899. Apud (BANDEIRA, 2003, p. 71).

estava em Manaus, e ainda o vice-cônsul Luiz Truco e o cônsul norte-americano:

Conforme o texto integral do acordo [...] os EUA auxiliariam a Bolívia a defender seus direitos sobre os territórios do Acre, Purus e Iaco, por via diplomática ou, no caso de guerra com o Brasil, fornecendo armas e financiamento e recebendo em hipoteca as rendas das alfândegas de Belém e Manaus às mercadorias bolivianas. [...] Caso tivesse que apelar para a guerra com o Brasil, a Bolívia denunciaria o tratado de 1867 e a linha de fronteira passaria a correr pela boca do Acre, ficando com os EUA, em livre posse, o território restante. (BANDEIRA, 2003, p. 71)

Se antes desse episódio o Brasil não levantou suspeita a respeito da legitimidade e autoridade bolivianas sobre o Acre, com a denúncia desse acordo e a “campanha antinorte-americana” (BANDEIRA, 2003, p. 71) da população local, o governo brasileiro mudou o tom e passou a agir de maneira diferente. Como parte da reação à presença boliviana e ao acordo boliviano-estadunidense, o jornalista que o havia denunciado proclamou a independência do Acre, e se tornou o seu primeiro presidente, com o apoio dos brasileiros que ali habitavam. Como considerava o território boliviano, o governo brasileiro não interveio, ainda que não tenha reconhecido a nova República²². Após três expedições enviadas e fracassada a tentativa de sufocar a revolta, as autoridades bolivianas mandaram a Washington, em 1900, um ministro extraordinário, Charles Flint, a fim de obter a intervenção dos EUA:

De fato, fora o governo da Bolívia, que, ansioso por livrar-se das dificuldades com a administração do Acre, recorrera a Charles R. Flint, da Export Lumber [...] (BANDEIRA, 2003, p. 74)

Desenhava-se a concessão do Acre, até então território boliviano, a um grupo de empresas sediadas nos EUA e Inglaterra para exploração da borracha, num momento em que este produto era muito

²² Gosálvez afirma que, pouco depois, Luiz Galvez teria sido expulso e recebido “um regalo de 690 contos de réis, en prueba de agradecimiento por haber abierto más franco camino a la usurpación del Acre.” (1960, p. 129)

requisitado nas indústrias destes últimos, sobretudo devido à técnica da vulcanização. Na impossibilidade de explorar com seus recursos, devido à sua fraqueza material e militar, a Bolívia delegou esta tarefa a um poderoso consórcio estrangeiro, “supondo que a proteção das grandes potências anularia qualquer possibilidade de reação brasileira” (RODRIGUES e SEITENFUS, 1995, p. 254), em troca de algumas migalhas provenientes da exploração. Segundo Chiavenato (1981, p. 191), ao governo da Bolívia caberiam apenas 10% do lucro líquido do consórcio, além deste poder atuar como coletor de impostos na região, recrutar burocratas, exercer papel de polícia, e, ainda, poder comprar, nos primeiros cinco anos, qualquer hectare de terra por dez centavos de dólar.

Com efeito, o governo dos EUA não estava alheio e o fato foi que, em 11 de junho de 1901, Felix Avelino Aramayo, representante do governo da Bolívia na Grã-Bretanha, e Frederick Willingford Withridge, em nome do grupo anglo-americano, assinaram, em Londres, o protocolo pelo qual o Acre passaria, pelo prazo de 30 anos, à administração do Bolivian Syndicate, do qual W. E. Roosevelt, primo de Theodore Roosevelt, vice-presidente dos EUA, aparecia como um dos seus sócios. (BANDEIRA, 2003, p. 74)

Pouco depois, com o assassinato do presidente McKinley, Roosevelt tornou-se presidente, aumentando o poder de influência de seu primo no “sindicato” e na questão do Acre. No Brasil, houve reações²³. O Itamaraty entendeu que a entrega do Acre a um grupo estrangeiro “significava abrir as portas ao imperialismo norte-americano na América do Sul” (CHIAVENATO, 1981, p. 190). Com relação aos protestos bolivianos, o embaixador Aramayo deu a resposta:

“Temem o imperialismo ianque e não temem o imperialismo brasileiro. Comentam a Doutrina Monroe como significando ‘América para os americanos do norte’ e não vêem que o sistema invasor e excludente observado pelo Brasil com seus vizinhos demonstra bem claro que sua divisa é: América do Sul para os brasileiros.” (Apud CHIAVENATO, 1981, p. 190)

²³ Segundo Bandeira (2003, p. 75), a imprensa tomou parte nessa campanha, como por exemplo o *Jornal do Brasil*, que cobrou uma atitude do governo Campos Sales.

Nesse contexto de disputa, assumiu o Ministério das Relações Exteriores do Brasil o barão de Rio Branco, em dezembro de 1902. Historiador e geógrafo, filho do ex-chanceler visconde de Rio Branco, especialista em tratados internacionais e questões de território concernentes ao Brasil, o chanceler, convidado por Rodrigues Alves, recém-eleito para a presidência da República, mudou os rumos das negociações. Seu antecessor, Olinto de Magalhães, trabalhara no sentido de convencer o Congresso boliviano a rejeitar o acordo. Rio Branco, por outro lado, dividiu a questão em dois pontos: negociar uma indenização ao Bolivian Syndicate e acertar a questão dos limites com a Bolívia, mediante outra compensação, territorial e financeira.

Defensor da Doutrina Monroe como um impedimento ao avanço do imperialismo europeu na América do Sul, Rio Branco não via com otimismo o estabelecimento de capitalistas ingleses (ainda que em associação com os norte-americanos) na exploração da borracha no Acre, e alertou seu antecessor, Olinto de Magalhães, pois “os interesses políticos e as rivalidades comerciais levariam outros governos europeus a não perder a ocasião para concorrer para o enterro da doutrina Monroe” (CERVO e BUENO, 1986, pp. 61 e 62).

Segundo Cervo e Bueno, ainda, com pouca autonomia e frágil no campo das relações econômico-financeiras com a Europa, o Brasil, cuja economia andava a reboque dos “centros propulsores extra-sul-americanos”, poderia no máximo exercer certa autonomia no contexto da América do Sul, e, mesmo assim, inseridos, Brasil e demais países da região, no sistema econômico mundial (1986, pp. 53 e 54).

Por isso, também, Rio Branco tentou transitar no campo das relações internacionais, afirmando a soberania brasileira, mas sem ofender os interesses de potências, sobretudo os EUA,²⁴ que, para ele, não tinha rival, isolado ou em bloco, na América hispânica (CERVO e BUENO, 1986, p. 60).

²⁴ Aparecendo como uma potência em condições de disputar espaços com as demais potências européias, os EUA no começo do século XX tinham como prioridade nas relações exteriores a hegemonia do continente americano. (AYERBE, 2002, p. 54)

A aproximação com os EUA, para ele, significava não uma capitulação, mas uma reafirmação da soberania brasileira na América do Sul, o que não seria possível com a interferência européia. Para os autores, os sucessores de Rio Branco, que seguiram esse rumo, teriam entendido mal essa política, entendendo-a como “alinhamento automático” (1986, p. 62).

Quando Rio Branco tomou posse no ministério, como o prazo dado ao consórcio anglo-norte-americano pelo governo boliviano no acordo de arrendamento expiraria em três meses, o governo dos EUA deu sinais de que uma indenização evitaria um estrago maior. Aproveitando esta sinalização, o chanceler brasileiro negociou um valor a ser pago ao Bolivian Syndicate, ao mesmo tempo em que tentava um acordo com os bolivianos.

Foi o barão Nathan Rothschild, agente financeiro do Brasil na Grã-Bretanha, o intermediário para um acerto com o Syndicate. Utilizou, para isso, seu filho, aliás, sócio deste empreendimento, August Belmont, ou seja, representante do pai no negócio. (BANDEIRA, 2003, pp. 77 e 78) O Brasil delegara, portanto, o poder de negociação a um sócio da parte interessada, como parte da resolução do problema que envolvia um território que, através desta mesma parte, o Syndicate, segundo o governo brasileiro, representaria o imperialismo anglo-norte-americano batendo à porta.

A pedida inicial foi de um milhão de libras, e terminou em 110 mil, mais quatro mil libras em comissões. Isto foi possível graças ao fracasso das tropas bolivianas na região em litígio, além da proximidade da data final acertada no acordo para a exploração pelo capital anglo-estadunidense. (BANDEIRA, 2003, pp. 78 e 79) À Bolívia couberam duas áreas, a maior delas entre os rios Madeira e Abuná, no Mato Grosso, inferior a 5 mil quilômetros quadrados, mais o montante de dois milhões de libras. Destes, somente um milhão foi para os cofres bolivianos, pois a outra metade o Brasil debitou futuramente, com a devida correção, do investimento feito na construção da ferrovia ligando os dois países. Chiavenato afirma que esse montante pago à Bolívia foi recuperado em apenas um ano de exploração da borracha acriana (1981, p. 193). Ainda que o negócio tenha parecido um

sucesso aos olhos dos brasileiros, o próprio Rothschild aproveitou a ocasião. Forneceu as somas necessárias para o acordo entre o Brasil, o Syndicate e a Bolívia. (BANDEIRA, 2003, p. 82)

O Acre, cuja área conseguida com o Tratado de 1903 chegou a 190 mil quilômetros quadrados, foi palco de disputa entre Bolívia e Peru. Este último, desde 1867, quando o Brasil assinou seu primeiro tratado com a Bolívia, protestou por entender que era parte envolvida. Quando seus vizinhos assinaram novamente um tratado pondo fim à questão do Acre, novamente o Peru se revoltou e fez protestos, ameaçando inclusive uma guerra ao Brasil caso não fosse ouvido. Somente em 1909 o Brasil acertou definitivamente esta questão por meio de um tratado de limites.²⁵

As relações entre Brasil e Bolívia, a partir do Tratado de Petrópolis, foram marcadas por essa anexação, constituindo-se o Acre, a partir de então, no entendimento dos bolivianos, o exemplo mais recente da “política imperialista” brasileira na região. Pouco antes da Guerra do Chaco, por exemplo, o chanceler Afrânio de Mello Franco instruiu os funcionários da embaixada brasileira em La Paz a se contraporem à propaganda contra o Brasil. Afirmando que, em 1867, um tratado “malsinado” deu menos do que o Brasil podia esperar, e, nos últimos 30 anos (de 1902 a 1931), a política brasileira não daria margem a queixas da Bolívia, enfatizou que o Acre, provadamente, foi desbravado por brasileiros, numa ocupação pacífica de 1853 a 1898, quando brasileiros se rebelaram contra a tentativa de extensão da jurisdição boliviana. O governo boliviano, pouco seguro de sua autoridade sobre o Acre, tentara arrendá-lo a um grupo de capitalistas norte-americanos, o Bolivian Syndicate. O Brasil interferira e dera 114 mil libras esterlinas a esse

²⁵ O governo peruano chegou a pedir a intervenção dos EUA, e seu chanceler apelou até mesmo para a possível transformação do Peru em um protetorado norte-americano. Rio Branco conduziu as negociações com Peru e EUA de modo a evitar um conflito maior, e, negando compensação financeira, como fizera com a Bolívia, cedeu uma área de 39 mil km². Para mais dados sobre o conflito entre Peru e Brasil, Bandeira (2003, pp. 83 a 93) e Rodrigues e Seitenfus (1995, pp. 258 a 260).

“sindicato” e, com o Tratado de 1903, dois milhões de libras esterlinas à Bolívia.²⁶

Os Acordos de Roboré, e as discussões em torno da presença da Petrobrás em território boliviano, ensejariam a reabertura desta questão. Não faltaram aqueles que defenderam uma aliança na América do Sul para reaver tudo o que o “imperialismo brasileiro” teria tomado dos países vizinhos (GOSÁLVEZ, 1960). No capítulo 4 retomaremos este assunto.

1.3 - O petróleo: a formação dos trustes e o cartel

A historiografia sobre o petróleo foi produzida em grande parte entre os anos 1950 e 60. Há obras anteriores, desde os anos 30, por pioneiros preocupados com uma próxima guerra mundial e/ou motivados por conflitos específicos, como a Guerra do Chaco e a nacionalização do petróleo em países como a Bolívia e principalmente no México (1938). Há obras posteriores, nos 70, no contexto do choque do petróleo e do aumento dos preços, que usaram como base as pesquisas pioneiras das décadas anteriores.

Há praticamente um consenso na historiografia sobre a importância do petróleo e quase que uma valorização demasiada, levando autores a entenderem que os interesses em torno do petróleo teriam provocado guerras que muitos não desconfiavam.²⁷ Um autor que se tornou referência para outros, escreveu em 1934 que suas pesquisas

convenceram-no de que quasi todos os sangrentos conflitos do nosso tempo, tãda a luta, tãda a inquietação e ânsia de hegemonia são, no fim de contas, provocados sempre por uns poucos e mesmos homens; e que o objeto dessas lutas são sempre uns

²⁶ Ofício do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, à Embaixada brasileira em La Paz, em 18/06/1931. AHI, referência 23/4/12.

²⁷ Galarza (1970, pp. 30 e 31) afirma que a posse do petróleo pode tanto escravizar quanto libertar um povo, e que a luta para possuí-lo teria provocado guerras mundiais, coloniais, revoluções, golpes de Estado etc. “La historia de este siglo es, a la vez, la historia del petróleo.”

mesmos e poucos fatores, cuja posse disputam entre si: trigo, ferro, algodão, e – petróleo; êste, mais que todos. (ZISCHKA, 1936, p. 5)

Zischka não está só. Galarza (1970, p. 67) diz que “El mapa de los conflictos bélicos desencadenados por el Cártel Internacional del Petróleo se extiende a todos los continentes.” Desta forma, aponta as guerras da Argélia contra a França, Biafra contra Nigéria e mesmo a do Vietnã, como exemplos de sua afirmação. (Páginas 67 a 71). Acrescenta, respaldado por outros autores, que a Guerra do Chaco foi motivada pelos interesses antagônicos da Shell e da Standard Oil, e cita outro conflito em seu país, Equador, contra o Peru em 1941, cujas causas teriam sido as mesmas. (Páginas 72 a 99) Bergier (sem data) também segue este caminho, lembrando conflitos como o árabe-israelense e a instauração da ditadura na Grécia nos anos 70. Rasche (sem data, pp. 155 a 158)²⁸ também cita seus exemplos, como o conflito em torno da construção da ferrovia Berlim-Bagdá, que feria de morte o Império Britânico, pois também desembocaria numa região rica em petróleo. A Primeira Guerra Mundial, para ele, foi resultado desse conflito. A Segunda Guerra Mundial também teria no petróleo um motivo para o seu desencadeamento. (Sem data, pp. 158 a 160) “É a rapacidade dos Rockefeller e dos Deterding que cria as Venezuelas, os Orientes Médios – e os Hitlers.” (RASCHE, sem data, p. 220)²⁹

O petróleo era conhecido por povos antigos, no oriente e no ocidente, sendo usado de diversas maneiras, até como remédio ou mesmo como parte em rituais religiosos. Porém, foi na contemporaneidade que o homem deu-lhe um destino em meio ao capitalismo, industrializando e agregando-lhe um valor comercial em escala global:

²⁸ A tradução em português não possui data, porém, o prefácio do autor é assinado em 1951.

²⁹ Ainda que possa haver uma valorização excessiva do petróleo como pedra de toque de todos esses conflitos, um clássico no estudo do imperialismo, Bukharin (1988, p. 48) afirma que no capitalismo a guerra é “um dos métodos de concorrência capitalista”. Também, é “a lei imanente de uma sociedade chamada a produzir sob a pressão das leis cegas do mercado mundial que se desenvolve caoticamente – e não de uma sociedade capacitada para reger, conscientemente, o processo de produção.” A guerra, para ele, só é imperialista se seu elemento determinante for o capital financeiro. (Página 98)

Com o petróleo, poderes do demônio saíram do seu esconderijo no seio da terra: começou a caçada ao dinheiro, o almejar irrequieto dos homens e das nações pela riqueza. Desde o primeiro dia da preparação industrial do petróleo até hoje, não existia nenhuma outra matéria-prima com a qual se podia ganhar tanto dinheiro tão fácil e tão rapidamente. Bastava sentar-se junto à fonte para poder transformar o petróleo em ouro líquido. A ciência fez surgir do petróleo cinco mil produtos diversos e cada um deles trouxe mais ouro. (RASCHE, sem data, p. 14)

A historiografia registra 1858 como o início da pesquisa e da exploração do petróleo. Edwin Drake organizou naquele ano a Sêneca Oil Co. na Pensilvânia, e, com método semelhante ao de quem procura água (sistema de poços artesianos) – daí a lenda de que fora descoberto por acaso, quando se procurava água (MARINHO JR., 1989, p. 14) -, descobriu o primeiro poço de petróleo nos Estados Unidos na região de Oil Creek, em 1859, com produção de apenas 25 barris diários, mas suficientes para comercializá-lo. Antes, em 1857, a Romênia já o explorava com sua primeira refinaria. Na mesma época, Canadá, Rússia e Birmânia também o faziam, porém, nos EUA, o acontecimento representou um marco, pois foram adotadas técnicas modernas de exploração, transporte, através de oleodutos e comercialização, que depois espalhar-se-iam para os demais países (VICTOR, 1970, p. 28)

Atraídas pelo “ouro negro”, pessoas das mais diversas atividades dirigiram-se para a região de Titusville, e, entre elas, aquele que fez do petróleo a base de um império particular: John Rockefeller. De um empréstimo de 500 dólares obtido em 1858, em 1865 possuía 50 mil dólares; em 1870, com a fundação da Standard Oil Co of Ohio., o capital era já de um milhão; quinze anos depois, cem milhões, em 1900, um bilhão, e, em 1910, às vésperas da dissolução do truste pelo Ato Sherman, nos EUA, Rockefeller tinha um capital na Standard de dois bilhões de dólares.³⁰ (GALARZA, 1970, p. 33)

³⁰ Para mais informações sobre a Standard Oil Co. e seu fundador, John Rockefeller, ver item seguinte deste capítulo.

Entre os anos 1860-1880, tivemos o “ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência.” Neste período, os monopólios ainda eram embrionários. Após a crise de 1873, houve grande desenvolvimento dos cartéis, ainda que excepcionais. Na virada do século, “os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo.” (LENIN, 1982, p. 22)

No final do século XIX, portanto, os EUA teriam a maior indústria petrolífera do mundo. Além da Standard de Rockefeller, em 1901 surgiram dois concorrentes: a Gulf Oil Co. e a Texas Oil Co. (Texaco). A primeira pertencia a Andrés Mellon, ex-Secretário do Tesouro e ex-Embaixador dos EUA em Londres, o que facilitou a expansão mundial do truste. Já a Texaco, associada à Casa Morgan, cresceu devido a seus vínculos políticos e financeiros. (GALARZA, 1970, p. 34)³¹

Havia nos EUA, no começo do século XX, um “pentágono petrolífero”, formado pela Standard Oil Co (que por conta da lei antitruste se dividiu em Standard Oil of New Jersey, Standard Oil of New York e Standard Oil of Califórnia), pela Gulf e pela Texaco, “dentro de cuyo marco de hierro irían cayendo numerosos pueblos y centenares de millones de hombres de todas las razas.” (GALARZA, 1970, p. 34)

Além dos EUA, havia também a segunda força mundial do petróleo, a Inglaterra, com a British Petroleum e a empresa anglo-holandesa Royal Dutch-Shell. A primeira era controlada pelo governo³², a segunda foi resultado da fusão da Royal Dutch, fundada em 1890 para explorar petróleo nas Índias Holandesas, e da Shell Transport and Trading Co., dedicada ao transporte de combustíveis. Esta união deveu-se à tentativa de Rockefeller em absorver ambas, de modo que a fusão evitaria a incorporação e

³¹ “Na América, já não são nove, mas dois enormes bancos, os dos milionários Rockefeller e Morgan que reinam sobre um capital de bilhões de marcos.” (LENIN, 1982, pp. 39 e 40)

³² A este respeito, Lenin aponta a interpenetração dos monopólios privados e de Estado. Ainda que se referisse à Alemanha, suas afirmações cabem com relação à participação do Estado inglês na BP (British Petroleum) e na Shell: os monopólios estatais nunca tiveram como finalidade oferecer vantagens aos consumidores ou mesmo proporcionar lucros ao Estado, mas socorrer empresas privadas ameaçadas pela falência e mesmo somar forças na luta imperialista para partilhar o mundo. (1982, p. 71)

fortaleceria a posição de seus dirigentes, Henry Deterding – o “Napoleão do petróleo” –, da Royal, e Marcos Samuel, da Shell. Estes aproveitaram a “benção” dos banqueiros Rothschild³³, que queriam evitar a penetração da Standard nos mercados da Europa e da Ásia, onde os irmãos possuíam riquezas petrolíferas que abasteciam principalmente a Europa ocidental. (VICTOR, 1970, p. 47) Em 1900, a Royal Dutch comercializou 42 mil toneladas de petróleo; unida à Shell em 1907, obteve em 1929 a marca de 25 milhões de toneladas produzidas e transportadas. (MARINHO JR., 1989, pp. 26 e 27)

La Royal Dutch Shell y la BP [British Petroleum] se han unido frecuentemente para librar juntas la guerra contra los emperadores norteamericanos del petróleo. Porque desde el comienzo se trató de una verdadera guerra, en el mejor estilo de las películas gangsteriles de Estados Unidos. Los motivos de los choques han sido principalmente dos: la posesión de los recursos petrolíferos y la captura de los mercados internacionales. El escenario de esta guerra fue el mundo entero y los soldados victimados, casi todos los pueblos. (GALARZA, 1970, p. 35)

O fortalecimento dessas empresas foi estimulado pelo crescimento econômico e pela importância que o petróleo ganhou na contemporaneidade. Com a I Guerra Mundial, ficou claro que esse produto não poderia faltar a nenhum país que pretendesse estabelecer posições de vantagem sobre outros. “O petróleo chegou a ser uma grandeza autônoma, a ‘sexta grande potência’ que tomou parte na direção do destino do mundo, dos povos e das gentes.” (RASCHE, sem data, p. 15) Assim, houve também o incremento dos governos dos países centrais para a expansão desses trustes pelo mundo, com ações decisivas para o sucesso deles. Ainda que algum governante em particular fizesse restrições a um ou outro truste, havia a percepção de que a indústria do petróleo tornara-se estratégica para os interesses econômicos, de defesa e de soberania dos países. Quando não o apoio explícito, ocorria a influência do truste diretamente sobre funcionários e

³³ Lenin (1982, p. 29) afirma que “se não tomarmos em conta a função dos bancos, então, apenas teremos uma noção extremamente insuficiente, incompleta, limitada do efetivo poderio e do papel dos monopólios.”

agências governamentais na defesa de seus interesses mais imediatos. A Standard Oil tornou-se exemplar nestas práticas.

O CNP norte-americano (National Petroleum Council), criado em 1946, assegurava uma ligação com o governo. “Único ‘lobby’ representativo dos interesses privados de caráter oficial”, seus membros eram indicados pelo American Petroleum Institute e pagos pelas companhias que “os empregavam e os fizeram seus delegados ao mesmo tempo”. (O’CONNOR, 1959, pp. 153 e 154)

Charles Hughes, candidato derrotado à presidência dos EUA em 1916, presidente da Suprema Corte e secretário do Exterior, foi, à sua época, o principal conselheiro jurídico da Standard. (RASCHE, sem data, p. 19) No governo de Eisenhower, um cunhado de Rockefeller e presidente do Chase National Bank, Winthrop Aldrich, foi nomeado embaixador em Londres em 1952 (TANZER, 1972, p. 75), “onde poderia defender os interesses da Standard Oil e assegurar o contato com seus rivais britânicos”³⁴ (O’CONNOR, 1959, p. 161); na Marinha, maior consumidor de petróleo dos EUA, a Secretaria ficou também com outro homem da Standard, que conseguiu um abatimento fiscal de 27,5% para que a indústria petrolífera “reconstituísse as reservas”; e no Departamento de Justiça, Herbert Brownell defendeu publicamente o abrandamento da lei antitruste (O’CONNOR, 1959, p. 161).³⁵ Para Tanzer (1972, pp. 74 a 76), há testemunhas que atestam que John Foster Dulles, o secretário de Estado de Eisenhower, foi o membro principal da firma jurídica da Standard Oil of New Jersey (a Sullivan e Cromwell).³⁶ Para Frondizi, as empresas do setor tornavam-se executoras da política internacional de seus países:

³⁴ Em 1952, também, a Bolívia delimitou a área a ser explorada pelo Brasil prevista no Tratado de 1938. Em 1958, com os Acordos de Roboré, diminuiu-a ainda mais.

³⁵ Segundo Hilferding (1973, p. 417), “La clase capitalista toma posesión de la organización estatal directamente, de un modo descarado y palmario, y la convierte en instrumento de sus intereses de explotación en una forma que incluso es perceptible hasta para el último proletario (...)”

³⁶ Para mais nomes vinculados às empresas petrolíferas dos EUA e da Inglaterra aos seus respectivos governos, ver Tanzer (1972), principalmente capítulo V. A historiografia, no

Cuando las empresas petroleras no pueden vencer por sus propios medios los obstáculos que se oponen a sus designios, los estados nacionales de las mismas intervienen prestándoles amplio apoyo con todo su aparato militar y diplomático, a fin de que sus empresas consigan lo que se proponen. De esta manera, las empresas petroleras dejan de ser entidades industriales con objetivos puramente comerciales, para convertirse en elementos importantes de la política internacional de sus respectivos Estados. (1956, p. XVIII)

Segundo Tanzer (1972, p. 29), ex-funcionário da Standard Oil of New Jersey, onde exerceu a função de economista, os EUA foi o governo mais importante para a indústria petrolífera por abrigar cinco das sete maiores empresas do setor. Admitindo e elencando vários exemplos de influência governamental a favor das companhias de petróleo, afirma que os governos centrais ocidentais interferem a favor delas devido à necessidade de assegurar suprimentos energéticos vitais; querem minimizar o impacto negativo e maximizar o impacto positivo do petróleo no balanço de pagamentos, e, por fim, apóiam suas respectivas companhias para garantir estas duas primeiras metas e “também porque essas companhias muitas vezes são importantes potências.” (Página 30)

Mas, não foi somente nos EUA que existiu essa relação tão íntima. Na Inglaterra de 1908, Winston Churchill, quando primeiro Lord do Almirantado (a Marinha era a principal compradora de petróleo, ainda mais num período de preparação da Primeira Guerra Mundial), travou amizade com Henry Deterding, da Royal Dutch-Shell. Em contato estreito com este truste, “Churchill foi uma das forças propulsoras que fizeram do petróleo um fator notável da política mundial. Disso temos hoje inúmeras provas.” (RASCHE, sem data, pp. 50 e 51)³⁷

entanto, costuma faltar-se com estas fontes, de maneira que dificilmente um livro não traz algumas destas referências.

³⁷ O capital monopolista, característica primordial dessa fase, distingue-se do capital concorrencial, sobretudo porque incorporou poder. Assim, há uma aliança entre bancos, indústrias e governo, ou, poder financeiro, poder econômico e poder político, não que eles estejam separados totalmente. “A ‘união pessoal’ dos bancos e das indústrias é complementada pela ‘união pessoal’ de uns e outros com o governo.” (LENIN, 1982, p. 41)

Até o FMI, que em princípio poderia parecer neutro, jogou a favor dessas companhias e de seus governos, não emprestando dinheiro a países subdesenvolvidos para investimento no setor de petróleo. Ainda, para favorecer os trustes internacionais, “aconselhava” estes países a não utilizarem seus poucos recursos em empresas estatais de petróleo. (TANZER, 1972, p. 33)

A aceitação da relação simbiótica entre as companhias petrolíferas internacionais e seus governos centrais é indubitavelmente fortalecida por dois fatores. Primeiro: tanto os governos como as companhias petrolíferas operam dentro das estruturas conceituais que defendem a livre empresa e a propriedade privada. Segundo: isto se torna ainda mais expressivo pelo fato de haver um fluxo bidirecional de pessoal entre o governo e as companhias petrolíferas internacionais. (TANZER, 1972, p. 73)

Apesar dessa “relação simbiótica”, os trustes internacionais ainda assim reforçaram suas posições em 1928,³⁸ quando formaram o cartel do petróleo.³⁹ Num momento em que a produção do Oriente Médio ameaçou inundar o mundo rebaixando seus preços, os sócios da Iraq Petroleum – Royal Dutch-Shell, British Petroleum e Standard Oil of New Jersey (Esso) – reuniram-se no Castelo de Achnacarry, na Escócia, e definiram pontos comuns para segurar a produção e conseqüentemente os preços e os lucros. Dividiram mercados, fontes de produção, transporte e distribuição em todo o mundo (com exceção da URSS). (O’CONNOR, 1962, pp. 442 e 443; MANGABEIRA, 1964, p. 21 e GALARZA, 1970, p. 36)

As “7 irmãs”, como ficaram conhecidas – pois às três companhias juntaram-se depois a Standard Oil of Califórnia (Socal), a Standard Oil of New York (Socony ou Mobil), a Texas Oil Co. (Texaco) e a

³⁸ Segundo Hilferding (1973, p. 389), em tempos de depressão há um risco maior de formação de cartéis, como uma forma dos grandes capitalistas atenuarem, para si, a crise do sistema.

³⁹ “El *cartel* es una comunidad de intereses, a ser posible de todas las empresas, con el fin de aumentar los precios, y, con ello, el beneficio, mediante la exclusión más completa posible de la competencia. Por consiguiente, el cartel es *una comunidad de intereses monopolistas*.” (HILFERDING, 1973, p. 218)

Gulf Co. -, combinaram uma forma de cálculo do preço do petróleo que o tornava lucrativo todo o tempo em todo o mundo:

O preço de todo petróleo, onde quer que fosse vendido, fosse lá por quem fosse, era baseado sobre o preço de custo do petróleo do Texas, o mais caro de todos, mais um benefício reputado normal, mais uma tarifa média de transporte para o país que fosse. É evidente que um tal [sic] sistema aplicado aos petróleos brutos baratos da Venezuela ou do Golfo Pérsico carregava somas fantásticas – das quais uma boa parte era utilizada para fins de propaganda, de espionagem, de revoluções, de pressões políticas e tráficos de influência diversas (...) (BERGIER, sem data, pp. 168 e 169)

Desta maneira, se o petróleo fosse levado para a Europa, por exemplo, ainda que em viagem breve pelo Mediterrâneo, o consumidor pagaria um preço levando em conta o transporte do Texas até a Europa, cruzando todo o Atlântico. E quando se falava em “preços internacionais” no Brasil ou mesmo na exploração do petróleo boliviano, era exatamente isso que se queria dizer: o preço do barril calculado como se viesse do Texas, e não de alguma jazida no próprio país. A expressão “preços internacionais”, neste sentido, significava pagar o preço mais alto pelo barril de petróleo, o que vigorou de 1928 até final dos anos 50. É assim também que devem ser entendidos os esforços dos trustes para dominar as reservas de petróleo no mundo todo, particularmente, no nosso caso, da América do Sul, e deixá-las guardadas estrategicamente para exploração futura quando as zonas em exploração estivessem em vias de escassear.

Segundo O'Connor, a criação do cartel representou, num plano mundial, o que a Standard Oil Trust realizara, em 1880, no plano interno nos EUA: evitar a superprodução, a guerra de preços, a expansão demasiada das refinarias etc.⁴⁰ Estes problemas, segundo ele, foram resolvidos por pelo menos trinta anos (1962, p. 443), ou seja, até o momento em que Brasil e Bolívia assinaram os Acordos de Roboré.

⁴⁰ Lenin (1982, p. 35) sintetizou bem, ao afirmar que “Os capitalistas dispersos acabam por constituir apenas um único capitalista coletivo.”

Das “7 irmãs”, cinco eram dos EUA, formando o “pentágono petrolífero” (GALARZA, 1970, p. 34), sendo três da “família” Rockefeller: A Esso (Standard Oil of New Jersey), a Mobil (Standard Oil of New York, ou Socony) e a Socal (Standard Oil of Califórnia). Segundo Sardenberg (1977, p. 139), os países possuidores das maiores reservas de petróleo, por força do cartel, permaneciam ainda, nos idos de 1970, “nações atrasadas, subdesenvolvidas, onde populações miseráveis pisam sobre terras de fabulosas riquezas.” No começo dos anos 70, no entanto, “os governos dessas nações começaram a assumir o controle do seu petróleo, no momento em que já se antevê o esgotamento das reservas.” Estes governos levariam, ainda, a culpa pelo alto preço do petróleo:

As transnacionais, em conclusão, passaram por tudo esplendidamente. Capturaram o petróleo e o distribuíram para que o mundo o queimasse à larga. Quando esse petróleo barato entrou em perspectiva de escassear, e surgiu a hora dos investimentos caros no Alaska e Mar do Norte, motivo pelo qual seus preços necessariamente haveriam de subir, “passaram” aos governos locais o “trabalho sujo” de decretar os aumentos. (SARDENBERG, 1977, p. 139)

Mesmo contando com o apoio decidido de governos centrais, e até com a formação do cartel, os grandes trustes utilizaram também o boicote como forma de pressionar países exportadores e importadores de petróleo. No primeiro caso, para tentar reverter processos de nacionalização desse recurso mineral, as companhias pressionaram a Rússia a partir da Revolução de 1917, o México e a Bolívia, por causa das nacionalizações de 1938 e o Irã, pelo mesmo motivo, com a nacionalização ocorrida em 1951. Neste último, essas ações resultaram, com o apoio dos governos centrais, na queda do governo e no restabelecimento dos interesses dos trustes no país em 1953. No segundo caso, um exemplo de boicote a um país importador foi a Itália, por conta da invasão da Etiópia em 1935, e, o boicote mais famoso lançado sobre um país subdesenvolvido e importador de petróleo foi Cuba, por causa da Revolução de 1959. (TANZER, 1972, pp. 271 a 312)

Muitos obstáculos foram enfrentados e afastados pelos trustes a fim de satisfazer o insaciável apetite de lucros e poder, porém, segundo O'Connor, "O único perigo – mais seriamente ameaçador – é a mobilização dos povos e das nações. As companhias enfrentam isso resolutamente, às expensas do Tesouro público, amontoando armas sôbre armas." (1959, p. 28) Para Frondizi, foi a questão do petróleo que teria despertado "a consciência nacional antiimperialista" no mundo todo. (1956, p. LVII)

1.3.1 - A Standard Oil Co.

Diz O'Connor que "Drake extraiu o petróleo da terra, mas John D. Rockefeller extraiu o dinheiro do petróleo." (O'Connor, 1959, p. 29) De fato, o primeiro truste de petróleo foi organizado por John Rockefeller em 1870. Os métodos utilizados para construir seu império arrepriariam qualquer liberal, mesmo os menos ortodoxos. A partir da idéia de dominar a indústria do refino, e, depois, dos meios de transporte, alcançou em pouco tempo o controle de boa parte do petróleo produzido nos EUA, lançando depois seus tentáculos a outros países da América e de outros continentes. Corrupção, ruína de concorrentes, crises de desemprego, práticas de comércio predatórias e ilegais, entre outros, foram os expedientes utilizados para construir o primeiro império petrolífero mundial, contrastando com seu depoimento explicando seu sucesso: "Aplicação, trabalho árduo, cérebro claro, economia e confiança em si mesmo, eis as chaves para o êxito." (ZISCHKA, 1936, p. 158)⁴¹

Rockefeller eliminou os refinadores independentes de petróleo em 1872, ao adquirir 21 das 26 refinarias da região de Cleveland. Conforme a Standard Oil of Ohio crescia, diminuía o poder de resistência dos pequenos refinadores, que tinham as opções de vender suas refinarias, a preço abaixo de seu real valor, ou se associar a Rockefeller. Em 1874, o empresário

⁴¹ Depoimento de John Rockefeller a Anton Zischka, reproduzido em sua obra (ZISCHKA, 1936, pp. 157 a 161).

voltou-se às refinarias de Pittsburgh, Nova York, Filadélfia, Virgínia e sul de Ohio, de forma que, em 1875, cerca de 1/5 das refinarias norte-americanas estavam sob seu controle. (MARINHO JR., 1989, pp. 18 e 19) Segundo Bergier (sem data, p. 37), como havia muitos produtores e refinarias, havia também milhares de variedades do produto, daí a idéia de oferecer ao público um produto *standard*, ou seja, de qualidade padronizada e confiável. Mas, para isso,

a Standard Oil recebia das empresas ferroviárias informações confidenciais sobre a quantidade de petróleo despachado pelos competidores e nomes dos seus clientes. Em seguida, propunha a estes a venda do produto por preço inferior, eliminando, desta forma, os seus rivais. (VICTOR, 1970, p. 42)

Com relação ao transporte, Rockefeller completou sua “integração horizontal do refino” em 1878, quando se lançou à conquista do único meio de transporte à longa distância, e, por isto, o setor que mais lucrava, pois cobrava tarifas altas que deixavam para trás produtores e refinadores. “O monopólio do grupo Standard Oil seria a consequência direta do seu contrário, a violenta concorrência existente entre as ferrovias.” (MARINHO JR., 1989, p. 20) Assim, em 1876 a companhia já controlava troncos ferroviários importantes, e, quando empresas do setor juntaram-se para enfrentar o poderio de Rockefeller, o resultado foi uma concorrência desleal e brutal que levou-as à bancarrota e à anexação pela Standard por preços irrisórios. (Idem, p. 20)⁴²

Se em 1870, no ano de sua fundação, a Standard Oil respondia por 3% do petróleo refinado nos EUA (VICTOR, 1970, p. 40), em 1880 já

⁴² “Se, por exemplo, um truste elabora, ao lado de determinado produto essencial, um derivado qualquer, passa a aspirar, em seguida, à conquista do monopólio desse ramo de produção – o que, por sua vez, impele, como resultado, à produção, em base de monopólio, dos produtos que poderiam substituir esse derivado. A seguir, é a produção das matérias-primas que, por seu turno, se transforma em objeto dessa mesma cobiça, e assim por diante. Criam-se, dessa forma, combinações difíceis de entender à primeira vista, tais como a união das indústrias dos metais e do cimento, do petróleo e da glicose etc.” (BUKHARIN, 1988, p. 63)

controlava 90% da produção de petróleo e derivados (MARINHO JR., 1989, p. 23 e SARDENBERG, 1977, p. 141):

Em 1882, no Governo de Chester Arthur, a Standard Oil já era uma poderosa organização petrolífera, tendo eliminado os seus principais concorrentes, através dos métodos mais inescrupulosos. Era uma associação de quarenta e cinco empresas, entre elas a Standard Oil of New Jersey, fundada em 2 de janeiro daquele ano. Elas se subdividiam em dezenove sociedades, as quais mantinham o controle de outras vinte e seis, sob a presidência de John Rockefeller. (VICTOR, 1970, p. 43)

Em 1882 foi criada a Standard Oil Trust, resultado da fusão de quarenta companhias sob o comando de Rockefeller. Lembremos que a palavra trust (to trust) significa ter confiança, ou seja, “as partes em questão confiam na direção que em seu lugar toma decisões importantes.” (BERGIER, sem data, pp. 37 e 38). Em 1897 o nome foi mudado para Standard Oil of New Jersey, tornando-se à época a companhia mais poderosa do mundo.⁴³

Para desbancar a concorrência nos mercados europeu e extremo-oriental, Rockefeller tentou em 1898 comprar parte das ações da Royal Dutch na bolsa de Amsterdã, objetivando controlar esta empresa no futuro. A operação fracassou graças ao banco dos irmãos Rothschild, que socorreu Henry Deterding (RASCHE, sem data, p. 48), mais em razão de suas diferenças e pela competição com Rockefeller do que por alguma admiração pessoal pelo presidente da Royal Dutch. Daí para frente, no entanto, fariam negócios e se tornariam mais próximos.

Para escapar da lei antitruste, a Standard utilizou a compra de parlamentares e tribunais, o que, mesmo assim, não evitou algum aborrecimento (como o pagamento de pequenas multas e outras penalidades), apesar de que, quando se tratava de explorar outros países, o apoio do governo norte-americano não lhe foi negado. (SARDENBERG,

⁴³ Bukharin cita a Standard Oil Co. como um dos dois grandes e principais trusts daquele momento. O outro seria a United States Steel Corporation. (1988, p. 61)

1977, p. 141)⁴⁴ Em 1907, segundo Mário Victor, no governo de Theodore Roosevelt a Standard Oil foi a empresa com maior número de acusações nos tribunais do país, tendo em 1911, por força da acusação de cercear a livre atividade e violação da lei antitruste (o ato Sherman), a pena de dissolver o conglomerado. Àquela altura, Rockefeller controlava 115 empresas, e o truste se dividiu em 33 corporações⁴⁵ (VICTOR, 1970, pp. 45 e 46), das quais as mais conhecidas são a Standard Oil of New Jersey (conhecida como Esso, e também Exxon) e a Standard Oil of New York, ou pela abreviação Socony, também conhecida como Mobil. “Entre as maiores companhias petrolíferas do mundo, a Exxon é a primeira, a Mobil, a terceira. E embora separadas, persiste a predominância da família Rockefeller nas duas empresas.” (SARDENBERG, 1977, p. 141)

O presidente Theodore Roosevelt era inimigo fidalgo, irreconciliável, do truste *Standard*. Rockefeller havia transferido a empresa matriz de Ohio para Nova Jersey, porque lá as leis não eram executadas com tanta severidade. (RASCHE, sem data, p. 144)

Na Venezuela, a Standard apresentava-se como Creole Petroleum, e, em 1960, esta contribuiu com um terço dos lucros do conglomerado (205 milhões de dólares). Na Colômbia, adotou o nome de Tropical Oil, e tinha em mãos a principal zona produtora; no Canadá, a Imperial Oil controlava 17% da produção nacional. Na Arábia Saudita, a produção nacional era monopolizada pela Aramco (Arabian American Oil Company), um consórcio de trustes, e a Standard tinha 30% de seu capital. Ainda nessa região, controlava 20% do capital da Irak Petroleum, que nos anos 50 conseguiu lucros anuais da ordem de 200 milhões de dólares. Na

⁴⁴ Além de uma preocupação de Estado nos EUA, o estabelecimento e conservação de reservas petrolíferas sem exploração no exterior por capitais norte-americanos foram reforçados por declarações, como a do Presidente Coolidge, em 1927, afirmando que “a pessoa e a propriedade de um cidadão (estadunidense) [sic] são uma parte do domínio da Nação, ainda quando esteja no exterior.” (Apud FRONDIZI, 1956, p. 193) Em 1947, a OSS admitiu que a única empresa petrolífera norte-americana na Argentina era a Standard Oil, e que seus interesses e crescimento eram atrapalhados pelos “privilégios” de que gozaria a estatal YPF. (Rolo V, fotograma 0729, 15/08/1947, p. 11)

⁴⁵ Para o nome completo de todas as empresas, ver Victor (1970, p. 46).

Indonésia, o controle da Standard subia a 50% dos capitais investidos na indústria petrolífera, além de refinarias construídas na então Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Holanda, Noruega, Austrália, Filipinas e Japão. (GALARZA, 1970, pp. 36 e 37)

No Brasil, como o monopólio da Petrobrás não se estendia à distribuição, esta se encontrava nas mãos da Standard Oil of New Jersey, Shell, Gulf, Texaco e Atlantic, e algumas firmas locais pequenas. (O'CONNOR, 1962, pp. 190 e 191) Outro tentáculo da Standard Oil era a Pan American International, subsidiária da Standard de Indiana (O'CONNOR, 1962, 215). A Pan American foi a empresa que, segundo as investigações da CPI que investigou os Acordos de Roboré e dados da historiografia brasileira no período, Roberto Campos tentou favorecer, pressionando as empresas brasileiras que explorariam na Bolívia a tomar “empréstimos aleatórios” com o truste de Rockefeller.⁴⁶

O truste de Rockefeller tinha extensões em outros ramos, como fazendas de gado e de arroz na Venezuela, de café no Equador, hotéis em Porto Rico e bancos, como o Chase Manhattan, fundações, empresas de urbanização e ações em bancos estrangeiros.⁴⁷ (GALARZA, 1970, pp. 38 e 39) Segundo a revista *Fortune*, de maio de 1970, a Standard de New Jersey, a de New York e a da Califórnia teriam um capital, somente estas três, da ordem de quase 19 bilhões, com um lucro líquido, no mesmo ano, de quase 2 bilhões de dólares. (GALARZA, 1970, p. 45)⁴⁸

A rejeição a seu nome era tamanha, que Rockefeller contratou um profissional para melhorar sua imagem, daí a criação de uma fundação e

⁴⁶ Assunto desenvolvido no capítulo 3 desta tese.

⁴⁷ “Na América, 2 bancos têm o monopólio em suas mãos: o National City Bank (Rockefeller) e o National Bank of Commerce (Morgan). Deles depende, sob múltiplas formas, uma infinidade de empresas industriais e de bancos ligados entre si.” Mais à frente, com dados de Nazarevsky (sem referência), Bukharin afirma que Rockefeller tinha 3350 bancos como clientes, e Morgan outros 2757. “ ‘Sem eles, nenhum outro truste pode formar-se. É o ‘monopólio da produção dos monopólios’ (monopoly of monopoly making).” (BUKHARIN, 1988, p. 65)

⁴⁸ Esses números são parecidos em toda a historiografia, variando apenas porque são tomados, em cada obra, anos diferentes para apontar-se capital e lucro líquido da Standard Oil Co.

de algumas obras assistenciais para mostrar-se mais humano ao público. Bergier (sem data, p. 38) afirma que ele teria sido o criador do primeiro *relações-públicas*. Ainda assim, a imagem de Rockefeller ficou associada ao empresário que não poupou esforços, dinheiro, sangue (dos outros) e influência para concentrar capital e negócios em torno da indústria petrolífera.

Capítulo 2 - Os Acordos de Roboré e seu contexto no Brasil : o nacional-desenvolvimentismo

Em 29 de março de 1958, Brasil e Bolívia assinaram os Acordos de Roboré. Num total de 31 documentos, sendo 10 convênios, 11 protocolos e 10 notas reversais⁴⁹, a principal questão abordada pelos mesmos, ou pelo menos a mais polêmica, referia-se à exploração de petróleo e gás natural em território boliviano por empresas privadas brasileiras.

Quando José Carlos de Macedo Soares e Manuel Barrau Pelaéz, chanceleres de Brasil e Bolívia, respectivamente, assinaram esses acordos, os dois vizinhos estavam retomando um tratado acertado 20 anos antes, em 1938, que, apesar do tempo, não saiu do papel. Logo que assumiu o ministério, Macedo Soares e seu colega boliviano analisaram esse documento, e, após revisão de alguns pontos e extensão de cooperação em outros setores, assinaram na cidade de Roboré, na Bolívia, aqueles que, segundo a imprensa, eram acordos que marcariam época na história do continente.⁵⁰

Em 1938, o tratado previa prospecção e sondagem em território boliviano, numa parceria entre empresas brasileiras e bolivianas, em sociedades de capital misto. Somente em nota reversal de 1952, porém, estabeleceu-se a área precisa para exploração: 32.000 km². No governo Café Filho, entendendo que o Brasil não cumpriria a sua parte, o Presidente Paz Estenssoro cobrou uma posição do país, pedindo que o governo brasileiro abrisse mão da área delimitada para que a Bolívia a explorasse (ou entregasse a quem o quisesse). Ao assumir o ministério das Relações Exteriores, em 1956, Macedo Soares viu a nota de Café Filho sobre a desistência do Brasil no tratado e, aproveitando a visita do recém-eleito presidente boliviano ao Brasil, iniciou novos entendimentos no sentido de reatar o acordo. Naquele ano, assumiram a presidência de seus respectivos países, Juscelino Kubitschek, em janeiro, e Hernán Siles Zuazo, em agosto. Este último propôs, então, que os dois chanceleres se encontrassem na

⁴⁹ Notas reversais são instrumentos diplomáticos que os países utilizam para atualizar ou esclarecer pontos de um tratado firmado anteriormente.

⁵⁰ Veja-se, por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, em 01/04/1958, página 48.

fronteira entre os dois países e discutissem o assunto. Daí resultaram os 31 documentos apontados anteriormente.

2.1 - Os acordos

Ainda que a pedra de toque dos acordos firmados fosse o petróleo, numa década em que, no Brasil, tanta discussão havia gerado – com a questão da Petrobrás –, havia outros compromissos firmados que compunham a totalidade dos entendimentos entre os dois países. Assim, um convênio cultural previa o intercâmbio de pessoas, informações e material educativo, professores, bolsistas e reconhecimento recíproco de diplomas universitários. No campo comercial, estimava-se o intercâmbio de artigos e gado, a instalação de uma agência do Banco do Brasil em La Paz, créditos para a borracha produzida na Bolívia e compra dessa borracha, além da abertura dos portos brasileiros (Belém, Manaus, Porto Velho, Corumbá e Santos) para circulação e operações comerciais do país vizinho. Ainda, o Brasil facilitaria a aquisição de terrenos para construção de armazéns em nosso território, bem como a instalação de telégrafo ligando Santa Cruz de la Sierra à Corumbá. Seria criada, também, uma comissão especial para estudar a construção da estrada de ferro ligando essas duas localidades, e o Brasil liberaria, imediatamente, oitocentos milhões de cruzeiros iniciais para a realização destes projetos.

Com relação ao petróleo boliviano, firmava-se que a zona de estudos, referida nas notas reversais de 17/01/1952 seria dividida em duas áreas: Área “A”, no norte, com 60% da referida zona, concedida à YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), e Área “B”, no sul, com 40% da referida zona, para pesquisa e lavra por empresas privadas de capitais brasileiros, concessão sujeita ao Código do Petróleo da Bolívia, aprovado por lei em 29/01/1956. As empresas estariam sujeitas às leis da Bolívia, renunciando a toda reclamação diplomática.

As empresas brasileiras receberiam o mesmo tratamento dispensado à YPFB. Elas fariam os pedidos e obteriam os títulos de concessão do governo brasileiro no prazo máximo de 18 meses, ficando à disposição do governo boliviano as áreas não solicitadas nem concedidas. As pessoas físicas bolivianas poderiam tomar parte como acionistas das empresas brasileiras.

Quando alcançada a produção suficiente para satisfazer as necessidades de consumo da Bolívia, este país comprometia-se a vender, e o Brasil a comprar, até 100 mil barris diários de petróleo cru, em condições e preços do mercado internacional, pelo tempo em que as empresas operassem na Bolívia, segundo o seu Código do Petróleo.

Para atingir a meta de 100 mil barris diários para o Brasil, a produção da YPFB poderia ser destinada a esse fim, e, de acordo com a conveniência dos dois países, esses volumes poderiam ser aumentados. O Brasil se comprometia a comprar até 5 mil barris de petróleo por dia da YPFB, em condições e preços do mercado internacional. Cobertos os 100 mil barris diários de petróleo ao Brasil, as empresas brasileiras poderiam comercializar o excedente em outros mercados.

Se a produção e as reservas das áreas “A” e “B” justificassem, seria construído um oleoduto a fim de abastecer o mercado brasileiro e outros mercados, podendo partir de qualquer das duas áreas e findando no porto de Santos. Sendo conveniente à Bolívia, o Brasil concederia crédito necessário à construção de oleoduto em território boliviano, reembolsável em petróleo, obra que pertenceria à YPFB.

Com relação ao gás natural, a Bolívia se comprometia a vender, e o Brasil a comprar, nas condições e preços do mercado internacional, todo o gás produzido pelas empresas brasileiras na Área “B”. A exemplo do petróleo, os países acordavam também com relação à construção de um gasoduto assim que a produção justificasse tal investimento. Caso a capacidade do oleoduto e do gasoduto fosse ultrapassada, os dois países

estudariam a execução de novas obras visando o escoamento para o Brasil e outros mercados.

Ligado ao petróleo e ao gás natural, estavam todos os outros hidrocarbonetos, prevendo-se para eles os mesmos itens anteriores, porém, anotava-se a possibilidade da produção da Área “A”, da YPFB, e de outras áreas exploradas, servirem ao Brasil, com pagamento previsto em dólares. Também, os hidrocarbonetos exportados da Bolívia pelo território brasileiro, teriam livre trânsito e isenção de todo imposto fiscal, a título de trânsito, quer federal, estadual ou municipal.

Por fim, as somas investidas pelo Brasil nos estudos da Comissão Mista referente ao Tratado de 1938 seriam reembolsadas em dólares americanos pela YPFB, ficando extinta a referida comissão.

A grande questão desses acordos, que atualizavam o Tratado de 1938, referia-se à Petrobrás. Quando os chanceleres nomeados por Getúlio Vargas e Germán Busch, presidentes de Brasil e Bolívia à época, assinaram o Tratado original, não havia esse empecilho. Em meio à ditadura do Estado Novo, esse tratado sequer foi submetido ao parlamento brasileiro, e, como a campanha pelo petróleo ainda não começara, previa-se sem problemas a exploração do petróleo boliviano por empresas privadas de capital misto brasileiro-bolivianas.⁵¹

Naquele ano, no entanto, a YPFB, estatal boliviana responsável pela exploração do petróleo naquele país, retomou concessões da Standard Oil Co., numa ofensiva iniciada após a Guerra do Chaco.⁵² Vinte anos depois, a situação invertera-se, pois, com o novo Código de Petróleo boliviano, a

⁵¹ Em todas as constituições brasileiras, a prerrogativa em estabelecer relações e firmar tratados com outros países é do presidente da República, e, mesmo a partir de 1824, era do Imperador. No entanto, em todas elas, mesmo a de 1824, com Poder Moderador e tudo o mais, há a necessidade de submetê-los ao crivo do Legislativo. Assim, a Constituição de 1937 estabelecia no artigo 74, alínea c, que a celebração de convenções e tratados internacionais pelo presidente deveria passar pelo referendo do Poder Legislativo. (BRASIL, 2000, p. 589) Como se tratasse de uma ditadura, e apesar desta constituição ter sido feita sob encomenda do novo regime, esse item não foi observado. O problema vai ser em 1958, quando Juscelino não submete os Acordos de Roboré ao mesmo Legislativo. Este ponto será retomado no capítulo 3 desta tese.

⁵² Esse tema está desenvolvido no capítulo 4 desta tese.

YPFB perdeu poder e definitivamente o monopólio de exploração, ao passo que, no Brasil, com a Petrobrás, criada em 1953, ocorria o oposto.

Quando as discussões em torno do tratado foram retomadas, apareceu um “bode” na sala de negociações: como sustentar a cláusula que reservava a exploração do petróleo boliviano somente a empresas de capital privado, quando, no Brasil, esse mesmo capital era impedido, para efeitos de exploração do petróleo? Ou, se preferirmos, como deixar a Petrobrás de fora dessa exploração, favorecendo o capital privado, quando o petróleo era tratado como questão de soberania e segurança nacional? Estas últimas não ficariam em perigo, uma vez que, explorando em território boliviano, as empresas privadas poderiam acumular força e reivindicar com êxito a exploração também no Brasil? Como sustentar que o capital privado na exploração do petróleo em território brasileiro era “ruim”, e na Bolívia, em nome do Brasil, era “bom”?

Assim, uma vez assinados, os Acordos de Roboré suscitam um intenso debate em torno dessas e outras questões que tentaremos desenvolver. Fundamentalmente, apresentam-se três hipóteses para consecução dos acordos: como diz o texto, entregar a exploração a empresas de capital privado nacional; conseguir associação do capital privado nacional com o capital privado estrangeiro para efetuar a exploração⁵³, e, por fim, estender o monopólio estatal do petróleo para território boliviano, permitindo somente à Petrobrás a exploração daquela riqueza. Para que este último item fosse possível, teríamos que “combinar com os adversários”, os bolivianos.

O BNDE, como órgão fundamental no projeto desenvolvimentista, seja como formulador, seja como executor da política econômica, ficou encarregado de financiar as empresas que iriam explorar o petróleo boliviano. Era presidido, à época, por Roberto Campos⁵⁴, que, ainda

⁵³ O que não era difícil, pois, a simples presença desta hipótese remete à influência desse mesmo capital estrangeiro sobre seus defensores no Brasil, dentro e fora do governo. Veremos isso mais adiante.

⁵⁴ Durante o governo JK, o BNDE teve três presidentes: Lucas Lopes, de 01/02/1956 a 11/08/1958, Roberto Campos, de 11/08/1958 a 21/07/1959 e Lúcio Meira, de 21/07/1959 a 21/02/1961.

que desenvolvimentista, não era nacionalista⁵⁵, e tomou partido pela associação do capital nacional, em sua opinião incipiente, com o grande capital estrangeiro, este sim com volume e condições de empreender, em sua opinião, aquela exploração de maneira eficaz. A posição de Campos era fundamental, uma vez que ele presidia o órgão que liberava e coordenava, na prática, os recursos e as empresas que explorariam na Bolívia. “*Estatal sem monopólio*, era o meu lema na época.” (CAMPOS, 1994, p. 75, grifo do autor.)

Numa época em que o Estado assumiu a frente de um projeto de desenvolvimento, e em que órgãos como o BNDE, recentemente criado, fossem utilizados para esse propósito, a burocracia de Estado ganhou substancial importância, uma vez que teve em suas mãos o poder e os recursos para executar as políticas necessárias para alcançar aquele objetivo. Há certo nacionalismo no aparelho de Estado, na medida em que o burocrata se sente acima de qualquer classe social e defensor do interesse nacional. Como no Estado burguês não há necessariamente o predomínio da classe exploradora no aparelho estatal – uma vez que a burocracia é escolhida, pelo menos formalmente, pelo critério do mérito –, tende-se a reforçar a idéia de que a burocracia é uma espécie de “classe universal”, como a definiu Hegel (2003, terceira seção).⁵⁶

Tentando despolitizar a discussão, Campos apresentava-se como um “técnico”, e igualmente “técnicas” as decisões do BNDE. Como o discurso muitas vezes mais oculta do que revela, sob a capa desse tecnicismo escondiam-se decisões políticas que respondiam pela

⁵⁵ Bielschowsky (2000, pp. 103 a 127) designa Roberto Campos como um “desenvolvimentista não nacionalista”, representante da ala mais conservadora do desenvolvimentismo. Campos, por outro lado, prefere a expressão “desenvolvimentista liberal”, e se diz também nacionalista, só que com outro método, pois acreditava ser imprescindível a participação do capital estrangeiro mesmo em setores estratégicos para o desenvolvimento do país. (CAMPOS, 1994, p. 197)

⁵⁶ Os burocratas (militares e civis) supõem-se acima dos interesses imediatos das classes, julgando-se capazes de definir o melhor para a nação. Num sentido popular, burocracia é a ineficiência, o excesso de papel, a demora, o autoritarismo. Em Weber (1971), é a melhor forma de administração que a humanidade já concebeu. Os marxistas entendem que a burocracia é mantida e tem sua razão de ser numa sociedade de classes, portanto, como elemento fundamental também para a exploração capitalista.

implementação da política de Estado desde 1952, com a fundação do banco, e da política de governo do governo JK.⁵⁷ Campos acusava os “nacionalistas estatistas” (definição dele para os defensores do monopólio da Petrobrás) de “demagógicos” e “irracionais”. (CAMPOS, 1994, 374 a 376) Precisamos saber, então, o que o autor entende por racionalidade, uma vez que, como lembrou Almeida (2006, p. 29), o que é racional para a burguesia pode não parecê-lo aos trabalhadores.

Quando a postura de Campos e Lucas Lopes - que o acompanhava na posição referente aos Acordos de Roboré -, colidiu com o setor por ele denominado “demagógico”, colocando em risco a própria estabilidade do governo, o presidente da República, “racionalmente”, demitiu a ambos, e reacomodou as forças que o apoiavam para que o governo seguisse até janeiro de 1961. Neste ponto, os militares nacionalistas, com o marechal Lott à frente, levaram a melhor, e JK foi hábil na disposição dessas forças em conflito.

Por trás dos acordos e de suas discussões, havia o embate entre nacionalismo e liberalismo, ou, se preferirmos, nacionalistas e liberais. Assim, estas vertentes político-ideológicas se apresentam como respostas às questões da soberania, nação, e, num plano maior, ao próprio capitalismo. Mas, se assim é, quais são os limites e as características destes elementos ideológicos? Aos nacionalistas, por exemplo, levaríamos a seguinte questão: trata-se um nacionalismo defendido e estendido a todos, inclusive à Bolívia, ou esse ideário está a serviço da construção e constituição de um Brasil avesso ao capital externo na exploração de petróleo, porém favorável à injeção, neste setor, de capitais nacionais (Petrobrás e/ou empresas privadas brasileiras, estrangeiros para os bolivianos) na Bolívia?

Em conferência na FIESP, poucos dias após a assinatura dos acordos, o chanceler brasileiro os apresentou à platéia de empresários, atentando sobretudo para a questão da exploração do petróleo. Segundo

⁵⁷ Para detalhes da participação do BNDE na implementação da política de Estado no Brasil desde sua fundação, ver Costa (2003). Com relação ao governo JK, sobretudo o primeiro capítulo, páginas 5 a 21.

Macedo Soares, o acordo para a exploração do petróleo assinado naquele ano era melhor do que o de 1938, pois concedia ao Brasil 40% da área anterior exclusivamente para empresas brasileiras, e preferência nos outros 60%⁵⁸. Ainda, quando o Brasil estivesse importando 100 mil barris diários de petróleo, a balança comercial teria uma economia da ordem de 50 milhões de dólares anuais.

A área para exploração fica a 2.300 km do porto de Santos. Assim, previa-se o reaparelhamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a instalação de uma refinaria, e para 7 anos a construção de um oleoduto para transporte do petróleo. Quanto ao gás natural, o ministro afirmara que ele seria trazido segundo a necessidade da indústria brasileira, sendo a importação optativa. Ainda, haveria um fundo do Banco do Brasil para financiamento a longo prazo de bens de produção para empresas brasileiras que pretendessem explorar o petróleo boliviano. “Jamais se fez uma negociação global com tantos pormenores”. Encerrava-se, assim, a fala de Macedo Soares.⁵⁹

2.2 - Os nacionalismos e o populismo

Naqueles anos, uma ambigüidade se apresentava no cenário político, pois, se por um lado o governo Kubitschek trazia a “bagagem de Vargas”, ou seja, a herança nacionalista, por outro, este nacionalismo conjugava-se a um novo modelo de desenvolvimento, fortemente marcado pela participação do capital estrangeiro⁶⁰. O populismo, neste momento

⁵⁸ Anteriormente, o total da área seria explorado por empresas mistas brasileiro - bolivianas.

⁵⁹ “O acordo petrolífero Brasil-Bolívia trará benefícios para os dois países.” In *O Estado de S. Paulo*, 12/04/1958, página 8.

⁶⁰ Ambíguo porque, em princípio, o nacionalismo pode parecer impermeável ao capital estrangeiro, ainda que Vargas não fosse, de todo, avesso a ele. De qualquer forma, como veremos, Juscelino Kubitschek redefiniu o papel desse capital no projeto de industrialização brasileira.

pode ser visto como um tipo de conciliação, ao mesmo tempo modernizante e conservadora, e como um “novo” nacionalismo voltado para as experiências de um capitalismo periférico e dependente do capital estrangeiro. (BENEVIDES, 1991, pp. 16 e 17)

Durante o governo Eisenhower, que tomou quase toda a década de 50, os nacionalismos latino-americanos foram vistos com preocupação, uma vez que podiam ser “veículos” do movimento comunista no continente, sendo, portanto, um assunto de interesse relacionado à própria segurança norte-americana e continental. Na Bolívia, como estava sendo debatida a problemática do nacionalismo? Por que o governo boliviano cedeu esses acordos ao Brasil e não, por exemplo, aos EUA? Tratava-se de uma crítica ao imperialismo? Mas, se como um deputado boliviano, presente na FIESP por ocasião da apresentação dos acordos aos empresários pelo ministro Macedo Soares, disse que em seu país a assinatura deles teria causado contrariedade em vários setores da sociedade, ao tomar o Brasil como parceiro não estariam os bolivianos colocando em perigo a sua soberania nacional? O Brasil estaria, para a Bolívia, como os EUA para o Brasil? Seria uma potência regional os Estados Unidos do Brasil (nome oficial do Brasil à época)? No capítulo 4 tentamos responder.

Em 1956, a indústria já havia superado a agricultura na composição do produto nacional líquido, sendo que, no governo JK, essa tendência foi acentuada (MARAN, 1991, p. 105).⁶¹ Assim, novas demandas sociais também são acentuadas e requerem um tratamento por parte das forças políticas, principalmente por parte do Estado, que pode reprimi-las, ignorá-las ou atendê-las, ainda que superficial e parcialmente, e, tendo em vista o futuro político da aliança PTB/PSD⁶² e dos próprios partidos desta composição, uma resposta deveria ser dada a estas pressões oriundas do próprio desenvolvimento econômico e urbano do país. Verificar até onde se

⁶¹ Nos anos 50, a maior parte da população brasileira vivia no campo, onde as relações não eram mediadas por contratos, mas feitas entre homens. O proprietário, assim, aconselhava, julgava, conduzia negociações e resolvia conflitos entre pessoas. As relações eram pré-capitalistas, e, quando João Goulart tentou levar a CLT ao campo, sofreu uma forte resistência que ajudou a desembocar no golpe.

⁶² Um dos apoios do governo JK.

relacionam esses elementos, estabelecendo que tipo de relações possam ter com o posicionamento ideológico diante dos acordos de Roboré, pode elucidar um pouco mais essa teia.

Como o Estado se volta às classes populares urbanas, estas o vêem como protetor, não um organizador da dominação burguesa.⁶³ O culto ao Estado se desdobra em apoio ao seu chefe, estabelecendo uma ligação direta com a massa popular sem a intermediação partidária, contribuindo para ocultar que o poder de Estado é exercido em sua burocracia, “no conjunto de seus ramos: Forças Armadas, polícia, burocracia dos ministérios, altos funcionários das empresas estatais, altos quadros de órgãos técnicos, etc.” (SAES, 1998, p. 138)

Segundo Octávio Ianni, com relação ao nacionalismo e à burguesia nacional,

[...] nas estruturas e decisões do populismo, a burguesia tem sempre acabado por fazer prevalecer os seus interesses. Tanto assim que o capitalismo continua não só a funcionar como também a desenvolver-se durante a sua vigência. [...] Na prática, a burguesia mantém algum grau de hegemonia sobre as outras classes, mesmo quando ela está representada no poder por terceiros. (IANNI, 1991, p. 52)

Assim, as classes assalariadas não participam do pacto nacional-populista enquanto classes autônomas; com uma consciência de classe inexistente, motivam-se – nas lutas – por razões estritamente econômicas, não incorporando as questões políticas da própria classe ou da sociedade como um todo. Isto contribui para a afirmação do nacional-

⁶³Daniel Aarão Reis Filho (2001) é crítico dos estudos clássicos do populismo. Não entende o populismo como tendo manipulado o movimento operário. Aliás, o autor defende que o termo “populismo” encobre a identidade da tradição trabalhista, construída principalmente a partir dos anos 40. Como se caracterizasse por um programa nacionalista, estatista e popular, relações internacionais com mais autonomia e rede de proteção para trabalhadores, participação política crescente dos trabalhadores, entre outras, as forças conservadoras teriam aproveitado a chance com o golpe de Estado de 1964 e atacado a identidade dessa tradição, substituindo-a por um termo que designaria, para elas, “tudo o que de pior podia existir na cultura política existente: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo.” (Página 347)

populismo como aglutinador de interesses heterogêneos, não possuindo, nem proletariado, nem burguesia, condições de propor ou impor um conceito próprio de nacionalismo, uma vez que também são classes em formação. Como diz Francisco Weffort, a coalizão populista obscurece as linhas de classe, dissolvendo as classes sociais no conceito de massas, igualando ideologicamente interesses heterogêneos (WEFFORT, 1978)⁶⁴. As classes populares urbanas (baixa classe média e proletariado industrial) apoiavam a política de industrialização como meio de acessar o consumo de produtos industriais (geladeira, fogão, automóvel) que até então se restringiam a uma elite e representavam simbolicamente a modernidade. Enquanto os liberais não tinham um projeto para elas⁶⁵, os populistas tinham uma posição e um projeto ofensivos para alcançá-las.

Ianni (1973) ainda aponta que a substituição do Estado oligárquico pelo Estado populista (em suas várias modalidades) teria sido uma reação ao imperialismo exercido pelos EUA na América Latina:

Em perspectiva histórica, podemos afirmar que o nacionalismo populista foi a primeira e mais generalizada reação, em nível governamental, ao tipo de imperialismo exercido pelos Estados Unidos na América Latina. Pode-se mesmo dizer que foi a primeira reação bem sucedida, no sentido de que os grupos sociais, classes e partidos políticos identificados com o nacionalismo populista propuseram e levaram à prática novas diretrizes políticas externas⁶⁶. (IANNI, 1973, p. 40)

O Estado, naqueles anos, era tido como o intérprete mais capaz dos interesses da classe trabalhadora, devendo organizá-la, mesmo por meio de uma política e uma legislação sindical. A burguesia apoiou o projeto populista para fazer frente à burguesia cafeeira e à alta classe média, estas

⁶⁴ Principalmente o capítulo “Classes Populares e Política”.

⁶⁵ Os liberais tinham a bandeira da moralização política, na eleição de “homens de bem” etc. Com relação ao populismo, tinham uma visão muito difundida, ainda que pouco científica, de que o líder populista é mentiroso, e a massa é atraída pela demagogia do líder corrupto. Esta visão é trabalhada em Gomes (2001).

⁶⁶ Sobre a política externa do período, veja-se o item 2.6 - “A Política Externa” - desta tese.

últimas anti-populistas e contrárias à política industrial.⁶⁷ O nacionalismo teve um apelo mais forte e saiu vitorioso naqueles anos, pelo menos até 1964. Mas, é preciso frisar, nenhum governo populista esteve em condições de colidir frontalmente com a situação de dependência em relação aos centros hegemônicos do capital. Segundo Ianni, “o grau de dominação imperialista” e “os compromissos, alianças e antagonismos de classes” influíram em decisões relativas à exploração de recursos minerais, como nacionalizações ou abertura ao capital estrangeiro:

[...] a experiência dos vários governos populistas demonstra que eles antagonizam o imperialismo muito mais como técnica de reformulação das condições de dependência e repartição do excedente econômico do que como técnica para destruí-lo. Todos os governos populistas interrompem a luta contra o imperialismo no momento em que ela pode transformar-se numa luta de classes aberta e, portanto, numa luta contra o próprio modo capitalista de produção. (IANNI, 1973, pp. 40 e 41)

Ainda que em formação, uma fração da burguesia, os industriais, engrossaram o discurso nacionalista daqueles anos na medida em que este favorecia o desenvolvimento industrial e o capital nacional com financiamentos e estímulos.⁶⁸ A questão, assim, era distinguir o bom do mau nacionalismo, como por exemplo, o dos trabalhadores, que no limite, poderia colocar em risco o próprio sistema⁶⁹.

⁶⁷ Gomes (2001) destaca que “um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural)” são os elementos componentes do fenômeno “populismo”.

⁶⁸ Até o embaixador norte-americano no Brasil, John Moors Cabot (agosto/1959 a agosto/1961), mal havia chegado ao país e já se dizia nacionalista, uma vez que o leque era amplo: “(...) neste sentido somos todos nacionalistas – esforçamo-nos, todos, por promover, respectivamente, os interesses de nossos países. É correto e apropriado que assim o façamos. O nacionalismo exprime a insatisfação sem a qual não poderia haver progresso nem realização nacionais. Como amigos do Brasil, vemos com agrado tudo aquilo que contribui para o progresso deste país.” (OSS, rolo 4, fotograma 129, de 15/10/1959) A questão aqui é delimitar muito bem em que consistia esse progresso, o que nos leva à questão do “bom” e do “mau” nacionalismo. Veremos a seguir.

⁶⁹ O discurso nacionalista e as peculiaridades das frações de classe burguesa no Brasil na segunda metade dos anos 50 foram trabalhados e devidamente problematizados em Almeida (2006).

O nacionalismo econômico, dessa forma, fica limitado pelas estruturas do Estado capitalista, independente de ser ou não populista. Não se trata, então, de uma luta aberta contra a empresa e o capital estrangeiros, mas à maneira como esses elementos atuam: ao “lucro”, que até então predomina como interesse maior no empreendimento, soma-se o “interesse nacional”, se possível submetendo o primeiro ao segundo. (IANNI, 1973, p. 43)

Ainda, se em algum momento há a convergência de interesses e de discursos com relação, como é o nosso caso, aos acordos com a Bolívia e à exploração do petróleo e do gás, esse discurso nacionalista que aparentemente iguala e une setores populares e a burguesia nacional é provisório. Como afirma Ianni,

[...] o pacto populista sempre se rompe quando a burguesia se acha suficientemente forte e não quer mais dividir ou negociar as decisões; ou quando os trabalhadores levam as suas reivindicações políticas ou econômicas além das conveniências do Estado Capitalista, sempre presente e essencial no populismo. (IANNI, 1991, p. 44)⁷⁰

Por outro lado, se o próprio presidente tinha idéia de reeditar um segundo mandato em 1965 (JK-65)⁷¹, o que se ganhava e o que se perdia ao demitir o Ministro Lucas Lopes e o presidente do BNDE, Roberto Campos, cedendo, assim, em parte, ao imperativo nacionalista?⁷² Mesmo assim, a exploração do petróleo na Bolívia não se fez com ou sem o capital estrangeiro.

As diferenças entre o presidente e a segunda equipe econômica de seu governo foram materializadas em outros terrenos. Com relação à

⁷⁰ Em outra obra, Ianni (1973) aponta mais uma razão para o rompimento dessa aliança: “(a) quando a burguesia nacional se acha suficientemente forte para administrar sozinha o aparelho do Estado e beneficiar-se do monopólio do poder; (b) quando essa burguesia consegue fazer acordos satisfatórios para si com o imperialismo; (c) quando as lutas contra o imperialismo e os seus aliados internos chega ao ponto de transformar-se em luta de classes aberta.” (p. 45)

⁷¹ Nome provisório do projeto de retorno de Juscelino, numa alusão às estradas (“BR’s”) construídas em seu governo.

⁷² Essa idéia de um segundo mandato é praticamente assente na análise do período.

construção de Brasília, por exemplo, que teria consumido de 2 a 3% do PIB, Roberto Campos mostrou-se contrário à obra, enquanto Lucas Lopes detectou seu caráter “demasiado apressado e dispendioso”⁷³. Para as aspirações pessoais do presidente, porém, essa meta-síntese era crucial.

Em geral, o nacionalismo surge como sintoma da crise da ideologia nacional. Oculta, o nacionalismo, o caráter de dependência do capitalismo internacional, ironicamente apresentado como condição da emancipação nacional. Para Almeida (2006), cujo estudo identifica nacionalismo e dependência, o nacional-populismo é uma “ideologia que ‘soldou’ um processo político direcionado para o prosseguimento, em novos termos, do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil.” Dessa forma, duas implicações se nos apresentam: se não houve a eliminação da dependência, pelo menos a sua redefinição⁷⁴, e, ainda, a sua implementação teria o amargo efeito colateral de provocar conflitos ou fricções com os Estados Unidos, sendo que “[alguns] del[e]s deveriam ser assumid[o]s e ‘administrad[o]s’ de modo a não capitular nem exorbitar.” (ALMEIDA, 2006, p. 94)

Assim, o posicionamento diante de uma iminente intromissão norte-americana nos acordos entre Brasil e Bolívia e na efetiva exploração do petróleo naquele país, pode e talvez deva ser entendido no interior mesmo desse capitalismo dependente que toma outra feição nos anos JK. Não capitular, aqui, poderia significar não entregar a exploração do petróleo boliviano, via empresas brasileiras, ao capital estrangeiro; por outro lado, levar o monopólio da Petrobrás ao oriente boliviano poderia significar um passo demasiado ousado para os limites que o próprio Estado capitalista dependente e o governo nacional-populista tinham naquele momento. Daí que, talvez, a não-extração de uma só gota de petróleo do território boliviano, seja com capital privado nacional, estrangeiro ou estatal, foi uma forma de não avançar muito, mas também não recuar demasiado. Não estamos,

⁷³ Depoimentos de Lucas Lopes e Roberto Campos a Sheldon Maram (2002, página 110).

⁷⁴ Para análise sobre a redefinição da dependência pós-1930, Almeida (1995, capítulo 3). Sobre o período específico objeto de nossa análise, ver Almeida (2006).

também, esquecendo o papel da luta ideológica interna que nacionalistas e cosmopolitas tiveram naquele momento, contribuindo para este impasse. No próximo capítulo, isso será devidamente trabalhado.

Almeida (1995, pp. 98 a 100) propõe uma periodização para o nacionalismo populista brasileiro em quatro fases: a primeira, a do “nacionalismo militar” (1930-45), a segunda, a do “nacionalismo trabalhista” (1951-54), a terceira, a do “nacionalismo triunfante” (1956-60) e a última, a do “nacionalismo reformista” (1961-64). Com relação ao nacionalismo dos anos JK, podemos identificar diferentes matizes em sua composição. Como apontado no item anterior, em relação aos Acordos de Roboré, as duas principais vertentes diziam respeito à participação ou não do capital privado. No que tange a este último, nova divisão em relação à presença do capital estrangeiro. E, com relação a este, havia nacionalistas que defendiam uma seleção desse capital para participar do esforço de industrialização, e os que defendiam incondicionalmente sua presença.

Bielschowsky (2000, pp. 242 e 243), tentando identificar as correntes básicas do pensamento econômico brasileiro do período, distinguiu entre os desenvolvimentistas três setores: o público nacionalista, o público não nacionalista e o privado. No primeiro, listou, entre outros, Roberto Simonsen e Celso Furtado; no segundo Roberto Campos e Lucas Lopes, e, no terceiro, de novo Roberto Simonsen. Com relação ao capital estrangeiro, o primeiro setor era “favorável, desde que com controles e desde que em setores outros que não os de serviços públicos e mineração”; o segundo setor era francamente favorável, inclusive “por estímulos”, e o terceiro “favorável mas com controles”. Com relação à empresa estatal, o primeiro era “enfaticamente favorável”; o segundo “tolerante, quando capital privado (nacional e estrangeiro) não manifesta interesse”, e o terceiro “moderadamente favorável”.

Sola (1998) classificou-os como cosmopolitas e nacionalistas.⁷⁵

Os primeiros, divididos em duas correntes, os neoliberais (como Eugênio Gudín e Octavio Gouveia de Bulhões) e desenvolvimentistas (como Roberto Campos⁷⁶ e Lucas Lopes)⁷⁷. O que os unia era a atenção dada ao mercado, em detrimento da “nação”:

Seu denominador comum – o objetivo de integrar plenamente o país no sistema de cooperação internacional dominado pelos EUA [...] Esse bloco defendia um modelo de associação entre o capital nacional e o estrangeiro no qual o Brasil seria um importante parceiro latino-americano dos Estados Unidos. (SOLA, 1998, p. 140)

Os cosmopolitas neoliberais, é bom destacar, não eram desenvolvimentistas. Defensores radicais da empresa privada confiavam no mercado e refutavam a idéia de planejamento. Os cosmopolitas desenvolvimentistas, como o nome indica, eram mais flexíveis na relação Estado-mercado, e tinham no Estado o coordenador e promotor do modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. (SOLA, 1998, pp. 140 e 141)

Com relação aos nacionalistas, na definição de Lourdes Sola, tratava-se de desenvolvimentistas e estatistas, “na medida em que defendiam um projeto de crescimento acelerado, centrado em uma política de industrialização coordenada e patrocinada pelo Estado.” (SOLA, 1998, p. 135) O desenvolvimento, no entanto, seria auto-sustentado, e não associado, como queriam os cosmopolitas desenvolvimentistas:

⁷⁵ Originalmente, essa classificação é de Hélio Jaguaribe (1958).

⁷⁶ Nada impediu, no entanto, que ambas as correntes trabalhassem juntas. Com o golpe de 1964, por exemplo, Bulhões e Campos trabalhavam juntos no governo Castelo Branco. O próprio Campos, em várias ocasiões e obras, afirmou que Gudín foi o seu maior mestre, com quem havia mais convergência do que divergência.

⁷⁷ “Éramos ambos, Lucas e eu, considerados ‘cosmopolitas’ (ou ‘desenvolvimentistas não nacionalistas’, para usar a expressão de Ricardo Bielschowsky) e sofriamos grande oposição dos ‘nacionalistas’ radicais, que, sem nenhuma forma concreta de mobilização da poupança nacional, hostilizavam ideologicamente a aproximação com o Fundo Monetário Internacional e a absorção de capitais estrangeiros. Ponderei a Lucas que seria conveniente termos no time alguém que pudesse representar um elo com essa corrente (a meu ver irracional) de pensamento.” (CAMPOS, 1994, p. 341) A sugestão foi Celso Furtado.

Um projeto que não excluía, de forma alguma, a participação do capital estrangeiro: ele seria bem-vindo desde que disciplinado por um sistema de prioridades predeterminadas consistentes com o “interesse nacional”. (SOLA, 1998, p. 134)

Por fim, havia ainda os socialistas (Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior). Com a perspectiva da revolução socialista, esta corrente de nacionalistas entendia o momento como de “superação da economia colonial exportadora e de transição para uma economia industrial moderna.” Esta transição seria condição para o socialismo, fazendo-se necessário, ainda, eliminar “o monopólio da terra (contradição interna) e o imperialismo (contradição externa).” (Bielschowsky, 2000, p. 184) O Estado, para eles, desempenharia um papel fundamental na eliminação destas duas contradições.

Na Declaração de Março de 1958, o PCB tomou a decisão oficial de apoiar a política nacional-desenvolvimentista, compondo-se, inclusive, com a burguesia nacionalista, entendendo que, para aquele momento, era o melhor para a luta anticapitalista:

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958, p. 22)

O PCB aliou-se à corrente nacionalista, apesar dos duros golpes que sofreu. Por ocasião do lançamento do Partido Nacionalista, em abril de 1958, por exemplo, o manifesto lido na Câmara distinguiu, de novo, o “verdadeiro” do “falso” nacionalismo, este último, claro, identificado com os comunistas. Ainda que sem representantes no parlamento brasileiro, o partido pegou carona no discurso de Manoel Barbuda, do PTB do Amazonas, que com prazer desferiu as críticas aos comunistas, lembrando, no entanto, que nem comunistas nem os nacionalistas do partido recém-criado tinham a

bandeira do “verdadeiro” nacionalismo, mas o próprio PTB, herdeiro de Getúlio Vargas. (Anais da Câmara dos Deputados. Volume IV, 22/04/1958, pp 138 a 141)

O estandarte do “verdadeiro” nacionalismo, como se fosse uma relíquia sagrada de que todos se julgassem guardiães, foi disputado em cada discurso. No âmbito deste, inclusive, permitia-se extrapolar nas críticas, sempre evasivas, desde que as ações do governo, enquanto isso, estivessem circunscritas à esfera de hegemonia norte-americana. O deputado Último de Carvalho (PSD-MG), por exemplo, às vésperas das eleições de 1958, declarou que

O meu nacionalismo é antimperialista, contra o imperialismo americano, contra o imperialismo soviético, contra o imperialismo inglês, enfim, de qualquer potência, porque o meu nacionalismo – repito – é nacional. (Anais da Câmara, Volume IV, 22/04/1958, p. 154)

Apesar disso, a aproximação do PCB com todas essas vertentes de nacionalismo prosseguiu. Antes mesmo, no Programa do PCB aprovado no IV Congresso do partido, em 1954, as críticas ao governo Vargas foram acompanhadas de tentativas de aproximação com a burguesia⁷⁸, e, trabalhadores e burguesia juntos construiriam um “governo democrático de libertação nacional”, inscrito nos marcos do capitalismo, mas que substituiria

“o atual governo, antipopular e antinacional, por um governo do povo, que liberte o Brasil do domínio do imperialismo norte-americano e dos seus sustentáculos internos, os latifundiários e grandes capitalistas.” (COMITÉ CENTRAL DO PCB, 1964, p. 19)

Os socialistas, ao identificarem os seus interesses (como dos trabalhadores) aos da burguesia industrial, não perceberam os limites que esta “aliança” colocava, uma vez que, como apontaram Ianni e Almeida, qualquer pacto seria rompido quando os trabalhadores tentassem encaminhar as mudanças para o campo das estruturas do Estado burguês e do próprio

⁷⁸ Gorender (2003, p. 33) afirma que foi ilusório o requisito da hegemonia do proletariado nessa composição, “quando se trata de hegemonizar a burguesia de um país como o Brasil”.

capitalismo⁷⁹. Não identificaram na burguesia um empecilho, ao invés de um aliado, na difícil tarefa de “defesa da soberania e da independência nacional”. Chegaram mesmo a afirmar: “[O governo, fruto dessa união entre trabalhadores e burguesia] Será o govêrno da salvação nacional e da felicidade do povo brasileiro.” (Idem, p. 19) Será? Num país onde a burguesia se apresentava como classe dominante, o PCB contava com a revolução pacífica, em duas etapas, a primeira, com a ajuda da própria burguesia, e a segunda, rumo ao socialismo, com o consentimento da mesma.⁸⁰ Não chegaram, sequer, a se opor ao capital estrangeiro; ao contrário, contavam com a sua participação no novo “govêrno de libertação nacional”, cuja tarefa seria

Atrair a colaboração de governos e de capitalistas estrangeiros cujos capitais possam ser úteis ao desenvolvimento independente da economia nacional, sirvam à industrialização e se submetam às leis brasileiras. (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1954, p. 26)

É também por isso que o governo norte-americano, pelo menos em seus relatórios confidenciais da OSS, não temia o PCB. Os comunistas eram vistos como “nacionalistas exagerados” ou “ultranacionalistas”, cuja ação ficava circunscrita a reformas:

The stated objectives of the Brazilian Communist Party (PCB) are in many instances only an exaggerated version of nationalist objectives, and in other instances faithfully reflect (...) Brazilian aspirations for social and political reform. (OSS, rolo VI, fotograma 0962, de 24/07/1959)⁸¹

⁷⁹ Quase nove meses após a Declaração de Março, Cuba mostrou que, para alcançar aquele objetivo, foi necessário um enfrentamento maior.

⁸⁰ Segundo Gorender (2003, p. 34), “Estava fora da objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução.” O autor destaca que ele e Mario Alves foram críticos do suposto “potencial revolucionário da burguesia”, mas que, para Giocondo Dias e Luis Carlos Prestes, esta aliança tornou-se “a pedra de toque da orientação tática” (p. 35). No entanto, Gorender não só integrou o Comitê Central do PCB como foi um dos encarregados de redigir o texto da Declaração de 1958.

⁸¹ Apesar de não enxergar um potencial revolucionário no PCB, a mesma OSS advertia que o partido poderia assumir a liderança da coalizão nacionalista. (Rolo VI, fotograma 0963, de 24/07/1959)

O partido esperava que o governo JK confiscasse capitais e empresas norte-americanos e, ao mesmo tempo, contasse com a participação de capitais estrangeiros para o país se tornar independente desses mesmos capitais. A contradição é clara. E conclamaram o povo a tomar parte nessa “cruzada”:

Os comunistas chamam todas as forças antiimperialistas e democráticas a lutar por um programa de desenvolvimento econômico que objetive a industrialização do país com base, principalmente, nos recursos internos. A ajuda econômica estrangeira deve ser aceita sob a forma de financiamento (...)
(COMITÉ CENTRAL DO PCB, 1960, p. 9)

Como o Programa estabelecesse “a derrubada do atual governo” (idem, p. 20), a Declaração de março de 1958 consertou esse item, pois dava margem a ataques ao governo JK. Quando redigido, o texto referia-se literalmente ao governo de Getúlio Vargas⁸², porém, como o Programa ficasse pronto para divulgação em novembro de 1954, após o suicídio do presidente, o nome de Vargas foi retirado e colocado no seu lugar “atual governo”, referindo-se a Café Filho e seu sucessor, que não se conhecia ainda. Com o desfecho das eleições de 1955, e a vitória do candidato apoiado pelo partido, Juscelino Kubitschek, foi necessário mudar novamente esse trecho. Daí a Declaração de 1958 e o texto do V Congresso, em 1960, que mantiveram em linhas gerais a defesa da aliança com a burguesia industrial, defendida desde 1954, e, agora, trazia uma apoio explícito ao governo JK, ainda que este tivesse uma parte que deveria ser expurgada – os entreguistas:

(...) a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira.
O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo

⁸² O governo Vargas foi caracterizado como “governo de traição nacional”. Segundo Gorender (2003, p. 24), comunistas e udenistas confundiram-se por ocasião da crise de agosto de 1954, ambos na ofensiva pela deposição do presidente.

norte-americano e os entreguistas que o apóiam. (COMITÉ CENTRAL DO PCB, 1958, pp. 22 e 23)

Temos então que, o Programa do partido aprovado no IV Congresso, em 1954, a Declaração de 1958 e o texto do V Congresso, em 1960, guardadas as peculiaridades apontadas, são um só texto, e, neste último, de 1960, além de trechos idênticos retirados dos textos anteriores, aparece a menção aos Acordos de Roboré, que deveriam ser combatidos e denunciados, em nome da “defesa da independência nacional”. (1960, p. 11)

Que montante de capital estrangeiro, então, seria compatível com a manutenção da economia nacional em mãos de brasileiros e também da exploração do petróleo boliviano? Como seria o planejamento nacional, se é que houve, para esta exploração? Qual foi o papel da Petrobrás, das empresas nacionais e do governo e empresas dos EUA acerca dos acordos e da polêmica instalada pelo posicionamento de Lucas Lopes e Roberto Campos? Em que medida o debate exacerbou a progressiva radicalização do PTB, que impediria uma futura aliança com o PSD, buscando novas alianças com o PSB e o PCB⁸³? No final do governo JK, as formações da FPN (Frente Parlamentar Nacionalista) e da ADP (Ação Democrática Parlamentar) refletiram o debate nacionalista x liberal. Até que ponto os debates em torno de Roboré contribuíram para a plataforma nacionalista da primeira e conservadora da segunda, ou, até onde essas discussões expressaram o embate entre estas forças? Em quê consiste o conservadorismo em ambas as formações? No capítulo seguinte trataremos destas e de outras questões.

2.3 - As Forças Armadas

A discussão em torno da exploração do petróleo, ainda que tenha dominado os debates no pós-1945, vinha desde os anos 30. Já naqueles anos, ao lado de Horta Barbosa e Juarez Távora, outros militares,

⁸³ Ainda que o PCB estivesse na ilegalidade desde o início da Guerra Fria, em 1947.

políticos e intelectuais iniciaram o debate. Antes mesmo, se quisermos, ainda no governo Washington Luís, o deputado federal Ildefonso Simões Lopes apresentou um projeto de lei, em 1927, com o apoio dos militares, onde destacava-se que as jazidas de petróleo não poderiam pertencer ou mesmo ser exploradas por estrangeiros. A justificativa, segundo o autor do projeto, era que relatórios oficiais norte-americanos apontavam a intenção dos EUA em controlar as jazidas sul-americanas. Daí a necessidade de estatizá-las o mais rápido possível. (CPDOC, 2005 ⁸⁴)

Mas, nos anos 30, após o movimento que levou Getúlio Vargas ao governo, essa questão foi retomada. Durante a gestão do então major Juarez Távora à frente do Ministério da Agricultura (1932 a 1934), foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral, que ficaria incumbido da questão do petróleo. Substituído por Odilon Braga na pasta, o DNPM emitiu um relatório apontando a inexistência de petróleo no Brasil. Em seguida à sua divulgação, o general Horta Barbosa, então diretor de engenharia do Exército, enviou ao ministro da Guerra, general Eurico Dutra, um memorial contestando a afirmação e argumentou que, se não havia jazidas, porque o interesse de empresas estrangeiras em fazer pesquisas no país, e porque o governo as autorizava? (ABREU, 2001, p. 510)

Em 1938, com a perspectiva de guerra mundial, o mesmo Horta Barbosa enviou ao chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro, um comunicado alertando a possibilidade de interrupção de fornecimento de petróleo ao Brasil, levando o alto comando daquela arma a intervir diretamente na política do petróleo, redundando na criação do CNP (Conselho Nacional de Petróleo), ainda em 1938. Horta Barbosa foi o seu primeiro presidente.⁸⁵

⁸⁴ Neste caso, consultamos a obra de Abreu (2001) em sua versão eletrônica, cuja referência completa está na bibliografia, no item “Sítios da Internet”.

⁸⁵ Segundo Moura, a criação do CNP foi uma “verdadeira operação militar”. “Sua estruturação também foi cercada de sigilo e se caracterizou por dois traços principais: a ausência em seus quadros de qualquer pessoa ligada direta ou indiretamente a companhias estrangeiras de petróleo e o controle militar total sobre o órgão.” (1986, pp. 24 e 25) Como veremos mais adiante, com o tempo esses traços foram apagados.

Entre 1940 e 1941, o presidente do CNP enviou uma série de ofícios ao chefe do EME e ao presidente Vargas para impedir as tentativas da Standard Oil Co. de se instalar no Brasil. (ABREU, 2001, p. 510) Neste momento, a multinacional acabara de perder as concessões de exploração na Bolívia, uma vez que o governo daquele país acusara a empresa de sabotar o esforço de guerra boliviano contra os paraguaios na Guerra do Chaco.⁸⁶

Se Horta Barbosa representou uma parede de contenção às investidas das empresas estrangeiras, ao longo da Segunda Guerra as pressões dos EUA mostraram que o militar não colheria apenas vitórias. Com a aproximação entre Brasil e EUA nos planos político e militar, e como a própria modernização da infra-estrutura econômica do país dependia dessa aliança, em 1943 o general se demitiu da presidência do CNP, uma vez que se tornara difícil o governo Vargas assumir uma posição nacionalista na questão do petróleo e contrariar, desta forma, os interesses dos trustes internacionais que tinham a retaguarda do governo norte-americano. Se a Standard Oil não pôde explorar e refinar o petróleo brasileiro, Barbosa também não conseguiu ficar à frente do CNP. (MOURA, 1986, pp. 27 e 28)⁸⁷

A presença dos militares nesse debate ocorreu principalmente no interior do Clube Militar. Com a deposição do presidente Vargas em outubro de 1945, a questão do petróleo ocupou as atenções e polarizou as discussões nesta instituição. A associação chegou mesmo a promover conferências públicas sobre esse tema, e dois nomes se destacaram, com posições distintas sobre a questão: os generais Horta Barbosa e Juarez Távora. Havia petróleo no Brasil, mas como explorá-lo?⁸⁸ O primeiro defendeu uma política estatista, da extração à distribuição; o segundo, uma idéia privatista (“entreguista”), aberto a qualquer capital privado. Este debate

⁸⁶ Esse assunto foi desenvolvido no capítulo 4 desta tese.

⁸⁷ Um argumento que teria contribuído para o enfraquecimento de Barbosa e das posições nacionalistas e antiimperialistas no seio militar foi o “modelo de cooperação bilateral” com os EUA, que fazia do Brasil um aliado preferencial na América do Sul. (MOURA, 1986, p. 36)

⁸⁸ Uma contradição desse período era que a legislação era claramente nacionalista, mas o CNP, com a demissão de Horta Barbosa, tinha já uma postura privatista e tolerante com o capital estrangeiro. (MOURA, 1986, p. 29)

denotou, já naquele momento, a divisão das Forças Armadas. Posteriormente, a discussão ganhou a sociedade.

O nacionalismo militar não significou o monopólio na formulação de uma política monoliticamente industrializante, nem que esta política expressasse sobretudo os interesses da “corporação militar”. Nem todos os militares professaram aquela ideologia, nem todos os que o fizeram eram militares. O núcleo da hipótese aqui apresentada é que o conjunto dos interesses das classes dominantes foi organizado, na fase em questão, pelo e no interior de um Estado cujo aparelho dominante, inclusive no plano ideológico, era o Exército e que isto favoreceu um processo específico de industrialização. (ALMEIDA, 1995, pp. 103 e 104)

O argumento de Juarez Távora em defesa do capital estrangeiro ia em direção à incapacidade do Estado, ou mesmo algum capital privado brasileiro, em arcar com os custos que o empreendimento da exploração requeria. Referia-se, além dos recursos financeiros, aos técnicos e à experiência que nos faltavam. Também, insistia na necessidade de cooperação internacional, pois, com o início da Guerra Fria, o país ganharia ajuda oficial ou privada dos EUA para desenvolver sua indústria petrolífera, pois, como se temia uma guerra com a União Soviética, os norte-americanos tinham necessidade de se precaver assegurando e desenvolvendo rapidamente jazidas para suportar o esforço de guerra. Tratava-se, então, também de uma estratégia militar para garantir a defesa do continente contra os comunistas. Esta posição foi apoiada pela grande imprensa e por entidades empresariais. (ABREU, 2001, pp. 1386 e 5684).

Por outro lado, com o apoio da diretoria do Clube Militar, o general Horta Barbosa, com uma posição nacionalista, teve espaço também para exposição de suas idéias. Partindo do argumento que o petróleo é matéria-prima essencial que “se confunde com a própria soberania nacional”, refutou a participação do capital estrangeiro no setor, pois os interesses nacionais ficariam, assim, submetidos aos das empresas internacionais. Defendeu, também, o monopólio estatal, uma vez que ao Estado caberia salvaguardar a soberania e os interesses nacionais. Jornais alternativos,

como *O Semanário*, apoiaram, mais tarde, essa posição, rivalizando com a grande imprensa.⁸⁹ Em 21 de abril de 1948, com a presença de militares, jornalistas, intelectuais, estudantes e políticos nacionalistas, foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), e Horta Barbosa tornou-se seu primeiro presidente, cujo lema “O petróleo é nosso”, marcou a Campanha do Petróleo, em oposição ao anteprojeto do governo Dutra que previa a abertura dessa exploração aos capitais privados nacionais e estrangeiros. (ABREU, 2001, pp. 511 e 1386)

Esse debate entre nacionalistas e “entreguistas”, ou partidários da interdependência, na questão do petróleo, ganhou as ruas e tornou-se tema recorrente, provocando o arquivamento da proposta de Dutra em 1950, até desembocar na criação da Petrobrás, em outubro de 1953. Ainda em 1950, em decorrência desta discussão, uma chapa nacionalista, encabeçada pelo general Newton Estillac Leal⁹⁰, com Horta Barbosa na vice-presidência, ganhou as eleições no Clube Militar. A chapa defendia, além de uma plataforma nacionalista, como o monopólio estatal do petróleo, o não alinhamento internacional aos Estados Unidos, criticando, inclusive, a intervenção norte-americana na Guerra da Coréia. Assim, a partir dos debates no Clube Militar, a questão do petróleo tornou-se discussão cotidiana e vinculada aos grandes temas políticos, transformando-se em assunto obrigatório em eleições diversas, de grêmios estudantis à Presidência da República.⁹¹

Enquanto a polêmica não desembocasse numa oposição ferrenha aos EUA, haveria certa homogeneidade entre os nacionalistas. Mas,

⁸⁹ Em 1947, ressoaram na imprensa os debates no Clube Militar. Em defesa das posições de Horta Barbosa, os jornais *Diário de Notícias* e *O Jornal* endossaram as teses nacionalistas, ao passo que o *Correio da Manhã*, por exemplo, abraçou a causa de Távora. (MOURA, 1986, p. 63) Mais tarde, em 1958, por ocasião dos Acordos de Roboré algo parecido ocorreu: OESP divulgando e defendendo as posições de Roberto Campos e Lucas Lopes, e *O Semanário* fazendo o mesmo em relação às teses nacionalistas de Gabriel Passos, Marechal Lott e outros. Ver capítulo 3 desta tese.

⁹⁰ Segundo a OSS, Leal era “extremo nacionalista com inclinação pró-comunista”. Rolo VI, filme 0890, 21/02/1955, página 12.

⁹¹ O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) também participou intensamente desse debate, no Clube Militar e em cursos pelo instituto promovidos com vagas reservadas para militares nacionalistas. Ver Almeida (2006, pp. 147 a 161).

como a luta não era antiimperialista, menos ainda anticapitalista, quando algum grupo radicalizou no sentimento antiamericano, encontrou oposição dentro deste mesmo leque nacionalista. A começar pelos próprios militares.⁹²

O Brasil, não produzindo e praticamente não refinando petróleo, se abastecia a partir da importação de gasolina e derivados oriunda do comércio oligopólico dominado principalmente pela Standard Oil Co. (que atendia pelo nome Esso) e pela Shell. (MOURA, 1986, p. 21)

Nesse clima, em 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek, o exército se dividiu entre os que defendiam um golpe para evitar sua posse, e os que queriam um golpe preventivo (da “legalidade”) para que a posse fosse efetivada.⁹³ O General Lott, no interregno de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956, foi o presidente de fato, com os poderes executivo, legislativo e judiciário. O grupo de militares que perdeu em 1955 triunfaria, no entanto, em 1964, com o outro golpe.⁹⁴ Neste grupo vitorioso, no entanto, não estavam somente militares nacionalistas. Havia, por exemplo, a presença de militares de uma ala mais conservadora, que, guardadas suas divergências, no tocante à realização das eleições e à posse dos eleitos, concordavam com os demais.⁹⁵

Com relação aos militares, se a divisão nas Forças Armadas (e em cada uma das armas, principalmente no exército) é condição para

⁹² Isso ocorreu, segundo Gerson Moura, no próprio CEDPEN, quando diretores entregaram cargos e abandonaram posições devido à radicalização dos comunistas, que poderia comprometer os primeiros em seus esforços de não afrontar os EUA. (MOURA, 1986, p. 68) A posição mais “exacerbada”, no entanto, era de segmentos da burocracia de Estado, pois tanto Getúlio Vargas quanto o PCB, e este último até o final do governo JK, defenderam a abertura da economia para o capital privado nacional por meio da aliança com a burguesia nacional.

⁹³ A OSS tranqüilizou o Departamento de Estado dos EUA, uma vez que igualou todos os presidenciais brasileiros no que se referia às relações com os EUA: “This conclusion is strengthened by the fact that the economic program of the respective candidates at least imply dependence upon further economic assistance from the US.” Rolo VI, fotograma 0905, de 12/10/1955.

⁹⁴ Mesmo José Maria Alkmin, que apoiou JK em 1955 e integrou seu ministério (foi ministro da Fazenda até 1958), foi vice-presidente de Castelo Branco e não conseguiu evitar a cassação do então senador Juscelino Kubitschek.

⁹⁵ Era o caso, por exemplo, do coronel Alexínio Bittencourt. Como veremos, sua posição em defesa do capital privado, inclusive para exploração do petróleo, no Brasil e na Bolívia, chocou-se com posições nacionalistas de outros militares. No governo Kubitschek, até 1958, foi presidente do CNP.

preservação da ordem e do poder civil, segundo Maria Victoria M. Benevides (1979), como essas armas se articulam e entendem a polêmica gerada pelos Acordos de Roboré, no que tange ao nacionalismo e ao capital estrangeiro? Também, por que, apesar dos protestos, esse nacionalismo defendido não impediu o uso do arquipélago de Fernando de Noronha como base norte-americana de rastreamento de foguetes, ainda que, para isso, os militares tivessem recebido 100 milhões de dólares em armamentos obsoletos?

O general Janari Nunes, presidente da Petrobrás, exigiu a exclusividade da exploração para a estatal, enquanto o coronel Alexínio Bittencourt, presidente do CNP, admitiu a idéia da Petrobrás ser o “suporte invisível” dos grupos privados nacionais. A CPI que apurava denúncias de irregularidades na Petrobrás passou a investigar o “caso Roboré”, a partir de um relatório enviado pelo Cel. Bittencourt ao presidente da República, onde constava que o presidente do BNDE, Roberto Campos, defendia interesses da Pan American Land & Oil Co.⁹⁶ (ABREU, 1984, p. 395) À essa altura, o presidente do Banco do Brasil, o banqueiro Sebastião Pais de Almeida, futuro ministro da Fazenda, sucedendo Lucas Lopes (e, por extensão, Roberto Campos, no BNDE), se recusou a cortar o capital de giro às indústrias. O atrito entre o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda contribuiria para a troca de ministro e, portanto, de postura frente às questões do nacionalismo e da condução dos próprios acordos com a Bolívia.

Se o ministro da Fazenda e seu interlocutor mais próximo foram pressionados e destituídos, o presidente, por outro lado, manteve a estabilidade do regime por meio da cooptação de militares para postos executivos sob a liderança do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott e aliança PSD/PTB. Esses apoios foram mobilizados pelo desenvolvimento estabelecido por meio do Programa de Metas. Aqui, a historiografia aponta ao menos uma oposição. Para Maria V. M. Benevides, o Programa de Metas e a política econômica de Kubitschek interessavam e ligavam PSD e PTB, por um lado, e os militares, de outro, sendo causa para

⁹⁶ Assunto desenvolvido no capítulo 3 desta tese.

essas alianças e a decorrente estabilidade do governo. Para Thomas Skidmore, se dá o oposto, sendo o sucesso da política econômica resultado direto, e não causa, da estabilidade política⁹⁷.

Estamos num período da história em que, se os militares não estavam sentados na cadeira da presidência da República, como diz O'Connor, ficavam atrás da mesa, examinando, vetando e decidindo – ainda que não isoladamente – questões importantes para o destino dos governos e do país. Segundo esse autor, a sorte da Petrobrás esteve mais no Clube Militar do que no palácio presidencial ou mesmo no Congresso Nacional. (1962, pp. 191 e 192)⁹⁸

2.4 - Petrobrás : os antecedentes do monopólio

Criado em 1953, sob intenso debate que polarizou a sociedade brasileira, o monopólio da exploração do petróleo no Brasil guarda estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo no país, com a transformação do petróleo em produto estratégico durante as duas guerras mundiais e com a onda nacionalista que varreu o mundo a partir dos anos 30.

No entanto, antes mesmo desses eventos, a exploração das minas era motivo de preocupação do governo e dos legisladores brasileiros, seja protegendo ou abrindo a possibilidade de participação particular e estrangeira neste empreendimento. Olhar a evolução desta discussão conflituosa pode auxiliar a situar melhor o debate, que, se tem o seu auge nos anos 50, muito antes já apontava as duas grandes direções desta questão: a exploração das minas (e do petróleo) devia ser levada pelo capital privado ou

⁹⁷ Benevides (1979), sobretudo o primeiro capítulo, e Skidmore (1988, pp. 203 a 230).

⁹⁸ Não por acaso, até o governo Jânio Quadros todos os presidentes da Petrobrás e do CNP foram militares. Quadros quebrou essa tradição ao nomear um civil, Geonísio Carvalho Barroso, geólogo e superintendente da produção nos campos da Bahia para a Petrobrás, no lugar do general Idálio Sardenberg, e Josephat Marinho, outro civil, para o CNP. (O'CONNOR, 1962, p. 202)

pelo Estado? No primeiro caso, pelo capital privado nacional, estrangeiro ou ambos?

Já no período colonial, havia a distinção das minas em relação ao solo. Daí a metrópole ter o monopólio e o poder de concessão de exploração a terceiros. Aliás, não somente Portugal, mas as demais metrópoles fizeram o mesmo em relação às suas colônias. Tratava-se do sistema regaliano. Com a independência do país, e mesmo antes da Constituição de 1824, a propriedade mineral, que era da Coroa, passou ao Estado. Com a Constituição, manteve-se a distinção entre propriedade do solo e propriedade do subsolo, ratificada em várias oportunidades, como em 1870, através de Parecer do Conselho de Estado, ou em 1871, via Aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de que “a descoberta de minerais não conferia ao descobridor o direito de extrai-los, mesmo sendo proprietário do solo.” (VALOIS, 2000, p.17)

Com a República, uma nova constituição. No final do século XIX, a América Latina passou para a área de influência norte-americana, e, assim, o modelo dos EUA de propriedade mineral se fez presente no novo texto constitucional. Desta forma, o proprietário da superfície seria também o dono do subsolo. Ainda que fizesse uma ressalva (a possibilidade de desapropriação por necessidade ou utilidade pública), o artigo 72, parágrafo 17, estabelecia que as minas pertenciam ao proprietário do solo (BRASIL, 2000, p. 747), rompendo com o sistema regaliano e instituindo o sistema de acesso. (VALOIS, 2000, pp. 20 e 21)

No governo de Arthur Bernardes, em 1925, com a Revisão Constitucional, atenuou-se esse sistema, ao incluir-se a proibição de transferência de terras a estrangeiros onde existissem minas e jazidas minerais. Futuramente, o ex-presidente, então deputado federal, tomou parte na campanha “O petróleo é nosso”, defendendo o monopólio estatal. De qualquer forma, adiantando um pouco essa discussão, Bernardes já apontava em seu governo a vinculação entre minas e jazidas minerais e segurança e defesa nacionais, num momento em que, no pós-Primeira Guerra, o petróleo

tornou-se estratégico para a segurança nacional de qualquer Estado. (VALOIS, 2000, pp. 23, 32 e 33)

Efetivamente, as empresas norte-americanas e britânicas, com o apoio de seus governos, promoveram durante os anos 20 o rush do petróleo, lutando para apropriar-se das reservas existentes tanto na América Latina como em outras partes do mundo. Os EUA, sobretudo, estavam preocupados desde 1925 com o esgotamento do seu próprio petróleo, e o governo de Washington orientara as empresas norte-americanas no sentido de que se apropriassem das reservas em toda a parte do mundo, principalmente na América Latina, e as mantivessem sem explorar. (BANDEIRA, 2003, p. 180)

Somente em 1934, com a nova constituição, o sistema de acessão foi banido, dando espaço à participação do Estado no sistema dominial da propriedade:

A nova conjuntura internacional do petróleo repercutiu na política adotada pelo Governo brasileiro que, a partir da Constituição de 1934, decretou o fim do sistema acessionista da propriedade. O petróleo tinha se tornado um bem estratégico, cuja propriedade não poderia ser deixada ao proprietário da superfície. (VALOIS, 2000, p. 35)

A política de governo no setor petrolífero se deu, num primeiro momento, como vimos no item anterior, através do DNPM, sob a direção de Juarez Távora. O ministro foi responsável, antes mesmo da Constituição, e já preparando as modificações que viriam, pelo primeiro Código de Minas do Brasil, em 1934, reconhecendo a propriedade particular somente sobre as minas que fossem “manifestadas” ao poder público dentro do prazo de um ano, sob risco de serem transferidas à união. (VALOIS, 2000, p. 37)

O Estado, com o sistema dominial, podia explorar diretamente ou conceder a exploração de recursos minerais a terceiros. A Constituição de 1934 previa, ainda, no artigo 119 parágrafo 4º., “a nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais (...) julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País.” (BRASIL, 2000, p. 697)

Com o Estado Novo, uma nova constituição, e no artigo 143 houve a ratificação da idéia de distinção do solo e do subsolo:

[...] as minas e demais riquezas do subsolo constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, ainda que de propriedade privada, dependia de autorização federal. (VALOIS, 2000, p. 47)

Na Constituição de 1937, o artigo 144 reafirmou o compromisso com a nacionalização, substituindo a expressão “o Paiz”, que dá lugar a “Nação” (BRASIL, 2000, p. 603). Esta incursão do Estado na economia, sob o princípio da soberania e da segurança nacional ocorria em outros cantos. Na América do Sul, nossos vizinhos estavam preocupados também com o petróleo. Daí a criação de empresas estatais para exploração deste mineral: a YPFB na Bolívia, em 1936, em 1922, a YPF na Argentina, em 1950 a Ecopetrol, na Colômbia, a Enap, no Chile (VALOIS, 2000, pp. 43 e 44), além de outros países, como o México pós-revolução, que nacionalizou as minas de petróleo⁹⁹, e a questão do Canal do Suez, em 1956, para citarmos alguns. Para Valois,

Nenhum país dotado de jazidas petrolíferas ou em cujo território apenas sejam suspeitadas, fez exceção ao movimento transformador, em geral de caráter nacionalista. (VALOIS, 2000, p. 48)

Segundo Valois, ainda que autoritária, a Constituição de 1937 foi a base da política nacionalista de Getúlio Vargas. A indústria petrolífera transformou-se, nos anos 30, num setor estratégico para o desenvolvimento do país, e, com a crise de 1929, que enterrou ainda que temporariamente o liberalismo econômico, ganhou espaço a política intervencionista, com o Estado assumindo o papel de agente regulador da economia. (2000, pp. 48 e 49) Em 1941, nesse movimento de aproximação do controle do Estado sobre as jazidas naturais, o governo baixou um decreto, conhecido como “Código do Petróleo”, assegurando o “‘domínio imprescritível da União’ sobre as

⁹⁹ A nacionalização da indústria estrangeira de petróleo no México ocorreu no governo de Lázaro Cárdenas, em 1938. No mesmo ano, pouco depois, foi criado o CNP no Brasil.

jazidas de petróleo e de 'gases naturais' encontradas no território brasileiro.” (VALOIS, 2000, p. 54)

Com a troca de governo, no entanto, tudo mudou. Ou se tentou mudar. Como órgão político vinculado diretamente à presidência da República, o CNP teve mudança na sua direção. Saiu o general Horta Barbosa, ainda durante o governo Vargas, e em seu lugar assumiu o coronel João Carlos Barreto. Contrariamente à recomendação de Barbosa ao então presidente Vargas (o monopólio estatal do petróleo), Barreto recomendou ao presidente Dutra a permissão de empresas estrangeiras na exploração do petróleo brasileiro, alegando a carência tecnológica e de capitais, privados e públicos, para esse empreendimento. Surgiu, com o coronel Barreto, o Estatuto do Petróleo, na realidade um projeto de lei que aproveitava um vazio deixado na Constituição de 1946, mais precisamente o artigo 153, que afirmava que “o aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei” (BRASIL, 2000, p. 492).

No entanto, como o parágrafo 1º. estabelecia que “as autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país” (BRASIL, 2000, p. 492), e não houvesse grande empresa estrangeira de petróleo aqui estabelecida, o que se pretendeu, com a brecha no texto constitucional, foi liberar a exploração a empresas de capital privado, porém nacional e/ou abrir caminho para a penetração do capital estrangeiro através das empresas nacionais, proposição, aliás, que, em 1958, por ocasião da assinatura dos Acordos de Roboré, foi defendida pela dupla Lucas Lopes-Roberto Campos. Assim, tratava-se de regulamentar este dispositivo, aproveitando o ensejo para desferir um golpe nas pretensões de grupos nacionalistas. Ao lado de Barreto, esteve o general Juarez Távora, grande adversário de Horta Barbosa

na questão da exploração do petróleo, em embates que, como vimos, tomaram corpo sobretudo no interior do Clube Militar.¹⁰⁰

Durante o governo Dutra, com a Constituição de 1946, as teses nacionalistas não conseguiram se fazer presentes no texto constitucional. Para reverter esta derrota, os partidários do monopólio estatal tiveram que buscar outras arenas e ações políticas para obter o que, no parlamento, não foi possível. A democracia burguesa tem dessas coisas. Ainda que o parlamento seja apresentado como a “casa do povo” e o local onde as mudanças ocorrem, a Campanha do Petróleo mostrou que a Petrobrás, personificando o monopólio estatal no setor, foi conseguida antes nas ruas, para depois ser referendada pela “casa de todos os brasileiros”. A rigor, somente por meio das instituições estabelecidas, a história mostra que o povo, se o entendermos como as classes que não participam do bloco no poder, coleciona muito mais derrotas que vitórias em temas que, como esse, atenta contra o grande capital.

Como bem lembraram Alveal Contreras (1994, p. 73) e Valois (2000, p. 64), a presença de militares nesse debate, agregando as questões de soberania e segurança nacional, tomando o petróleo como base da indústria e do desenvolvimento do país, protegeu a Petrobrás, antes mesmo de ser criada, de ataques mais ferozes, sobretudo de trustes e governos estrangeiros, que podiam colocar em risco seu crescimento. E os ataques aconteceram, direta e indiretamente. Por ocasião da visita do Presidente Dutra aos Estados Unidos, em maio de 1949, por exemplo, autoridades norte-

¹⁰⁰ O nacionalismo, na época, foi uma espécie de conceito “coringa”, que qualquer um tirava da manga quando as circunstâncias exigiam. Desta forma, mesmo aqueles que foram identificados com a defesa do capital privado, nacional e/ou estrangeiro, designaram-se nacionalistas. Já vimos que Roberto Campos, e o próprio embaixador norte-americano no Brasil, John Cabot, achavam-se nacionalistas. Com Juarez Távora não foi diferente. Quando o projeto da Petrobrás encontrava-se no Congresso Nacional, o militar, em depoimento aos deputados, se declarou, se é que seja possível, mais e melhor nacionalista que os outros, lembrando seu passado “em defesa das riquezas nacionais”. Ponderou que defendeu sim a presença de capitais privados, nacionais e estrangeiros, na exploração do petróleo brasileiro – os nacionalistas que a esses se opuseram eram “jacobinos aplaudidos pelos comunistas” (TÁVORA, 1955, p.300) - porém, como a Petrobrás parecesse uma realidade, era necessário dar-lhe apoio e reforçá-la para que o país atingisse a autosuficiência. “Desde a minha mocidade tenho sido sinceramente nacionalista”. (TÁVORA, 1955, p. 159)

americanas manifestaram seu desagravo com a recusa do Estatuto do Petróleo pelos brasileiros. O secretário de Estado interino James Webb, em memorando ao Presidente Truman anotou que

O Brasil tem boas possibilidades petrolíferas, mas, devido a uma campanha de pressões desenvolvida por comunistas e nacionalistas extremados, uma lei de petróleo que permitiria a entrada no país de companhias exploradoras ainda não foi aprovada. (Apud ABREU, 2001)

Nesse memorando, ainda, havia a recomendação para o governo norte-americano negar ajuda a esse setor no Brasil, uma vez que havia capitais privados dispostos a ingressarem “se e quando o Congresso aprovar uma lei adequada”. (CPDOC, 2005) Foi esse tipo de pressão, mas não só, que, em 1955, fez com que o governo boliviano revertisse a nacionalização das minas e jazidas de petróleo, feita no processo da Revolução de 1952, no caso deste último, através do Código de Petróleo.

Assim, quando retornou ao governo, Getúlio Vargas enviou ainda em 1951 um projeto de lei sugerindo a criação de uma empresa sob o controle do Estado. O “Projeto da Petrobrás”, inicialmente, foi criticado pelo seu caráter “entreguista”, uma vez que permitia a participação de capitais privados estrangeiros na empresa. O deputado Euzébio Rocha, no mês seguinte apresentou um projeto substitutivo, procurando neutralizar esta brecha no projeto do governo. Como o petróleo tornara-se uma questão de segurança nacional, o substitutivo foi analisado na Comissão de Segurança Nacional da Câmara e aprovado pouco depois. O presidente da comissão era o ex-presidente Arthur Bernardes (Partido Republicano - MG), que tomara medida semelhante em seu governo nos anos 20. Surpreendentemente, a própria UDN, que até então se caracterizara pela oposição ao governo Vargas principalmente por não se opor à presença de capital privado, nacional ou estrangeiro em empreendimentos nacionais, rechaçou o projeto presidencial e propôs um substitutivo, através do deputado Olavo Bilac

Pinto¹⁰¹, prevendo a criação da ENAPE (Empresa Nacional de Petróleo). Esta empresa ficaria com o monopólio estatal da prospecção, lavra, refino e transporte do petróleo e derivados. Imediatamente, a maioria nacionalista do PTB e dissidentes do PSD apoiaram o projeto, seguidos pelo CEDPEN (Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional), então presidido pelo general Horta Barbosa. Para não perder a paternidade do projeto, uma vez aprovado no Senado e na Câmara, o governo só não aceitou mudar o nome da empresa, mantendo a designação anterior e sancionando, em 3 de outubro de 1953, o monopólio estatal do petróleo através da Petrobrás. (ABREU, 2001, pp. 4655 e 4656).

Segundo Moura (1986, p. 89), a campanha do petróleo, se por si só não explica a existência da Petrobrás, teve importância no bloqueio da abertura da exploração às empresas estrangeiras, “empurrou” a UDN a adotar uma postura que contrariou seus próprios princípios liberais e, por fim, forçou Vargas a abandonar seu projeto que conciliava a presença do Estado e o capital estrangeiro para não perder “a bandeira do nacionalismo”.¹⁰² O desfecho a favor do monopólio estatal do petróleo, se não foi decisivo, certamente contribuiu significativamente para os rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro, cuja participação do Estado, aí sim, foi crucial.

Pela Lei 2004/53, no entanto, ficou excluída do monopólio a distribuição de derivados de petróleo, cabendo ao CNP a orientação e a fiscalização, e à Petrobrás a execução do monopólio.¹⁰³ Porém, há que se lembrar que à Petrobrás couberam não um, mas vários monopólios, pois

¹⁰¹ Deputado federal por Minas Gerais, perseguido durante o Estado Novo, com Afonso Arinos de Melo Franco e Aliomar Baleeiro, também deputados pela UDN, notabilizou-se pelo combate ao segundo governo Vargas.

¹⁰² Quando se olha Getúlio Vargas do suicídio para frente, tem-se a impressão que sua adesão ao monopólio é antiga. Como vimos, não foi bem assim. Ironicamente, com sua carta-testamento e os ataques ao imperialismo e à drenagem das riquezas nacionais com a convivência das elites brasileiras, ele, que não era o mais nacionalista dentre os nacionalistas, acabou por popularizar esse movimento. Rampinelli (2004, pp. 132 e 133), não exatamente desta forma, tratou da questão.

¹⁰³ Em dezembro de 1963 o monopólio foi estendido também à importação de derivados, e, em junho de 1964, à importação de petróleo e derivados.

Tendo por premissa que o conceito de monopólio adveio da teoria econômica e que caracteriza o exercício exclusivo de uma atividade por alguém, chega-se à conclusão de que a Lei no. 2.004/53 não instituiu apenas um único monopólio em favor da Petrobrás, mas vários “monopólios”, em virtude da pluralidade de atividades a ela atribuídas. (VALOIS, 2000, p. 78)

Francisco Mangabeira, presidente da estatal entre 1962 e 1963, no entanto, aponta a distribuição como uma porta de entrada dos trustes e a incoerência de não se ter estendido o monopólio até este setor. Alegando que a distribuição é responsável por lucros que chegam a ultrapassar as outras etapas da produção do petróleo, o autor anota absurdos que ocorriam quando a Petrobrás não participava deste momento da comercialização: como a empresa estatal vendia o petróleo para companhias estrangeiras (Esso e Shell, principalmente) para que estas o distribuíssem em nosso território, ocorria que empresas estatais compravam o combustível das multinacionais, inclusive a própria Petrobrás! (MANGABEIRA, 1964, pp. 92 e 93) Somente em sua gestão, segundo Mangabeira, a estatal pôde começar a compartilhar desse rico filão que é a distribuição de combustíveis, concorrendo com as subsidiárias dos trustes internacionais. (pp. 94 e 95)¹⁰⁴

Assim, chegamos ao governo de Juscelino Kubitschek, entendendo mais precisamente como se situam os debates em torno dos Acordos de Roboré. Para os nacionalistas, representavam um novo tratado, pois, se o Tratado de 1938 não afrontava a legislação, a soberania, a segurança e o desenvolvimento nacionais, em 1958, com a existência da Petrobrás e sua impossibilidade de participar, no todo ou em parte, das explorações em território boliviano, tudo o que havia sido conquistado se perdia. E se o governo sofreu forte oposição de setores cosmopolitas, ou “entreguistas”, ganhou, com a assinatura deste instrumento internacional, um novo adversário, os nacionalistas, conseguindo, num ato de proeza não muito

¹⁰⁴ A distribuição na gestão de Mangabeira (17/01/1962 a 06/08/1963) foi feita por meio do Edipe (Escritório de distribuição da Petrobrás). A Petrobrás Distribuidora, no entanto, foi criada somente em 12 de novembro de 1971, passando três anos depois ao posto de maior distribuidora de derivados de petróleo do Brasil.

comum, desagradar lados opostos, ou, para sermos mais precisos, nacionalistas e “entreguistas”.

Também por isso, o governo JK lembra o de Dutra em pelo menos dois aspectos: enquanto este chegou ao fim de seu mandato sem que o país tivesse uma legislação específica para a política do petróleo, não por sua vontade, é verdade, uma vez que defendeu a entrega deste setor à exploração das empresas estrangeiras, mas por força da Campanha do Petróleo, que tomou as ruas e impediu que essa decisão fosse vitoriosa, JK, por sua vez, no que se refere a Roboré, postergou para o futuro uma decisão mais clara e firme sobre o assunto. Deu a entender que, ao confiar ao BNDE a escolha das empresas candidatas ao empreendimento, endossou as decisões deste órgão. Porém, com as manifestações de desagrado inclusive dentro do próprio gabinete ministerial, teve que recuar e adiar até que o assunto fosse esquecido - e antes do final de seu governo não foi -, ou que um dos lados cedesse à vontade do outro, o que também não ocorreu. O outro aspecto que aproxima JK de Dutra foi o grau de mobilização que o nacionalismo conseguiu, no caso de Dutra a partir da questão do petróleo, com JK, a partir do Plano de Metas. Ambos, no entanto, enfrentaram uma conjuntura marcada pela Guerra Fria, pelas pressões norte-americanas acerca da “liberdade de investimentos” e dos “valores cristão-ocidentais”, e pela repressão política interna.

2.5 - O Plano de Metas

Grande marca do governo de Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas é responsável, ainda hoje, pelo saudosismo desses “anos dourados”. Como bem anotaram Faro e Silva (2002, p. 67), ainda que marcado por um

descontrole nas contas públicas, este período guarda altas taxas de crescimento econômico¹⁰⁵ e um otimismo com relação ao país.

A idéia de que o Brasil podia ser modelado, veio dos “técnicos” norte-americanos, através da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU), que teriam passado aos nossos planejadores formulações modernas, colocando à mão a idéia de desenvolvimento econômico.¹⁰⁶ (FARO e SILVA, 2002, pp. 68 e 69)

País essencialmente agrícola, onde o café era o produto de destaque, ainda assim nossas lavouras tinham uma produtividade baixa. Em 1955, havia 300 mil carros de passeio e 400 mil km de estradas de terra, e apenas 3 mil km pavimentados. Neste mesmo ano, a Instrução 113 da Sumoc abriu o caminho para a nacionalização da produção, oferecendo vantagens expressivas ao capital estrangeiro¹⁰⁷, e, logo em 1956, a Mercedes Benz promoveu a fundição do primeiro motor movido a óleo diesel para caminhões, sendo o acontecimento mais importante do setor automobilístico do país naquele ano¹⁰⁸. (FARO E SILVA, 2002, pp. 69 a 71)

Pouco antes da posse de Kubitschek, o Brasil tinha na siderurgia e na indústria automobilística setores em expansão. As indústrias têxtil e de alimentos eram as principais, respondendo por 40% da produção industrial. O destino de nossas exportações era sobretudo os EUA, com 40% de todo o nosso volume. Com relação ao petróleo, a partir da criação da Petrobrás houve queda na importação e economia de 70 milhões de dólares no saldo comercial, sendo que este produto respondia por 40% de toda energia usada no país, enquanto à energia elétrica cabiam 25%. As

¹⁰⁵ Segundo Bielschowsky (2000, p. 402), a taxa anual média do PIB no período 1956-61 foi de 7,1%, e a da expansão industrial foi de 10,1%.

¹⁰⁶ Uma das consequências da CMBEU, foi a criação do BNDE, um órgão fundamental para a execução do Plano de Metas. (FERNANDEZ, 2003, p. 6)

¹⁰⁷ Eugênio Gudin, Ministro da Fazenda, foi o mentor dessa Instrução, que oferecia a vantagem de empresas estrangeiras ou nacionais associadas ao capital estrangeiro de importar máquinas e equipamentos sem a devida cobertura cambial, uma vez que eram tratados como investimentos estrangeiros feitos no país. As empresas genuinamente nacionais perderam com esta medida, uma vez que tinham que freqüentar leilões de moeda estrangeira para poder fazer o mesmo, ou associar-se a empresas com aquele capital.

¹⁰⁸ Na solenidade de entrega do primeiro motor produzido no país, esteve presente o presidente eleito Juscelino Kubitschek.

empresas estrangeiras detinham 50% dos kw instalados no país, e eram donas de 95% do estoque de 162 milhões de dólares de capital estrangeiro registrado na Sumoc, capital qualificado de “especial interesse para a economia nacional”. (FARO e SILVA, 2002, pp. 72 a 74)

O Plano de Metas teve como antecedentes imediatos o Plano Quinquenal de Obras e Reparelhamento da Defesa Nacional, de 1942, o Plano Salte¹⁰⁹, de 1946/47, a partir de técnicos do DASP¹¹⁰, e, mais próximo e com mais influência, o trabalho elaborado pela CMBEU, em 1949. Nesta última, trabalhou-se a partir da constatação de pontos de estrangulamento para identificar áreas prioritárias de desenvolvimento:

[Essas experiências] propiciaram aos técnicos brasileiros oportunidades efetivas para enfrentarem as dificuldades concretas do planejamento, que se referiam não mais apenas à análise geral, mas ao levantamento de setores específicos e à elaboração e avaliação de projetos. Em outras palavras, quando Kubitschek assumiu o poder em 1956 e o sistema político estava preparado para a aceitação do planejamento, já havia uma equipe de técnicos disponíveis. (LAFER, 2002, pp. 53 e 54)

A partir daqueles trabalhos surgiu o BNDE, em 1952. A CEPAL e o BNDE tiveram uma equipe mista, da qual fez parte Celso Furtado, que contribuiu para o Programa de Metas¹¹¹. (FARO e SILVA, 2002, pp. 80 e 81)

Assim, uma vez empossado, o primeiro ato de JK foi instituir o Conselho de Desenvolvimento, primeiro órgão de caráter permanente, que respondia direto a Kubitschek. Lucas Lopes, futuro ministro da Fazenda, foi designado secretário-geral¹¹². O Conselho de Desenvolvimento elaborou um conjunto de 30 objetivos específicos, distribuídos em cinco setores, chamado

¹⁰⁹ Saúde, alimentação, transporte e energia.

¹¹⁰ Departamento Administrativo do Serviço Público.

¹¹¹ Os trabalhos coordenados por Celso Furtado, entre 1953 e 1955, “resultaram no mais global dos estudos da economia brasileira feito até então, tendo sido ainda base para o Plano de Metas, no Governo JK.” (COSTA, 2003, p. 16) Sobre a participação de Furtado na elaboração e execução do projeto desenvolvimentista, ver a dissertação de mestrado de Souza (2004).

¹¹² Lucas Lopes acumulou, também, a presidência do BNDE. Foi trazido ao governo federal pelo próprio presidente JK, que contou com ele como colaborador no governo de Minas Gerais.

Programa de Metas: setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação¹¹³. Sua execução foi acompanhada pelo Conselho, com investimentos estatais (principalmente em infra-estrutura) e investimentos privados, supervisionados estes últimos pelos Grupos Executivos (Indústria Automobilística, Construção Naval, Indústria Pesada e outros)¹¹⁴.

O programa previa o aumento da produção nesses setores até o final do governo¹¹⁵, e, em alguns casos, também até 1965¹¹⁶. Como resultado, a observação da evolução do PIB dá uma idéia do sucesso do plano. Se entre 1952 e 1956 o crescimento médio foi de 6,06%, e no período 1962 e 1966 foi de apenas 3,49%, no governo de JK o crescimento médio foi de 8,27%. (FARO e SILVA, 2002, p. 86) Especificamente com relação às metas, algumas foram superadas, algumas atingidas parcialmente, ao passo que outras foram quase cumpridas.¹¹⁷ No primeiro caso, destacam-se a meta 8, pavimentação de rodovias, a meta 9, construção de rodovias, a meta 17, mecanização da agricultura, e a meta 27, referente à indústria de automóveis, meta que simbolizou bem esse processo de industrialização, e a meta 29, da indústria mecânica e de material elétrico pesado. No segundo caso, temos as metas 4 e 5, referentes à produção e refino de petróleo, a meta 7, construção de ferrovias, e a meta 12, transporte aeroviário. No terceiro caso, temos a meta 1, energia elétrica, a meta 22, cimento, a meta 11, marinha mercante, e

¹¹³ Os setores de alimentação e educação, no entanto, podemos afirmar, não foram prioritários, daí a maior soma de recursos ter sido encaminhada para os outros três setores do plano. Enquanto 23% dos recursos do BNDE foram destinados à siderurgia, de um total de 41% em insumos básicos, e 50% em infra-estrutura, apenas 2% dos mesmos recursos foram encaminhados a ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. (COSTA, 2003, p. 18) Segundo Lafer (2002, p. 93), somente no item “Educação”, do total de recursos destinados por todas as fontes ao Plano de Metas, foram aplicados 4,3%. Ainda assim, muito pouco.

¹¹⁴ Para consultar a lista completa dos grupos de trabalho e seus responsáveis, ver Lafer (2002, p. 55).

¹¹⁵ Como o mandato expirava em 31 de janeiro de 1961, o programa tomava como parâmetros a produção de 1955 (antes do governo) e de 1960.

¹¹⁶ Foi o caso da meta no. 1, referente à energia elétrica e da meta 19, concernente à siderurgia. A meta 20, com relação ao alumínio, previa uma produção para 1960 e outra para 1962.

¹¹⁷ “Ainda que em muitas das metas o êxito tenha sido apenas parcial e que em várias outras tenha havido fracasso, o resultado global é tido por todos os estudiosos do período como impressionante.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 402)

a meta 20, relacionada à produção de alumínio. No entanto, a meta 25, referente à borracha, aumentou apenas 2,3% em relação à produção em 1955, e a meta 13, de produção de trigo, ficou até abaixo da produção daquele ano. A meta 30, referente à educação, como tinha um texto vago¹¹⁸, foi dada como cumprida, porém, cabe uma avaliação mais crítica em relação a isso. Assim, das trinta metas estabelecidas, as que estavam mais próximas da alimentação e da educação, se quisermos, além de não terem sido tão prioritárias (se pudermos assim defini-las), não foram cumpridas com o mesmo rigor que as outras relacionadas à expansão de outros setores.¹¹⁹

A meta-síntese, que não constava no Plano, mas poderia ser considerada a de maior impacto, foi a construção de Brasília, um projeto arrojado para a mudança da capital do país. Em 25 de abril de 1960, o presidente inaugurou, ainda que inacabada, a nova capital, responsável por boa parte dos recursos estatais destinados ao Plano de Metas.

Quanto ao petróleo, o plano estabeleceu que em 1960 a produção atingisse 100 mil barris diários. Tendo alcançado 75,5% da meta, ou seja, 75.500 barris/dia, a exploração do petróleo boliviano, ainda que em associação com o capital norte-americano, não ajudaria no cumprimento efetivo de alguns itens do ambicioso plano do governo, no qual vários setores da sociedade (partidos, militares, empresários e sindicatos representando os trabalhadores) envolviam-se com vários níveis de apoio?

O governo Kubitschek enfrentou o problema da inflação crescente, devido à expansão monetária para financiar déficits orçamentários, estimular atividades produtivas e conceder aumentos salariais para manter o nível de emprego (FARO e SILVA, 1991, p. 67) - e, assim, manter os alicerces de sustento de seu governo, com os militares, empresários, sindicatos e com a aliança PSD/PTB. Desta forma, associar-se com o capital norte-americano para exploração da zona petrolífera boliviana não teria diminuído a pressão inflacionária, facilitando inclusive os entendimentos para

¹¹⁸ A meta não estabelecia números, apenas “intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da educação para o desenvolvimento.”

¹¹⁹ Para leitura mais detalhada das metas e de seu cumprimento, ver Lafer (2002), capítulo 3.

liberação do empréstimo de trezentos milhões de dólares que o governo brasileiro aguardava do FMI a fim de equilibrar suas contas? Isto teria facilitado o Plano de Estabilização Monetária (PEM) do Ministro Lucas Lopes? Até que ponto a aliança PSD/PTB, e a conseqüente bancada majoritária no congresso (58% dos parlamentares) facilitariam ou prejudicariam esse objetivo? De novo somos remetidos ao debate entre esquerda e direita, nacionalismo e liberalismo, “entreguismo” e soberania. Se o governo e o Estado não são blocos monolíticos, são, por outro lado, palco de encontro e desencontro de alianças e interesses contraditórios e complementares, que, em última instância, representam interesses e conflitos no seio das próprias classes sociais.

Neste ponto, engrossamos o coro com Almeida (2006), numa crítica à bibliografia do período JK, sobretudo a Celso Lafer e Maria V. M. Benevides, autores que, entre outros, conseguem enxergar “racionalidade” e “eficiência” nos “técnicos” da “administração paralela” do presidente Kubitschek. Para Almeida, “os órgãos da ‘administração paralela’ eram disputados (e, logo, perdidos ou conquistados) por diferentes facções político-ideológicas”, pois “Industrialização jamais é um processo socialmente neutro.” (2001, pp. 15 e 16) Assim, se havia ao menos duas posições no que tange à exploração do petróleo boliviano, o presidente soube protelar uma definição sobre a melhor forma de realizá-la, uma vez que teve de se compor politicamente com aquelas “facções político-ideológicas” distintas, e o rompimento drástico com uma delas poderia significar um abalo em sua base de apoio. Daí o trânsito do presidente entre essas duas posições, não só referente aos Acordos de Roboré, mas em todo seu governo em muitas questões onde o nacionalismo e o cosmopolitismo se enfrentaram.

2.6 - A Política Externa

2.6.1 – A Primeira República

A política externa do governo Kubitschek pode ser analisada tomando-se apenas o seu mandato, atrelando esta abordagem a outros aspectos de sua política interna, uma vez que ambas possuem conexões que não podem ser desprezadas. No entanto, uma visão mais panorâmica sobre o período republicano no Brasil ajuda a entender melhor alguns dos avanços e recuos dos anos JK¹²⁰.

No final do século XIX, no ocaso do Império, assistiu-se a um processo de transformações no país que o levaram a realizar a sua revolução burguesa. A Lei de Terras, de 1850, a abolição da escravidão, em 1888, a Proclamação da República, em 1889, e a Constituição de 1891 marcam este processo de mudança, onde o Brasil realizou a sua passagem para a modernidade capitalista (SAES, 1990). Neste contexto, o Brasil e a América Latina passaram da órbita de influência das potências europeias (sobretudo a Inglaterra) para a órbita dos EUA:

A diplomacia europeia não se opôs a essa aproximação. Aliás, desde o momento do reconhecimento da República, a atitude das potências da Europa de não querer se antecipar aos Estados Unidos, é indício de que elas reconheciam e aceitavam a alocação do Brasil, posto que integrante da América Latina, na órbita de influência daqueles. (CERVO e BUENO, 1986, p. 45)

As mudanças ocorridas no país ajudaram nessa aproximação dos EUA, havendo, inclusive, quem julgasse ser esse país uma espécie de “garantidor” das novas instituições¹²¹. Com a República, tinha-se quase que como “natural” o papel do Brasil como aliado, exportando produtos primários e recebendo manufaturados, além de algum eventual apoio no campo

¹²⁰ Gerson Moura (2002) utiliza essa expressão no título de seu artigo “Avanços e recuos: a política exterior de JK”, um dos autores que tomamos como referência neste subcapítulo.

¹²¹ É o caso do primeiro chanceler do novo regime, Quintino Bocaiúva, que defendeu, inclusive, uma aliança ofensivo-defensiva com os EUA. Cf. Cervo e Bueno, 1986, p. 46.

internacional, exercendo até alguma influência no subcontinente, mas atrelado a um centro capitalista maior e mais forte cujo poder alcançava até mesmo a política interna. (CERVO e BUENO, 1986, pp. 48, 54 e 59)

O afastamento do imperialismo europeu e a aproximação com a potência do Norte estiveram na pauta da política externa brasileira no começo da República. O próprio Rio Branco entendeu que a amizade norte-americana e a Doutrina Monroe seriam recursos eficientes para alcançar-se aquele objetivo. Também, percebeu que esta amizade poderia render apoio em possíveis disputas com seus vizinhos, e como não havia nenhum país suficientemente forte ou mesmo coesão entre os países da região para opor-se ao poderio estadunidense, o melhor seria aceitar, “sem prejuízo da liberdade de atuação da diplomacia brasileira”, este novo parceiro. (CERVO e BUENO, 1986, pp. 60 e 61) Após sua gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, no entanto, a amizade adquiriu outro significado: alinhamento automático. (CERVO e BUENO, 1986, p. 62)

2.6.2 – O Governo Vargas

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o governo num mundo multipolar, com dois impérios oriundos dos séculos XVII e XVIII, Inglaterra e França, além de EUA, Itália, Japão e URSS. Há, nesse contexto, uma competição interimperialista que tendia para um conflito maior, e Vargas foi hábil nesse momento.¹²² O governo Dutra, em meio aos dois governos Vargas, adotou uma política de alinhamento automático segundo os ditames

¹²² Sua habilidade, no entanto, não evitou por completo a aproximação do Brasil em relação aos EUA. Segundo Ianni (1973, pp. 14 e 15), o alinhamento dos países latino-americanos aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial marcou a ruptura em relação aos países europeus e asiáticos e uma reformulação decisiva das relações interamericanas “segundo os interesses dos governantes norte-americanos”. Por governantes, o autor entende os grupos econômicos, políticos e militares que, juntos ou separados, “[participam] direta ou indiretamente das decisões governamentais, seja no âmbito da política interna seja no da externa.” (Página 14)

dos Estados Unidos¹²³, chegando a romper relações comerciais e diplomáticas com a URSS e cassando o registro do PCB.¹²⁴ Já em 1951, no seu retorno, Vargas encontrou um mundo pós-Segunda Guerra marcado pela bipolaridade, e recebendo de herança de Dutra essa política exterior capitulacionista. Em seu governo, foi instalada, em 1951, a CMBEU, e, no ano seguinte, um acordo militar foi assinado entre Brasil e EUA. (CERVO e BUENO, 1986, p. 76).

A CMBEU foi uma demanda brasileira, no final de 1950, atendida pelo governo norte-americano quando este precisava de apoio diplomático para a Guerra da Coreia, iniciada naquele ano. Ainda que voltada para o desenvolvimento econômico, os aportes de capitais para o Brasil foram poucos, o que levou o governo a limitar a remessa de lucros a fim de barganhar com aquele governo. (VIZENTINI, 2004, pp. 49 e 50) Tentou-se atrair capital para investimentos em setores não prioritários (indústria de bens de consumo, por exemplo), o que, aliado ao discurso nacionalista de Vargas, desinteressou os norte-americanos (de olho em setores básicos da economia).

O ano de 1952 foi marcado pelas oscilações do governo brasileiro: enquanto de um lado o governo criava o BNDE, denunciava a remessa irregular de lucros ao exterior, tomava medidas para discipliná-la, aprofundava o discurso nacionalista e negava-se a enviar tropas brasileiras para a Coreia, por outro lado, assinava o Acordo Militar Brasil-EUA. (VIZENTINI, 2004, p. 51)

A assinatura do Acordo Militar foi feita à margem do Ministério da Guerra, uma vez que contrariou as pretensões nacionalistas de seu titular, o general Estillac Leal, e a ala nacionalista dos militares, que havia sido

¹²³ O Presidente Dutra foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente os EUA, entre 17 e 29 de maio de 1949. (DANESE, 1999, pp. 309 e 310).

¹²⁴ Mesmo assim, preocupado com a “penetração soviética na América Latina”, que se constituía como um problema para a política dos EUA, o futuro embaixador no Brasil, funcionário do Departamento de Estado, John Moors Cabot destacou em seminário que seu país tinha força militar para dominar toda a América Latina, e havia dois caminhos abertos para se conseguir a colaboração das demais repúblicas da região: ou induzi-las a cooperar ou forçá-las a cooperar. O problema, segundo ele, era a dificuldade em definir onde terminava a indução e onde começava a coerção. Apesar disso, os EUA deveriam ser mais pragmáticos e menos “teóricos”. (OSS, rolo V, fotograma 1087, de 26/11/1946, p. 4)

brindada com a negativa de enviar tropas brasileiras à Coréia¹²⁵. Este acordo previa o fornecimento de minerais estratégicos, como urânio, a preços de mercado aos EUA, e, em troca, o Brasil receberia armas e material bélico. A postura do presidente Vargas, em maio de 1953, levou ao pedido de demissão de Estillac Leal, ao enfraquecimento do setor nacionalista entre os militares e no governo, redundando, em curto prazo, na derrota à presidência do Clube Militar, que passou a ser ocupada pelos cosmopolitas (“entreguistas”), e, pouco depois, contribuiu decisivamente para a crise de 1954 que levou ao suicídio do presidente.

O “jogo duplo” de Vargas em relação a Berlim e Washington, nos anos 30, seu nacionalismo no final da ditadura do Estado Novo, suas críticas ao governo Dutra e o discurso nacionalista e trabalhista nas eleições de 1950 chegaram a preocupar os EUA, mas foram abrandados pela indicação de um chanceler, em seu segundo governo, que agradou o governo Truman por ser comprometido com o capital estrangeiro. (VIZENTINI, 2004, pp. 43 e 44) João Neves da Fontoura¹²⁶, que foi quem assinou o Acordo Militar Brasil - Estados Unidos (CPDOC, 2005), segundo Vizentini (2004, p. 44), era presidente da Ultragás S.A., subsidiária da Standard Oil Co., que no final dos anos 30 foi expulsa da Bolívia e em 1958 articulou para voltar a explorar o petróleo boliviano através dos Acordos de Roboré:

João Neves da Fontoura possuía uma visão semelhante à de Raul Fernandes (chanceler de Dutra), que considerava o Brasil um aliado privilegiado dos EUA. Vargas adotava, alternativamente, um discurso independente e contestatório, e outras vezes um tom conciliador ou o puro e simples acatamento das demandas americanas, muitas vezes secretamente. (VIZENTINI, 2004, p. 44)

A informação de Vizentini é corroborada por Gabriel Cohn (1968, p. 102) e por Victor (1970, pp. 289 e 290), este último indo além, pois,

¹²⁵ A assinatura desse acordo, no entanto, teria sido também uma contrapartida do Brasil por não ter enviado tropas para a Guerra da Coréia. (CPDOC, 2005)

¹²⁶ João Neves da Fontoura foi vice-presidente do Rio Grande do Sul, no governo de Getúlio Vargas (1927-1930). Seu relacionamento com o presidente, portanto, vinha de longe. Com a redemocratização, em 1946, filiou-se ao PSD de seu Estado.

segundo ele, assim que foi anunciado ministro pelo presidente eleito, mas ainda não empossado, Fontoura foi escolhido em 7 de dezembro de 1950 para a presidência da Ultragás, e a Ata da Assembléia-Geral da empresa, que o escolheu, registrava que

“Mais e mais se acentuou a cooperação prestada por nossos associados, a Socony-Vacuum Oil Co. Inc. New York, da qual recebemos a mais completa e valiosa assistência. Para o cargo de presidente da Companhia, vago pelo falecimento do saudoso Dr. João Marques dos Reis, foi eleito o Sr. Dr. João Neves da Fontoura. Tendo S. Exa. sido nomeado Ministro das Relações Exteriores, solicitou e obteve licença, que vigorará pelo prazo que ocupar a pasta das Relações Exteriores. – Ernesto Igel – Diretor-Vice-Presidente; L. Grigonis – Diretor-Tesoureiro e Pery Igel – Diretor-Secretário.”¹²⁷

A escolha de Fontoura para uma pasta cobiçada pelos trustes internacionais foi motivo de preocupação para os diversos grupos nacionalistas, ainda mais por seus vínculos estreitos e explícitos com a Standard Oil Company.

Em 1953, com a posse de um governo republicano nos EUA, marcado pelo conservadorismo, anticomunismo e, também, antinacionalismo, a política de barganha de Vargas sofreu um duro golpe. Houve o encerramento dos trabalhos da CMBEU e a desconfiança norte-americana com os rumos da política interna no Brasil, esta última caracterizada pela crise econômica, mobilização popular, polarização política, perda de sustentação do governo e avanço de forças anti-varguistas, além das discussões em torno do monopólio estatal do petróleo. (VIZENTINI, 2004, pp. 61 e 62)

Ainda que tentasse realinhar as relações do Brasil com os EUA mantendo a dependência, Vargas não conseguiu apoio suficiente para o desenvolvimento econômico do país. Daí, em alguns momentos, radicalizar

¹²⁷ Citado no Diário Oficial da União de 12/03/1951, Seção 3 página 531. Apud Victor (1970, p. 290)

no discurso¹²⁸ e afastar ainda mais as possibilidades de ajuda norte-americana:

Ao solicitar recursos externos para acelerar o desenvolvimento e suavizar a pobreza e as desigualdades sociais, o nacional-desenvolvimentismo evidenciava a convergência entre os interesses nacionais e os do bloco ocidental. Quando os investimentos externos não vinham, Vargas mudava o tom do seu discurso, passando das reivindicações às críticas ao “imperialismo”, e buscava ampliar o perfil da política externa brasileira, tanto como uma alternativa econômica como uma barganha política. Paradoxalmente, havia imperialismo quando os países desenvolvidos abandonavam os subdesenvolvidos, não colaborando com estes. O imperialismo era denunciado pela falta de capital estrangeiro. (VIZENTINI, 2004, pp. 78 e 79)

Vizentini chega mesmo a admitir a interferência do governo dos EUA, em apoio às forças anti-Vargas, para o desfecho de agosto de 1954. Talvez não seja coincidência que, no espaço de um ano, Vargas tenha se suicidado, Perón tenha sido deposto (1955) e, na Bolívia, um novo Código do Petróleo, promulgado também em 1955, revertesse a nacionalização das jazidas e permitisse o retorno do capital privado estrangeiro na exploração. Este Código, como veremos no capítulo 4, foi elaborado em Nova Iorque por advogados e consultores de empresas norte-americanas do setor petrolífero, e baseado nele foram feitas as atualizações do Tratado de 1938 entre Bolívia e Brasil, desembocando nos Acordos de Roboré. Nesses anos, houve uma guinada à direita na América do Sul.

2.6.3 – O Governo Kubitschek e a Operação Pan-Americana

O breve interregno entre a morte de Vargas e a posse de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo retorno a um conservadorismo que

¹²⁸ Segundo Sérgio Danese (1999, capítulos 2 e 3), Getúlio Vargas foi um chefe de Estado que fez uma “diplomacia de cúpula” ou “diplomacia presidencial”, caracterizada pelo protagonismo do governante que se sobrepõe à presença de seus diplomatas e chanceler, transformados em meros “preparadores” “das atividades do mandatário”. Sendo uma de suas políticas públicas, a política externa, para o governante, acaba tendo uma visibilidade maior do que tinha com a diplomacia tradicional, daí a pressão por resultados e a participação da opinião pública. “Vargas inverteu a equação de Rio Branco, tornando-se o primeiro presidente-chanceler do Brasil.” (DANESE, 1999, p. 307)

agradou à Casa Branca e aos setores cosmopolitas no Brasil. Como chanceler, Café Filho empossou de novo Raul Fernandes, membro da UDN e ex-chanceler de Dutra, o mesmo que aproximara, sem hesitação, o Brasil e os interesses da política externa dos EUA. Na Fazenda, Eugênio Gudin, defensor do capital estrangeiro, crítico das teses desenvolvimentistas e favorável a uma política econômica ortodoxa, também foi visto com bons olhos, tanto que conseguiu o que Vargas, pouco antes, não alcançara: empréstimo do FMI, com o aval da Casa Branca, para equilibrar as contas brasileiras (BORGES, 1996). Este empréstimo ficou condicionado à revisão da questão do petróleo. Enquanto companhias estrangeiras deixavam claro seu interesse em explorá-lo, Carlos Lacerda¹²⁹ criticava o monopólio estatal e o governo sabotava como podia a Petrobrás¹³⁰. (VIZENTINI, 2004, p. 81)

Nesse período, destacou-se a Instrução 113 da Sumoc, que permitiu, como dissemos, a importação de equipamentos de empresas estrangeiras no Brasil sem a respectiva cobertura cambial, abrindo caminho, pouco depois, para a nacionalização de parte da produção industrial no Brasil, em detrimento do empreendimento genuinamente nacional. De qualquer forma, a eleição de Juscelino Kubitschek apontava que, apesar das críticas e das tentativas golpistas, sua posse traria novamente a questão do desenvolvimento econômico como principal item em sua pauta de governo, resumida na frase “50 anos em 5”.

A historiografia geralmente aborda a política externa de JK do ponto de vista do alinhamento aos EUA. Segundo Gerson Moura

Pode-se, no entanto, acompanhar a gestação de formulações e posições de independência em meio à reafirmação de posições de alinhamento. O “novo” e o “velho” na política exterior de JK aparecem não apenas em linhas paralelas, mas também em linhas

¹²⁹ Alguns anos depois, o mesmo Carlos Lacerda denunciou a tentativa do FMI em sabotar a Petrobrás, através de imposições ao governo JK, como a de mudar – nova tentativa – a política do petróleo. (Anais da Câmara dos Deputados, Volume VII, 10/06/1959, pp. 148 a 162)

¹³⁰ O governo impedia a importação de equipamentos necessários à exploração, enquanto denunciava a existência de déficits na Petrobrás para malograr o empreendimento estatal. (VIZENTINI, 2004, p. 81)

cruzadas, justapostas e até misturadas, o que torna difícil uma caracterização unívoca do período. Daí a permanente impressão de avanços e recuos na política exterior de JK. (MOURA, 2002, p. 41)

O mundo bipolar que Vargas recebera em 1951 mudara em pouco tempo. A segunda metade dos anos 50 caracterizou-se, também, por brechas abertas por atores até então não considerados no plano internacional pelas duas superpotências. A Conferência de Bandung (Indonésia), em 1955, marcada pela denúncia e luta contra o colonialismo e o racismo, contou com a participação de países da Ásia, do Oriente Médio e do norte da África. Não como consequência imediata, mas com esse reforço, outras conferências foram realizadas visando a independência política da África. Entre 1956 e 1959, sete países conseguiram a independência política; em 1960, o “ano da África”, dezessete lograram o mesmo objetivo, e entre 1961 e 1964 outros dez¹³¹. (MOURA, 2002, p. 44)

A descolonização contribuiu, portanto, para a negação da bipolaridade e a formação do que viria a ser mais tarde o movimento dos países não-alinhados. (MOURA, 2002, p. 44)

Em 1956, a crise de Suez deixou claro que, para a maioria das nações, a bipolaridade e os princípios da Guerra Fria não atendiam seus interesses mais prementes. A nacionalização do canal em julho daquele ano provocou uma crise internacional e uma cena inédita: a condenação conjunta de soviéticos e norte-americanos à intervenção anglo-franco-israelense. No mesmo ano, a insurreição húngara demonstrou algo parecido referente aos interesses de povos no interior de um bloco, neste caso, o comunista. À insurreição húngara seguiu-se a revolta polonesa, nos mesmos moldes. Além de uma rachadura interna nos blocos antagônicos, estes movimentos

¹³¹ O colonialismo foi um ponto intrigante da política externa de Juscelino Kubitschek, pois se por um lado reafirmava o direito de autodeterminação dos povos, por outro apoiava a política colonialista do governo salazarista em Portugal. Esta contradição foi analisada por Rampinelli (2004) e Moura (2002).

mostravam que o conflito militar entre as superpotências não era inexorável, e que a coesão interna não era facilmente obtida:

Ao mesmo tempo, o reconhecimento mútuo dos interesses vitais das superpotências evidenciava que a bipolaridade era o discurso da dominação interna aos blocos, mas não a regra básica do jogo político internacional. Interessava aos poderes hegemônicos, mas pouco ou nada tinham a oferecer aos aliados subordinados. Estes começavam a tirar suas próprias conclusões. (MOURA, 2002, p. 43)¹³²

A partir de Bandung, o movimento dos países não-alinhados ganhou corpo, e sua formalização ocorreu em 1961, com a Conferência de Belgrado. A liderança de Nehru (Índia), Tito (Iugoslávia) e Nasser (Egito) provocou a reação norte-americana, através do secretário de Estado, Foster Dulles, que acusou o movimento de imoral e de favorecer o “imperialismo comunista” (Apud MOURA, 2002, p. 45). Fosse imoral ou não, a Unctad¹³³, nos anos 60, foi resultado da pressão desse grupo, que contou com a adesão de países da América Latina. (MOURA, 2003, p. 45)

Dessa forma, ao assumir o governo, Kubitschek encontrou uma realidade diferente daquela do início dos anos 50. Ainda que esses fatos acima tenham contribuído para ampliar a margem de autonomia do país no campo internacional, outros limitaram em muito esta ação. Os anos 50, nos EUA, foram quase atravessados pelo governo Eisenhower e pela presença de Foster Dulles na Secretaria de Estado. Foi uma administração marcada, entre outros, pela condenação a toda forma de nacionalismo, visto como porta de entrada do comunismo soviético, e também às teses desenvolvimentistas, uma vez que, entendia, o desenvolvimento da América Latina ocorreria naturalmente com a abertura ao capital estrangeiro (principalmente norte-americano). (MOURA, 2002, pp. 46, 50 e 51)

Além disso, como a América Latina não era prioridade na agenda norte-americana da Guerra Fria, uma vez que os espaços principais

¹³² Entretanto, de certo modo a crise de Suez reforçou a bipolaridade, ao relegar o Império Britânico a uma posição claramente subordinada aos EUA.

¹³³ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

localizavam-se na Ásia e na Europa, somente um fato novo poderia mudar essa percepção norte-americana, permitindo apoio, inclusive financeiro, para um desenvolvimento nos países da região, ainda que associado. Em 1958, tentando atrair uma maior atenção ao Brasil, Kubitschek lançou a OPA (Operação Pan-Americana), ao mesmo tempo em que o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, numa jornada de visitas a países da região, foi duramente criticado e ameaçado por manifestações populares¹³⁴. O perigo à sua vida foi sentido em Washington, a ponto de o governo norte-americano mobilizar tropas para resgatar seu mandatário (MOURA, 2002, pp. 51 e 52). Este evento traumático, aliado à divulgação dos princípios da OPA, mostrou que a América Latina não poderia ser desconsiderada para sempre. As resistências à presença de Nixon foram atribuídas, pela Casa Branca, à infiltração comunista no continente. Quanto a JK, o que acontecera a Nixon reforçou sua tese¹³⁵ no programa da OPA: a principal preocupação nos países da região era o subdesenvolvimento e a pobreza; estes sim poderiam abrir as portas a regimes exógenos de inspiração soviética. No entanto, os EUA mostraram-se reticentes com a investida brasileira:

A baixa receptividade inicial de Washington à idéia lançada por JK não desanimou o governo brasileiro, que insistiu na tese de que o verdadeiro panamericanismo seria feito de atos de solidariedade concreta, com vistas à luta contra o subdesenvolvimento; ao mesmo tempo, JK acentuava a natureza multilateral da iniciativa, assim como a necessidade de se dar um tratamento político aos problemas econômicos e assegurar um novo papel para a América Latina no sistema interamericano. (MOURA, 2002, p. 2)

Ainda que contrariasse suas orientações políticas para a região, como a proposta pudesse angariar apoio e propiciar adesões ao Brasil, o governo norte-americano procurou esvaziar a OPA, encaminhando-a à OEA

¹³⁴ Principalmente no Peru e na Venezuela.

¹³⁵ A historiografia aponta Augusto Frederico Schmidt, assessor de Juscelino Kubitschek na presidência, como o mentor da OPA. Roberto Campos, em suas memórias (1994, pp. 155 e 156), não se coloca como autor, mas lembra que a idéia central da OPA não era original e que ele, em 1947, já escrevera a respeito, e, à época de Juscelino, tornara-se um jargão. Deixando de lado a paternidade, o texto da OPA não trazia um plano de ações concreto para a região, tratava-se mais de um diagnóstico dos problemas, todos vinculados ao subdesenvolvimento. Veja-se, por exemplo, Moura (2002).

para ser discutida e diminuir o peso de JK como líder na região¹³⁶; ao mesmo tempo, não definiu com qual montante estava disposto a entrar para viabilizar qualquer projeto de desenvolvimento.

Em 1959, porém, após discussões arrastadas, a OPA foi revitalizada com o advento da Revolução Cubana. Desta vez, a rachadura ocorreu no interior do bloco ocidental liderado pelos EUA. As reformas agrária e urbana em Cuba preocuparam o governo Eisenhower, de forma que em seus últimos dias frente ao governo, procurou uma aproximação com os países latino-americanos, a fim de lutar contra o “perigo cubano”. (MOURA, 2002, p. 55) No entanto, esta procura não significou capitulação diante das demandas latino-americanas. Ao contrário, a OPA foi vista com “bons olhos” e de grande serventia ao governo dos EUA. A OSS entendeu que a derrota dos nacionalistas nas eleições de outubro de 1958 foi resultado da resposta positiva de Eisenhower a JK, e a embaixada norte-americana acrescentou que *“One of the most arresting phenomena in connection with OPA has been the influence of that project in combatting virus nationalism, thus blunting the Communist’s most effective weapon.”* (OSS, rolo VI, fotograma 0997, de 24/07/1959)

O democrata John Kennedy, em seu primeiro ano de governo, retomou a OPA numa nova roupagem, através da Aliança para o Progresso¹³⁷, tomando a frente e empalidecendo a iniciativa brasileira. E, como outro resultado direto da OPA, foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A OPA, na medida em que propôs romper com o papel periférico dos países latino-americanos, representou um avanço no campo da política externa, mas, como não preconizou o rompimento com a situação de dependência com os EUA, teve seus limites dados na própria origem,

¹³⁶ Na OEA, o Comitê dos 21 se encarregou da dimensão político-diplomática, enquanto que os planos econômicos foram encaminhados ao Cies (Conselho Interamericano Econômico e Social), órgão burocrático da organização. (MOURA, 2002, p. 53)

¹³⁷ O título completo da proposta do governo dos EUA para apreciação dos demais países da região é “Acordo para o Estabelecimento de uma Aliança para o Progresso, dentro da Estrutura e Conceitos da Operação Pan-Americana”.

servindo mais para mobilizar a opinião pública da região do que para tirar o Brasil ou qualquer outro país daquela condição.¹³⁸ Um exemplo que ajuda a compreender este ponto é a questão do reatamento das relações com a União Soviética. Após bom tempo de discussão, para atender o objetivo pragmático do governo brasileiro de impulsionar o modelo desenvolvimentista, mas não gerar um mal-estar que comprometesse os vínculos ideológicos com os EUA, decidiu-se por reatar as relações comerciais, mantendo-se cortadas as relações diplomáticas. É o avanço e o recuo, o ímpeto de projetar-se, mas sem romper com o que impede este movimento¹³⁹.

No final do governo JK, o embaixador norte-americano John Cabot declarou, em discurso na ESG, que sem os EUA o Brasil poderia ser conquistado pelo “imperialismo soviético”. Assim, preferível seria submeter-se ao imperialismo norte-americano, pois este garantiria a “independência” e a segurança nacional:

Com todo o respeito, penso que concordaríamos que a Rússia Soviética tem força, hoje, para conquistar o Brasil, se este não receber auxílio do exterior. Acho, com efeito, que se poderia dizer com segurança que, além dos Estados Unidos, a Rússia Soviética tem hoje poder para conquistar qualquer outra nação do mundo. Estabeleço estas premissas porque elas são fundamentais para a proposição que, creio, deve ser básica no pensamento brasileiro – que o poderio dos Estados Unidos, e só o poderio dos Estados Unidos, pode defender e defende a independência e a segurança do Brasil contra qualquer ameaça estrangeira. (OSS, rolo 4, fotograma 1081, de 05/10/1960, p.2)

A preocupação de Cabot estava baseada na premissa de que “perdido o Brasil para o comunismo”, provavelmente os EUA “perderiam toda

¹³⁸ “Mesmo enfrentando aquelas limitações propositivas e perdendo certo espaço para o governo norte-americano, a OPA passou a ter, por si mesma, um grande valor interno no Brasil, como alegada prova de prestígio e de capacidade de ação do governo brasileiro.” (DANESE, 1999, p. 329)

¹³⁹ Outro exemplo, que já citamos, foi a questão do apoio à política colonialista portuguesa, ao mesmo tempo em que se apoiava, em tese, a independência das colônias africanas. Genericamente, de maneira retórica e abstrata, prevalecia esta última; no plano das ações concretas, optava-se pelo engajamento com o seu oposto. (MOURA, 2002, pp. 56 a 59)

a América Latina” para os soviéticos.¹⁴⁰ Daí a necessidade de “incentivar” o país a ser amigo e democrático, pois, com o seu tamanho e sua importância na região, o governo dos EUA precisavam de sua influência e sua cooperação. (OSS, rolo V, fotograma 570, junho de 1961, p. 5)

Como afirmamos no início, a política externa denota questões de política interna. A OPA, neste sentido, foi uma tentativa de angariar recursos para o projeto desenvolvimentista do governo Kubitschek, além de colocar o Brasil, e JK, na condição de líder dos países latino-americanos. A OPA se constituiria numa espécie de “meta-síntese” (DANESE, 1999, p. 330) da política externa brasileira, que, somada ao plano de metas, seria o cerne daquele governo.

O mais correto é dizer que a política exterior responde às aspirações do grupo político representante da categoria sócio-econômica hegemônica, no âmbito da sociedade nacional e, como tal, empalmou o poder pela conquista do Estado. [...] Complementarmente, reafirma-se a conclusão de que a política exterior de um país responde a um momento específico de sua história conforme a categoria social que desfruta de posição hegemônica no mando político nacional. (CERVO e BUENO, 1986, pp. 42 e 43)

Neste ponto, ressaltamos que a política externa desses anos denota conflitos internos insolúveis até aquele momento. A resposta norte-americana à OPA foi respaldada por setores da imprensa, dos militares, da sociedade civil em geral, que também viam com temor o nacionalismo e as teses desenvolvimentistas. Por outro lado, o governo JK foi apoiado pelos mesmos setores nacionalistas agrupados também naqueles segmentos da sociedade, indicando um intenso debate político sobre os rumos do próprio governo. Maria V. M. Benevides, no entanto, aponta que

¹⁴⁰ Também interessante nas preocupações de Cabot é a existência de imperialismos (soviético e norte-americano), mas sem lutas de classes, até porque, estas, para ele “quase” não existiam, sobretudo nos países mais desenvolvidos, onde a sociedade era “livre” e “relativamente sem classes”. Os trabalhadores nesses países seriam inclusive “capitalistas”, e o seu bem-estar não teria sido conseguido às custas dos trabalhadores dos países mais pobres. “Nos Estados Unidos, pouco existe desse snobismo [sic] defensivo sugerido pela palavra proletariado.” Esta declaração foi sugestivamente dada no dia do trabalho nos EUA. (OSS, rolo IV, fotogramas 0057 e 0058, 1959)

a política externa desse período foi conduzida “apoliticamente” e a presença de líderes do PSD como J. C. Macedo Soares, F. Negrão de Lima e H. Lafer, embora respeitasse acordos partidários, não implicava em tomada de decisões com conteúdo especificamente “pessedista”. (BENEVIDES, 1979, p. 82)

Procuramos demonstrar, ao longo deste subcapítulo, a inconsistência dessa afirmação. Assim, contrariando a autora, nossa tese é que, não só a política externa não é apolítica, como se integra, quase como uma extensão, às propostas levadas internamente pelo governo e seus grupos de apoio e de oposição. Trata-se, portanto, de um campo de disputa, onde, utilizando a expressão de Gerson Moura, avança-se e recua-se o tempo todo, dependendo da correlação de forças presentes no momento. Nesta linha, também os Acordos de Roboré permitiram um debate polêmico, pois estes conflitos levados sobre a política externa se mostraram em torno de noções ideológicas como desenvolvimento, soberania, nacionalismo, imperialismo e, em última instância, como um posicionamento diante do próprio governo JK com relação aos seus rumos. Os Acordos de Roboré localizam-se bem aí.

Ainda, se a historiografia tem analisado a política exterior desses anos em termos de alinhamento do Brasil aos EUA, e, aceitando-se esta premissa, a polêmica em torno da proposta de Roberto Campos¹⁴¹ para a exploração do petróleo boliviano ganha uma dimensão maior, pois evidencia uma crítica mais ampla à própria condução do governo neste campo, constituindo-se os acordos com a Bolívia um momento e um espaço privilegiados para embates e disputas ideológicas internas do país.¹⁴² Ao discutir-se a exploração do petróleo boliviano, estávamos discutindo o Brasil e os rumos que o governo tomava.

¹⁴¹ Associação de empresas nacionais com o capital estrangeiro, sob o comando deste último.

¹⁴² “A política interna e a opinião pública são duas faces do mesmo vetor que orienta parte substancial da diplomacia de cúpula. [...] A diplomacia de cúpula moderna reage à opinião pública, ou tenta cooptá-la ou impressioná-la; mas nunca deixa de dialogar com ela e com a política interna em geral. [...]” (DANESE, 1999, p. 90)

2.7 - O nacional-desenvolvimentismo

De meados do século XX em diante, entendeu-se que o Brasil na virada do século seria a primeira potência mundial. Não se compreendeu, ainda, que o desenvolvimento econômico brasileiro esteve o tempo todo atrelado a uma dinâmica e um contexto maior que é o desenvolvimento do próprio capitalismo internacional. Bielschowsky (2000, pp. 248 a 252) aponta a existência de uma “consciência industrialista” no país desde o século XIX. A origem do projeto desenvolvimentista, no entanto, segundo o autor, data do período 1930-45, principalmente durante o Estado Novo¹⁴³, e seria caracterizado “como um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado.” (p. 247) Por outro lado, segundo Arrighi (2001)¹⁴⁴, associar industrialização à emancipação nacional (desenvolvimento), constitui o que ele chama de “ilusão de desenvolvimento”, pois não se observa de forma panorâmica esse sistema maior. A posição assimétrica entre os países centrais e da periferia continua a mesma, mas a febre da “ilusão de desenvolvimento” e o delírio conseqüente obscurecem esta visão. Isto para não falar que o processo de industrialização, isoladamente, não é, geralmente, acompanhado de distribuição de riqueza e do “bem-estar” que a modernidade pode oferecer. Este discurso fez parte da ideologia nacional-desenvolvimentista, sobretudo nos anos JK.

Nos anos 30, a associação entre desenvolvimento da indústria de base (siderurgia e, pouco depois, petróleo) e segurança nacional foi essencial na constituição da ideologia nacionalista (ALMEIDA, 1995, p. 106) Em 1930, Getúlio Vargas nacionalizou a água, pensando, talvez, na Eletrobrás. Em 1934, nacionalizou o subsolo, separando-o do solo, pensando talvez na CSN e na Companhia Vale do Rio Doce, de forma que o capital

¹⁴³ O autor identifica 1930-44 como o período que marca a origem; 1945-55 como fase de amadurecimento; 1956-60 como auge e 1961-64 como fase de crise do desenvolvimentismo. (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 247 e 248)

¹⁴⁴ Principalmente o capítulo “A ilusão desenvolvimentista: uma reconstrução da semiperiferia”, páginas 207 a 252.

estrangeiro poderia ter a sua posse, mas não a sua propriedade. Preparou, digamos, o terreno para a sua política industrial posterior. Tidas como atividades “vitais à integridade nacional”, o nacionalismo (tenentista), assim, defendia seu controle e regulamentação pelo poder central (ALMEIDA, 1995, p. 109).

Entre 1951 e 1954, Vargas criou uma série de organismos paralelos, com burocratas que ajudaram a definir a política de industrialização através de “arenas formuladoras de políticas econômicas”, integradas por “técnicos nacionalistas” (LEOPOLDI, 2000, p. 220)¹⁴⁵. Dentre os organismos, destacam-se a Assessoria Econômica, o BNDE, a CDI (Comissão de Desenvolvimento Industrial), o Banco do Nordeste e a CAPES. A CEPAL influenciou esta política. Criada por Raúl Prebisch, a CEPAL criticava a troca de mercadorias entre países de terceiro e primeiro mundos. Os primeiros mandavam cada vez mais produtos primários e recebiam cada vez menos produtos manufaturados. A saída, portanto, seria industrializar o país para superar seu atraso histórico.

Vargas adotou uma política de restrição ao “velho” capital estrangeiro (indústrias de base, energia, água etc.) e procurou, sem sucesso, atrair o “novo” capital estrangeiro (indústria automobilística, por exemplo). Havia, segundo Leopoldi (2000, pp. 228 e 229), uma política conciliatória: nacionalista, por um lado, com a Petrobrás, por exemplo, ou mesmo com a política cambial protecionista, e, por outro, internacionalista (ou “entreguista”), com a CMBEU e nos estímulos para investimentos estrangeiros para industrialização de veículos e matérias-primas. A política industrial de Vargas, assim, teve um tripé, formado por Estado, capital nacional e capital estrangeiro, nesta ordem de importância.

Nos anos 50, houve uma desindustrialização de alguns países, que transferiram setores de produção inteiros para países da periferia. Juscelino, neste contexto, promoveu uma modernização conservadora.

¹⁴⁵ No caso desta obra, estamos nos atendo aos capítulos 7 (Reforma cambial num contexto de crise (I): a Instrução 113 da SUMOC) e 8 (Reforma cambial num contexto de crise (II): da Instrução 113 à Instrução 204).

Indústria automobilística e nova capital do país, mas manteve a estrutura agrária e reformulou, para reforçar, a dominação burguesa. Como em seu governo vigorou a Instrução 113 da Sumoc, a industrialização veio acompanhada de forte internacionalização da indústria. Às empresas nacionais que quisessem gozar deste benefício – importar bens de capital e modernizar suas instalações, ou mesmo reequipá-las, sem a necessidade de enviar dólares ao exterior – teriam que associar-se a empresas estrangeiras. Muitas fecharam. Outras se desnacionalizaram¹⁴⁶. A Instrução 113 permitiu a Juscelino inverter a composição do tripé anteriormente posto, em relação ao capital: primeiro viria o estrangeiro, depois o nacional. O Estado, no entanto, continuou à frente deste processo.

As fontes dos recursos para o desenvolvimento industrial vinham sobretudo do capital estrangeiro, através de investimentos e empréstimos. No primeiro caso, via Instrução 113, em investimentos estrangeiros diretos¹⁴⁷, e, no segundo, através de financiamentos externos para empreendimentos públicos de grande porte, com endividamento de curto prazo e créditos de fornecedores –via bancos estrangeiros – para compra de produtos do país de origem. (LEOPOLDI, 2000, p. 260)

Foi por conta da instrução 113, usada para implementar as metas do plano de Juscelino, que os industriais passaram a usar os termos “indústria nacional” e “indústria estrangeira”. Em 1958, a FIESP, defendendo igualdade de condições em relação ao capital estrangeiro organizou um fórum, a fim de debater os efeitos da Instrução 113. No Congresso, a repercussão de tal investida redundou na proposta do deputado nacionalista Sérgio Magalhães, com um projeto que proibia o investimento estrangeiro em setores produtivos onde houvesse a presença de capital nacional. Como os tempos eram de avanços acompanhados de recuos, ou, políticas ousadas cuidadosamente preparadas para não provocar rompimentos estruturais, a

¹⁴⁶ Foram os casos das indústrias química e farmacêutica. (LEOPOLDI, 2000, p. 247)

¹⁴⁷ Até dezembro de 1961, o país que mais investira no Brasil por meio dessa instrução foi, disparado, os Estados Unidos. Quase a metade dos recursos vindos de fora era desse país, para as indústrias de base e indústrias leves. (LAFER, 2002, p. 154)

FIESP não apoiou esta medida. Segundo Leopoldi (2000, pp. 269 e 270), essa posição indicava a falta de um consenso interno e a existência de vínculos do capital nacional com a economia internacional. Em seu lugar, a FIESP propôs um Código de Investimentos, que não rechaçava de vez aquele capital.

Juscelino avançou e recuou o tempo todo. Em 1959, rompeu com o FMI, que o pressionava, por exemplo, a conter gastos, o que significaria comprometer o Plano de Metas. Por outro lado, não tinha aberto mão da Instrução 113, que, como dissemos, se promovia a industrialização e nacionalizava a produção, desnacionalizava a indústria. Segundo ainda Leopoldi (2000, pp. 285 e 286), neste processo de industrialização quem mais ganhou foram o “Estado-empresário”, que cresceu; as firmas estrangeiras, que se multiplicaram; e a indústria nacional, que cresceu, ainda que como sócia menor.¹⁴⁸

No período de seu governo, o crescimento do emprego na indústria foi menor que no período 1948-56, e menor também do que o crescimento demográfico. Houve expansão do número de favelas, com migrantes do campo. Foram anos em que a população urbana superou a rural. Porém, ocorreu um aumento real do salário e do salário mínimo, mas, o aumento da produtividade foi maior que o aumento real do salário.¹⁴⁹

A burguesia agrária não era contrária à industrialização, haja vista que Juscelino, eleito pelo PSD mineiro, ligado a essa fração, ser o grande defensor da industrialização. Queria apenas, esta fração de classe, que as relações de dependência pessoal no campo não desaparecessem. Aliás, era amplo e diversificado o conjunto social que se mobilizou em torno e a favor da industrialização:

¹⁴⁸ A autora entende que o desenvolvimento econômico do país deveu-se, antes e durante os anos 50, mais à iniciativa dos industriais e suas associações de classe do que à iniciativa do Estado. Discordamos da autora nesta posição, como, aliás, o próprio prefaciador da obra, Boris Fausto, que aponta a política sindical e a legislação trabalhista como indicativos do papel primordial do Estado (p. 17).

¹⁴⁹ É o que se pode depreender da análise das tabelas contidas na historiografia, como, por exemplo, Lafer (2002).

Formado por políticos profissionais, inclusive o presidente do principal partido de oposição, Presidência da República, burocratas civis (entre os quais, segmentos da chamada “administração paralela”), representantes corporativos da burguesia industrial, Clube Militar, III Exército, movimentos estudantis, sindicalistas, era bastante amplo e heterogêneo o bloco de forças que, com distintas particularidades político-ideológicas, inclusive no que se refere às modalidades de atuação, se mobilizavam objetivamente em favor do desenvolvimento, em novos termos, do capitalismo dependente do Brasil. (ALMEIDA, 2006, p. 272)

A política nacional-desenvolvimentista foi uma tentativa de colocar em novos termos, ou refazer, as relações de dependência do Brasil com o imperialismo norte-americano. Aliás, na América Latina temos outros exemplos deste esforço. Segundo Ianni (1973, p. 35), estes acontecimentos “revelam dois tipos de crises ou rupturas estruturais mais freqüentes no padrão de dominação imperialista exercido pelos Estados Unidos na América Latina.” Um caracterizado por crise ou ruptura estrutural parcial, e, outro, marcado por rupturas estruturais internas e externas. No primeiro caso, tem-se uma aliança entre governos e classes dominantes a fim de rever as relações de dependência, mas sem romper com as estruturas de dominação política e exploração econômica. Pretende-se, no entanto, reter uma parcela maior do excedente econômico¹⁵⁰ a fim de utilizá-lo em investimentos públicos e privados, sob o controle da classe dominante.¹⁵¹ Desta forma, tem-se uma maneira de tentar o desenvolvimento econômico capitalista fora dos padrões até então estabelecidos:

Quase sempre os acontecimentos políticos e econômicos que se incluem nesta categoria envolvem lutas entre facções das classes dominantes, com o apoio de setores mais ou menos amplos, conforme o país e a situação, da classe média e do proletariado. [...] Nesse contexto, raramente a burguesia nacional deixa de

¹⁵⁰ O autor define o excedente econômico como sendo a parte da mais-valia que é acumulada, “Ou seja, compreende a parte do produto do trabalho coletivo que entra no circuito das classes dominantes, como capital. Aqui estão em causa as combinações e os antagonismos dos grupos e facções que compõem as classes dominantes, em escala nacional e internacional.” (IANNI, 1973, p. 93)

¹⁵¹ Segundo Ianni (1973, pp. 35 e 36), os casos mais conhecidos na América Latina foram o México, com Cárdenas (1934-40), o Brasil, com Vargas (1930-45), a Argentina, com Perón (1945-55) e a Bolívia, com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), entre 1952 e 1964, e o Peru, com o general Velasco Alvarado, a partir de 1968.

desempenhar-se como classe social subalterna. Na medida em que é criada e desenvolvida pelas próprias relações e estruturas de dependência, essa burguesia tende, no mínimo, a ser ambígua, se não subalterna. Além disso, como ela habitualmente teme as classes assalariadas, em particular o proletariado, cuja experiência política e organização tendem naturalmente a crescer, a burguesia nacional prefere a ficção da “associação madura”, ou da “harmonia de interesses”, com os governantes do país hegemônico. (IANNI, 1973, p. 36)

Os industriais engrossaram o discurso nacionalista na medida em que este favorecia o desenvolvimento industrial e também o capital nacional com financiamentos e estímulos. A questão, para eles, era distinguir o “bom” do “mau” nacionalismo, evitando a apropriação que os trabalhadores pudessem fazer desta ideologia, pois poderiam colocar em risco a própria estrutura do sistema de exploração econômica e dominação política. É neste ponto que Ianni identifica o outro tipo de crise ou ruptura estrutural com o imperialismo de então.

Aqui podemos falar em rupturas estruturais amplas ou radicais, porque os grupos e as classes sociais envolvidos nos movimentos sociais e lutas políticas estabelecem, como exigência básica, a total mudança das estruturas de dominação política e apropriação econômica. E a luta contra o imperialismo não se restringe a uma parcela do excedente econômico, ou, em outros termos, a uma reformulação das relações de dependência. Na medida em que compreendem rupturas propriamente estruturais, esses acontecimentos põem em questão as condições políticas, sociais e econômicas de produção da mais-valia. (IANNI, 1973, p. 37)¹⁵²

Procurando diferenciar um nacionalismo que era estimulado nos marcos de um capitalismo dependente de outro que pudesse romper estes limites, os industriais contribuíram para que noções como “desenvolvimento” e “industrialização”, articuladas à “emancipação nacional” e “soberania”, trouxessem em seu bojo uma dominação de classe:

¹⁵² Para o autor, tais rupturas estruturais significam a substituição do Estado capitalista pelo Estado socialista. Foi o que aconteceu em Cuba a partir de 1959.

Uma variante burguesa teve forte presença no nacionalismo triunfante¹⁵³. Ela também se pautou pela pretensão de apresentar seus interesses como idênticos aos interesses nacionais, sólidos vínculos com a burocracia nacionalista (porém não exclusivamente com ela), forte anticomunismo e extremo zelo em se diferenciar das lutas populares. (...) (ALMEIDA, 2006, p. 312)

Na tentativa de forçar a identificação de seus interesses com os interesses nacionais, em 1959, por ocasião do Plano de Estabilização Monetária (PEM) do ministro Lucas Lopes, os dirigentes industriais o rechaçaram – ao menos parcialmente –, uma vez que o plano inibia a política de industrialização e, assim, para eles, era antinacional. (ALMEIDA, 2006, pp. 260 a 269) Em situações de greves, o empresariado costuma reagir e identificar qual nacionalismo seria bom para o país. Em setembro de 1957, por exemplo, por ocasião da onda de greves, o presidente da FIESP, Antonio Devisate, caracterizou o movimento como típico do “nacionalismo exacerbado”, “atos de elementos comunistas” (ALMEIDA, 2006, p. 186). O nacionalismo “puro”, “bom”, era aquele que “sensibiliza” as Forças Armadas, defendendo o capital nacional e estrangeiro; e o “mau” nacionalismo o que se voltava à “estatização de empresas estrangeiras, à reforma agrária e à distribuição de renda.” (Idem)

A palavra “indústria” tem um apelo e um glamour muito grande. Industrialização ainda é identificada a progresso, crescimento, desenvolvimento e modernização. O termo é utilizado de maneira acrítica. Lembra máquinas, produtos industrializados, mercadorias bem feitas. Para Sérgio Silva (1986, pp. 13 a 16), indústria supõe certas relações sociais, não é uma mera produção de mercadorias:

[...] tal qual é empregada em um grande número de estudos, a noção de industrialização esconde o verdadeiro conteúdo do processo, fazendo-o passar por processo de desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das formas produtivas. Ao nível de uma formação social dada, o que muitos economistas e sociólogos denominam nível ou grau de industrialização indica, de fato, o nível de desenvolvimento do capitalismo. (SILVA, 1986, pp. 15 e 16)

¹⁵³ Almeida (2006, pp. 193 a 206) prefere chamar de nacionalismo triunfante o que comumente se designa como nacional-desenvolvimentismo.

Assim, o nacional-desenvolvimentismo (ou, nas palavras de Almeida, o nacionalismo triunfante) não pode ser confundido com antiimperialismo, pois o desenvolvimento industrial envolve desenvolvimento das relações capitalistas de produção, reforço da exploração econômica e dominação político-ideológica nos marcos da democracia burguesa. A questão colocada naquele momento era descobrir, ou optar, pelo melhor meio para desenvolver o capitalismo no Brasil.¹⁵⁴ Mas capitalismo “significa dominação burguesa de classe. Reduzir o plenificar destas relações a ‘desenvolvimento’ ou ‘industrialização’ implica, para além da competência (e mesmo das intenções) dos agentes, uma operação ideológica fundamental.” (ALMEIDA, 2006, p. 299)

Então, os Acordos de Roboré, ainda que pudessem significar um impulso nesse processo de industrialização planejada no Brasil; fortalecimento do papel hegemônico do Brasil na América do Sul, realçando sua liderança econômica e na política internacional, também por meio da OPA; diminuição da dependência do país em relação aos países exportadores de petróleo e, em caso de exploração do petróleo boliviano através de empresas nacionais ou mesmo pela Petrobrás, aumento da presença do Estado e fortalecimento do sentimento de país soberano e independente, ainda assim, devido às características próprias da política nacional-desenvolvimentista daqueles anos, o país estaria sob a égide do poder econômico internacional, principalmente na figura da potência hegemônica no Ocidente, os Estados Unidos, e da influência das grandes empresas petrolíferas que encontravam guarida no seio mesmo do governo norte-americano.

Uma vez que, como vimos, tanto interna como externamente, a política do período caracterizava-se por alguns avanços, mas também por recuos, ou, atos que, calculadamente, não demonstravam capitulação, mas também não exorbitavam o papel de país dependente do capitalismo

¹⁵⁴ Não se trata de um projeto antiimperialista, apesar de caracterizar-se pelo “ataque ao livre-cambismo associado à defesa do protecionismo, muitas vezes feito em tom nacionalista e antiimperialista [...]”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 248)

internacional sob a hegemonia dos EUA, não seriam os acordos com a Bolívia que, isoladamente, se isto fosse possível, colocariam o Brasil na condição de país fora da órbita de influência e ingerência da política exterior norte-americana. Para isso ocorrer, como também já vimos, somente se fossem rompidos estruturalmente os laços de dependência, o que significaria uma luta não só pela industrialização do país, mas, além disso, uma luta com perspectiva anticapitalista, o que o governo de Juscelino Kubitschek, como também o de Getúlio Vargas, e mesmo depois, o de João Goulart, deram mostras que não estavam em condições de assumir e não queriam fazê-lo.

**Capítulo 3 - Entre nacionalistas e cosmopolitas :
imprensa, historiografia e parlamento em torno dos
Acordos de Roboré**

3.1 - A imprensa: OESP x Semanário

Antes mesmo da assinatura dos acordos, o jornal nacionalista *O Semanário* já acompanhava as investidas do governo boliviano no sentido de atualizar o Tratado de 1938. Quando os dois governos sentaram-se para redigir o texto das notas reversais, *O Semanário* já divulgava há pelo menos um ano a possibilidade de grandes empresas multinacionais, principalmente norte-americanas, tomarem a frente do empreendimento, usando para isso o Código do Petróleo da Bolívia, que vetava a participação da Petrobrás. Após a posse de Roberto Campos no BNDE, o jornal confirmou suas denúncias, uma vez que aquele órgão impôs às empresas brasileiras a associação com empresas estrangeiras, possuidoras de dólares, para entrarem em Roboré.

Por outro lado, uma vez assinados os acordos, o destaque na grande imprensa não tardou. Na semana seguinte, o jornal *O Estado de S. Paulo* deu espaço ao artigo de Luis Alberto Whately, ex-presidente da Comissão Mista Ferroviária Brasil-Bolívia e diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Comparando o projeto da estrada de ferro que liga Corumbá a Santa Cruz de la Sierra aos canais de Suez e Panamá, o autor convidou o presidente do Brasil a empenhar esforços e ampliar tal obra em seu governo, marcando para sempre as relações na região. A estrada de ferro fazia parte de um projeto maior, ligando Santos a Arica, no território peruano, no litoral pacífico. Esta transcontinental facilitaria o escoamento de produção para o mercado oriental e de materiais bélicos e tropas em caso de conflito militar, como poderia supor-se em tempos de Guerra Fria. Fechado o Canal do Panamá, os países da América do Sul se beneficiariam com esse corredor, numa distância total de 4.000 km, percorríveis de 20 a 25 dias.¹⁵⁵

Aos poucos, os acordos, que até então eram destacados no noticiário econômico, ganharam espaço nas páginas de política, tendo em

¹⁵⁵ “Inadiável a conclusão da E. F. Brasil-Bolívia.” In *O Estado de S. Paulo*, 06/04/1958, p. 15.

vista os debates e as questões que surgiram ao seu redor.¹⁵⁶ O tratamento, inicialmente um tanto frio e despolitizado, foi envolto por uma acirrada discussão, sobretudo três meses depois, quando Lucas Lopes, então presidente do BNDE, assumiu o Ministério da Fazenda, em substituição a José Maria Alkmin, levando o seu fiel escudeiro Roberto Campos ao posto anteriormente ocupado por ele. A nova gestão do BNDE gerou protestos acalorados em diversos setores da sociedade, desde a UNE¹⁵⁷, que promoveu o enterro simbólico de Campos, passando pelo Clube Militar e o Congresso Nacional, sindicatos e associações, até setores dentro do próprio governo, como o coronel Alexínio Bittencourt, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, que o acusou de “entreguista”. Para *O Semanário*, porém, tanto Bittencourt quanto Campos eram “traidores” e “entreguistas”. A fala do coronel Bittencourt representava uma ala dos militares brasileiros, identificados com certo “nacionalismo”.

O fato é que, na imprensa, o assunto migrou do caderno de economia para o de política. Com a polêmica instalada, “entreguistas” e “nacionalistas” ocuparam esse espaço para defenderem suas idéias e atacar o outro lado, com desqualificações pessoais e ideológicas. Como Marx percebera, a imprensa se apresentou, aqui, como “*representante político y literário de una clase*”, e, na análise de seu discurso, é possível identificar “la relación que existe entre *los representantes políticos y literarios de una clase y la clase por ellos representada*.” (sem data [c], p. 119)¹⁵⁸ Neste caso, havia uma só classe, a burguesia, porém, representada segundo suas frações. Para *O Semanário*, tratava-se da fração industrial que era nacionalista até o

¹⁵⁶ Para a OSS, a influência da imprensa na formação da opinião pública no Brasil tinha limites. Estes se localizavam no fato de metade da população, segundo seus relatórios, ser analfabeta e morar em áreas rurais; pelos jornais circularem sobretudo no centro urbano; pelo pequeno impacto que os comunistas tinham no interior e pela derrota nas eleições de 1958 dos nacionalistas mais conhecidos, que sugeriria que sua propaganda não seria convincente. Rolo VI, fotograma 0953, 24/07/1959.

¹⁵⁷ Para a OSS, “os estudantes representavam o principal movimento nacionalista no Brasil, cuidando pouco de questões estudantis e sendo enganados por políticos demagogos nacionalistas”. Rolo VI, fotograma 0953, 24/07/1959, pp. 28 e 29)

¹⁵⁸ Almeida (2006, p. 34) retomou esta reformulação, lembrando-se ainda de Gramsci, que, referindo-se a jornais e revistas (os meios de comunicação de sua época), neles via um desempenho de “partidos orgânicos” ou “Estados-Maiores” desses partidos.

momento em que o capital estrangeiro quisesse tocar no que Almeida chamou de “‘santuários’ da burguesia nativa” (2006, p. 294), e, para *OESP*, eram as frações identificadas com o capital estrangeiro, como a agrário-mercantil.

Esse debate na imprensa contribuiu para reforçar a percepção de que as posições políticas, na época, reduziam-se a duas: a dos nacionalistas e a dos “entreguistas” ou cosmopolitas. Para Hélió Jaguaribe (1958, p. 11), ambas as posições cortavam “transversalmente tôdas as estruturas sociais”.

3.1.1 - O Estado de S. Paulo

O jornal *OESP*, que se notabilizou pela oposição cerrada ao governo Vargas, manteve o tom com Juscelino Kubitschek. Defensor da presença do capital estrangeiro na economia brasileira, crítico dos monopólios estatais e do nacionalismo, *OESP* fez campanha pela deposição da equipe econômica encabeçada por José Maria Alkmin e pela ascensão de Lucas Lopes¹⁵⁹. Os nacionalistas, principalmente a “ala moça” do PSD, temiam esta troca, que poderia inclusive colocar em risco o plano de desenvolvimento econômico e a própria Petrobrás. (*OESP*, 17/06/1958, p. 5)

O jornal, porta-voz da UDN na imprensa, entrou no debate e acusou seus críticos de quererem dar uma conotação nacionalista à questão que, para o jornal, era “técnica”. O ministro, “ditador das finanças do País”, não dava conta de resolver os impasses da economia brasileira, como a crítica situação dos cafeicultores, e fazia-se necessário trocar a equipe por outra mais capacitada. O jornal não digerira ainda a derrota para o movimento de 11 de novembro de 1955:

¹⁵⁹ Apresentando-se como imparcial, mas fazendo política o tempo inteiro, o jornal desqualificava Alkmin e enaltecia Lopes, como “o colaborador mais leal, mais dinâmico, mais coerente do Sr. Juscelino Kubitschek (...)” (*OESP*, 20/06/1958, p. 20) Pouco depois, 22/06/1958, *OESP* destacou a receptividade do nome de Lucas Lopes nos setores empresariais, “as classes produtoras”.

Será dada uma feição nacionalista à campanha. Entrosamentos com os setores militares de 11 de novembro foram intensificados, também, nos últimos dias com o fim de transformar o ministro num baluarte das idéias nacionalistas. Sua demissão seria, assim, apresentada como uma vitória dos 'trustes', dentro dos melhores moldes da exploração jacobina. (*OESP*, 17/06/1958, p. 5)

O fato é que com a chegada de Lucas Lopes à Fazenda e Roberto Campos ao seu lugar na presidência do BNDE, não só a Petrobrás sofreu ataques, como o capital estrangeiro também foi defendido a ponto de se querer levá-lo a território boliviano para exploração do petróleo. Os nacionalistas, parlamentares ou não, não estavam enganados ou superestimando o papel de Alkmin. Era menos a defesa deste e mais o ataque a Lopes e Campos.

O coronel Alexínio Bittencourt, presidente do CNP, defendera, durante as negociações de Roboré, a presença da Petrobrás no empreendimento, até associada, se fosse o caso, à YPF, para abrandar as críticas de suposta política imperialista do Brasil por parte dos bolivianos. Mas, uma vez que o governo vizinho fincou posição na questão da exploração somente por empresas de capital privado brasileiras, Bittencourt, sempre lembrando sua posição inicial, defendeu o cumprimento dos acordos segundo as prerrogativas do texto, mas afastando a hipótese de associação com o capital estrangeiro, como queriam Lucas Lopes e Roberto Campos. O jornal *OESP* também defendeu isso, porém, como Bittencourt tomara partido das empresas de capital privado, ainda que somente brasileiras, o jornal passou a dar-lhe espaço, como que tentando somar nomes e força contra as posições nacionalistas de militares como o marechal Lott¹⁶⁰, por exemplo, ou da FPN.

Bittencourt, em pronunciamento na FIESP, destacou que, em caso de guerra (e ela parecia iminente, seja o confronto EUA x URSS ou

¹⁶⁰ A OSS, no entanto, viu Lott com otimismo. Considerando-o a figura-chave dos militares brasileiros, o órgão afirmou que se tratava de um "amigo dos EUA" e opositor ferrenho do reatamento das relações com a URSS. Assinalou, porém, que de "nacionalista moderado", nos últimos anos tinha se tornado um "defensor mais feroz do nacionalismo". Rolo VI, fotografamas 0952 e 0953, 24/07/1959, pp. 23 e 24.

outro de menor envergadura), o Brasil, cumprindo os acordos, ficaria livre de suas conseqüências, independente do mercado externo, podendo tocar sua economia sem nenhuma crise de abastecimento para atrapalhá-la. Daí a importância desse acordo do petróleo para São Paulo, carro-chefe da nação que deveria ao menos ter uma empresa participando dessa exploração. (*OESP*, 10/07/1958, p. 3)

A fala do presidente do CNP foi bem recebida pelos empresários, a ponto do presidente da FIESP, Antonio Devisate, quando indagado pelo jornal se acataria a sugestão de Bittencourt, respondeu que “atendendo aos apelos de Bittencourt” uma empresa estava já em fase de constituição com capital de São Paulo e aberto a todos os brasileiros. O jornal aproveitou a questão para agregar outra: a necessidade de demitir-se o marechal Lott do ministério da Guerra visando “impedir a infiltração comunista nas Forças Armadas” (*OESP*, 12/07/1958, p. 3), e a “conseqüente” união que este ato propiciaria. É claro que homens como Bittencourt, para o jornal, eram “íntegros” e importantes para que isso acontecesse.

Como a essa altura o assunto Roboré já ocupava as páginas políticas, com desdobramentos no caderno de economia, *OESP* buscou na Argentina um trunfo para tecer as críticas ao governo JK e exaltar o papel de homens como Lucas Lopes e Roberto Campos. Recentemente empossado na presidência, Arturo Frondizi negociava uma plano para exploração do petróleo na Argentina, e, lá como aqui, as opções resumiam-se à visão nacionalista e à via cosmopolita, ou, entreguista.¹⁶¹

OESP começou a destacar o tema, primeiro trazendo artigos com títulos como “Petróleo – Pedra de Toque para o mundo livre” (*OESP*, 16/07/1958, p. 18) e “A crise no Oriente Médio e o Abastecimento de Petróleo no Brasil” (17/07/1958, p. 19), tentando convencer da urgência de abrir sua exploração, no Brasil e na Bolívia, aos capitais privados, nacionais e estrangeiros.

¹⁶¹ A campanha presidencial na Argentina teve o petróleo como um de seus temas mais discutidos, tanto que, em sua gestão, Frondizi acumulou junto à presidência da República também a presidência da estatal YPF. (Cf. OSS, Rolo IV, folder 95, fotografamas 57 a 60)

Quando Frondizi anunciou seu plano, que rompeu com o que o próprio defendeu antes de tomar posse, o jornal foi só elogio. Previam investimentos de um bilhão de dólares por empresas dos EUA, da Europa Ocidental e do governo da URSS. Em seis anos, segundo o jornal, que reproduziu o plano, a Argentina, de importadora estaria exportando petróleo. Até aquele momento, diz *OESP*, a Argentina tinha o petróleo sob os pés, mas o importava com muitos sacrifícios. (*OESP*, 25/07/1958, capa) No dia seguinte, em editorial intitulado “Uma Luz na Escuridão” (dá para perceber quem era a luz e onde pairavam as trevas), o jornal qualificou Frondizi de “corajoso” e “estadista”, ao fechar acordo para emancipar a Argentina da dependência externa. E foi além:

“(...) um espírito brilhante, um conhecedor da problemática das nações subdesenvolvidas da América Latina e um homem aberto ao mundo e, como tal, incapaz de se obstinar na defesa de um nacionalismo desvirtuado e criminoso. Coisa alguma em s. exa. lembra a desprezível caudilhagem sul-americana.” (*OESP*, 26/07/1958, p. 3)¹⁶²

As comparações com o Brasil foram automáticas.¹⁶³ No mesmo editorial o jornal igualou nacionalistas a comunistas, entendendo que estes últimos eram responsáveis por manipular o operariado e a pequena burguesia através da exaltação de um “nacionalismo baixo”, que visava fazer “o jogo de Moscou”. Frondizi, dessa forma, quebrara a “ortodoxia nacionalista”. Tornara-se um clarão na América do Sul, e aqueles que se encontravam nas trevas, como o Brasil, deveriam, já que não desbravaram o caminho, pelo menos segui-lo.

¹⁶² Se *OESP* voltasse três anos no tempo, teria material de sobra para vincular Frondizi ao “nacionalismo desvirtuado e criminoso”. Em sua obra de 1955, o futuro presidente da Argentina defendia a nacionalização das riquezas naturais sob o argumento de que seriam propriedade do povo: “el Estado debe fomentar el proceso de la capitalización social, es decir, la capitalización de todas aquellas organizaciones cuyos bienes son propiedad de todo el pueblo (caso de Y.P.F.).” (1956, p. LXII) E poderia ficar mais arrepiado se notasse que Frondizi e seu partido, a UCRI, para justificar que o monopólio não era conservador e reacionário, buscaram passagens no *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. (1956, p. 188)

¹⁶³ Não foi só *OESP* que comparou e colocou a Argentina como modelo para o Brasil. A OSS, em seus relatórios, também fez isto, afirmando que o país vizinho tinha mais chances de desenvolver-se.

Em seguida, o jornal, em matéria intitulada “As Lições do Plano Frondizi”, aconselhou o governo a “manter” o monopólio da distribuição¹⁶⁴, mas permitir o ingresso de empresas estrangeiras na exploração, lavra e prospecção de petróleo. (*OESP*, 27/07/1958, p. 33) Para mostrar as semelhanças entre Brasil e Argentina, no que se refere ao potencial de exploração e a distância entre ambos, aqui com o monopólio, lá com o “Plano Frondizi”, e destacando o primeiro acordo com investimento de 100 milhões de dólares com a empresa Carl M. Loeb Rhodes & Co. de Nova Iorque, o jornal reproduziu anúncio da YPF, estatal argentina, para convencer o público da necessidade do capital estrangeiro e aprovação dos acordos do Plano: “Cada minuto que passa o nosso País endivida-se, à razão de um milhão de dólares por dia, para comprar combustíveis líquidos que abundam o nosso subsolo mas que aguardam o momento de serem extraídos.” (*OESP*, 8/8/1958, capa)

Como naquele momento estava visitando o Brasil o secretário de Estado dos EUA, Foster Dulles, o jornal exaltou os EUA e seu secretário, e criticou a FPN, que foi avessa a esta visita. A FPN, para *OESP*, era formada por

(...) fiéis parceiros da “quinta coluna” moscovita que, como é notório, se empenha de corpo e alma no movimento antibrasileiro. O programa [da FPN] é simples e tende a colocar a Nação na impossibilidade de se desenvolver no âmbito de um sistema democrático, a fim de mergulhar decididamente na convulsão social, afundando-se na injustiça e na miséria – para que ao comunismo seja permitido instalar-se como remédio único para todos os males. (*OESP*, 8/8/1958, p. 3)

Para o jornal, Moscou comandava a FPN e esta já havia avançado demais, devendo ser contida. Mas, como o próprio governo tinha um “comunista” à sua frente, o marechal Lott, o que se poderia esperar? O jornal embaralhou as cartas, misturando militares nacionalistas,

¹⁶⁴ Na realidade, a Lei 2004/1953 não concedia esse monopólio à União. A distribuição ainda era feita por empresas privadas, sobretudo estrangeiras (Texaco, Shell e Esso). Somente em 1962 a Petrobrás começou a participar desta atividade, concorrendo com as outras empresas.

parlamentares da FPN e comunistas, como se todos eles estivessem atuando a mando da URSS. A Declaração de Março, daquele ano, feita pelo PCB certamente ajudou nesta confusão, quando o partido da revolução abandonou a via da luta armada e juntou-se à burguesia, aos militares, estudantes e parlamentares numa imensa frente de defesa de postulados nacionalistas, abrindo mão, inclusive, da direção do movimento, e entregando-a à chamada burguesia progressista. Mas as diferenças entre eles, inclusive no que se refere ao próprio nacionalismo ficaram mais claras depois, quando a burguesia percebeu que o nacionalismo podia extrapolar e colocar em risco a própria ordem burguesa. Contaria com o apoio de parlamentares e militares para essa ruptura, o que redundou no golpe de 1964.

Na Argentina, o “Plano Frondizi” já dava “frutos”. Em 10/08/1958 *OESP* informou na capa que havia se tramado uma conspiração contra o governo. Entre os conspiradores estavam “radicais antifrondizistas, socialistas, conservadores nacionalistas e oficiais das três forças armadas.” Na página 4 da mesma edição, charge intitulada “Nacionalismo” mostrou um túmulo com a inscrição “O Petróleo é Nosso”, e uma coroa de flores com a frase “*requiescat in pace*”. Às vezes, a impressão que dá é que os jornalistas não lêem o próprio jornal. Não só os nacionalistas não descansavam no Brasil, como na Argentina juntaram-se a diferenciados setores para derrubar Frondizi, o “corajoso” e “estadista”, que mostrava finalmente, segundo *OESP*, a luz a esses “entenebrecidos”.

Ao mesmo tempo em que o BNDE, sob o comando de Roberto Campos, pressionava grupos nacionais a aceitarem associação com o capital norte-americano, em especial da Pan-American Int. Oil Co., subsidiária da Standard Oil Co, *OESP* deu destaque a “Original contrato de perfuração no ‘Plano Frondizi’”: tratava-se de um acordo para esta empresa perfurar uma área que a YPF (lembramos, estatal argentina do setor) já havia pesquisado e obtido indícios de jazidas de petróleo. Se em um ano a empresa não conseguisse retirar petróleo comercialmente explorável, diz o jornal, “(...) poderá retirar-se e retirar com ela livremente da Argentina todo o

equipamento que houver adquirido, mas sem qualquer indenização pelas despesas feitas.” Nos primeiros cinco anos, a YPF pagaria 1,59 dólares por barril à empresa estrangeira, em dólares e taxa de momento no mercado livre. Em caso de atraso, acrescentar-se-iam juros cobrados no Eximbank. Depois de cinco anos, “(...) o preço será fixado em função das cotações verificadas no mercado internacional, podendo aumentar ou diminuir segundo a evolução que tiver.” (*OESP*, 10/08/1958, p. 27)

Ou seja: nos primeiros cinco anos de contrato, a Argentina pagaria um valor 30% inferior aos do mercado internacional. Após esse curto prazo (praticamente um mandato), voltaria a pagar o que pagava pelo petróleo importado, só que, desta vez, pelo petróleo retirado de seu próprio território! Como o contrato previa um prazo de até vinte anos, a Argentina ficaria nas mãos da Pan-American durante quinze anos. Findo o contrato, a YPF poderia ficar com as instalações. O texto de *OESP* termina com a exaltação: “Estamos diante de um contrato vantajosíssimo ...”

Vantajosa também foi a conferência do escritor Gustavo Corção, no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, cujo tema, “O Nacionalismo”, veio apoiar as preocupações do jornal. Fruto do ressentimento, o nacionalismo, para ele, não é próprio de “humanistas, democratas e cristãos”. Marcado pelo egoísmo, o nacionalista, segundo Corção, atribui a outrem o seu fracasso. O jornal aproveitou, aqui, para lembrar que é exatamente isto o que ocorre em países subdesenvolvidos como o Brasil. E citou o papel de bode expiatório dos trustes e cartéis. Indo mais longe, o autor, endossado sempre pelo jornal, disse que o colonialismo é um conceito distorcido pelo ressentimento nacionalista. A propaganda soviética teria transformado o colonialismo em coisa má, sendo que, na verdade, seria um dos processos normais de formação da nacionalidade. Procurando despolitizar a discussão em torno de Roboré e da Petrobrás, afirmou o jornal que “Insistiu o conferencista em que o problema da nacionalização de determinada atividade é técnico e deve ser equacionado serenamente como um meio de promover o bem comum.”

Ainda, o nacionalismo denotaria “retração mental” e “falta de objetividade”, e estaria a serviço “do bloco que transformou o mundo oriental num enorme presídio”. (*OESP*, 17/08/1958, p. 27)

No dia de maior circulação do jornal, domingo, *OESP* trouxe anúncio da BRABOL (Petróleo Brasil-Bolívia S.A.), empresa em organização, que visava, segundo o texto, cooperar com o governo brasileiro nas suas obrigações assumidas com o país vizinho para exploração de petróleo. Esta empresa seria fruto da parceria entre a FIESP e o CIESP, com um capital inicial de trezentos milhões de cruzeiros tomados de industriais. A iniciativa respondia ao apelo de Alexínio Bittencourt, tratado pouco antes. Repare-se para a data da edição do jornal (*OESP*, 24/08/1958, p. 5), pois era aniversário da morte de Getúlio Vargas. A BRABOL, como veremos mais à frente, foi uma das três empresas selecionadas pelo BNDE para explorar em território boliviano. Outras, com capitais maiores, mas sem associação com o capital norte-americano, foram preteridas pela equipe comandada por Roberto Campos.

OESP bateu pesado no governo, nos nacionalistas e em particular na política petrolífera, amarrando esta a outras questões aparentemente distantes. Por ocasião de discurso proferido na ONU por diplomata brasileiro apresentando a OPA, o jornal, em editorial intitulado “Eles podiam ter-lhe respondido...” afirmou que a OPA era mera propaganda de JK, e que os espectadores podiam responder ao governo através de seu “preposto”

(...) que a nossa situação seria bem mais desanuviada se o governo federal não estivesse dominado por doentios preconceitos nacionalistas que são responsáveis pela entrega a personalidades incapazes dos comandos da nossa política petrolífera. O subdesenvolvimento econômico que povoa de pesadelos o sono do chefe do Executivo Nacional seria bem menos grave se aplicássemos na exploração do petróleo os mesmos métodos em prática na extração do manganês do Amapá. (*OESP*, 30/10/1958, p. 3)

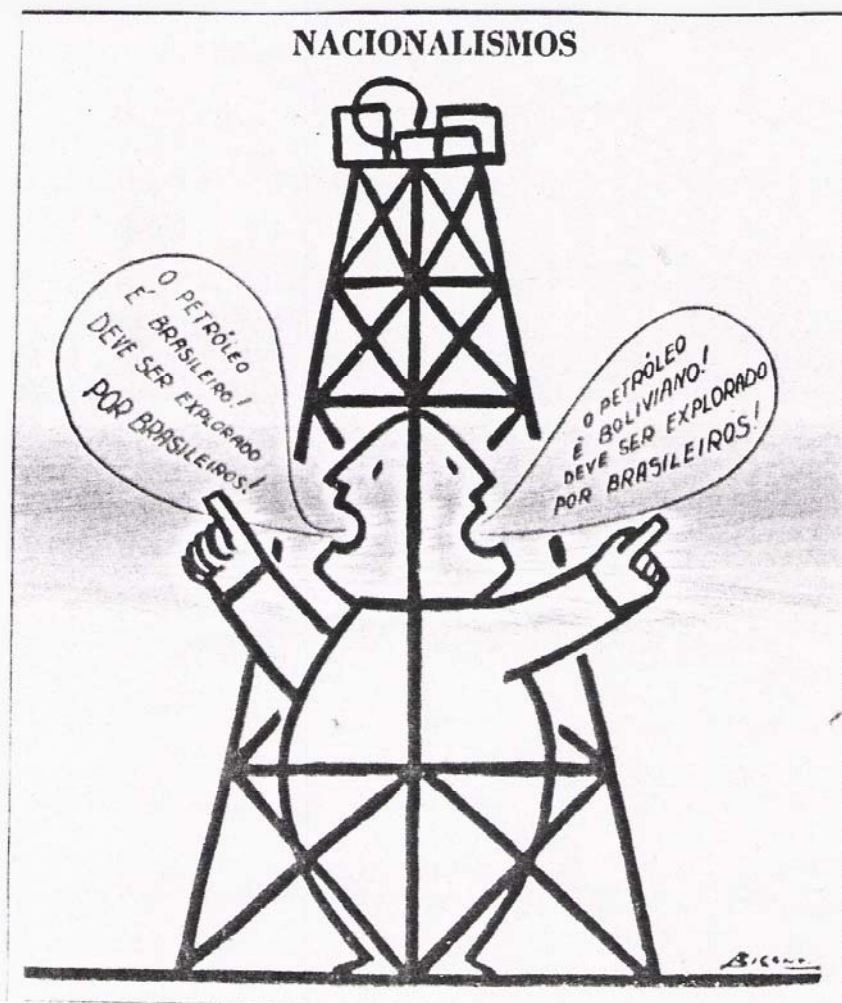
OESP questionou, ainda, o caráter ambíguo do nacionalismo brasileiro. Se, por um lado, não se admitia o capital estrangeiro no Brasil para a exploração do petróleo, por que, na Bolívia, os mesmos nacionalistas brasileiros queriam capital estrangeiro (brasileiro), e não empunhavam a mesma bandeira nacionalista em defesa do capital autóctone? ¹⁶⁵

A defesa intransigente do capital estrangeiro levou o jornal a comparar o Brasil a outros países, e, uma vez que algum destes abrisse sua economia a esse capital, era logo elevado à condição de modelo que deveria ser seguido.¹⁶⁶ A Argentina de Frondizi foi recorrente em suas capas, e, em 30/10/1958, a manchete “Prova de Fogo contra Frondizi – Articula-se ação contra sua política petrolífera”, mostrou que nem internamente havia consenso com relação às políticas de atração de capital estrangeiro. Neste episódio, entidades sindicais, estudantes e trabalhadores enviaram pedidos ao Congresso Nacional para anular os contratos firmados por Frondizi com empresas estrangeiras. Segundo eles, esses contratos lesavam a soberania do país.¹⁶⁷ Mas o jornal, a exemplo do que fez com os nacionalistas no Brasil, criticou os argentinos opositores do Plano Frondizi. Em editorial, adjetivando a Petrobrás de “monstro estatal” e enaltecendo o governo do Prata, mandou uma mensagem de apoio, afirmando que lá, como aqui, “o bom senso era tido (...) por entreguismo e traição”. E concluiu

¹⁶⁵ A charge do dia 14/10/1958 reproduz muito bem esse raciocínio. Veja-se na página seguinte.

¹⁶⁶ Para se ter uma idéia, até o Marrocos, em 30/09/1958, foi tomado como exemplo para o governo JK, uma vez que abrisse suas portas ao capital estrangeiro para exploração de petróleo. Nessa mesma edição, o jornal foi além, citando a França e, de novo, a Argentina, como países com lições que o Brasil deveria tomar.

¹⁶⁷ Como o presidente não pedira para esquecer o que escrevera, poderiam usar o próprio texto de Frondizi para amparar a tese de lesa-pátria. Para não ir muito longe, o autor repelia a simples idéia de formação de sociedades mistas, quanto mais a entrega da exploração às empresas estrangeiras diretamente: “significan [as sociedades mistas] una fórmula híbrida en que los intereses públicos son los perjudicados al ponerse el Estado al servicio del capital privado [...]”. (1956, p. 211)



* OESP, 14/10/1958.

Em suma: estamos, em relação ao magno problema do petróleo, onde a República Argentina estava há vinte anos atrás. Com uma diferença contra nós: a Argentina despertou a tempo e tomou outro rumo; no Brasil, possivelmente, só se abrirão os olhos para o exemplo da República vizinha quando a situação nacional chegar ao ponto de não ter mais vantagens que oferecer à especulação nacionalista. (*OESP*, 5/11/1958, p. 3)

Exatamente uma semana depois, *OESP* trouxe em manchete de meia página a decretação do estado de sítio na Argentina.¹⁶⁸ Provocado pela greve dos operários da YPF, contrários ao Plano Frondizi, este fato teria levado o presidente Frondizi a postergar por trinta dias a assinatura com as empresas norte-americanas e européias. Na mesma edição, no entanto, em editorial, o jornal exaltou o amadurecimento do eleitorado, que tirara algumas cadeiras da FPN, e elogiou a postura do coronel Bittencourt, que entregara um documento ao presidente da República com críticas ao coronel Janari Nunes e sua administração frente à Petrobrás¹⁶⁹. Esta seria, para *OESP*, o maior e mais perigoso truste da América do Sul, que corroía nossas reservas cambiais. (*OESP*, 12/11/1958)

Na Argentina, o perigo denunciado pelos trabalhadores era o capital estrangeiro. No Brasil, segundo o jornal, era a Petrobrás. Para atenuar, talvez, as notícias que vinham de lá, o matutino destacou, aqui, o relatório do coronel Bittencourt, em editoriais e matérias críticas à estatal do petróleo. Sobrou até para a UDN, em geral defendida, mas criticada por ter apoiado a criação da Petrobrás, capitulando, segundo *OESP*, diante do “totalitarismo de esquerda” visando ganhos eleitorais. O periódico cobrou coragem da UDN para manter-se fiel ao seu programa liberal-democrático. (*OESP*, 14/11/1958, p. 3)

¹⁶⁸ O texto de Frondizi continua ajudando a entender suas próprias atitudes. Para ele, antes da presidência da República, a recuperação do petróleo diante das multinacionais estava relacionada à afirmação da democracia política, e a sua entrega, à ditadura: “(...) queda claro que están indisolublemente unidas la entrega del petróleo y las dictaduras. Y que, inversamente también, están indisolublemente unidas la recuperación del petróleo y la afirmación de la democracia.” (1956, p. XIX)

¹⁶⁹ Esse relatório resultou na CPI para investigar a Petrobrás e, pouco depois, na mesma CPI, a condução do BNDE para escolher as empresas candidatas a explorar o petróleo boliviano. Mais à frente trataremos deste tema.

Em meados de novembro, outra tentativa de golpe na Argentina fora debelada por militares. Parecia que Frondizi não duraria muito tempo à frente do governo com o seu plano de abertura para exploração do petróleo. O jornal não titubeou e, percebendo que os trabalhadores poderiam extrapolar determinados limites da ordem, abriu mão da democracia burguesa e defendeu uma ditadura militar como solução para o impasse, que chamou de “anarquia”. Enquanto a Petrobrás representava o “totalitarismo de esquerda”, a defesa aberta de uma ditadura que derrubasse o governo constitucional de Frondizi não afrontava os princípios “democráticos” do matutino paulista. O editorial chegou a propor nomes para assumir o governo, como o general Aramburu e os almirantes Rojas e Menendes, verdadeiros “patriotas” que já teriam demonstrado esta qualidade aos argentinos. (*OESP*, 14/11/1958, p. 3) Em março de 1962 Frondizi foi, de fato, derrubado por um golpe que, até certo ponto, antecipou o que estava prestes a ocorrer em toda a América do Sul - a instauração de ditaduras militares.

A evolução da crise argentina foi acompanhada cotidianamente por *OESP*. Se no começo do governo Frondizi o jornal destacou que o mandatário tinha o apoio dos argentinos, agora, diante de tamanha oposição da classe trabalhadora, *OESP* continuou tomando-o como exemplo para o Brasil. Mas, quem o apoiava? O jornal, então, enfatizou que ele tinha muito apoio nas ... forças militares:

(...) Se quisermos ir para a frente [sic], ponhamos de lado as suscetibilidades doentias dos nossos nacionalistas e enveredemos resolutamente para as soluções adotadas pelo governo argentino, e com as quais concordam formalmente as forças militares da Grande República do Prata. (*OESP*, 16/11/1958)

Esse apoio, no entanto, não impediu que os trabalhadores em greve conseguissem, por meio de suas pressões, a renúncia do vice-presidente, Alejandro Gomez. Em breve, o próprio Frondizi seria retirado. Mas, antes, os conflitos se ampliaram. Enquanto *OESP* divulgava as denúncias de Bittencourt à Petrobrás, atacando o monopólio estatal e

assumindo as posições da dupla Lucas Lopes - Roberto Campos, na Argentina mais categorias profissionais somavam-se aos trabalhadores parados. E as Forças Armadas, ao mesmo tempo, iam prendendo e sentenciando os trabalhadores em greve, enquanto convocavam reservistas para atualização de endereço e dados para engrossar o efetivo. (*OESP*, 02/12/1958, p. 8)

Entretanto, como o país platino tornara-se contraponto para o governo JK, que insistia em não segui-lo, *OESP* prosseguiu com as comparações e foi mais longe. No final de 1958, quando o ministro Lucas Lopes lançou o PEM, criticado por aqui, ao mesmo tempo em que Frondizi tentava, com dificuldades, lançar o seu plano de estabilização, o jornal, em editorial, após tocar novamente na questão do petróleo afirmou:

A Argentina aponta-nos o caminho. (...) Oxalá seja ele [Lucas Lopes] ouvido pelo presidente da República e pelos demais ministros. Haveria talvez necessidade de organizar para eles uma viagem ao estrangeiro. Uma viagem a Buenos Aires ...(*OESP*, 12/12/1958, p. 3)

Ao lado deste editorial, havia um anúncio de uma empresa de aviação, cujo desenho, de um avião, era acompanhado do slogan: “Viaje para Buenos Aires”. Se JK não fez esta viagem, não foi por falta de conselho.

3.1.2 - O Semanário

Como quase toda a grande imprensa do eixo Rio - São Paulo defendesse a participação livre de capital estrangeiro no desenvolvimento industrial do país, e fosse contrária à presença do capital estatal na exploração de recursos como o petróleo, não havia também espaço, nesses veículos, para a divulgação de idéias nacionalistas.¹⁷⁰ Surgiu então um pequeno jornal para este ideário, que contou no mínimo com a solidariedade

¹⁷⁰ O jornal *Última Hora* foi uma exceção entre os grandes periódicos.

militar, principalmente do Exército, e tornou-se, ao longo do governo JK, o contraponto à chamada “imprensa sadia”.¹⁷¹

O *Semanário* começou a circular no começo do governo JK, em abril de 1956, e logo cedo tomou partido nas principais questões da época. Quando o assunto Roboré sequer era noticiado, o jornal já se preocupava com a investida dos trustes para impedir que o Tratado de 1938 fosse executado com êxito. No começo de 1957, cobriu a convocação do chanceler Macedo Soares por um deputado da FPN. A preocupação do parlamentar era a interferência do ex-embaixador dos EUA no Brasil, Adolf Berle Jr.¹⁷², diretor da Gulf, no sentido de minar resistências brasileiras à entrega da área de concessão na Bolívia às empresas norte-americanas¹⁷³.

O jornal deu apoio explícito à formação da FPN, estimulando os discursos nacionalistas nos níveis federal, estadual e municipal, e, quando organizada, cedendo espaço privilegiado para seus deputados e simpatizantes. Além deste vínculo, O *Semanário* teve relações estreitas com militares nacionalistas, que eram apoiados em eleições para o Clube Militar. O matutino sabia da importância de uma instituição como aquela num momento em que o embate ideológico entre “nacionalistas” e “entreguistas” era particularmente duro. Este posicionamento lhe valeu, em abril de 1964, sua extinção, por ato do presidente Castelo Branco, o mesmo que em 1958 fora derrotado para a presidência do Clube Militar pelo general Justino Alves Bastos, apoiado pelo *O Semanário* nesta e na eleição seguinte contra o general Peri Bevilacqua. Castelo Branco sofreu, no jornal, críticas fortes, numa época em que os discursos não contavam com meias palavras ou

¹⁷¹ A despeito de seus críticos, que, muitas vezes, confundiam nacionalismo com socialismo, O *Semanário* não tinha nenhum posicionamento anticapitalista. Inclusive seu *slogan* “Explorar no Brasil, sim, não explorar o Brasil”, já nos diz muito de sua posição.

¹⁷² Adolf Berle Junior foi embaixador dos EUA no Brasil entre 1945 e 1946, fez parte do *brain trust* – equipe de peritos do presidente Franklin Roosevelt –, tendo participado da formulação do *New Deal* em 1933 e do programa da Aliança para o Progresso no governo Kennedy. Seu afastamento da embaixada norte-americana no Brasil ocorreu após discurso proferido em Petrópolis, quando criticou o Movimento Queremista e a constituinte instaurada no país. (ABREU e BELOCH, 1984, pp. 625 e 626)

¹⁷³ “Reveladas as manobras dos trustes para separar o Brasil da Bolívia”. O *Semanário*, 21 a 28/02/1957, p. 4.

eufemismos. Basta observarmos as alcunhas, mais à frente, que eram estampadas para definir os adversários da “causa” nacionalista.

Seis meses antes da assinatura das notas reversais, O *Semanário* publicou entrevista com Lourival Coutinho, jornalista e escritor, para quem a campanha boliviana “contra o imperialismo brasileiro” era patrocinada pelos trustes dos EUA. O governo da Bolívia, diz o entrevistado, negava a entrada da Petrobrás em seu país, porém se esquecia do Departamento de Estado dos EUA, que não era alheio à política dos trustes. Ressaltou que somente a Petrobrás tinha recursos suficientes para cumprir o Tratado de 1938 e dar serventia à Estrada de Ferro Corumbá - Santa Cruz, uma vez que só havia um produto exportável no oriente boliviano, que era o petróleo. Aliás, para Coutinho, não fosse o Tratado de 1938 e os trustes não se preocupariam com a Bolívia, deixando o petróleo da região guardado para quando precisassem. Porém, a construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia e a criação da Petrobrás despertaram a atenção deles. Ainda, o Código de Petróleo da Bolívia, como afirmado pela historiografia, teve a participação dos trustes, principalmente ao proibir empresas estatais – leia-se Petrobrás – de participar de explorações. Henri Holland e Adolph Berle Jr. teriam sido os advogados pagos pelos trustes para redigir o Código. (11 a 18/09/1957, p. 7)

Na mesma edição, foi noticiado um manifesto de estudantes entregue ao Presidente JK, bem como o juramento deste último em defesa do petróleo e da política nacionalista (p. 11). Pouco depois, porém, Lucas Lopes e Roberto Campos ganhariam força em seu governo e assumiriam postos-chave para a consecução ou obstrução desta mesma política.

Quando as negociações estavam em andamento em Roboré, o jornal fez matérias denunciando que o governo boliviano se aproximava dos trustes norte-americanos.¹⁷⁴ E, antes mesmo da conclusão das negociações, questionou o sigilo do Itamaraty nesta matéria indagando se não foi

¹⁷⁴ “Bolívia de fronteira a fronteira”. 6 a 12/2/1958, p. 11.

proposita a preferência por notas reversais, e não um novo tratado com a Bolívia, a fim de se negar ao Congresso brasileiro o seu exame¹⁷⁵.

Assinados os acordos, o jornal deu destaque às manobras de trustes e da imprensa “entreguista” brasileira para que a Petrobrás não participasse do empreendimento¹⁷⁶, e apontou o BNDE como uma espécie de “escritório central” dos interesses das empresas norte-americanas, graças à atuação de Roberto Campos¹⁷⁷. Mudou também a opinião de *O Semanário* a respeito do chanceler Macedo Soares. Em 1957, o jornal o elogiava¹⁷⁸, pensando encontrar nele um aliado na luta pela Petrobrás e contra os trustes. Um ano depois, com a assinatura dos acordos, Soares entrou para o “time” de entreguistas e traidores da pátria, escalado pelo mesmo jornal.¹⁷⁹

A partir de agosto de 1958, *O Semanário* agregou ao seu noticiário o chamado “Plano Frondizi” ou também a “Fórmula Frondizi”. Crítico em relação à política do governo argentino de abrir seu território para exploração do petróleo por empresas estrangeiras, o jornal, na contramão de *OESP*, condenou a comparação entre Argentina e Brasil, e reafirmou a cada edição que o Brasil não podia tomar o vizinho como exemplo. Frondizi transformou-se numa espécie de adjetivo negativo, sinônimo de traição aos valores nacionais. Quando o coronel Alexínio Bittencourt, por exemplo, entregou seu relatório a JK criticando a gestão da Petrobrás, *O Semanário* o chamou de “Alexínio Frondizi”, pois sua intenção seria desmoralizar a Petrobrás, numa campanha que se articulava à outra, para demitir o marechal Lott e empossar alguém que fizesse o jogo dos trustes. Para o jornal, Bittencourt defendia colocar a Petrobrás em segundo plano e em seu lugar empresas privadas para explorar o petróleo boliviano, agindo como testas-de-

¹⁷⁵ “Por que sigilo em assuntos de petróleo Brasil-Bolívia?”. 13 a 19/02/1958, p. 8.

¹⁷⁶ “Jornais ligados à embaixada norte-americana tentam desmoralizar a ‘Petrobrás’ “. 16 a 22/04/1958, p. 10.

¹⁷⁷ “O Brasil não retirará um barril de petróleo da Bolívia” e “As exigências do B.N.D.E. só poderiam ter partido da cachola dos Rockefellers.” 29/5 a 5/6/1958, p. 6.

¹⁷⁸ Por exemplo, na edição de 21 a 28/02/1957, página 4.

¹⁷⁹ No Congresso Nacional, por outro lado, o chanceler foi, num primeiro momento, ovacionado. O deputado Cardoso de Menezes (PSD-Distrito Federal), por exemplo, caracterizou a ação de Soares como “Doutrina Macedo Soares”, e o chamou de “sem contestação possível, como o maior diplomata americano da atualidade”.

ferro de trustes estrangeiros. O BNDE e o Ministério da Fazenda ajudaram nesta campanha, ao colocarem como desculpa a escassez de divisas para forçar a associação de empresas brasileiras a grupos norte-americanos. (20 a 27/11/1958, p. 3) Na mesma edição, o jornal denunciou

À Nação Brasileira (...) o coronel Alexínio Bittencourt como um inimigo de seus interesses, um instrumento dos trustes estrangeiros que a todo custo querem apossar-se do nosso petróleo. (Página 4)

O *Semanário* associou o relatório de Bittencourt à tentativa de minar a Petrobrás e reforçar, assim, a “Fórmula Frondizi”, que se aproximava das intenções dos “entreguistas” para exploração do petróleo boliviano e brasileiro. Em matéria intitulada “Os Caminhos da Traição”, o jornal questionou por que o relatório foi repassado à imprensa “entreguista”, sugerindo que esse gesto faria parte da campanha contra a Petrobrás. Também, o relatório foi apresentado como do CNP, e segundo *O Semanário*, era pessoal, pois o órgão não fora consultado. (20 a 27/11/1958, p. 4) A política do governo argentino teria “assanhado” JK, que afirmara ser uma “fórmula boa”, ao mesmo tempo em que o barão do petróleo, Rockefeller, que, segundo o periódico, comandava “a Divisão Econômica do Departamento de Estado dos EUA”, articularia campanhas que não tocavam diretamente a Petrobrás, mas que a enfraqueceriam, como por exemplo a divisão das Forças Armadas, principalmente o Exército, uma vez que concentrava uma das mais poderosas resistências à exploração dos minerais brasileiros pelos trustes. (20 a 27/11/1958, p. 5)

Em artigo de Anderson Mascarenhas¹⁸⁰, afirma-se que, quando assumiu, Frondizi tinha na YPF reservas suficientes para suprir o

¹⁸⁰ O *Semanário* caracterizou-se por divulgar livros e autores nacionalistas, e, com relação aos Acordos de Roboré, obras e nomes que criticavam sua assinatura e defendiam o monopólio estatal do petróleo. De todos os autores, o coronel aviador Anderson Oscar Mascarenhas foi o mais assíduo colaborador do jornal, e seus textos traziam exclusivamente análises sobre a questão do petróleo. Uma coletânea de seus artigos pode ser encontrada na obra “Roboré – um torpedo contra a Petrobrás”, editado em 1959, obra que será apresentada no próximo item sobre a historiografia.

abastecimento argentino por 18 anos, bastando interligar, via oleodutos, os campos petrolíferos aos portos ou refinarias.¹⁸¹ Esta rede seria menor que o oleoduto ligando Santa Cruz de la Sierra a Santos. A primeira com aproximadamente 1500 km, e a segunda com o dobro. Diz ainda que o Plano Frondizi nascera após liberação de um empréstimo de 350 milhões de dólares pelo FMI e com a interrupção de um golpe liderado pelos *gorillas* (militares reacionários) com a ajuda do Departamento de Estado dos EUA. Nos contratos assinados, a palavra concessão fora substituída por um eufemismo, “prestação de serviço”, para atenuar a idéia da “entrega” que fizera o governo. A YPF, também, a exemplo do CNP no Brasil, transformara-se num órgão burocrático. (27/6 a 3/7/1959, p. 5)¹⁸²

Esse matutino foi o único jornal que reproduziu manchetes de jornais alternativos argentinos que convocavam trabalhadores e estudantes para impedir “a entrega do petróleo e da pátria”. Em manchetes que apontavam Frondizi como entreguista e traidor, o jornal afirmava que o presidente argentino promovera a “standartização do governo de Buenos Aires”, numa alusão à capitulação frente aos interesses da Standard Oil, a mesma que manobrava para impedir a exploração do petróleo boliviano por empresas brasileiras sem sua presença. (27/6 a 3/7/1959, p. 8)

Em 1959, o jornal noticiou o encontro de representantes da UNE e da CUB (Central Universitária Boliviana), cujo objetivo era trazer ao Brasil o pensamento dos estudantes daquele país. Neste encontro, quiseram também apresentar aos bolivianos a Petrobrás, que, segundo o jornal, ao contrário de outras empresas estatais, como a YPFB, não era porta de entrada de trustes estrangeiros. Acertaram uma conferência sobre os Acordos de Roboré para a cidade de Santa Cruz de la Sierra, e outra, intitulada Conferência dos

¹⁸¹ Três anos antes de tomar posse, em seu estudo sobre o petróleo e o imperialismo, Frondizi confirmara isso, rechaçando a presença de trustes em território argentino: “La situación es tal, que desde hace un cuarto de siglo nuestro país está en condiciones de hacerse íntegramente cargo de toda la actividad petrolera, sin intervención de las empresas privadas.” (FRONDIZI, 1956, p. LXIV)

¹⁸² Frondizi, em seu estudo citado, defendia não só o fortalecimento da YPF, como pedia mais nacionalizações em setores estratégicos, a fim de impulsionar o processo de transformação econômica. (1956, p. LXV)

Estudantes dos Países Produtores de Petróleo, no Brasil, além de lutarem para estabelecer o Dia do Petróleo.

Houve também destaque a reuniões, grandes e pequenas, cujos temas foram a defesa da Petrobrás e a denúncia dos acordos. Foi assim com o Congresso Nacional dos Metalúrgicos¹⁸³, que reafirmou a “intocabilidade” da Petrobrás e as manobras dos trustes para afastarem a empresa estatal da Bolívia (07 a 13/05/1959, p. 8), e com a fundação da “Associação dos Amigos e Defensores da Petrobrás” (26/12/1960 a 01/01/1961, p. 3).

Com relação ainda à política argentina para exploração do petróleo, *O Semanário* trouxe no final do governo JK uma carta de um professor da Universidade de Buenos Aires que denunciava que o plano dos trustes não parava na Argentina, mas incluía o Brasil. No movimento inverso de *OESP*, o professor citou o Brasil como exemplo para a Argentina, pois resguardava sua empresa estatal dos trustes por meio do exército, que, ao contrário da corporação argentina, não tinha traidores e “livre-empresistas”. Concluiu que a “Fórmula Frondizi” esmagaria a Argentina, e seria necessário o Brasil resistir. (30/1 a 5/2/1960, p. 5) Após duas páginas, novo artigo de Anderson Mascarenhas intitulado “Petrobrás é a solução” encerrou este número do jornal com a conclusão de sempre: dizer não aos Acordos de Roboré para manter a soberania do Brasil, e fortalecer a Petrobrás afastando os entreguistas do governo.

Quando Lucas Lopes e Roberto Campos assumiram o Ministério da Fazenda e o BNDE, respectivamente, o jornal fez duras críticas ao governo, que tentava, em sua opinião, ser nacionalista com a presença de entreguistas. Para *O Semanário*, JK era dúbio e indeciso. Lopes e Campos eram, entre outros, “cúmplices do mais hediondo crime de lesa-pátria já praticado entre nós”. Diante da justificativa de Campos de que o ingresso de capital estrangeiro no Brasil era necessário para o país saldar compromissos em dólares, o jornal inverteu a fórmula. Dizendo que menos capital estrangeiro hoje significaria menos remessa de lucros e juros amanhã, e,

¹⁸³ Realizado em Itanhaém, entre 07 e 12/03/1959.

como outros segmentos nacionalistas que não eram totalmente contrários a este capital, mas defendiam sua seleção (até o PCB, como vimos, tinha esta posição), sustentou a seleção do “bom capital estrangeiro” para o país, na forma de empréstimos para o desenvolvimento de setores básicos da economia. Afinal, a necessidade de inversão de capital estrangeiro no Brasil era maior para os trustes dos EUA do que para o Brasil, pois lá a rentabilidade vinha se reduzindo devido à crise econômica. (31/7 a 7/8/1958, p. 3)

O jornal patrocinou também “concursos” que reforçaram seu posicionamento político. Por exemplo, “Quem são os dez mais entreguistas?”, em setembro de 1957, apontou, segundo os leitores, que Assis Chateaubriand era “hors concours”. (11 a 18/9/1957) Em janeiro de 1960, outro “curso político”, intitulado “Qual o mais sem vergonha: Jânio ou a Direção da U.D.N.?” concedeu um prêmio de 10 mil cruzeiros à melhor resposta. (23 a 29/01/1960)

Outra característica do matutino foi a colocação de alcunhas em seus adversários políticos e ideológicos. Esta postura do jornal foi reforçada por seus colaboradores, que fizeram de Assis Chateaubriand, por exemplo, “o senador da Standard Oil”, “camelô da Standard Oil”, “gatuno profissional e embaixador em Londres nas horas vagas”; Roberto Campos era também “‘caixeiro de colarinho’ dos trustes”; Lucas Lopes, “o Lucas da ‘Bond and Share’”, “Lucas Al Lopes” e, junto a Valter Moreira Sales, Eugênio Gudín e Raul Fernandes, “Agentes diretos dos trustes”; Juscelino Kubitschek era o “ex-pobretão de Diamantina”; Sebastião Pais de Almeida, “Sebastião Vidro Plano” e “homem de confiança de Nelson Rockefeller no Brasil”; Augusto Schmidt e Santiago Dantas, “‘Advogados administrativos’ dos trustes”; *OESP*, “o porta-voz mais categorizado dos trustes estrangeiros”, e junto aos grandes jornais do eixo Rio - São Paulo, os jornais “entreguistas”, formavam

“a imprensa fecal”¹⁸⁴; o *Correio da Manhã* era também “‘bíblia’ do entreguismo”¹⁸⁵; o general Castelo Branco, “O Clausewitz da Praia Vermelha”; Jânio Quadros, no jornal, atendia também como “o amigo dileto de Nelson Rockefeller da Standard Oil”. Todos eram, para resumir, “cúmplices do mais hediondo crime de lesa-pátria já praticado entre nós”. Desta forma, o jornal impôs uma linguagem que denunciou em termos mais folclóricos o que seus textos procuravam dissecar e esclarecer aos seus leitores: havia “traidores” dentro e fora do governo, que procuravam implodir o “principal bastião da segurança e soberania nacionais”, a Petrobrás, para submeter o país à exploração de grandes grupos estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Os Acordos de Roboré deviam ser entendidos nesta lógica e contexto, pois serviram para colocar uma espécie de “cavalo de Tróia” em território brasileiro, ao permitir, e, até, forçar a associação de empresas brasileiras com esses grupos para explorar o petróleo boliviano.

No sentido oposto, os nomes identificados com a defesa da Petrobrás (“a intocável, espinha dorsal da libertação econômica, definitiva, da Nação”) e de nossa “soberania”, tiveram alcunhas elogiosas. No período 1957-1960, estes elogios vieram necessariamente acompanhados de posições críticas ao cumprimento dos Acordos de Roboré, principalmente no tocante à questão da cessão de territórios à Bolívia e à exploração do petróleo na zona subandina.

O *Semanário* também divulgou livros de colaboradores. Gondim da Fonseca, Joel Silveira, Lourival Coutinho e Anderson Mascarenhas tiveram suas obras apresentadas e recomendadas pelo jornal. A Editora Fulgor¹⁸⁶, com títulos de autores nacionalistas, como alguns dos citados,

¹⁸⁴ O *Semanário* defendeu a abertura de uma CPI para apurar “a quem de fato pertencem os jornais brasileiros”, uma vez que trairiam os interesses da pátria, e só podiam se dizer brasileiros porque aqui eram publicados. (15 a 21/01/1959, p. 5)

¹⁸⁵ Ou, também, “representante número 1 dos ‘Trustes’ petrolíferos no Brasil”. (idem).

¹⁸⁶ Tanto o jornal quanto a editora, além de Gondim da Fonseca e Gabriel Passos, foram por sua vez alcunhados de “ultranacionalistas” pela OSS. O primeiro ainda foi tido como influenciado pelo PCB. Como a Petrobrás fosse, para a OSS, a “pedra de toque do nacionalismo brasileiro”, os políticos que a defendiam foram também chamados de “Petro-políticos”. Rolo VI, fotograma 0953, 24/07/1959, pp. 29 e 32.

costumava reforçar a divulgação com anúncios das obras. O livro de Gondim da Fonseca, por exemplo, “Que sabe você sobre Petróleo?”, em 1957 alcançou a quinta edição, e, segundo o jornal, chegou a 100 mil livros vendidos, sucesso inédito no mercado editorial brasileiro:

É o livro de um patriota e um verdadeiro manifesto de nossa geração – a geração que denunciou o perigo imperialista em nosso país e luta para libertar o nosso povo da tutela dos grupos econômicos estrangeiros. (6 a 13/06/1957, p. 9)

Gondim da Fonseca teve destaque especial no jornal. Muito elogiado no meio nacionalista, o autor, depois da posse de Lucas Lopes e Roberto Campos em postos-chave do governo Kubitschek, acreditava que o presidente havia já entregue a Petrobrás à sanha dos “entreguistas”. Como o governo não repassava divisas à Petrobrás, provocaria sua ruína. “Ser-lhe-á, então, imposto o plano Frondizi ou entraremos no regime de concessões.” Afirmava que Walter Link, geólogo-chefe da Petrobrás, só perfurava onde não havia petróleo para minar a empresa. Como este fora geólogo-chefe da Standard Oil Co., Fonseca afirmava que ele ainda era assalariado deste grupo, e, mesmo assim, na Petrobrás ainda recebia o maior salário pago no mundo a um profissional em seu cargo: 100 mil dólares ao ano livre de impostos.¹⁸⁷ Como o governo, perguntava Fonseca, permitia um funcionário dessa natureza na Petrobrás, sabendo que um dos fundamentos do Departamento de Estado dos EUA era controlar todo o petróleo do mundo, sobretudo na América? Afirmava ainda que, ao dizer que a Petrobrás é intocável, o marechal Lott era aplaudido até pelos entreguistas e traidores da pátria, que afirmariam: “Sim, é intocável. Deixemos ela [sic] por si mesma.” (25/9 a 02/10/1958, p. 3)

¹⁸⁷ Na historiografia, é um dado assente o vínculo de Link com os trustes de petróleo e sua afirmação que não havia petróleo no Brasil. Segundo Carvalho (1977, p. 187), além de não aconselhar a exploração de petróleo no Brasil – guardando-o para futuras explorações através da Standard Oil Co. -, Link, por outro lado, sugeriu a obtenção de concessões de exploração no exterior – nos moldes, como vimos, de Roboré, onde os trustes estariam associados com empresas brasileiras -, e a rejeição a seu nome foi tanta que cunhou-se o termo *linkismo* “para significar derrotismo e descrença no futuro da Petrobrás.”

O jornal usou bastante e privilegiado espaço para criticar o BNDE e seu presidente, Roberto Campos. Quando houve uma campanha, por parte de estudantes, militares e outros segmentos nacionalistas pela sua demissão, o matutino perguntou: Adianta demiti-lo? Não. Vale reproduzir a justificativa:

O Sr. Roberto Campos não é uma pessoa. É um sistema, é uma concepção coerente do desenvolvimento econômico, no Brasil, que conseguiu impor-se aos dirigentes dos órgãos que controlam as atividades financeiras e econômicas do Estado. (...) A retificação política e ideológica do B.N.D.E. implica uma luta de – sistema contra sistema.” (15 a 21/01/1959, p. 4)

A pressão do BNDE para levar os trustes à Bolívia, por trás das empresas brasileiras, afirmou o jornal, provocaria o ódio dos bolivianos aos brasileiros. Talvez – continuou - no futuro o Brasil fosse obrigado a enviar tropas à Bolívia devido à rebelião do povo, a exemplo de outros que estavam se rebelando com a mesma situação. A exploração do petróleo boliviano, tal como o BNDE desenhava, faria com que o Brasil entrasse com o mercado interno para comprar um produto extraído pelos trustes com uma etiqueta nacional. A Petrobrás talvez precisasse, no futuro, procurar os mesmos trustes para colocar esse óleo por ela extraído no Brasil em outros mercados, já que o brasileiro estaria, de acordo com as notas reversais, reservado para o petróleo trazido da Bolívia pelos grupos estrangeiros. (15 a 21/01/1959, p. 4)

Roberto Campos, ainda, “abriu as portas da cidadela de Roboré ao cavalo de Tróia dos trustes norte-americanos.” Ao defenderem a exploração do petróleo boliviano, Alexínio Bittencourt e Roberto Campos queriam a liquidação da Petrobrás: “Que Roberto e Alexínio vão, se quiserem para a Área B, ou para o diabo que os carregue! Nós, brasileiros, ficaremos por aqui, defendendo a Petrobrás.” (22 a 27/01/1959)

Em artigo intitulado “Roberto Campos Réu de Traição Nacional”, o colunista afirmou que qualquer que fosse o desfecho dos acordos, Campos deveria responder pelo crime de querer entregar a exploração a trustes

estrangeiros. O coronel Bittencourt, também, deveria responder por querer desviar recursos e equipamentos da Petrobrás para auxiliar aquela exploração. Como tudo no jornal desembocava, naqueles anos, na questão do petróleo e, claro, na Petrobrás, o artigo foi mais longe e afirmou que a “quadrilha de entreguistas”, ao abaixar o preço do café sob o pretexto de aumentar as exportações, diminuiu-a, com uma sangria da ordem de 400 milhões de dólares. Por ser a principal fonte de divisas da época, esta política do café do Ministério da Fazenda colocou em risco o desenvolvimento do país e, portanto, deixou vulnerável a política petrolífera do governo, ameaçando a Petrobrás e favorecendo os trustes. (29/01 a 04/02/1959)

A polêmica gerada pela pressão do BNDE sobre as empresas brasileiras para se associarem ao capital estrangeiro foi tanta, que gerou um “julgamento” na televisão. Naqueles anos, a televisão engatinhava no Brasil, mas pelo menos em dois programas o assunto “Roboré” foi debatido. Foi o caso, por exemplo, segundo o jornal, de um programa da TV Rio intitulado “Eu, o Júri”, que colocou em debate e em “julgamento” a seguinte questão: “A política do BNDE na questão do petróleo boliviano é vantajosa ou prejudicial aos interesses do país?”. Foram convidados um defensor do BNDE (o diretor João Batista Pinheiro) e um crítico do banco (o deputado da UDN-MG e da FPN Gabriel Passos). O júri decidiu, por quatro a um, que aquela política do BNDE era prejudicial ao país. Diante da vitória por goleada, a manchete do jornal não poderia ser outra: “Que espera o presidente para demitir a ‘gang’ do BNDE?” (29/01 a 04/02/1959)

Houve também uma aproximação do jornal com o ISEB, através de uma série de artigos publicados pelo *O Semanário*, resultado de um curso de Estudos de Problemas Brasileiros. Gabriel Passos, deputado da UDN e da FPN, colaborador do jornal, contribuiu para este curso, e sua palestra foi publicada pelo jornal, sob o título “O petróleo Boliviano” (19 a 25/09/1959, pp. 4 e 11). O deputado chamou a atenção para o fato que as notas reversais assinadas em Roboré feriam tratados anteriores entre os dois países, pois a nota número 1 modificou os limites entre Brasil e Bolívia, estabelecidos pelo

Tratado de 1928. A reversal número 2, que previa como garantia de pagamento pela construção da ligação ferroviária entre os países recursos do próprio governo boliviano, contradiz o Tratado de 1938, que estipulava o petróleo como garantia. Por fim, a nota número 6, além de diminuir a área de exploração concedida ao Brasil, modificou também o mesmo tratado, na medida em que entregou a empresas privadas a sua exploração.

Passos foi precedido por Nelson Werneck Sodré com a exposição “As Forças Armadas e o Nacionalismo”, em que afirmou que “Cada etapa de desenvolvimento histórico corresponde uma forma de organização militar, (...) uma forma de pensar, uma posição política dos militares.” E acrescentou que, a posição política, proibida aos militares, é no sentido partidário. Por outro lado, o posicionamento político vira obrigação quando está em jogo a defesa dos interesses do país. Desta forma, às Forças Armadas caberia defender o território nacional, mas também as riquezas que ele possui. (12 a 18/09/1959, p. 4)

No final de 1959, o novo presidente da Petrobrás, coronel Idílio Sardenberg, assinou um acordo com a Esso (subsidiária da Standard Oil Co.) para importação de petróleo refinado para abastecimento do mercado brasileiro até 1966 (oito anos). Este acordo previa a venda de 28 milhões de barris de petróleo cru baiano para a Esso e a compra, pela Petrobrás, de quase 80 milhões de barris de petróleo. Para o jornal, tratava-se de uma “conspiração contra o Brasil”, e ambos, o acordo Sardenberg, como ficou conhecido, e os Acordos de Roboré, seriam “elos da cadeia para estrangular a Petrobrás”.¹⁸⁸ Entendia-se que, com aquele acordo, o presidente da Petrobrás vetaria o montante necessário para construção de refinarias da empresa que poderiam nos ofertar todo aquele óleo. Desviando o dinheiro para a compra junto à Esso, no entanto, atrasava-se o cronograma das obras

¹⁸⁸ Nesse quesito “conspiração”, o deputado Osmar Cunha (PSD-SC) denunciou o sumiço de sondas da Petrobrás em seu Estado, e lembrou que durante a campanha eleitoral, andando pela região onde houve tal desaparecimento, estranhou “que realmente os engenheiros ali existentes fôssem todos americanos.” (Anais da Câmara dos Deputados, Volume VI, 01/06/1959, pp. 46 e 47)

e reforçava-se a tese dos “entreguistas” que a estatal era ineficiente. O *Semanário* acusou também o aviltamento do preço do petróleo da Petrobrás vendido à Esso, e a compra, sem concorrência, de petróleo mais caro desta última, o que teria acarretado um prejuízo total de 16 milhões de dólares, além de prender o mercado brasileiro à multinacional até meados da década seguinte. (28/11 a 04/12/1959, pp. 3 e 5)

No último ano do governo JK, a mesma Esso conseguiu sua nacionalização, com a constituição da Esso Brasileira de Petróleo S. A., processo que foi acompanhado pelo jornal e devidamente criticado. O coronel Anderson Mascarenhas registrou esta discussão, no artigo intitulado “Roboré e as falsas baianas”, numa referência clara à tentativa da Standard Oil Co. de se passar por brasileira para chegar à Bolívia e, segundo suas projeções, voltar-se com mais força ainda para o Brasil, liquidando a Petrobrás. Gabriel Passos, a respeito, afirmou se tratar de uma manobra para, além de chegar ao petróleo boliviano via Brasil, dominando os grupos que operariam em Roboré, a empresa teria maiores lucros aqui mesmo, pois faria suas remessas de lucro pelo câmbio livre. (23 a 29/1/1960, pp. 5 e 7)

O *Semanário*, dessa forma, somou esforços com setores da sociedade civil e organizações que entendiam ser Roboré a porta de entrada dos trustes norte-americanos de petróleo no Brasil e o início da destruição da Petrobrás. Qualquer pessoa, independente de nacionalidade, inserção social, filiação política e profissão, sendo simpática aos acordos, imediatamente foi associada à traição e ao entreguismo, e sendo crítica dos mesmos, foi incluída no rol dos “defensores” da soberania e do desenvolvimento autônomo nacionais.

Ao contrário de *OESP*, as posições tomadas pelo *O Semanário* valeram-lhe, oito anos após seu surgimento, o desaparecimento precoce, mas no contexto da crise do populismo e no momento em que a radicalização das proposições nacionalistas teve como resposta o golpe de 1964. Esta data marcaria a extinção de muitos periódicos alternativos à grande imprensa, e os

que sobraram, se não ecoaram a voz da ditadura, sofreram perseguições que prejudicaram, mais cedo ou mais tarde, sua produção e circulação.

3.2 - A historiografia

A historiografia sobre os Acordos de Roboré é marcada por duas características: em sua maior parte, quase toda, foi produzida em pleno governo JK, quando as discussões estavam sendo entabuladas; também, quase toda a produção sobre o tema é crítica com relação aos acordos.

Por ter sido produzida na época, e pelo seu teor crítico, quase todo o conjunto de títulos foi bastante divulgado n' *O Semanário*, onde seus autores também escreviam amiúde sobre o tema. Este jornal, aliás, ao oferecer espaço para reflexão e denúncia, transformou-se em laboratório para a produção de parte destas obras, pois seus autores não raro usavam seus textos e argumentos publicados periodicamente para compor seus livros depois.

Como exceção à regra, a produção dos anos 50 teve um autor que divergiu dos demais no julgamento dos acordos, mas não fugiu da divulgação de seu livro pelo *O Semanário*, porém, como exemplo de obra que não retratava a “verdade”, mas que seria “obra-prima de entreguismo e traição” (12 a 18/09/1959, p. 7). O livro de Olímpio Guilherme, como veremos, foi bastante criticado pelo jornal e seus leitores, servindo de contraponto às outras produções sobre Roboré.

3.2.1 - “Roboré, um torpedo contra a Petrobrás”

Um dos textos mais combativos em relação a Roboré é o livro do coronel aviador Anderson Mascarenhas (1959). *Roboré, um torpedo contra a Petrobrás* já no título dá o tom de sua crítica. Em sua obra,

Mascarenhas contou com colaborações de Gondim da Fonseca, que escreveu o prefácio e emprestou um texto anexado no final do volume; de Henrique Teixeira Lott, com uma entrevista a *O Semanário* reproduzida nos anexos; de Gabriel Passos, com a transcrição de uma palestra proferida no Clube Naval, e texto de Osny Duarte Pereira. Mascarenhas cercou-se dos principais críticos aos Acordos de Roboré para tecer uma dura crítica ao governo JK, ainda que poupando o presidente, numa tentativa explícita de, com sua denúncia, fazer o presidente da República demitir auxiliares e ministros “entreguistas” e “traidores” da plataforma nacionalista do governo.

Com tantos colaboradores numa mesma obra, há dissonâncias no julgamento sobre os “culpados” pelos acordos. Enquanto o autor principal, Mascarenhas, entendeu que o presidente JK foi sabotado pelos auxiliares, o prefaciador, logo na primeira linha, apontou: “A bandalheira de Roboré foi patrocinada pelo Juscelino Kubitschek.” Para Fonseca, o chanceler Macedo Soares não teria poder suficiente para assinar acordos dessa magnitude sem a anuência do presidente. A discussão sobre se o presidente sabia o que fazia um de seus ministros mais próximos, no Brasil, é mais antiga do que pensamos. Para Fonseca, era cômodo para JK aparentar não ter tido conhecimento integral dos acordos, pois esconderia, assim, seu caráter “entreguista”, que “conspira” contra o Brasil. Para Fonseca, “Só encostando na parede os roboristas e liquidando-os a metralhadora!” (MASCARENHAS, 1959, p. 10)

JK estaria, ainda, conspirando contra a candidatura “nacionalista” do marechal Lott à presidência, pois seu ministério fora organizado para combater o “varão de Plutarco que é Teixeira Lott”, tramando, assim, para dar vitória ao “caolho” Jânio Quadros, “confessadamente inimigo da Petrobrás”. (Páginas 13 e 14)

O prefaciador, acompanhado pelo autor da obra, sugere até luta armada, se for o caso, para impedir a execução dos Acordos de Roboré, e com isso, “salvar com o nosso último sacrifício a honra própria e a dignidade da Pátria.” (Página 15)

Mascarenhas, apesar de poupar JK pela responsabilidade nos acordos – como se os acordos pudessem ser assinados sem o seu conhecimento –, não poupou seus ministros, o CNP e o BNDE. Partindo da idéia de que um país subdesenvolvido tem que ter uma política para o petróleo com o objetivo de desenvolver-se, o autor denunciou as potências, que assim são porque possuem ou controlam as jazidas petrolíferas em quase todo o mundo. Desta forma, o petróleo não seria apenas uma questão de retirá-lo para abastecer o mercado interno, mas utilizá-lo na obtenção de divisas que propiciassem a industrialização do país. (pp. 18 e 19)

O Tratado de 1938 para exploração do petróleo na Bolívia pelo Brasil não foi executado, segundo o autor, por problemas ou indefinição dos brasileiros, mas pela ambigüidade do governo boliviano. Como após a assinatura do tratado com o Brasil, que, além do petróleo, previa a ligação ferroviária entre os dois países, a Bolívia assinou um outro tratado com a Argentina, visando para a vinculação ferroviária entre ambos, ligando Yacuíba a Santa Cruz de la Sierra, e como garantia da construção foi dado o petróleo que a estrada de ferro cruzasse, atingindo, assim, a área anteriormente cedida ao Brasil, ao governo brasileiro não restou senão esperar. Se construísse a estrada de ferro ligando Corumbá a Santa Cruz não teria a garantia do retorno de seu investimento, já que o mesmo petróleo previsto para pagar o Brasil tinha sido dado em garantia aos argentinos. (Páginas 25 e 26) Somente em 1952, por meio de nota reversal, o governo boliviano estabeleceu a área precisa e exclusiva para exploração brasileira sem interferência argentina, tendo o Brasil, com tal garantia, construído a estrada de ferro inaugurada em 1955.

O autor afirmou ainda que, em face da negociação entre argentinos e bolivianos para ligação ferroviária entre seus países, foi “sugerida uma pressão militar do Brasil para compelir a Bolívia a honrar os Tratados de 1938”. Tal investida fora descartada porque, entre outras razões, a única saída viável do petróleo boliviano para o mar seria pelo Brasil, pois a distância do oceano pacífico, tendo que passar por outros países – no mínimo

o Peru -, e a outra alternativa, que seria por meio do rio Paraguai, e somente em períodos de cheia, e também sua distância até Buenos Aires, deixava a Bolívia sem escolha. “Dêsse modo, a Bolívia é que deveria nos fazer concessões para poder comercializar o petróleo daquela área.” (Página 29)

Assim, apesar da discordância das Forças Armadas no Brasil, o chanceler Raul Fernandes, ministro de Café Filho, concordou em revisar o Tratado de 1938, quando bastaria ao Brasil denunciá-lo – o tratado – ao Tribunal Internacional de Haia, e os direitos brasileiros de exploração em território boliviano, com a Petrobrás, estariam assegurados. Mas, como Fernandes também era um “entreguista” a soldo dos trustes ...

Coincidiu também que, na Bolívia, os “ideais revolucionários” do MNR haviam sido enfraquecidos pela pressão dos trustes e do governo norte-americano. Foi assim que, após uma ajuda de 22 milhões de dólares em gêneros alimentícios, aquele governo anuiu em mudar o Código de Petróleo, suprimindo o artigo 21 que abria a possibilidade do Brasil, com ou sem Petrobrás, explorar na Bolívia.

(...) e logo os trustes do petróleo obtiveram mais de duzentos mil quilômetros quadrados de concessões em áreas petrolíferas, ficando de fora apenas, os trinta e cinco mil quilômetros quadrados de área reservada ao Brasil. Justamente a área sobre a qual passaram a incidir os sentimentos nacionalistas bolivianos, e a imprensa boliviana, esquecendo a presença dos trustes, havia incitado com vigor uma campanha contra “el imperialismo brasileño”. Inventaram mesmo que o Brasil fomentava uma revolução separatista em Santa Cruz de La Sierra¹⁸⁹. (Página 32)

Desembocamos então em Roboré, que para Mascarenhas representa o “**ajuste mais importante**, assinado pelo Brasil”¹⁹⁰. (Página 34)

A afirmação se justifica porque, após a independência, nenhum outro ato

¹⁸⁹ Essa “campanha” causou sérios problemas a mais de cem estudantes brasileiros, que, por conta do convênio estabelecido na Nota Reversal número 8, assinada em Roboré, estavam estudando medicina na Bolívia, e, perseguidos pelos críticos do “imperialismo brasileiro”, tiveram que abandonar o curso e regressar ao Brasil. Na Câmara, o deputado Sérgio Magalhães (PTB-Distrito Federal) pediu a intervenção do governo brasileiro, para que os mesmos não fossem prejudicados ainda mais. Anais da Câmara dos Deputados. Volume XV, 19/08/1958, pp. 49 e 50.

¹⁹⁰ O destaque é do autor.

internacional assinado pelo país teria colocado em risco sua emancipação econômica e sua soberania. Eugênio Gudín e Raul Fernandes, ao negarem quatro milhões de dólares para a execução do Tratado de 1938 no breve governo Café Filho, alegando a falta de divisas, abriram espaço para o país perder 600 milhões de dólares, o custo do oleoduto e do gasoduto previstos nos acordos, que dariam passagem pelo território brasileiro aos produtos dos trustes que explorariam a área A, reservada à YPFB, pois na área B, reservada às empresas brasileiras, não havia confirmação de existência de petróleo, e, se houvesse, a associação destas empresas com o capital estrangeiro faria com que todas as vantagens do negócio fossem deles, os trustes, e os custos do negócio, como a infra-estrutura, ficassem com o Brasil. (Páginas 39 e 40)

O que poderia ocorrer também - e esta é uma tese central no trabalho de Mascarenhas - é que, após cinco ou seis anos, não tendo condições de construir essas obras devido ao alto custo e não tendo quem emprestasse o dinheiro para esse empreendimento, empresas petrolíferas poderosas se ofereceriam para realizá-la – note-se que não é empréstimo -, mas, devido à Lei 2004 que estabelece o monopólio estatal do petróleo no país, o governo brasileiro não poderia aceitar, o que levaria a Bolívia a denunciar os acordos ou o Brasil a revogar seu monopólio, acolhendo a “generosa” oferta dos trustes para que o Brasil cumprisse sua parte nos acordos. (Página 40)

Não foi no final do livro, mas no capítulo IV, com apenas duas páginas, que o autor ofereceu soluções para os Acordos de Roboré. Em síntese, anulação da nota reversal número 1, que cedia territórios à Bolívia; da nota número 2, que, ao invés de petróleo, oferecia garantias do governo boliviano para saldar a construção da estrada de ferro ligando Corumbá a Santa Cruz; a quase total revogação da nota reversal número 6, que tratou da exploração do petróleo, e a denúncia à Corte Internacional de Haia, para fazer cumprir o Tratado de 1938, com Petrobrás na Bolívia e tudo. (Páginas 95 e 96)

O autor reproduziu o “Relatório Alexínio” e o criticou, além de apontá-lo como uma armação contra a Petrobrás em conluio com outros “entreguistas” do governo, como Lucas Lopes, que queriam acabar com a estatal e trazer os trustes ao Brasil. Os argumentos de desconstrução do relatório são bem apresentados, com dados factuais que contradizem a posição do presidente do CNP com seu pretenso nacionalismo.

Como todos sabem o chamado “Acôrd de Roboré”, que antes deveria ser chamado de “Capitulação de Roboré”, foi possível porque o representante do Conselho de Segurança Nacional era justamente o coronel Alexínio. Cedemos tudo, graças à sua visão deformada dos “imperativos nacionais de ordem estratégica e diplomática” (...) (Página 116)

A principal acusação a Bittencourt era que, como as empresas brasileiras precisavam de dólares para extrair petróleo da Bolívia, e como algumas não estavam dispostas a utilizarem os próprios recursos, o coronel teria sugerido, inclusive ao presidente JK, por meio de seu relatório, que o dinheiro viesse da Petrobrás, paralisando a estatal a favor das empresas privadas. Na visão de Roberto Campos, por outro lado, esses dólares deveriam surgir da associação dessas empresas com trustes norte-americanos. Daí a briga entre ambos, Bittencourt chamando Campos de “entreguista” e “traidor”, e sendo também assim chamado pelo jornal, por querer soterrar a Petrobrás em favor do capital privado nacional. Não faltavam, naqueles tempos, “entreguistas” e “nacionalistas” para todos os gostos.

Mascarenhas fez um retrospecto da tentativa dos trustes em dominar os recursos naturais no Brasil. Situou Getúlio Vargas como guardião de nossas riquezas e que, por isso, foi levado ao suicídio. Naqueles anos de nacional-desenvolvimentismo, a grande tentativa antinacional ocorreria com a eleição de 1960, mas, devido à vitória “líquida e certa” do marechal Lott à presidência, além do sucesso da Petrobrás, os imperialistas e seus aliados

internos tiveram de antecipar o golpe com os Acordos de Roboré. (Página 124)

Mostrando como os trustes do petróleo estavam preocupados e interessados nos acordos entre Brasil e Bolívia, o autor reproduziu foto do original de artigo publicado na revista *Petroleum Week*, de 19/07/1957, intitulado “Revés da Petrobrás?”, onde se afirma que a estatal estaria perdendo prestígio com as negociações em Roboré, e as chances dos trustes se fortalecerem no Brasil seriam grandes. (Página 157) Alegando que a associação de capitais estrangeiros com as empresas brasileiras seria uma possibilidade plausível, o artigo destaca que

Se um grupo particular achasse óleo na Bolívia e estivesse em condições de transportá-lo para o Brasil, a posição da Petrobrás não seria boa. Os brasileiros poderiam indagar: se uma de nossas companhias privadas obteve tanto sucesso na Bolívia porque não lhe daremos uma chance, aqui no Brasil? Esta possibilidade é a que a Petrobrás procurou evitar na sua ânsia em dominar as conversações de La Paz. (Páginas 159 e 160)

O artigo evidencia o otimismo da revista, “que pode ser considerada como o boletim semanal dos trustes do petróleo” (p. 163), entendendo que Roboré pudesse significar um duro golpe do qual a Petrobrás não suportaria, e o caminho para a penetração efetiva do capital privado estrangeiro, no Brasil, e na área a este concedida na Bolívia, estaria pavimentado e seguro. O artigo destaca, ainda, que o governador Jânio Quadros era o “primeiro homem público a criticar abertamente a Petrobrás” ao lado de Assis Chateaubriand. Jânio seria “um dos grandes canhões neste ataque”, segundo o artigo. (Página 160)

Assim, Jânio, Chateaubriand, o brigadeiro Fleiuss (que sucedeu Bittencourt no CNP), Roberto Campos, Lucas Lopes, Sebastião Pais de Almeida (presidente do Banco do Brasil, futuro sucessor de Lopes na Fazenda) e outros, “o julgam (Acordo de Roboré) vantajoso para a Pátria, porque a pátria deles está nos cofres dos trustes” (p. 166).

Vêm [sic] assim os leitores, que o Acôrd de Roboré, o entreguismo e o janismo, estão estreitamente ligados e os figurantes na grande farça [sic] são vinho da mesma pipa. Estão todos contra o Brasil. Felizmente, porém, o povo brasileiro em sua ágil inteligência já decidiu: ENTREGUISTA NÃO PODE SER PRESIDENTE. NEM VICE.¹⁹¹ (Página 168)

Segundo o autor, que no meio do livro reproduziu artigos publicados n' *O Semanário* criticando Jânio Quadros e defendendo a candidatura Lott à presidência, o combate decisivo entre “entreguistas” e “patriotas” começou com a nomeação de Lucas Lopes para a Fazenda e Roberto Campos para o BNDE. Como Gondim da Fonseca, no prefácio, Mascarenhas chegou a sugerir a luta armada para impedir não só a execução dos acordos, mas também evitar a posse de Jânio, caso a vontade popular não fosse respeitada, qual seja, a eleição do marechal Lott. É interessante notar como, em ambos os lados, idéias golpistas são sempre recuperadas. Aliás, durante a chamada democracia populista (1945-1964), a possibilidade de golpe esteve sempre presente nos meios políticos e militares. Apesar de ter passado uma imagem de estabilidade à história o governo JK esteve sempre ameaçado, a ponto de jornais como *OESP* não só desejarem, mas acreditarem que dificilmente o presidente chegaria ao final de seu mandato. O golpe de 1964, neste ponto, mostraria também que, sempre que o regime democrático-burguês extrapola determinados limites, como certas reivindicações levadas pelos setores populares, ou mesmo na plataforma política de agremiações nacionalistas, a democracia burguesa se rompe, transformando em ditadura a fachada do edifício político para resguardar as estruturas e fundações do sistema capitalista.

Em carta ao presidente da República, reproduzida no livro, Mascarenhas apelou para o “bom senso de mineiro” de JK para que a nota reversal número 6 fosse reestudada “sob a luz das suas conseqüências para a Petrobrás, para a política nacionalista do petróleo e para a libertação econômica do Brasil.” (Página 216) Ressaltou que, do contrário, com a

¹⁹¹ O destaque, novamente, é do autor. Mascarenhas faz menção às eleições de 1960.

destruição da Petrobrás e o fim da esperança de libertação econômica do país, o povo poderia pegar em armas e as Forças Armadas, devido às suas raízes populares e democráticas, sendo uma parte também do povo, não reverteriam facilmente a idéia de “revolução” do povo (p. 218).

Mascarenhas fez questão de ressaltar, em vários momentos, que não é comunista, e como isso parecia incomodá-lo, chegou a buscar a figura do cardeal Mota (Carlos Carmelo Mota) para provar seu álibi, pois o religioso seria um dos ouvintes de suas palestras e críticas ao entreguismo (pp. 225 e 226). E, para não confundirmos de vez nacionalismo com comunismo, afirmou que

Parece-me que é, também, de mau vêzo, atribuir apenas aos comunistas, o interesse e o devotamento à Pátria. O povo acabaria chegando à conclusão que somente os “vermelhos” estão prontos a defender o Brasil contra os que desejam prejudicá-lo – o que seria falso e perigoso. (Página 231)

Nos anexos, Mascarenhas reproduziu entrevista do candidato Lott, abordando temas como Roboré – crítica rápida e sem contundência -, reforma agrária – dizendo-se favorável -, relações Brasil-URSS etc. Em texto de Gondim da Fonseca, este apontou que Roboré é “A terceira batalha dos Guararapes – Nacionalistas versus entreguistas” (p. 318), e, novamente contrário ao tratamento dado por Mascarenhas a JK, disse que “Juscelino é coroinha do truste. Ajuda a missa do Nelson Rockefeller.” (Página 324) No texto do desembargador Osny Duarte Pereira, este aproximou o presidente Vargas do presidente Germán Busch, da Bolívia, uma vez que ambos teriam travado a mesma luta. Diz que, quando Busch criou a YPFB e confiscou o petróleo da Standard Oil Co. para somente a Bolívia explorá-lo, isto significou que não o faria, por falta de recursos. Sem querer, o governo boliviano estaria fazendo o trabalho que até então era dos trustes: guardar o petróleo boliviano para futuras explorações, como reserva estratégica. E assumindo a nacionalização, o governo boliviano teria para si até os custos que os trustes estavam tendo para manter o petróleo guardado fingindo explorá-lo.

Ambos os ditadores tinham no petróleo, a fonte de suas desditas. Um possuía-o e não podia explorá-lo, para vender. O outro não o tinha e gastava tudo para comprá-lo aos trustes vorazes. (p. 333)

Pereira reafirmou as suspeitas em torno dos Acordos de Roboré como uma armação para destruir a Petrobrás e reforçar a presença dos trustes no Brasil e na Bolívia. Tais acordos representariam, ainda, o fim da “colaboração brasileiro-boliviana, em petróleo, como sonharam Busch e Vargas.” (Página 337)

3.2.2 - A obra do parlamentar

A obra de Gabriel Passos (1960) é resultado de suas intervenções na Câmara dos Deputados, nas fileiras da FPN, com destaque para sua participação na CPI que investigou a gestão de Janari Nunes à frente da Petrobrás – e, por tabela, as diretrizes do BNDE para escolha de empresas para explorar o petróleo boliviano -, de seus artigos n’*O Semanário* e da interlocução mantida com autores como Gondim da Fonseca, Anderson Mascarenhas, Lourival Coutinho e Joel Silveira.

Em 1959, a Editora Fulgor lançou, sob o título *Nacionalismo*, um conjunto de discursos do deputado, separados pelos temas “Capital Estrangeiro”, “Minerais Atômicos” e “Acordos de Roboré”. Não é necessário deter-se nesta obra uma vez que não acrescenta elementos às suas intervenções escritas n’*O Semanário* e mesmo ao seu principal texto, que trataremos em seguida.

A mesma editora, em 1960, caracterizada por títulos e autores explicitamente nacionalistas, lançou *Estudo sobre os Acordos de Roboré*, que é a transcrição do relatório apresentado pelo deputado ao Congresso Nacional e aprovado em 21/01/1960, estabelecendo que as Notas Reversais de Roboré careciam de apreciação do Congresso, devendo o governo submetê-las àquele antes de executá-las.

Passos afirmou que os acordos representaram o mais duro e mortal golpe contra o monopólio estatal de petróleo no Brasil. Tratava-se de um

Triste Acordo, que é peça importante na cadeia de constrição que os Trustes pretendem impor ao Brasil, para cercear o triunfo da Petrobrás e frondizar nossa política petrolífera. (1960, p. 11)

O deputado tomou como referência, além dos autores citados acima, a obra de O'Connor (1959), cujo título já evidencia sua crítica ao "Império do Petróleo". Com tais embasamentos, Passos empreendeu uma análise pormenorizada da nota reversal número 6, que diz respeito à exploração do petróleo no oriente boliviano, precedida de discussão sobre o que caracterizam os atos internacionais, como tratados e notas reversais. Acrescentou, no final, problematização acerca das empresas brasileiras que iriam à Bolívia, questionando conceitos como nacionalidade e segurança nacional, além de anexar todos os tratados feitos entre Brasil e Bolívia até aquele momento, para que o leitor tivesse condições de confrontar, como ele, os Acordos de Roboré e os Tratados de 1928 e 1938, que, para ele, são desrespeitados pelas notas reversais.

O primeiro questionamento do autor refere-se aos instrumentos diplomáticos usados por Brasil e Bolívia para tratar da questão do petróleo. O uso da expressão "notas reversais", como explicado anteriormente, dá a entender que os países estavam apenas atualizando pontos de um tratado anterior, no caso, o de 1938, para torná-lo exeqüível e mais claro. Como, porém, as tais notas reversais alteraram substancialmente o teor daquele, entenderam seus críticos que o que estava se fazendo era um novo tratado, sob a capa de notas reversais para não ter de submetê-lo à chancela do parlamento, que, no caso brasileiro, por possuir forte e atenta bancada nacionalista – apesar dos vários matizes do nacionalismo –, tinha tudo para rechaçá-lo, e, assim, frustrar a ação dos governos.

Para fundamentar sua crítica, Passos buscou autores do direito internacional a fim de estabelecer a diferença entre tratados e notas

reversais, e concluiu que a ação do governo brasileiro foi “tão do gosto da maneira hitleriana de violar o Direito Internacional”. (Página 22) As reversais, desta forma

não podem elas alterar a essência do tratado cuja execução auxiliam, sob pena de não poderem ser consideradas meras reversais, mas sim verdadeiramente novo tratado disfarçado em instrumento que, normalmente, não exige ratificação. (Página 53)

A primeira modificação substancial do Tratado de 1938 pelas reversais é a estabelecida na Nota número 1, colocando novos marcos nos limites entre os dois países. Com as modificações, o Brasil “perderia” uma área do tamanho do distrito federal para a Bolívia. Segundo a Constituição de 1946, em seu artigo 65, parágrafo VIII, competia ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, “resolver sobre limites do território nacional” (BRASIL, 2000).

A segunda modificação estava na Nota número 2, que trata do pagamento das despesas pela construção da ligação ferroviária entre os dois países, concluída em 1955. No tratado original, a contraprestação seria saldada por meio do petróleo explorado na Bolívia, mas, com a nota reversal, o governo boliviano assumiu a dívida, segundo Passos, porque este petróleo passou a interessar aos trustes americanos que atuavam por lá. (Página 64)

A mais polêmica, no entanto, é a Nota número 6, que versa sobre o petróleo. Primeiro, a área estipulada para a exploração brasileira fora reduzida, após o Tratado de 1938, em 1952, por meio também de nota reversal. Em 1958, a área anteriormente reduzida, que, segundo Passos, já poderia ensejar a denúncia do Tratado de 1938, foi mais uma vez diminuída, mas em duas partes, sendo 40% dela para o Brasil e os restantes 60% para a YPFB. Depois, para a exploração, a nota previa que somente empresas privadas de “capitais brasileiros” poderiam efetuar tal exploração, o que deixou Passos preocupado, pois, se já é difícil estabelecer o que faz com que uma empresa seja brasileira (sua sede, seu dono, sua área de exploração etc) que dirá sobre o capital, “apátrida, universal, móvel, migratório?” (Página 97)

Capital brasileiro “é capital existente no Brasil?” Quando ele mudar-se para a Bolívia, ainda continua brasileiro? Capital brasileiro é o possuído por pessoas nascidas no Brasil, ou dos que, simplesmente, aqui são residentes? (Página 97)

Passos afirmou que somente por meio da Petrobrás é que o Brasil estaria de fato explorando petróleo na Bolívia. No artigo IV da nota, prevê-se que, após dezoito meses, após entrada em vigor do acordo, se as empresas brasileiras não obtiverem seus títulos de concessão o governo boliviano poderia dispor livremente sobre a área do acordo. O autor reagiu afirmando que este artigo estabelece que “‘O direito do Brasil’ [é] dependente de ato de terceiro!”, o que violaria de novo o Tratado de 1938. Daí a importância de negarem-se os acordos como um todo e estabelecer-se que somente com a Petrobrás o Brasil estaria de fato representado, e não por meio de empresas privadas que poderiam, por vontade própria, fazer o país perder tais concessões estabelecidas em tratado internacional. (Página 101)

No artigo VI da Nota Reversal 6, estava prevista a compra de até cem mil barris diários de petróleo pelo Brasil da Bolívia, com preços de mercado internacional, oriundos da Área B, do Brasil, mas, em caso de necessidade para completar-se aquela quantidade, vindo também da Área A, da YPFB. Para o parlamentar, isso faria com que o Brasil, no futuro, comprasse petróleo dos trustes americanos, a quem a YPFB entregaria sua área de exploração, o que ajudaria a minar a Petrobrás, pois, mesmo que a estatal conseguisse abastecer o mercado interno brasileiro, se veria o país obrigado, pelo acordo, a comprar aquela quantidade de óleo. (Páginas 103 a 106)

Pelo Tratado de 1938, na cláusula VIII estabelecia-se que o Brasil instituiria, oportunamente, uma entidade autárquica para a extração, refinação, transporte e distribuição, ou seja, a Petrobrás; e o petróleo boliviano só seria consumido no Brasil em igualdade de condições. A reversal número 6 de Roboré, no artigo em questão, teria minado esta possibilidade. (Páginas 106 e 107)

O artigo VII da reversal do petróleo ainda estabelecia que todo gás produzido na Área B, destinada às empresas brasileiras, seria comprado e consumido pelo Brasil. Segundo Passos, como aquela área teria mais gás que petróleo, e não se sabia exatamente sua quantidade, o Brasil ficaria compromissado a comprar uma quantidade de gás que talvez não consumisse, mas que garantiria bons lucros e mercado aos empresários que o explorassem. (Páginas 108 e 109) Para isso, além do mais, seria necessária a construção de um gasoduto, com toda a despesa arcada pelo governo brasileiro.

Com relação ao petróleo, ainda, haveria a construção de um oleoduto (ou mais, de acordo com a necessidade) desembocando no porto de Santos. Seu custo seria bancado pelo Brasil, e, além disso, como por ele também poderia passar – estava previsto no acordo – todo o petróleo da Área A, quem melhor o aproveitaria seriam as empresas americanas que teriam uma via fácil e gratuita de escoamento do seu produto para mercados internacionais. (Página 121)

Gabriel Passos chamou a atenção para que, na primeira versão do Código de Petróleo da Bolívia, de 1955, o artigo 21 excetuava do regime de concessões a área reservada ao Brasil pelo Tratado de 1938 e complementado pela Nota Reversal de 1952. Segundo ele, o governo boliviano reconheceu a Petrobrás como legítima representante do governo brasileiro para executar o tratado. Levado ao Congresso boliviano, no entanto, o texto fora modificado, a fim de evitar-se a presença da Petrobrás e facilitar a exploração pelas empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas. (Páginas 140 e 141)

Assim, para que empresas estrangeiras explorassem petróleo em seu território, a Bolívia tinha um Código de Petróleo que deveria ser observado. Para as empresas brasileiras, no entanto, fora necessário, além de respeitar-se o mesmo Código, reverter um tratado, o de 1938, por meio das notas reversais, que colocavam ao Brasil pesados compromissos, como a compra de produtos (gás, petróleo) e a construção de gasodutos e

oleodutos por onde todos, brasileiros ou não, poderiam fazer passar suas produções até o porto de Santos. (Página 145)

Falar-se em influência brasileira na Bolívia em matéria de petróleo é mais do que irrisão, é uma bobagem. As companhias americanas ali dominantes reduziram, de fato, *a nada o Tratado de 1938*, e se aprestam, veloz e energicamente, para nos imporem os terríveis ônus da Reversal no. 6, com a qual resolvem seus problemas de saída do petróleo através do Brasil e à nossa custa, e, além disso, flanqueiam perigosamente, em mais de um ângulo, a Petrobrás, único ponto de resistência com que contamos contra a sua força esmagadora. (Páginas 183 e 184)

E, para complementar seu argumento,

Teremos fatalmente os poderosos concorrentes da Petrobrás a minar-lhe a posição e a existência, nas nossas costas, à custa dela e do Brasil! (Página 175)

O relatório do deputado foi acolhido pelo Congresso, e as Notas Reversais 1, 2, 6 e 7 dos Acordos de Roboré foram entendidas como objeto de Tratado, cabendo ao legislativo sua ratificação. Foi negada, então, a ratificação destas notas, ficando o governo brasileiro impossibilitado, perante o Congresso, de dar execução aos entendimentos firmados com o governo boliviano. A este último, tentou o governo JK convencê-lo que a revogação da decisão do Congresso brasileiro seria possível.

3.2.3 - “A Verdade sobre Roboré”, ou a tentativa de se passar por neutro e racional

Em suas obras, *Roboré – a luta pelo petróleo boliviano*, de 1959, e *A Verdade sobre Roboré*, de 1960, Olympio Guilherme endossou os atos do Itamaraty e procurou combater as obras críticas aos Acordos de Roboré, confessando, sem o saber, que as ações do governo são carregadas de parcialidade, visões de mundo, interesses, enfim, são ações políticas. Ainda que não tenha admitido, uma vez que pretendeu ser “técnico” e imparcial na

apreciação desta matéria, como se só ele conseguisse, o autor se somou a outros nomes da época, como Roberto Campos e Lucas Lopes, só para citar alguns, que usaram as “capas” da tecnicidade e da objetividade para tentar desqualificar seus críticos e adversários, procurando, nesta vã tentativa, justificar seus atos e torná-los assépticos o quanto possível, como se não estivessem envolvidos o tempo todo e de corpo inteiro no debate político-ideológico da época.

Na primeira obra, de 1959, a introdução indica que o autor pretende “esclarecer o verdadeiro sentido” sobre a polêmica em torno dos acordos (p. 9). Para tanto, retomou a história do Brasil desde Tordesilhas, para tentar situar o leitor nos problemas fronteiriços desde então.

A obra *A Verdade sobre Roboré* tem um longo subtítulo, que pode ser resumido como uma resposta ao parecer do deputado Gabriel Passos apresentado à Comissão de Relações Exteriores condenando os acordos assinados pelo Brasil. Pegando cada ponto do texto de Passos, Guilherme rebateu as afirmações do parlamentar, imputando-lhe os “equívocos” à “dose de emotividade” e à falta de “aprofundado conhecimento técnico” na questão. (1959, p. 5)

Constatando que a discussão em torno dos acordos desviou-se para a defesa da Petrobrás, afirmou que tal desvio é inútil, pois, em relação ao monopólio estatal de petróleo, “a nação possui hoje uma frente coesa e indestrutível” (1960, p. 5) Basta o conhecimento da existência da ADP, em oposição à FPN, no Congresso, da existência de militares que disputavam a presidência do Clube Militar com plataformas contrárias aos que defendiam o mesmo monopólio, além de jornais, como a grande imprensa quase que inteira, que entendia que a estatal do petróleo atrapalhava o ingresso de capitais estrangeiros que desenvolveriam o país, para não citarmos as inúmeras entidades e associações da sociedade civil que discutiam a questão do petróleo como algo em permanente disputa, para notarmos a evidente parcialidade do autor e a fragilidade de sua afirmação.

A primeira contestação relevante ao parecer de Passos foi em relação à tal “área reservada ao Brasil” para exploração de petróleo na Bolívia. Guilherme lembrou que, no Tratado de 1938, não havia tal área designada, mas uma “área de estudos”. Assim, o governo boliviano não feriu o tratado ao delimitar a área efetiva de exploração para as empresas brasileiras (1960, pp. 12 e 13). Além disso, a parte reservada ao Brasil, pelas notas reversais de 1958, era vantajosa, pois se tratava da “melhor área da Zona [de estudos], exatamente aquela onde já haviam sido realizadas pesquisas altamente positivas da existência do petróleo, e nas vizinhanças da fronteira argentina.” (1960, p. 17)

Havia, ainda, a questão do avanço argentino pelo território boliviano próximo da fronteira brasileira. A segurança nacional foi atendida com a divisão naqueles moldes, pois, os bolivianos pediram 10% a mais da área para si uma vez que ficaram com a parte com menor probabilidade de êxito na extração de petróleo, e, também, porque a parte concedida ao Brasil

Oferecia vantagens indiscutíveis, não apenas porque nela se encontrava larga faixa da bacia sedimentar mais rica da região, como também porque se limitaria com o Camiri, ao sul, barrando o avanço argentino rumo ao norte. Foi, assim, reconhecendo que o Brasil ficaria com a melhor área, que a Bolívia pediu e conseguiu uma compensação de 10%, de maneira que sua zona, ao norte, avançasse um pouco mais para o sul. (1959, p. 148)

Outra contestação importante refere-se à alegada mudança do direito de explorar pelo de pleitear exploração. Guilherme afirma que o parlamentar está errado, pois no texto de 1938 constava que os governos brasileiro e boliviano seriam ressarcidos de suas despesas pelos trabalhos e estudos na “Área de estudos” pelas “entidades que obtenham o benefício da exploração”:

como poderiam as entidades (no plural) que se candidatassem à lavra da zona petrolífera boliviana obter do Govêrno de La Paz a necessária concessão – que em hipótese alguma seria automática, pela letra do Tratado – a não ser através de uma solicitação formal, cujo deferimento lhes conferisse o direito de trabalhar em seu território? (Página 21)

Noutro ponto de seu parecer, Passos acusou o governo boliviano de cercear o direito de reclamação das empresas brasileiras, pois, pela nota reversal de 1958, elas ficariam impedidas de qualquer reclamação diplomática. A que Guilherme responde que o direito à tal reclamação seria uma “cláusula insultuosa, que nenhuma Nação até hoje incluiu em seus contratos com entidades de direito privado.” (Páginas 22 e 23) Ao contrário, as empresas brasileiras conseguiram, segundo ele, algo que nenhuma outra empresa estrangeira conseguiu na Bolívia; a garantia de exploração por quarenta anos, independente de qualquer mudança no país vizinho, pois isto estava respaldado por um Tratado internacional. (Página 24)

Em seguida, como o deputado e outros críticos dos acordos insistiam em afirmar que pelo texto de 1938 a exploração poderia se dar por meio da Petrobrás, Guilherme retomou o texto e destacou uma passagem que, para ele, era fundamental para derrubar os argumentos nacionalistas: o reembolso das despesas realizadas para estudos na área subandina seria feito “pelas entidades que obtivessem o benefício da exploração do petróleo”, e, como a exploração seria feita por meio de “sociedades mistas brasileiro-bolivianas”, não estava prevista a exploração pela Petrobrás, até porque, sendo estatal, não teria sentido devolver ao Estado o que este gastara em estudos na área (pp. 29 a 31). Guilherme esqueceu de colocar em negrito, junto com suas palavras, a parte que complementa a frase, “sociedades mistas brasileiro-bolivianas, organizadas de acôrdo com as leis vigentes em cada país.” Ou seja, se no Brasil estavam proibidas as empresas de capital privado, nacional ou estrangeiro, de explorar o petróleo em qualquer etapa de sua produção, pode-se entender que cabia à Petrobrás a exploração deste petróleo no Brasil e, por extensão, também na Bolívia ou qualquer outro país onde se firmasse acordo de exploração segundo as leis brasileiras. Acredito, inclusive, que o Código de Petróleo boliviano foi feito às pressas para evitar tal possibilidade, de acordo com seu artigo 21, que proíbe a presença de empresas estatais de outros países em território boliviano.

Segundo Guilherme, a exploração do petróleo pela Petrobrás seria a ideal, porém, sublinhou, mesmo sem a estatal, era viável ao Brasil explorar o petróleo boliviano, e interessante, se se pretendesse sua independência econômica. Segundo ele, quando os negociadores brasileiros estiveram na Bolívia, deveriam ter dito ao governo boliviano que, enquanto o Brasil construía com sacrifício a estrada de ferro entre Corumbá e Santa Cruz, eles não reclamaram do Tratado de 1938 sobre o petróleo. Porém, exatamente quando terminou a obra, começaram as pressões pela rescisão do tratado, através do Código do Petróleo e da proibição expressa da presença da Petrobrás no empreendimento. (1959, p. 127)

Criado o impasse, caberia a questão: pois, qual lei vigoraria para a constituição de empresas que explorariam na Bolívia, a brasileira, do monopólio estatal, ou a boliviana, com o seu impedimento? Como o petróleo é boliviano e está em território alheio, caberia ao Brasil suspender a Lei 2004, em caráter excepcional, para que empresas privadas explorassem, em seu nome, na Bolívia, correndo o risco deste procedimento voltar-se contra o próprio monopólio estatal – como destacou o artigo da revista *Petroleum Week*. Ou não cumprir os acordos, correndo outro risco, o da denúncia pelo governo boliviano junto a cortes internacionais. Como sabemos, não foi feita uma coisa nem outra.

Guilherme foi crítico do BNDE, que, em sua opinião – e, aqui, somou-se aos demais críticos, inclusive os nacionalistas como Gabriel Passos –, deturpou os acordos tentando forçar a entrada de capitais estrangeiros na constituição das empresas nacionais. Tomou partido de Alexínio Bittencourt, ex-presidente do CNP, que denunciou a JK as manobras de Roberto Campos. Este teria, inclusive, selecionado as empresas que participariam do empreendimento, antes mesmo do CNP aprovar os estatutos das mesmas, o que era condição para a seleção do BNDE:

Ora, ao BNDE, precisamente o órgão que, desde as primeiras tentativas sobre a execução do Tratado Brasil-Bolívia, sempre defendeu a penetração do capital estrangeiro nas empresas

brasileiras, é que se atribuiu um papel tão preponderante nas negociações, que ele acabou por usurpá-lo para si sozinho. (1959, p. 189)

Assim, desde 1955, quando Eugênio Gudín negou o crédito necessário – US\$ 4 milhões – para execução do Tratado de 1938, sob o argumento de carência de divisas, posição apoiada pelo chanceler Raul Fernandes e pelo presidente Café Filho, os anos correram, mas a mesma desculpa foi utilizada para justificar a penetração do capital estrangeiro num empreendimento que, em princípio, como o próprio Guilherme reconhece, seria ideal para a Petrobrás realizar. Segundo Guilherme, Roberto Campos, com isso, desobedeceu JK, que passou longe destas determinações, mas a quem, em depoimento na CPI, Campos responsabilizou como conhecedor e orientador desta política. (1959, pp. 190 e 191)

Os documentos levantados, apresentados e analisados pelo autor, o levaram a crer que o BNDE se impôs ao CNP, preponderou sobre o Itamaraty e tentou fazer aquilo que, em nossa opinião, é função do Executivo, ou seja, política exterior, e dar rumos à política interna do país. Um documento essencial para este fim, é o texto intitulado *Princípios de natureza Jurídica e exigências de ordem econômico-financeira e técnica a serem observados na constituição das empresas privadas de capitais brasileiros, para a exploração petrolífera na Bolívia*. O título é grande, porém esclarecedor. Um mês depois da “entrevista especial” dos chanceleres brasileiro e boliviano em Corumbá e Roboré, em janeiro de 1958, e um mês antes da assinatura dos Acordos de Roboré, uma comissão nomeada pelo presidente da República, de nível interministerial, redigiu esse documento, como norteador da exploração a ser empreendida.¹⁹²

Foi no texto de “Princípios” que Roberto Campos encontrou brecha para atrair o capital estrangeiro. No item 7, consta que para a

¹⁹² Presidida pelo Chanceler Macedo Soares, da comissão participaram o embaixador brasileiro em La Paz Álvaro Teixeira Soares, o então presidente do CNP general Poppe de Figueiredo, o presidente do BNDE Lucas Lopes, o representante do Ministério da Viação Jesus Soares Pereira, o diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil Ignácio Tosta, e o diretor executivo da SUMOC José Cardoso de Mello Neto.

classificação das empresas, o BNDE levaria em conta a capacidade técnica e financeira do proponente, além da “relação entre recursos próprios e recursos de terceiros” e “termos e condições de obtenção de recursos de terceiros”. (GUILHERME, 1959, p. 190) Ainda que não fosse intenção da comissão que o redigiu, foi por aí que Campos “fez entrar” a associação forçada das empresas brasileiras ao capital estrangeiro. Daí também Campos afirmar na CPI que o BNDE, em suas atitudes, seguiu “à risca” as determinações do governo JK por meio de sua comissão encarregada do assunto. Não foi bem assim. Tanto que, no item 3, a mesma comissão fez constar que

“Consideram-se pessoas jurídicas de direito privado brasileiras, para os fins do disposto no item anterior, as sociedades nacionais organizadas de conformidade com as leis do Brasil. As ações com direito a voto dessas sociedades deverão, todavia, ser nominativas e pertencer, na proporção de, pelo menos, 2/3, a pessoas físicas brasileiras, e o restante, a pessoas jurídicas brasileiras.” (apud GUILHERME, 1959, p. 205)

O autor ainda lembrou que, nas Notas Reversais, admitiu-se a participação de pessoas físicas bolivianas no capital das empresas proponentes, o que implicou, em sua análise, em que “nenhuma pessoa física estrangeira que não seja boliviana, poderá ser acionista” e “sequer pessoas *jurídicas*¹⁹³ bolivianas poderiam sê-lo, pois a permissão é apenas para as pessoas físicas daquela nacionalidade”. (1959, p. 207)

Dessa forma, ainda que tido como “entreguista”, Olympio Guilherme corrobora a tese dos nacionalistas, de que o quartel-general do entreguismo no Brasil, naqueles anos, foi mesmo o BNDE. Este órgão, exorbitando suas funções, assumiu por um tempo o papel que seria do poder Executivo, invertendo prioridades e tomando posição em defesa do capital privado estrangeiro, que comandaria, a partir de sua ampla área de atuação, a definição dos rumos do governo JK e do Brasil no tocante à Bolívia. Guilherme lembrou algo, ainda, fundamental com relação às empresas brasileiras selecionadas pelo BNDE: nenhuma delas estava constituída, e,

¹⁹³ Grifo do autor.

das proponentes, apenas uma estava em fase de organização, a Petrobol, que, por rejeitar participação do capital estrangeiro, não foi escolhida, ainda que apresentasse condições mais sólidas de explorar com êxito o petróleo boliviano. (1959, pp. 227 e 228) Ainda que este argumento não tivesse sido levantado pelos nacionalistas, reforça a tese de que as empresas selecionadas por Campos serviriam como testas-de-ferro dos trustes para explorar o petróleo boliviano e, depois, golpear a Petrobrás. Segundo Guilherme, a Petrobol resistiu à “catequese” realizada pelo BNDE com o objetivo de desnacionalizar as empresas brasileiras, o que provocou a reação do Grupo de Trabalho do banco, encarregado da seleção:

(...) forjou fichas cadastrais, evidentemente falsas, não só do Sr. Antônio Sanches Galdeano [empresário responsável pela Petrobol], como das empresas por ele dirigidas, e, sem juntá-las ao Relatório, apresentou-as (10-X-1958), em separado e sem comentários, à diretoria do BNDE, “para melhor orientá-la quanto à capacidade financeira da postulante”. (1959, p. 239)

Olympio Guilherme oferece munição para duvidarmos de qualquer atitude que se queira “técnica”. Como o próprio autor mostra, as ações do BNDE, e de seus “técnicos”, estão carregadas de política e de ideologia. Irritado com a postura do banco de fomento, Guilherme sugeriu que

Os diplomas dos economistas que subscreveram o Relatório do Grupo de Trabalho do BNDE deveriam ser queimados em praça pública, ao som de tambores recobertos de crepe, como nos velhos tempos em que se cultivavam as situações dramáticas. (1959, p. 248)

Mas, assim mesmo, continuou o autor com suas críticas em relação aos nacionalistas. Como estes, a exemplo de Gabriel Passos, se apegassem ao artigo VIII do Tratado de 1938, que previa a constituição de uma autarquia para instalar e explorar refinarias, transporte distribuição e venda do petróleo bruto importado, como a prova de que o texto autorizava a presença da Petrobrás em território boliviano, Guilherme o interpreta da seguinte forma:

Não é êste, nunca foi êste, nem poderia jamais ser êste o sentido evidente do Art. VIII do Tratado, que cogitava, tão-somente, sem PLEITEAR coisa alguma em favor do aproveitamento conjunto da área, da criação de uma *entidade estatal* brasileira, capaz de refinar, transportar e distribuir o petróleo cru que as sociedades mistas brasileiro-bolivianas exportassem para o Brasil. É que os bolivianos temiam que os grandes consórcios petrolíferos estrangeiros, que então dominavam o nosso mercado, se recusassem a trabalhar com o óleo de procedência andina ... (Página 32)

E, para arrematar a crítica aos nacionalistas defensores da Petrobrás, Guilherme perguntou até que ponto iria esse nacionalismo:

Conceitos desta ordem, emitidos por um parlamentar que se diz nacionalista, perdem por completo o sentido. Porventura admitiria o Sr. Gabriel Passos que qualquer nação estrangeira, através de uma entidade estatal, forçasse, contra as leis expressas de nosso país, sua associação com a Petrobrás para a exploração de petróleo do Recôncavo ou de qualquer outra região brasileira? (Página 34)

O autor questionou não apenas os limites do nacionalismo do deputado, mas até a legitimidade do Congresso em analisar as tais notas reversais. Afirmando que as notas não refletiam conflito entre os poderes executivo e legislativo, mas “um conflito imaginado por alguns membros do poder Legislativo, com o Sr. Gabriel Passos à frente (...)”, disse que caberia, se fosse o caso, ao judiciário, através do Supremo Tribunal Federal, julgar se os Acordos de Roboré constituíam ou não um novo tratado. (Página 82)

Como o deputado apresentou Projeto de Resolução recomendando a consideração das Notas Reversais de Roboré como objeto de tratado, e, assim, aconselhou também a negação de sua ratificação, Guilherme lembrou que isso não significava a anulação do tratado que lhe deram origem, ou seja, o Tratado de 1938. E como o primeiro defendeu um novo tratado com a Bolívia, a condição seria, então, a anulação também do Tratado de 1938, o que não seria fácil, pois

Tratados internacionais não se rompem com a facilidade e a irresponsabilidade com que políticos exacerbados pela paixão

partidária, ou a serviço consciente ou gratuito de interesses de pessoas ou de grupos, recomendam sua anulação. (Página 83)

Com relação à afirmação acima, é bom lembrar que o partido do deputado em questão, a UDN, apoiou os Acordos de Roboré, sendo Carlos Lacerda, o principal líder do partido e da oposição ao governo JK um defensor de seu cumprimento. De maneira que a tal “paixão partidária”, neste caso, não condizia com o posicionamento de Gabriel Passos. E, sobre a vinculação da posição deste com os “interesses de pessoas ou de grupos”, se assim foi, é bom não esquecer que no BNDE, seus principais diretores, como já foi mostrado, tinham vínculos muito mais claros com grupos bem conhecidos do ramo petrolífero, além de cargos em multinacionais que operavam no Brasil, mesmo em outros setores da economia. Assim, houvesse vínculo de Passos e outros críticos dos acordos com grupos ou pessoas, o outro lado também o tinha. Acreditamos que, para além disso, o que realmente estava em disputa eram projetos de desenvolvimento do país, de um lado, um projeto que levava em consideração o papel do capital estrangeiro para a industrialização do país, e, de outro, a denúncia que o mesmo capital, se aqui instalado, representaria um obstáculo para o alcance daquele objetivo. O presidente JK, neste ponto, foi hábil o suficiente para não romper definitivamente com nenhum dos lados, pois, se seu Plano de Metas contou com a ajuda desse capital, houve setores nacionalistas, principalmente no Exército, que sustentaram o seu governo e garantiram a conclusão de seu mandato e o cumprimento da meta-síntese, Brasília. Aliás, todos sabem da importância do marechal Lott para esse êxito, mas, para contar com seu apoio, o governo teve que ceder em questões como a Petrobrás, “intocável” segundo Lott, e levar em “banho-maria” a questão do petróleo boliviano, pois, além deste, outros militares se levantaram, de maneira mais contundente, contra a execução dos acordos.

Guilherme afirmou que a CPI foi “um dos golpes políticos mais hábeis atribuídos ao Sr. Juraci Magalhães para arrebatá-lo ao PTB a bandeira

nacionalista e poder desfraldá-la, a todo pano, por conta da UDN, na próxima campanha eleitoral.” (1959, p. 224)

Encerrou sua contestação do parecer de Gabriel Passos projetando três cenários possíveis caso houvesse a anulação dos Acordos de Roboré: a) a anulação das notas reversais de 1958 e o Tratado de 1938, e negociação de um novo tratado com a Bolívia; b) anulação das reversais e manutenção do Tratado de 1938 e c) anulação das reversais e do Tratado de 1938 sem um novo tratado entre os países.

No primeiro caso, diz, a Bolívia se negaria a fazer novo tratado com o Brasil, apelando para a Corte Internacional de Justiça, que condenaria moral e economicamente o Brasil. Na segunda hipótese, teríamos que cumprir o Tratado de 1938 e assumir seus compromissos, o que significaria a destruição da Petrobrás, pois, como o texto previa o monopólio do abastecimento de nosso mercado pelas sociedades mistas brasileiro-bolivianas, e como o país vizinho estava sitiado pelos grandes consórcios petrolíferos, eles poderiam até oferecer petróleo de graça visando a extinção completa de nossa estatal. No terceiro cenário, o Brasil perderia a “rica região subandina boliviana de petróleo”, que seria entregue de vez aos trustes estrangeiros, que por fim conseguiriam oferecer o petróleo boliviano ao Brasil, mas sem as vantagens que a Nota Reversal número 6 nos dava. (Páginas 84 e 85) Assim, em qualquer caso teríamos uma

solução antibrasileira, e antinacionalista, no sentido em que a expressão signifique a defesa de nosso patrimônio energético, de nossa independência econômica e da idoneidade política da nação perante o mundo. (Página 86)

O cumprimento das notas reversais assinadas em Roboré era factível e necessário ao Brasil, diz Guilherme, porque não havia garantia da Petrobrás ampliar as reservas e a produção necessárias ao país, ao passo que o petróleo boliviano, neste sentido, completaria o que não encontrássemos em nosso território, e, pelas projeções para o ano de 1966, a quantidade estabelecida na Nota Reversal número 6 representaria somente

um quarto de nossas necessidades, o que deixaria ainda em mãos da Petrobrás a produção da maior parte do petróleo exigido para o nosso crescimento econômico. (1959, pp. 318 e 319)

3.2.4 - A “História de uma Conspiração”

O livro de Joel Silveira e Lourival Coutinho (1959) engrossou o coro dos nacionalistas, denunciando os acordos e recomendando o não cumprimento das notas reversais, sobretudo a de número 6, em relação ao petróleo. Como outros autores, a introdução do livro enfatiza que estes apresentam “um panorama objetivo e imparcial” sobre o tema. Jornalistas experientes, fizeram um resgate da presença dos trustes na Bolívia, destacando a atuação da Standard Oil Co. desde o início, recontando em linhas rápidas as transformações sócio-políticas deste país ao longo do século XX até a assinatura dos Acordos de Roboré. Neste sentido, apoiaram-se na obra de Almaraz (1958) e em reportagens feitas em La Paz com fontes que, como boa parte dos jornalistas, não quiseram revelar.

Para os autores, a Revolução de 1952 foi descaracterizada em pouco tempo por ação do MNR, que sucumbiu às pressões dos EUA. Dizem que, enquanto o Brasil não propusera nenhuma forma de exploração das jazidas bolivianas, prevista no Tratado de 1938, tudo andou bem, mas, com a criação da Petrobrás, tudo mudou, e mesmo com o Brasil cumprindo boa parte do acertado em 1938, como a construção da ligação ferroviária entre os dois países, a Bolívia descobriu “subitamente” que fez “um mau negócio”. (1959, pp. 51 e 52)

Silveira e Coutinho fizeram um apanhado dos tratados anteriores entre Brasil e Bolívia e identificaram em 1903, no Tratado de Petrópolis, a origem da questão da ligação ferroviária, por ocasião da anexação do Acre pelo Brasil. Reajustados alguns itens no Tratado de Natal, de 1928, somente em 1938 os países voltaram a conversar sobre o tema da

ligação ferroviária e agregaram outro, o petróleo, como garantia dos gastos de construção da parte boliviana que seriam bancados pelo Brasil. Afirmam os autores que, tivesse este tratado sido assinado em 1932, e não em 1938, e a Guerra do Chaco não teria ocorrido, como teria declarado para eles “um alto funcionário” do governo boliviano. (Páginas 68 e 69) Esse depoimento corrobora nossa tese, como mostrado no capítulo seguinte.

Destacaram eles que, entre 1938 e 1945, em anos de guerra, o Brasil mesmo assim cumpriu parte significativa do Tratado de 1938, construindo mais da metade da ferrovia, apesar das dificuldades causadas pelo conflito mundial. Entregue em 1955, a ferrovia não abrandou as críticas dos bolivianos, que acusaram o Brasil de não cumprir o tratado. Como outros, os autores lembram que o próprio governo boliviano foi responsável por isto, uma vez que em 1941, ao mesmo tempo em que tinha um tratado em vigor com o Brasil assinou outro com a Argentina, dando como garantia pela construção de uma estrada de ferro o petróleo que existisse na extensão desta linha, pegando parte substancial da área também oferecida ao Brasil. Assim, enquanto os governos boliviano e argentino não deram mostras do engano, o Brasil não poderia inverter qualquer soma de dinheiro num empreendimento que estava sob suspeição. (Página 77) Além do que, no início do governo do MNR, em 1952, a opção do governo boliviano foi pela Argentina, conforme declarações do presidente Estenssoro, e não pelo Brasil. (Página 79)

Em 1953, enfatizaram, o governo do MNR já estava submetido aos EUA, e quando, em 1955, por ocasião da entrega da ferrovia ligando os vizinhos, Estenssoro e Café Filho acertaram sobre a perfuração da área, Eugênio Gudín negou os dólares necessários para a empreitada. Tudo isto contribuiu para que o petróleo não fosse explorado, o que provocou a acusação de que o Brasil não cumprira o acertado em 1938. Dificuldades no lado boliviano, entraves na disputa política interna no Brasil, acreditamos que Gudín tenha negado os US\$ 4 milhões para o início dos trabalhos devido à sua oposição ao nacionalismo, fosse ele brasileiro ou boliviano. Ou seja, o

governo do MNR, ainda que empalidecido desde a arrancada “revolucionária” de 1952, ainda se dizia nacionalista e propunha, ao menos em discursos, a defesa dos recursos naturais bolivianos e o ataque ao capital estrangeiro. A atitude de Gudín, portanto, tinha muito pouco de técnico e muito de ideologia e política.

Com relação à campanha antibrasileira movida pela imprensa boliviana, que diante da proposta dos nacionalistas brasileiros de levar a Petrobrás para a Bolívia, teria gerado um sentimento patriótico e antiimperialista, afirmam que “um antigo senador” boliviano mostrara a eles recortes da imprensa às vésperas da Guerra do Chaco, e destacam que

nos chamou a atenção para a semelhança entre a linguagem anti-brasileira de agora [1958, 1959] e as expressões anti-paraguaias de quase trinta anos atrás. São as mesmas palavras. E por trás das mesmas palavras, fácil é adivinhar novamente a presença do truste, a maldita presença da “Standard Oil”, intrigando, envenenando, com o mesmo objetivo de 1932: o de jogar uma nação contra a outra em benefício dos seus mesquinhos e sórdidos interesses. (1959, p. 86)

Para eles, toda discussão teria sido poupada, e os ataques ao Brasil também, se o governo deste insistisse no cumprimento do Tratado de 1938, e não concordasse em sua atualização, o que gerou todo o imbróglio. De fato, quando foi assinado o Tratado de 1938, e, mesmo em 1952, quando se delimitou a área de exploração reservada ao Brasil, não havia, aqui, empresas de capital privado brasileiras para explorar na Bolívia. Desta forma, as notas reversais de 1958 abriram brechas para a entrada de empresas estrangeiras sob associação com as empresas brasileiras que sequer estavam constituídas para este fim. Quem animou os trustes com a possibilidade de revisão do Tratado de 1938, neste sentido, foi Café Filho, no encontro com Estenssoro em 1955, quando o primeiro admitiu esta possibilidade diante da investida do outro governante. Café Filho, junto a Raul Fernandes, chanceler, e Eugênio Gudín, ministro da Fazenda, teriam selado

nossa primeira derrota nas negociações com o governo boliviano. (Páginas 111 e 112)

Quanto à polêmica em torno do texto do Tratado de 1938, se ele previa ou não a participação da Petrobrás (os nacionalistas diziam que sim, os opositores não), Silveira e Coutinho enfatizam que o artigo 6º. do tratado fala em sociedades mistas boliviano-brasileiras, e, como os opositores da tese afirmavam que não constava a expressão “estatal”, eles argumentam que também não consta que devam ser necessariamente particulares; além do mais, dizem, como a Petrobrás é uma sociedade anônima, com capital público e também privado, estava ela habilitada a dar cumprimento ao Tratado de 1938. (Página 128)

Os autores reforçam as principais propostas dos nacionalistas em relação aos acordos, começando por não cumpri-los, uma vez que, como o título do trabalho deles mostra, tratava-se de uma conspiração contra o Brasil e seu desejo de independência econômica.

Sobre o coronel Alexínio Bittencourt, eles aliviam a crítica, pois, para eles, o ex-presidente do CNP, ao defender a injeção de capitais da Petrobrás nas empresas brasileiras para a exploração do petróleo boliviano, estava justamente tentando – sem êxito – protegê-las da ação dos trustes. (Páginas 163 e 164)

Outro destaque importante refere-se ao Código de Petróleo boliviano. Como este documento foi redigido e incorporado muito depois de assinado o Tratado de 1938 (o código é de 1955), afirmam que, como as negociações de Roboré foram orientadas em torno dele, isto significou que uma lei ordinária da Bolívia se sobrepôs a um acordo internacional já em fase de execução (a ferrovia, prevista no tratado, já fora inaugurada), o que é proibido no direito internacional e talvez caso único no mundo. (Página 214)

Por fim, rebateram a tese dos que defendiam o cumprimento dos acordos, sob a alegação de que, não cumpridos os prazos (18 meses) para concessão às empresas brasileiras, perderíamos o petróleo boliviano:

Não é assim. Cumprindo o “Acôrdo” é que se perderá êsse petróleo, porque o “Acôrdo” foi feito justamente para êsse fim. De outro modo os trustes não o teriam aceito. (Página 215)

Como a Petrobrás instalou-se na Bolívia quase quarenta depois, o futuro, nesse ponto, lhes deu razão.

3.2.5 - Roboré como um estudo de caso da política externa

O trabalho de Guilherme Conduru (2001) ¹⁹⁴ é um estudo de caso das decisões tomadas no governo Kubitschek no âmbito da política externa. O autor analisa os Acordos de Roboré atentando para os temas da exploração do petróleo, da construção da ferrovia Corumbá - Santa Cruz de la Sierra e a demarcação da fronteira entre Bolívia e Brasil, demonstrando que, nestas decisões, houve uma intensa participação de agências burocráticas do governo, além do envolvimento do Executivo e do Legislativo, todos eles tentando fazer predominar seus pontos de vista.

Recuperando uma abordagem acerca da política externa de JK e suas ambigüidades no contexto da Guerra Fria, o texto passa pelo cenário boliviano dos anos 50, atentando para a Revolução de 1952, e destaca alguns conteúdos dos acordos e os argumentos da oposição, sobretudo de Gabriel Passos, terminando na análise da paralisação das negociações e o impedimento de execução dos acordos.

Conduru conclui que, na tomada de decisões, várias agências governamentais influenciaram o processo, indicando que existiu uma tomada de “decisão inter-burocrática” [sic]; demonstra que houve posicionamentos distintos no Itamaraty e em outras agências federais envolvidas; afirma que o Itamaraty teve margem de autonomia significativa nas negociações com a Bolívia e na determinação dos acordos, e, por fim, que a oposição utilizou Roboré para atacar o governo e tirar proveito político.

¹⁹⁴ Diplomata de carreira, produziu seu texto quando trabalhava na Embaixada do Brasil em Londres e como Pesquisador Visitante Associado do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford.

Os acordos com a Bolívia, segundo ele, não eram prioridade na agenda da política externa do governo JK, que se preocupou, primeiro, pelas relações com os EUA, e, a partir de maio de 1958, com a OPA. Foi precisamente por isso que o Itamaraty gozou de relativa autonomia para negociar com o governo boliviano e definir a política externa brasileira em relação à Bolívia, apesar da influência de órgãos burocráticos que disputavam também este espaço, como o CNP e o BNDE. (2001, p. 6)

Teria sido, então, o legislativo que tornara um tema marginal das relações internacionais do Brasil um tema importante do governo JK. No nosso entender, não do autor, é que Roboré serviu de pretexto para discutir o governo e o próprio país, seus rumos e seus projetos de modernização burguesa, que passava pela industrialização. Para Conduru, a campanha em torno de Roboré agregou uma “apaixonada” defesa da Petrobrás, que, em sua opinião, estava “totalmente consolidada no Brasil” (p.6). Como já demonstramos anteriormente, esta hipótese carece de confirmação, uma vez que os ataques contra a estatal eram cotidianos, muitas vezes articulados a setores do próprio governo com o apoio da grande imprensa e de segmentos das Forças Armadas.

O autor identificou os principais argumentos contrários à execução dos acordos, buscando até uma possível “consistência jurídica” para validar as teses contrárias e favoráveis. Como veremos depois, ele tomou também partido na questão. Afirmou também que as negociações que resultaram nos Acordos de Roboré foram favorecidas pela preocupação do Conselho de Segurança Nacional com a provável expansão argentina em território boliviano, na área reservada ao Brasil pelo Tratado de 1938, e próximo de nossas fronteiras. (Página 27) Isto, no entanto, não teria eliminado de vez a presença incômoda do vizinho do Prata:

The Bolivian proposal of eliminating the concept of geographical guarantee of the área destined to be explored by Brazilian-Bolivian joint ventures according to the 1938 Treaty was ascribed to both US and European pressures as well as to Argentine influence. (Páginas 27 e 28)

Não foi identificada a fonte da afirmação acima. Aliás, seu trabalho tem lacunas neste aspecto, seja por falta de fontes, seja pela seleção e omissão de outras. Suas fontes primárias resumem-se a algumas correspondências confidenciais do Itamaraty. O autor cita um único trabalho da época dos acordos, a obra de Olympio Guilherme (1960), que rebate o relatório de Gabriel Passos. Sua bibliografia carece de obras primordiais para situar melhor o debate. No entanto, sem o citar, conclui, a exemplo de Silveira e Coutinho (1959), que no Tratado de 1938 não havia nenhuma recomendação explícita sobre a natureza das companhias que explorariam o petróleo, ou seja, nada dizia se seriam públicas ou privadas. (Página 28) Afirma, também, que a legislação após a Revolução de 1952, e antes do Código de Petróleo na Bolívia, já impedia a participação de empresas públicas estrangeiras neste tipo de exploração (p. 28), mas não indica precisamente tal impedimento.

Esquecendo do petróleo, atribuiu demasiada importância à Nota Reversal número 1, que trata dos limites entre Brasil e Bolívia. No texto, afirma-se que o governo boliviano não executaria a Nota Reversal número 6, sobre o petróleo, sem a implementação dos novos limites propostos, e que, da sua parte, o Itamaraty também não confirmaria a reversal número 1 sem a exploração prevista na reversal número 6. (Páginas 52 e 54) Lembra, no entanto, que o Artigo 65 da Constituição de 1946, no item VIII, resguarda ao legislativo o direito de decidir sobre os limites do território nacional, com a sanção do presidente da República. Desta forma, se ambas as notas reversais estavam amarradas, a constituição de fato dava argumento aos opositoristas, pois toda alteração de fronteiras devia passar pelo crivo do parlamento. Mesmo assim, o autor afirmou, em suas conclusões, que os acordos foram utilizados “politicamente” pela oposição reunida na FPN. O “politicamente”, aqui, significa que não atentaram para uma análise técnica dos acordos, como se a política passasse à margem das discussões.

A não implementação dos acordos pelo Brasil trouxe prejuízos significativos na opinião de Conduru. Em termos regionais, afetou a intenção

do país em assumir um papel de liderança na América Latina, com implicações negativas também sobre a OPA. As relações bilaterais com a Bolívia também foram prejudicadas, uma vez que a influência brasileira declinou enquanto a presença argentina cresceu por lá. A Argentina teria tirado vantagens da crise entre Brasil e Bolívia. Entre 1959 e 1960, no auge dessa crise, os presidentes Frondizi e Estenssoro trocaram visitas e ampliaram as relações entre os dois países. Uma missão militar permanente argentina em território boliviano, a conclusão da ferrovia Yacuiba - Santa Cruz de la Sierra pelos argentinos, a expansão do Banco de La Nación Argentina na Bolívia, um acordo para exploração de ferro nas minas de Mutún e o anúncio de concessão para livre trânsito de produtos bolivianos por território argentino para não mais depender do território brasileiro foram medidas que demonstram, segundo ele, os prejuízos brasileiros e as vantagens argentinas. (Páginas 68 e 69)

O governo de Jânio Quadros esteve disposto a executar a Nota Reversal número 1 sobre os limites, o que teria agradado o governo, imprensa e opinião pública na Bolívia. Porém, com sua renúncia logo em seguida, em outubro de 1961 o novo governo resolveu submeter os acordos para discussão do Congresso. (Páginas 70 e 71)

Para concluir, Conduru afirma que, apesar de ter agido com boa margem de autonomia, Macedo Soares não assinou os acordos sem o conhecimento e assentimento de Juscelino Kubitschek. A opção por empresas privadas brasileiras para operar na área prevista na Nota Reversal número 6 estava em conformidade com a tese desenvolvimentista de fortalecimento da iniciativa privada no Brasil. Também, diz que o Itamaraty, no caso dos limites entre os países, agiu com uma perspectiva técnica ("technical perspective"), e, com relação ao petróleo, houve um compartilhamento de hegemonia entre Itamaraty e BNDE em oposição à visão nacionalista do CNP, que não aprovava a participação de capital estrangeiro na constituição das empresas. (Páginas 71 e 72) O autor, aqui, desconsidera que o legislativo exerceu pressão muito maior que o CNP –

particularmente a FPN -, e, se quisermos, até mesmo entidades como UNE, ou setores da imprensa, como *O Semanário*, foram mais contundentes, além da própria historiografia da época, tendo sido mais importantes no combate não só à participação do capital estrangeiro, como à própria execução dos acordos.

Ainda nas conclusões, afirma-se que o tema “Roboré” foi habilmente explorado, levando à mobilização de forças políticas de esquerda que exigiram a saída de Roberto Campos do BNDE. Como o autor não trabalhou com a imprensa da época, não percebeu que nos jornais a questão foi amplamente debatida, a ponto de os próprios leitores se posicionarem sobre o tema. Ao afirmar que “esquerdistas” mobilizaram-se contra os acordos, e na falta de definição de quem eram e o que queriam os “esquerdistas”, podemos imaginar que se encaixava neste rótulo qualquer pessoa, órgão ou entidade que se posicionasse contra a execução dos acordos ou mesmo contra o governo. No entanto, o jornal *OESP*, por exemplo, fazia oposição cerrada ao governo, mas era favorável ao cumprimento dos acordos. Como classificá-lo? *O Semanário*, que se posicionava contrário aos acordos, apoiava determinadas atitudes do governo e outras não. Onde encaixá-lo ideologicamente? Se, como entendemos, para o autor, a postura nacionalista era esquerdista, onde ficam os empresários que apoiavam determinadas teses da FPN? E as Forças Armadas? O ministro da Guerra, marechal Lott, era esquerdista por se colocar contra os acordos? E sua discordância no tocante ao reatamento de relações com a URSS, o mantinha como esquerdista ou “direitista”?

A questão sobre os acordos foi levada com êxito não somente nesses setores. Programas da embrionária televisão brasileira levaram a debate e julgamento o tema, demonstrando o envolvimento de parcelas significativas da população. Estas últimas sustentaram inclusive não só a demissão da dupla Roberto Campos - Lucas Lopes, mas também o impedimento da execução dos acordos e o reforço do monopólio estatal do

petróleo no Brasil, que, ao contrário do que Conduru afirma, não estava em absoluto garantido e consolidado naquele momento.

A parte mais polêmica de seu estudo, no entanto, refere-se à defesa de Roberto Campos e dos critérios de seleção das empresas pelo BNDE. Como que dispensando as poucas fontes que utilizou em seu trabalho, poucas, porém suficientes para sustentar tese contrária, Conduru “absolve” Campos da acusação de “entreguista” que lhe foi impingida:

As for the alleged benefits to giant American oil companies, it has to be taken into account that the private Brazilian companies were unable to exploit by themselves Bolivian oil both for lack of technological expertise and for weak financial support. The four companies qualified by BNDE and Itamaraty were especially constituted to take advantage of the Bolivian concessions. As Roberto Campos admitted, to awaken the American giants' interest in creating partnerships with Brazilian firms, fragile as they might be, was probably the best way to guarantee Brazilian participation in the Bolivian oil industry. The supposition of *entreguismo* (deliverism) in Campos' behavior found no support in the researched documents. (Página 73)

Parece ter esquecido o que ele próprio afirmou, à página 28, que o Tratado de 1938 não estabelecia explicitamente se as empresas brasileiras seriam estatais ou privadas. Na citação acima, deixa implícito que somente o capital privado poderia executar o acordo. Com esta premissa, Roberto Campos tentou dar viabilidade ao empreendimento. Correndo o risco de parecer tomar partido dos críticos dos acordos, se o próprio Conduru, além de Olympio Guilherme – ambos defensores do capital privado na exploração -, entendem que não havia uma proibição legal à presença da Petrobrás, porque não esta empresa explorar na Bolívia? Até porque, as de capital privado, como dissemos, não estavam sequer constituídas e para tomarem parte na empreitada teriam que contar com o capital de gigantes do setor petrolífero que sabidamente são contrárias a qualquer monopólio que não seja o seu.

O texto também afirma que a campanha na Bolívia contra o Brasil, que era acusado de imperialista devido à insistência dos nacionalistas

de levarem a Petrobrás ao território boliviano, deveu-se a isto somente (p. 26). Conduro não reparou para fontes que indicam a forte pressão dos trustes para que tal campanha “antiimperialista” – tenhamos bem claro, trustes financiando uma campanha na imprensa boliviana contra o “imperialismo” brasileiro – decolasse e ganhasse a opinião pública.

Para encerrar, há contradições em alguns momentos. O autor afirma que o executivo não manobrou para evitar submeter as notas reversais de Roboré ao legislativo, como acusam os críticos, e no parágrafo seguinte assevera que a análise do embate em torno dos acordos aponta, por um lado, para a “arrogância do Executivo”, que teria evitado o Congresso designando como notas reversais assuntos próprios de tratados. Contradições à parte, constata que, de outro lado, Roboré permitiu uma manipulação “sensacionalista e eleitoral de forças nacionalistas e esquerdistas, cuja ‘síndrome conspiratória’ eventualmente obstruiu a política externa”. (Página 74)

Se não conspiração, no mínimo houve interferência. Num relatório secreto da OSS, o escritório norte-americano que precedeu a CIA acompanhou e registrou o andamento da discussão sobre Roboré aqui no Brasil. Em suas conclusões, não aconselha um ataque frontal à Petrobrás - sinal de que um ataque, seja em que forma fosse, estava cogitado -, devido à dimensão que a companhia havia tomado diante dos brasileiros: “A frontal attack upon Petrobrás is difficult because of its emotional appeal and because its success is now a question of ‘national honor’ in the minds of many.” (OSS, rolo VI, fotograma 0977, de 24/07/1959)

3.3 - O parlamento

Como visto anteriormente, o parlamento brasileiro nos anos 1950, apesar de suas atribuições, não decidiu autonomamente questões de interesse e apelo nacionais. Desde os anos 40, no governo Dutra, viu-se

forçado pelas manifestações, inclusive de rua, a não entregar a exploração do petróleo às multinacionais, como queria o governo e boa parte do Congresso. Na questão específica da Petrobrás, ecoaram no plenário novamente as vozes que pediam maior presença do Estado neste setor, vedando a entrada dos trustes petrolíferos. No caso dos Acordos de Roboré, não foi diferente, e a FPN tinha a seu lado, além de uma voz mais rouca e fraca que vinha de fora da instituição, o próprio texto constitucional.

A Constituição de 1946 estabelecia, em seu artigo 87, que era parte das atribuições do presidente “manter relações com Estados estrangeiros” e “celebrar tratados e convenções internacionais *ad referendum* do Congresso Nacional”. (BRASIL, 2000, pp. 470 e 471) E, no artigo 66, rezava que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional [...] resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebradas com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República”. (Página 465)

Neste caso, não se tratava de decidir, mas de embargar. Fazer-se presente não pela proposição, mas pela negação. Aliás, como assinalou Jaguaribe (1958, p. 12), o próprio nacionalismo brasileiro tinha esta característica, ou seja, seu conteúdo era mais negativo que afirmativo. Daí constituir-se numa “ideologia vaga, sem formulação teórica e carregada de contradições.”

3.3.1 - A Frente Parlamentar Nacionalista

Se os parlamentares mais conservadores tinham órgãos como o *OESP* à sua disposição, a FPN encontrou n’*O Semanário* um veículo. Numa década em que o nacionalismo ganhou terreno e apoio de várias entidades, o parlamento brasileiro também se viu influenciado por este movimento, sobretudo o que vinha da UNE.

Foi nas reuniões promovidas por essa entidade que estudantes, professores do ISEB, líderes sindicais, militares (em caráter pessoal) e

parlamentares, preocupados em estruturar minimamente uma plataforma de atuação de viés nacionalista, lançaram um documento intitulado Frente Nacionalista Brasileira. Era final de 1956, e, em seu texto, o documento anotava a necessidade de defesa do monopólio estatal do petróleo, a criação da Eletrobrás, das indústrias de base, uma política externa independente, reforma agrária entre outros. O ponto inicial de combate era a cessão da base de Fernando de Noronha aos norte-americanos.

Data desse mesmo período o início da tentativa de criação da Frente Parlamentar Nacionalista. Os parlamentares que participavam das reuniões da UNE preconizavam a formação de um grupo, na Câmara dos Deputados, que defendesse os ideais do novo movimento. (ABREU, 2001, p. 2398)¹⁹⁵

O primeiro documento da FPN, lido na Câmara em junho de 1956, trouxe no primeiro item um tema que tocava de perto os Acordos de Roboré: “revisão dos tratados, convênios ou acordos que impeçam, com limitações ou discriminações, acesso da produção brasileira aos mercados internacionais” (Apud ABREU, 2001, p. 2398) Mais à frente, o programa apontou a necessidade de se defender de forma intransigente os monopólios estatais já estabelecidos e os que viriam a se estabelecer. Em novo programa apresentado em novembro, o primeiro item apresentou uma nova redação que facilitaria as futuras críticas a Roboré: “revisão dos tratados, acordos ou convênios contrários aos interesses nacionais” e, com relação aos monopólios, “defesa do sistema legal que dê ao Estado o controle da exploração de nossas riquezas e recursos naturais básicos”.¹⁹⁶ (Apud,

¹⁹⁵ Segundo Gláucio A. Dillon, em *Política e Sociedade no Brasil* (São Paulo: Difel, s. d., p. 206), a FPN chegou a ter a seguinte composição: 77,8% de deputados federais do PSB; 63% do PTB; 41,7% do PSD e 28% da UDN. (Apud RAMPINELLI, 2004, p. 133)

¹⁹⁶ Quando foi lido o primeiro programa da FPN, em junho de 1956, o documento, segundo o deputado Abgvar Bastos (PTB-SP), tinha 55 signatários, e, em novembro, com o segundo programa, conforme leitura do deputado Osvaldo Lima Filho (PTB-PE), 67 parlamentares o assinaram. No entanto, como não consta nenhum documento nos Anais da Câmara com os nomes, é muito arriscado precisar o número de componentes da FPN. Também, quando subiam à tribuna, os deputados inscreviam-se como membros de seus partidos e não da FPN. Sabe-se, porém, que ao PTB sua maioria era filiada, contando ainda com parlamentares do PSD, da UDN e de partidos menores. (Cf. ABREU, 2001, pp. 2398 e 2399)

ABREU, 2001, p. 2399) Assim, quando as negociações para a atualização do Tratado de 1938 foram retomadas, em 1957, existiam várias frentes nacionalistas¹⁹⁷ constituídas e determinadas em seus programas a atacar qualquer tentativa de impedir a presença da Petrobrás no empreendimento e qualquer movimento no sentido de abrir brechas para a penetração do capital estrangeiro, através de empresas brasileiras, em território boliviano para a exploração do petróleo.

Guardadas as diferenças partidárias, a FPN reuniu em suas fileiras nomes que se aproximavam pela temática nacionalista de alguns pontos específicos, como, por exemplo, na questão do monopólio do petróleo. Submetiam-se primeiramente às decisões de seus partidos e, caso estas não contrariassem o programa da frente, posicionavam-se em seu favor, engrossando o coro em sua defesa.

A primeira manifestação oficial da FPN se deu em 23 de julho de 1959, a respeito da demissão de Roberto Campos da presidência do BNDE, quando este era acusado de favorecer o capital estrangeiro por meio daquela instituição, afastando a Petrobrás do empreendimento boliviano e o reservando a empresas norte-americanas. Sua demissão, nas palavras de Almino Afonso (PTB-AM), foi considerada “ato de interesse nacional”. (ABREU, 2001, p. 2401)¹⁹⁸

Em 1964, após o golpe de Estado, como a maioria de seus membros foi cassada, a FPN não mais atuou no Congresso Nacional. (Idem, p. 2403)

¹⁹⁷ Além da FPN, da FNB e do ISEB (este, precedido pelo Grupo de Itatiaia), outros grupos formularam ideários nacionalistas, como, por exemplo, a Frente Nacionalista, que atuou de 1955 a 1961, responsável pelo lançamento da candidatura do marechal Lott à presidência (e também a de João Goulart a vice-presidente), e a Ação Democrática, fundada e presidida por Mario Pedrosa. (ABREU, 2001, pp. 24, 2396 e 2397). Em abril de 1959 surgiria, ainda, a Liga Nacionalista Brasileira. A questão do petróleo, e, por extensão, a polêmica sobre Roboré, esteve presente nos programas e discussões promovidos por estas organizações.

¹⁹⁸ A FPN publicou ainda cinco outras manifestações oficiais ao longo da primeira metade dos anos 60, sobre questões como as eleições de 1960, reforma agrária e pontos do governo João Goulart. (ABREU, 2001, p. 2403)

3.3.2 - A Ação Democrática Parlamentar

Constituída como uma resposta à formação da FPN, a ADP trouxe em suas fileiras parlamentares de viés mais conservador para combater as teses nacionalistas da primeira. Originários sobretudo da UDN e do PSD, seus membros caracterizaram-se pela denúncia do perigo comunista na sociedade brasileira, e polarizaram o debate em torno das principais questões políticas do país nos governos JK e Jango.

Ainda que se fizesse presente no final do governo JK, sua organização no parlamento federal, segundo Abreu (2001, pp. 24 e 25), deu-se no segundo semestre de 1961, e logo depois em assembleias legislativas de alguns estados. Presidida pelo deputado João Mendes, da UDN da Bahia, contou com a presença de deputados de partidos menores, e mesmo de um deputado do PTB, cuja maioria integrava a FPN.

Esse bloco interpartidário colocou-se contra a política de aproximação de países do terceiro mundo e socialistas, e defendiam o pronto alinhamento com os EUA. Na política interna, destacou-se pela defesa enfática da iniciativa privada, criticando os monopólios estatais e apoiando a presença de capital estrangeiro na economia.

Dessa forma, a ADP foi crítica da política externa dos governos Jânio Quadros e João Goulart, além de lutar contra a aprovação das reformas de base deste último, tendo atuado de forma determinante para a derrota do governo no parlamento, principalmente com relação à reforma agrária.

Nas eleições legislativas de 1962, a ADP foi acusada de receber financiamento do IBAD¹⁹⁹ e do IPES²⁰⁰, instituições que recolhiam dinheiro de

¹⁹⁹ O IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), fundado em 1959, teve ainda uma subsidiária a partir de 1962, a Adep (Ação Democrática Popular), cuja finalidade era a mesma, ou seja, arrecadar recursos para candidatos oposicionistas nas eleições daquele ano. Ambas, Adep e IBAD, foram dissolvidas em 20 de dezembro de 1963, “sob a acusação ‘de exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade’.” (ABREU, 2001, p. 25)

²⁰⁰ O IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), também fundado em 1962 (ABREU, 2001, p. 25) por empresários nacionais e estrangeiros, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de fazer oposição ao governo João Goulart foi um dos

empresários brasileiros e estrangeiros com a finalidade, entre outras, de eleger candidatos opositores do governo João Goulart. (ABREU, 2001, p. 25)

3.3.3 - A CPI sobre os Acordos de Roboré

Constituída a partir de um relatório do coronel Alexínio Bittencourt, presidente do CNP, entregue ao presidente da República, a CPI instalada em 1958 teve como foco de investigação a administração do também coronel Janari Nunes à frente da Petrobrás²⁰¹. As investigações acerca da política nacional de petróleo decorriam das críticas de Bittencourt referentes à compra de petroleiros; à política de refino; ao gasto em compras da Petrobrás no exterior sem preocupação com a escassez de moeda forte no Brasil; à exploração, nas palavras de Bittencourt, predatória, das jazidas do recôncavo baiano; ao excessivo gasto da empresa com publicidade; à falta de aparelhamento das refinarias nacionais, sobretudo na Bahia, e, por fim, talvez o que mais incomodasse o presidente do CNP, à independência da Petrobrás em relação àquele órgão.

Após a divulgação do relatório pela imprensa e a repercussão dada principalmente pelos opositores da Petrobrás, que viram naquele documento uma oportunidade de desferir mais um golpe contra o monopólio do petróleo, o presidente da República nomeou uma comissão para investigar as denúncias. Em seguida, demitiu o presidente da Petrobrás e colocou em seu lugar o coronel Idálio Sardemberg. Para não parecer que Bittencourt ganhara a disputa com Janari Nunes, JK demitiu também o primeiro, e empossou como novo presidente do CNP o brigadeiro Henrique Fleiuss. Foi

articuladores do golpe que o derrubou. Sua origem, no entanto, bem como do IBAD, estão no final do governo JK. Sobre o IBAD e o IPES, suas ações, bem como seus associados, contribuintes e colaboradores descritos com minúcias, podem ser vistos em Dreifuss (1981).

²⁰¹ O presidente do CNP, logo em sua posse, avisou em seu discurso que fiscalizaria “com rigor as atividades da Petrobrás.” (OESP, 21/05/1958, p. 34) Dito e feito.

neste mesmo momento, em dezembro de 1958, que a FPN pressionou e conseguiu instalar a CPI que apurou o caso.

Nos anexos desse relatório que deu origem à CPI, no entanto, Bittencourt fez constar documentos e críticas ao BNDE por sua atuação na escolha das empresas que explorariam o petróleo boliviano, inclusive no que se refere aos critérios definidos para tal escolha, que submetiam as firmas brasileiras ao capital estrangeiro, particularmente norte-americano²⁰². Uma empresa em particular, dos EUA, destacou-se por sua intenção de associar-se com empresas brasileiras e penetrar, via Brasil, na Bolívia: a Pan-American Oil & Land Royalty Co., que, segundo depoimentos prestados à CPI, assediou as candidatas brasileiras e contou com o apoio de Roberto Campos e de diretores do BNDE.

Portanto, ao objetivo original que moveu a instalação da CPI²⁰³, somou-se outro, que, devido à polêmica e ao intenso debate em torno dos rumos do governo e da acirrada disputa entre nacionalistas e entreguistas (ou cosmopolitas), acabou por ocupar quase toda a atenção dos parlamentares, da imprensa e da opinião pública: a investigação sobre a atuação do BNDE, na figura de seu presidente, Roberto Campos, na condução da escolha das empresas para execução dos Acordos de Roboré. A pergunta que moveu os trabalhos foi: até que ponto o BNDE não estava respeitando os termos do acordo entre Brasil e Bolívia e se esse desrespeito não desvirtuava os interesses nacionais em torno da política do petróleo, fraudando, desta forma, a luta pelo monopólio estatal no setor, o desenvolvimento econômico e social do país e, paralelo a isso tudo, a própria soberania nacional.

Em depoimento à CPI, Roberto Campos, presidente do BNDE, e Mário da Silva Pinto, membro do Grupo de Trabalho do BNDE para escolha das empresas candidatas, confirmaram as acusações, mas justificaram que

²⁰² Em depoimento na CPI, Bittencourt afirmou que se o governo brasileiro não oferecesse às empresas privadas brasileiras os dólares necessários para exploração, estas teriam de se associar ao capital estrangeiro. (*OESP*, 17/12/1958)

²⁰³ A CPI foi presidida pelo deputado Oliveira Brito (PSD-BA), e o relator foi o deputado Unírio Machado (PTB-RS, membro da FPN).

nada de político havia em suas decisões, que eram, antes de tudo, “técnicas”. Campos elencou três condições para escolha das empresas: “capacidade técnica e empresarial; capacidade de recursos em cruzeiros; capacidade de financiamento em moeda forte.” Justificando sua decisão pelas dificuldades cambiais e déficits acumulados anos a fio, defendeu o financiamento externo. (CÂMARA, 1959, p. 912) O manto da tecnicidade e da racionalidade permitia a esses burocratas fazer política sempre, sem ter que prestar contas de suas ações e escolhas. A CPI colocou um paradeiro nisso, pelo menos na diretoria do BNDE, que, pouco depois, foi trocada.²⁰⁴

Ocorre que, como demonstrado pela comissão e depois reconhecido pelo próprio Campos, os financiamentos na fase de pesquisa são difíceis, preferindo as grandes empresas estrangeiras financiar o passo seguinte, referente à extração do petróleo e sua industrialização. Na fase de pesquisa, perfuração e lavra, preferem atuar como sócias do empreendimento, a fim de manter as jazidas reservadas sob seu domínio visando a exploração futura, uma vez que o abastecimento de petróleo no mundo, naquele momento, estava assegurado e qualquer mudança no quadro político do Oriente Médio poderia fazer as empresas se voltarem à exploração das jazidas guardadas. Segundo o relatório do deputado Unírio Machado (PTB-RS)

Nessas condições, os grupos estrangeiros que realizam financiamentos para a fase da pesquisa do petróleo, aproveitando-se das dificuldades de recursos de crédito para o período de risco do empreendimento, forçam os países ou as firmas particulares tomadores, que não dispõem de outros meios, a procurá-los em forma societária. Deste modo permitindo que eles, aos poucos, se constituam num verdadeiro *holding*, estabelecendo uma rede de interesses internacionais, participando, de uma ou de outra forma,

²⁰⁴ Até mesmo Max Weber, que atribuiu à burocracia moderna uma superioridade administrativa inigualável, defendia a necessidade de um parlamento forte para controlar o poder crescente dos burocratas. As CPI's seriam uma forma de obrigá-los a se tornar responsáveis por seus atos: “El denominado derecho de investigación parlamentaria es uno de los medios utilizados por el parlamento para disponer de dicha información [secreta]. La burocracia, desde luego, prefiere un parlamento mal informado y en consecuencia impotente, al menos en la medida en que la burocracia hace coincidir sus intereses de poder con la ignorancia de los demás.” (WEBER, 1977, p. 93)

de todas as concessões petrolíferas do mundo. (CÂMARA, 1959, p. 917)

Quando as empresas brasileiras se candidataram, via BNDE, à exploração do petróleo boliviano, seis foram as postulantes: União Brasil-Bolívia de Petróleo S.A.; Oscar Hermínio Ferreira Filho; Petróleo da Bolívia S.A. (Petrobol); Petróleo Andino S.A. (Petrolansa); Federação dos Sindicatos das Empresas de Seguro e Capitalização e Petróleo Brasil-Bolívia S.A. (Brabol). O BNDE classificou prioritariamente a União Brasil-Bolívia de Petróleo S.A., a Petrolansa e a Brabol. Como suplentes, ficaram a Petrobol e a Oscar Hermínio Ferreira Filho, do Grupo Galdeano. Desta última empresa saíram depoimentos decisivos para as conclusões da CPI. O principal acionista, que dá nome à empresa, declarou não ter sido classificado por não concordar com as investidas da Pan-American Oil, e outro membro da empresa, João Batista Anhaia de Almeida Prado, confirmou e acrescentou ter sido pressionado por Mário da Silva Pinto, diretor do BNDE, para aceitar o financiamento estrangeiro. Segundo o relator da CPI, Almeida Prado, ainda, exibiu telegramas que foram anexados ao relatório da CPI confirmando a insistência da Pan-American em associar-se à empresa Oscar Hermínio Ferreira Filho. Nehemias Gueiros, advogado, procurador e membro do Grupo Galdeano, e José Carlos Laport, “técnico” e “participante” do grupo, e Antônio Sanches Galdeano, principal acionista, confirmaram as investidas da Pan-American, sendo que o primeiro relatou até reuniões no BNDE com Mário da Silva Pinto e as pressões que este exercia no sentido de que a empresa se associasse com a norte-americana. Galdeano afirmou ter sido procurado por um representante da Pan American, “Sr. McKena”, que lhe propôs financiamento em forma societária, o que o BNDE chamava de “financiamento aleatório”. (CÂMARA, 1959, p. 912)

Alberto Soares Sampaio, titular da União-Capuava, declarou que possuía recursos em cruzeiros suficientes para a empreitada, e entendia, confiando em relatórios de Glycon de Paiva, engenheiro-chefe de seu grupo, que os riscos eram mínimos, pois a extração, segundo este, era praticamente

certa. (CÂMARA, 1959, p. 912) Por fim, o ex-chanceler Macedo Soares declarou que “o Brasil não deveria permitir a participação em caráter societário ou por conta de participação no investimento boliviano (...)” (Idem, p. 913)

O relator concluiu que o interesse expansionista das empresas norte-americanas na Bolívia por meio de empresas brasileiras era real e que o BNDE, exorbitando de suas funções, mas sem má-fé de seus gestores, contribuíra para com aquele, contrariando os interesses nacionais. Apontou ainda a necessidade de se dar consecução aos acordos, ainda que a Petrobrás não pudesse fazer parte do empreendimento, uma vez que havia de se respeitar a legislação soberana da Bolívia (que proibia, através de seu Código do Petróleo, de 1955, a exploração por Estados ou empresas estatais estrangeiras). Acrescentou que a exploração do oriente boliviano possibilitaria o povoamento do oeste brasileiro, desenvolvimento de uma economia próspera na região e independência do Brasil frente a qualquer interrupção de fornecimento de petróleo importado de outras regiões. Conclamou o povo boliviano a afastar a idéia de imperialismo por parte do Brasil, uma vez que os acordos permitiriam aos dois países igualmente, e à América Latina, uma maior integração e colaboração, visando à superação do subdesenvolvimento e o alcance da independência econômica. (CÂMARA, 1959, p. 915)

Unírio Machado fez menção ainda ao embate entre nacionalistas e entreguistas, deixando implícita a crítica a Roberto Campos e aos “técnicos” do BNDE, que entendiam ser necessária a presença de capital estrangeiro para o desenvolvimento do país, mesmo que de forma societária. Os nacionalistas, por outro lado, sem desprezar por completo este capital, entendiam que os financiamentos deveriam ser de outra ordem,

devendo êsses capitais serem utilizados de maneira a propiciar efetivamente o desenvolvimento econômico, ao invés de funcionar como uma verdadeira bomba de sucção, carreando para o país de origem altos rendimentos que, afinal termina por empobrecer mais ainda o país que recebe o empréstimo. (CÂMARA, 1959, p. 916)

As conclusões do relatório da CPI foram aprovadas pela Câmara dos Deputados em 30 de janeiro de 1959.

Capítulo 4 - Política imperialista nos trópicos : Os Estados Unidos da América e do Brasil

Assinados os Acordos de Roboré, na Bolívia a imprensa saudou este importante compromisso entre os dois países, sobretudo a responsabilidade do Brasil para com o vizinho. A grandeza do território, a pujança econômica, o tamanho da população, o crescimento econômico que se alcançava nos anos iniciais do governo de Juscelino Kubitschek, a Operação Pan-Americana, entre outros, foram motivos suficientes para os bolivianos creditarem ao Brasil a condição natural de líder na América Latina.

Esses atributos eram importantes, pois, para um país que tivera questionadas suas autonomia e segurança, como na Guerra do Chaco, tornou-se essencial o apoio e um relacionamento mais próximo com a grande potência regional para fazer valer sua soberania em caso de novo conflito, com o Paraguai ou qualquer outro país vizinho. Daí, a assinatura dos Acordos de Roboré significava muito mais do que convênios comerciais, de intercâmbio; eram instrumentos de alcance para além dos países, pois representava uma aliança de peso que se faria valer em caso de disputas regionais, acreditavam os bolivianos.

Os jovens oficiais que assistiram à Guerra do Chaco e assumiram o governo, estimulados por intelectuais revolucionários de tendência socialista-nacionalista, pensaram em adotar medidas para mudar as estruturas do país, e também para resolver o problema do desmembramento territorial. Aproximaram-se, assim, do Brasil, visando uma integração territorial com vias de comunicação ferroviária e rodoviária, além da promoção do desenvolvimento nacional por meio da integração econômica com os vizinhos, principalmente com o Brasil, a partir da exploração do petróleo.

Por outro lado, a potência hegemônica não assistiu a isso passivamente, pois atuou de forma decisiva para manter essa região sob sua égide.

4.1 - A Guerra do Chaco: o papel dos trustes estrangeiros

Certamente, no século XX, o divisor de águas da história boliviana é a Guerra do Chaco. Assim como a Guerra do Pacífico, no XIX, marcou o país, isolando-o entre vizinhos ambiciosos, a campanha do Chaco o enfraqueceu ainda mais, devido à perda de dezenas de milhares de jovens combatentes²⁰⁵; à dívida externa contraída para equipar (mal) o exército; à perda de território para o Paraguai e ao enfraquecimento da auto-estima de uma população sofrida por uma história de perdas: humanas, territoriais e de riquezas minerais.

Entre 1932 e 1935, Bolívia e Paraguai travaram uma guerra que, sem ter em conta o papel dos trustes internacionais de petróleo, difícil se torna entendê-la em toda sua extensão. Sem uma saída para o mar desde a contenda com o Chile, em 1879-1880, quando este último se apossou de uma faixa de 120 mil km², incluindo todos os portos e o litoral boliviano, o governo da Bolívia reivindicou a construção de um porto sobre o rio Paraguai, em território paraguaio, para fugir do seu insulamento. Havia, no entanto, razões mais fortes para a guerra. É que, por trás (ou à frente, pois não era escondido) tinha o interesse, e, mais, a necessidade premente da Standard Oil Co. de construir um oleoduto para a exportação do petróleo explorado na Bolívia. Por outro lado, a demanda desta multinacional, através do governo subserviente boliviano, foi negada pelo governo paraguaio, este submetido aos interesses e imperativos de outro truste, a Royal Dutch Shell, que, se não admitia a passagem do petróleo da rival estadunidense por seu território (o Paraguai), ainda tinha pretensões de apoderar-se dos poços bolivianos, ampliando assim sua presença e exploração na América do Sul.

Antes da contenda com o Paraguai, em 1929 o governo boliviano, a pedido da empresa norte-americana, consultou o governo argentino sobre a possibilidade da construção de um oleoduto desembocando

²⁰⁵ Segundo Gumucio (1996, p. 70), a Bolívia teve um total de 50.000 mortos em combate. Chiavenato, por outro lado, aponta a perda de 90.000 bolivianos (1981, p. 68), e Galarza (1972, p. 74) afirma que foram 100.000.

no Atlântico. O assunto foi repassado, pelo governo argentino, para a Yacimientos Petrolíferos Fiscales, a YPF, estatal que detinha o monopólio da exploração de petróleo naquele país. À frente desta empresa, estava o general Enrique Mosconi, fundador da empresa e ideólogo da política nacionalista de exploração do petróleo, que, após estudar o assunto, respondeu:

“Considero que no conviene a los intereses de nuestro país acordar la concesión de ninguno de los oleoductos en cuestión, el segundo de los cuales constituye un verdadero corredor de mil quinientos kilómetros de longitud desde la frontera de Bolivia hasta los puertos de nuestro litoral, que se entregaría a la Standard Oil Co. para uso de ella y del gobierno de Bolivia.

[...] Conceder lo solicitado por la Standard Oil Co., por más que ello interese al gobierno de Bolivia, importaría salvo mejor opinión de V. E., una grave desventaja para nuestro país y el arreglo de una compañía extranjera cuyas modalidades e intereses no concorderán nunca con los procedimientos e intereses de nuestra Nación.” (Apud ALMARAZ, 1957, pp. 105 e 106)

Em 1907, quando se descobriu petróleo na Argentina, este feito atraiu interesses dos dois grupos de exploração mundiais, a Shell, de capital britânico, e a Standard Oil, de capital estadunidense. Reservando parte das jazidas para exploração exclusiva da YPF, o governo argentino concedeu permissão para ambos explorarem sua riqueza. Entretanto, como o capital britânico controlava setores da economia argentina, como ferrovias, pecuária, frigoríficos e comércio exterior (ALMARAZ, 1957, pp. 101-102), o truste britânico utilizou parlamentares, sobretudo no Senado Nacional, de base conservadora e ligada a este capital, para afastar o outro truste, o norte-americano, do território argentino.

Convidado, à época, para posicionar-se diante dessa questão, e perguntado sobre qual grupo convinha mais aos interesses nacionais, e, portanto, qual deles deveria ser beneficiado para explorar o petróleo argentino, o futuro presidente da YPF foi taxativo:

“Al final de cuentas, - respondió – los dos grupos son equivalentes y compararía con una cuerda de cáñamo al grupo norte-americano, y con una de seda al europeo; de modo que en respuesta a la

pregunta que se me hiciera, manifesté que así las dos cuerdas, ruda la una y suave la otra, han de servir para ahorcar-nos, me parecía más inteligente renunciar a ambas, y concentrando nuestra voluntad y nuestra capacidad en este problema especial, de características únicas, resolverlo por nuestras propias fuerzas, haciendo con ello un gran bien que las generaciones futuras agradecerán.“ (Apud ALMARAZ, 1957, p. 101)

Apesar da opinião do general argentino, que, neste assunto, assemelhava-se à do marechal Lott referente à Petrobrás (“a Petrobrás é intocável”), prevaleceram os interesses do capital europeu, que conseguiu fazer com que a escolha, como seria óbvio, recaísse sobre a Shell para a exploração quase exclusiva (tinha a YPF) do petróleo da República do Prata. Assim, a Shell lutou em duas frentes: contra a YPF, para que não obtivesse o monopólio de todas as reservas, e contra a Standard Oil Co., para que esta não lhe fizesse frente (concorrência) naquela região. Na Bolívia, por seu lado, a Standard Oil fez o mesmo, afastando de vez a presença da rival na exploração de suas jazidas. A política e a guerra seriam meios para objetivar os interesses imperialistas destes trustes.

Vendo suas ambições serem vencidas na Argentina, instalada na Bolívia, mas necessitada de saída rápida e pouco onerosa para o petróleo ali explorado, a Standard Oil Co. voltou-se ao Paraguai, que por sua vez também seria usado pela Shell para avançar sobre o petróleo boliviano. Aproveitando a discussão entre paraguaios e bolivianos sobre a posse do Chaco, a companhia norte-americana incentivou o governo boliviano a buscar não só a posse deste território, a essa altura com petróleo comprovadamente existente, mas também a construção de um oleoduto em área paraguaia, através do rio Paraguai. Com a negativa do governo, a empresa pretendeu apelar para a política com outra arma - a bélica:

Ante su fracaso político la Standard Oil aplica el concepto de Clausevitz: “La guerra es la continuación de la política por otros medios”. (ALMARAZ, 1957, p. 107)

Negada a possibilidade da saída ao Atlântico por território argentino, a solução mais apropriada seria pelo rio Paraguai. Impedido este intento pelo imperialismo britânico, a Standard Oil tentou armar a Bolívia para uma guerra. A própria companhia norte-americana intercedeu junto a empresas e ao governo dos EUA para a concessão de empréstimos à Bolívia, visando a preparação para a Guerra:

Nos bastidores dessa nova onda de empréstimos, estranhamente desviados em um país paupérrimo e insolvente para a formação de um poderoso exército, está a Standard Oil. A Bolívia começa a armar-se para a Guerra do Chaco (1932/35) contra o Paraguai, em obediência aos interesses da Standard Oil [...] (CHIAVENATO, 1981, p. 64) E Gumucio (1996, p. 72), complementa:

En el frente y en la retaguardia, a medida que se sufrían los reveses militares, cundió la idea de que la mano negra de la Standard Oil Co. era la que había movido a los mandos políticos-castrenses como simples marionetas de la infausta guerra [...]

Por trás de cada país beligerante, havia um grupo empresarial capitalista com pretensões imperialistas. Tratava-se, então, de uma guerra entre imperialistas que arrastaram, para realização de suas políticas, dois povos, o paraguaio e o boliviano.²⁰⁶

A Bolívia acusava ainda os golpes dados pelas pretensões imperialistas pelo Chile, no XIX, e, no XX, essa situação se agravaria pelo embate entre dois grandes rivais que tentavam anular a concorrência por meio desse artifício que consumiria, além dos bolivianos, de 40 mil a 50 mil paraguaios. Jorrar-se-ia sangue para jorrar-se mais petróleo.

Mas, apesar de tanta disputa, cabia ainda a interferência argentina na guerra a favor do Paraguai, ou melhor, da Shell, através de decifração de códigos e revelação de mensagens cifradas, além de ajuda permanente e volumosa. (GUMUCIO, 1996, p. 55)

²⁰⁶ Segundo Frondizi, a questão do petróleo foi o fulcro da guerra. “La Guerra del Chaco (...) nos presenta un caso típico de utilización de países dependientes, para la defensa de posiciones económicas generales y petroleras en particular, por cada uno de los grandes grupos imperialistas que se disputan el predominio en América Latina, concretamente representados por sus respectivas empresas petroleras.” (1956, p. 390)

A Bolívia vai sofrer uma dramática experiência. Até agora os interesses dos grandes industriais do estanho e do imperialismo mundial harmonizaram-se a partir da conquista da Companhia Estañífera de Llallagua por Patiño. As holdings dividiram harmoniosamente o mercado mundial e a forma de explorar a força de trabalho dos mineiros. Ao contrário, porém, o imperialismo do petróleo disputa palmo a palmo a partir de 1920 – quando a Shell está na Argentina e a Standard na Bolívia – toda provável fonte de produção. Os interesses chocam-se; estabelecem-se os inevitáveis conflitos. O capital internacional move seus títeres nos bastidores e dispõe dois povos à guerra. (CHIAVENATO, 1981, p. 65)

Não bastando a aliança Argentina-Paraguai (impulsionada pela Shell) contra a Bolívia, a própria Standard Oil abandonou o esforço boliviano no meio da guerra, e apoiou o Paraguai, quando este parecia levar, de fato, a vitória neste conflito. Declarando-se neutra, sabotou o esforço de guerra, e, já em 1933, a companhia deixou de fornecer gasolina para aviação ao governo boliviano, alegando falta de equipamentos para refino, que, por sua vez, tinham sido transferidos para uma base da empresa em território argentino. Ao mesmo tempo, não deixou de fornecer materiais e ajuda técnica, incluindo aí mapas da região boliviana, facilitando o ingresso do exército paraguaio.²⁰⁷

Durante a guerra, mas antes mesmo dela, a Standard Oil contrabandeou óleo cru boliviano, burlando assim o fisco, através de um oleoduto clandestino sobre o rio Bermejo, levando o produto até território argentino, de onde seguia caminho para o mundo. Esta denúncia, encontrada na historiografia, foi feita primeiramente por um deputado argentino²⁰⁸. Enquanto isso, a Bolívia tinha que importar petróleo para fazer frente às suas necessidades. Perdia petróleo, não recebia impostos por ele, e ainda despendia dólares para obtê-lo no exterior.

A guerra foi condenada em outros países, até nos EUA, devido à sua natureza marcada pela presença explícita de trustes petrolíferos e pela

²⁰⁷ Essa afirmativa é consensual na historiografia. Na Bolívia, Almaraz (1957) foi o primeiro a registrar essa informação, mas, a partir dele, outros autores o fizeram, como Bacarreza (1988, pp. 168 a 176) e Gumucio (1996, pp. 72 a 75), e, no Brasil, Chiavenato (1981, pp. 66 a 72).

²⁰⁸ O deputado José Maria Saravia fez a denúncia no jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, em 31 de outubro de 1935, e, a partir daí, outros periódicos acompanharam o caso. Cf. Almaraz (1957, pp. 94-97).

matança de dois povos. Em 1934 o senador norte-americano Huey Pierce Long denunciou a Standard Oil Co. como promotora e financiadora da guerra. Antes de ser assassinado, numa reunião do Senado que discutia a venda de armas a outros países, armando-os para conflitos, o parlamentar afirmou:

“Se dice que vamos a impedir la venta de armas. Hay un solo procedimiento mediante el cual impediremos que la Standard Oil venda armas, y consiste en que los Estados Unidos agarren a esa criminal, a esa malhechora, a esa asesina, la Standard Oil Co., de que estoy hablando; que agarren por la garganta a esa facinerosa [sic], puesta fuera de la ley, y le diga: tu asesina doméstica; tu, asesina extranjera; tu, conspiradora internacional; tu, hato de salteadores y ladrones rapaces; tu, que has desafiado una sentencia dada bajo la enseña de los Estados Unidos y pretendes vivir bajo el amparo de sus leyes; tu, conjunto de vándalos y ladrones de este continente, sal de Sudamérica.”²⁰⁹

Se a ausência de concorrência é um objetivo perseguido na política imperialista, desde a chegada da Standard Oil Co. à Bolívia tentou-se moldar a legislação do país a esta demanda. Segundo Bacarreza (1988, p. 165), esse truste chegou à Bolívia com uma fama dupla: o seu poder econômico e os métodos utilizados para conseguir seus objetivos monopolistas. Com sua presença, o governo do então presidente Bautista Saavedra, em 1921, estabeleceu um novo código de petróleo, pois a legislação anterior não previa a exploração das reservas no subsolo por empresas estrangeiras. Assim, estabeleceu-se que nenhuma empresa, com exceção da Standard Oil Co. poderia explorar área maior que 100 mil hectares. Áreas maiores que este patamar somente pelo governo boliviano e pela Standard Oil. Daí o recurso à guerra pela Shell, pois, de outra maneira, como penetrar em território boliviano? Por outro lado, quando as pretensões não menos imperialistas da Shell se colocaram à frente de seus interesses, a

²⁰⁹ Apud Almaraz (1957, p. 109). A historiografia é marcada pela obra de Sergio Almaraz e, mais uma vez, este episódio foi registrado em várias obras. Em Chiavenato (1981, pp. 67 a 68), é afirmado que o senador foi assassinado a tiros no próprio Senado, e seu assassinato, nunca esclarecido, foi atribuído oficialmente a três possíveis hipóteses: inveja, ressentimento ou motivos passionais de algum ex-funcionário.

Standard também não mediu esforços em provocar, se necessário, uma guerra para continuar perseguindo aqueles objetivos monopolistas.²¹⁰

Pode-se afirmar, portanto, que o pano de fundo da guerra foi a disputa entre Paraguai e Bolívia por um território há muito discutido e reivindicado, pois, à frente mesmo das motivações mais imediatas do conflito, estiveram os combates entre dois poderosos trustes estrangeiros buscando o controle de uma riqueza estratégica e vital para o desenvolvimento, ou até subdesenvolvimento, da região. Nas palavras de Frondizi:

“En primera línea aparecen Bolivia y Paraguay; pero detrás de ellas están: de la primera, la Standard Oil of New Jersey; detrás de la segunda, los intereses económicos generales del capital anglo argentino invertido en el Chaco Boreal, en enormes factorías y feudos que realizan la explotación del pueblo paraguayo, y los intereses especiales de la Royal Dutch Shell representada por su filial con concesiones en esa región (que vuelven a renovarse terminado el conflicto). Vale decir, que, detrás de cada bando bélico, actúa fuerza efectiva de un bando imperialista...” (1956, p. 390)

4.2 - Entre a guerra e a revolução: o Tratado de 1938

Terminada a guerra, uma postura mais crítica em relação ao capital estrangeiro e às instituições bolivianas ganhou força, apesar da permanência, ainda, de um pensamento conservador. Para Agustín Iturricha, em sua obra *Los Peligros de la Posguerra*, três eram os perigos oriundos da campanha do Chaco: o comunismo, uma rebelião dos índios e a ditadura militar. (Apud GUMUCIO, 1996, p. 82) Para Almaraz, no entanto, no imediato pós-guerra surgiu o primeiro movimento nacionalista importante do país, fruto da quebra de um regime e das reivindicações de setores da burguesia nacional em confronto com o capital monopolista.

²¹⁰ Em 1936, logo após o final da guerra, a Standard Oil Co. foi alvo de investigações na Argentina sob acusações de compra e revelação de segredos de Estado, espionagem e concorrência desleal contra a YPF. No Senado argentino, a empresa foi acusada de provocar incêndios em instalações da empresa estatal. (FRONDIZI, 1956, pp. 397 e 398)

El vigor del nacionalismo de la postguerra se explica porque fue un movimiento popular al que se sumaron los obreros, estudiantes, intelectuales democráticos que buscaban la transformación de la estructura económica y política del país, y a este movimiento se debe la acción antiimperialista más importante de la historia boliviana: la nacionalización del petróleo. (ALMARAZ, 1957, pp. 113-114)

De fato, um golpe militar liderado pelos então coronéis David Toro e Germán Busch concretizou aquele terceiro perigo, e, tendo em vista o sacrifício do povo boliviano na defesa dos interesses da Standard Oil Co., esta empresa perdeu em 1937 as suas concessões, ato precedido pela nacionalização do petróleo e a criação da empresa estatal do setor, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Segundo Gumucio, com David Toro começou a era dos governos militares “socialistas”, denominação adotada pelos próprios, que, segundo eles, expressava o sentimento dominante naquele período. (1996, p. 85) No entanto, o socialismo preconizado nestes anos era um tanto parecido com o nacionalismo que ganhava espaço no mundo, com semelhanças àquele dos anos Vargas. Enrique Baldivieso, por exemplo, membro do gabinete de Toro, e um dos expoentes do socialismo no país, advertiu que o “socialismo” não seria “integral”:

“Bolivia no está preparada para el advenimiento del socialismo integral; es un país monoproducción, de escasísimo desarrollo industrial; no tiene la gran técnica que es el índice de la industria plenamente desarrollada; es un país semicolonial productor de materias primas que se aprovechan en el extranjero, y vive de lo que el extranjero le envía.” (Apud GUMUCIO, 1996, p. 88)

O “socialismo militar” de Toro consistiu na sindicalização camponesa, na manutenção do latifúndio, no aumento da desocupação nas cidades – agravado pelo retorno dos soldados do Chaco -, na falta de braços para a servidão no campo, que o governo rapidamente tentou corrigir através da Lei de Trabalho Obrigatório. Além disso, Toro instituiu a sindicalização obrigatória e os sindicatos estiveram sob controle do Estado. Criticado à esquerda e à direita, explicou que a intenção não era radicalizar as lutas de classes, mas submetê-las ao controle do Estado. Para completar este

socialismo sem marxismo, terminou por proibir e destruir livros comunistas, marxistas e anarquistas, e, como se o fascismo não estivesse ainda explícito, contratou uma missão da Itália fascista para reorganizar a polícia. (GUMUCIO, 1996, pp. 88 a 90)

Até Baldivieso, ainda que não contasse com um “socialismo integral”, desiludido com o governo demitiu-se do ministério. Pouco depois, ainda que gozando de alguma popularidade pela nacionalização do petróleo e pelo enfrentamento com a Standard Oil, o já general Toro foi deposto pelo colega Busch, este alegando que o primeiro já não contava com a confiança do exército. O ex-presidente se exilou no Chile.

Com a desculpa de que o governo anterior não havia cumprido os ideais revolucionários, e diante da pressão da Standard Oil para reaver suas concessões, ou pelo menos ter direito a uma indenização, o novo mandatário não vacilou:

“Vamos pues a refirmar la nacionalización de los petróleos, ya que todos los que estuvimos en el Chaco en las horas de peligro, hemos podido experimentar la absoluta inconveniencia de que esa riqueza estuviese en manos de capitales extranjeros. El petróleo boliviano va a ser explotado por el Estado, porque así lo exigen los altos intereses nacionales.” (Apud ALMARAZ, 1957, p. 114)

Como a campanha financiada pela Standard Oil para reaver suas concessões foi grande, dentro e fora do país, assim como ocorreu no Brasil, na Bolívia houve também uma “campanha pelo petróleo”, envolvendo vários setores da sociedade, em resposta às tentativas do truste norte-americano de conseguir uma indenização. Segundo Almaraz (1957, pp.119 e 120),

[...] Se realizaron desfiles y asambleas populares en varias ciudades del país. La defensa del petróleo se convirtió en la causa nacional comprendida y defendida, fervorosa y apasionadamente, por el pueblo boliviano. Los veteranos del Chaco, los obreros y los estudiantes, los maestros y profesores universitarios, constituían el motor de esta lucha. El pueblo estaba convencido de que no se trataba solamente de la defensa de una riqueza; el significado de la lucha era mayor, pues se trataba de hacer respetar al país y sus leyes, de defender la dignidad nacional y el derecho a proclamarse ciudadanos de una nación soberana.

As semelhanças com o Brasil eram muitas, e não paravam por aí. Numa época em que o fascismo cruzou os mares e influenciou políticas de Estado, imprensa e movimentos, na Bolívia, a exemplo de Vargas em 1934 e em 1937, Germán Busch, que havia feito uma constituição em 1938 que o tornou presidente constitucional, em 1939 fechou o parlamento e se declarou ditador, justificando este ato pela “decomposição do país” e pela “quebra dos valores”. O próprio governo Vargas serviu, para uns, de inspiração:

[...] Los ministros de mentalidad liberal y con conexiones con las grandes empresas repentinamente se volvieron apologistas de los sistemas totalitarios (e insistieron en los éxitos del fascismo clásico europeo) y de los aspectos semifascistas del gobierno de Getulio Vargas, por lo que terminaron por señalar que en Bolivia, donde no faltaban la politiquería y la intriga de las propias clases dominantes, era necesaria la mano dura de un salvador providencial. Bajo un régimen autoritario se pensaba terminar con los díscolos y hacer mejores negocios. (GUMUCIO, 1996, p. 106)

Como em outras ditaduras semelhantes da época, Busch apelou para um governo enérgico e de disciplina, insistindo na ordem, na moral e no trabalho para revigorar a República e fazer o país cumprir o seu “destino”. Fechou e censurou jornais, decretou pena de morte para estupradores, e aprovou a Lei Geral do Trabalho, uma espécie de CLT dos Andes. Como no Brasil, esta lei, conhecida como Código Busch, sistematizou as conquistas e os benefícios dos trabalhadores, incluindo a seguridade social, mas, por outro lado, o ditador manteve o controle sobre os sindicatos.

Controlando o câmbio e retendo 100% das divisas de exportações, e contando com apoio popular para sustentar esta decisão, diante de uma manifestação à frente do palácio presidencial declarou que não chegara à presidência “para servir a los capitalistas. Ellos deben servir al país, y si no lo hacen por su voluntad, lo harán a la fuerza.” (GUMUCIO, 1996, p. 109) O fato é que, pouco depois, no mesmo palácio, o presidente se suicidou com um tiro na cabeça. Segundo Gumucio (1996, pp. 110 a 112), Germán Busch era maníaco depressivo, e tentara o suicídio antes. Independente disso, o fato é que, àquela altura, o seu governo tomara uma

medida que o projetara mais como nacionalista e popular e menos como fascista e repressivo. Houve pressões para que o presidente voltasse atrás em suas medidas, como a do “saque” das divisas dos empresários ligados à exportação, o que lhe valeu até a denominação de “comunista”, além, é claro, da revogação, senão da nacionalização do petróleo, pelo menos o pagamento de uma indenização à Standard Oil.

Foi esse governo, o de Busch, que propôs o Tratado de 1938 com o Brasil. Na Bolívia, ele foi aprovado por 88 votos contra 11. Os críticos foram, principalmente, do MNR, que, depois, já instalado no poder com a Revolução de 1952, insistiu com o Brasil para a atualização do tratado através dos acordos de 1958. Mesmo assim, em 1938, Amado Canelas, um membro destacado do MNR, na contramão das críticas, defendeu o tratado, pois, além de uma promissora política de complementação econômica, reforçaria a posição boliviana nas conversações do pós-guerra com o Paraguai. (BALDIVIESO, 1988, pp. 215 a 221)

Ainda que em 1903 já tivessem os dois países um tratado de vinculação ferroviária, esta demanda só ganhou seriedade quando foi respaldada pelo potencial petrolífero da zona sub-andina da Bolívia. (MIRABAL, 1996, pp. 58 a 74) Isto se deve ao fato do Brasil, até então, não ter nenhuma garantia de retorno do investimento na construção que ligaria os dois países. Quando o governo boliviano fez constar que o petróleo explorado por empresas brasileiro-bolivianas pagaria o custo desta empreitada, tornou-se mais factível tal construção. Esta ligação também se fazia necessária para atenuar a asfixia por que passava a Bolívia desde a perda de sua faixa litorânea para o Chile, em 1879.

Assim, já em 1938, por ocasião da assinatura do Tratado de vinculação ferroviária e saída e exploração de petróleo, num documento reservado endereçado ao ministro das Relações Exteriores da Bolívia, em La Paz, o embaixador boliviano, do Rio de Janeiro, emitiu a seguinte nota:

[...] Sin entrar en los detalles que contiene ya esa nota, me limito ahora a hacer constar que, mediante el tratado sobre vinculación ferroviaria, sin sacrificio territorial alguno se asegura la construcción del ferrocarril a Santa Cruz, obteniendo del Brasil no sólo el pago del millón de libras esterlinas que adeuda a Bolivia, sino también el préstamo de la cantidad necesaria para terminar esa importantísima obra, que a la vez que contribuirá a la transformación del oriente boliviano, servirá para interponer los intereses políticos y económicos brasileños, como una cuña frente al absorcionismo paraguayo-argentino. [E, ainda, com receio do Paraguai devido ao conflito no Chaco]: [...] Desde luego, mediante el acuerdo sobre petróleos, Bolivia asegura su riqueza petrolífera, poniéndola a cubierto de la ambición paraguaya [...]" También, com medo do imperialismo argentino: "[...] documento único dentro de la tradición diplomática del Brasil, esas notas, que contaron con la aprobación del ejército brasileño – cuyo Estado Mayor fué oportunamente consultado – no solo señalan por primera vez la mediterraneidad de Bolivia como un problema continental, sino que constituyen una evidente garantía para la integridad territorial de nuestro país – sobre todo del Departamento de Santa Cruz, amenazado por el naciente imperialismo del Plata – dando iniciación a una política de seguridad colectiva que, semejante a la creada en favor de Suiza, pero sin las desventajas de la neutralización de ésta, permita a Bolivia desenvolver sus actividades y realizar su progreso libre de toda amenaza y peligro exteriores.²¹¹

Os acordos representavam, portanto, um instrumento de estabilidade na geopolítica sul-americana, senão aos olhos brasileiros, certamente aos dos bolivianos, assustados com os vizinhos ambiciosos interessados em seu território e em seus recursos naturais. Naquele mesmo documento, reforçando sua preocupação com o Paraguai e entendendo o Brasil como um aliado fundamental por meio dos acordos, o embaixador afirmou:

Mediante esa obra de conjunto, que debe ser apreciada en todos sus alcances y proyecciones, Bolivia da, pues, un sentido, una orientación a su política externa, y a la vez cruza en el hecho dos objetivos latentes del Paraguay: el objetivo económico de apoderarse del petróleo boliviano y el objetivo político de segregar el departamento de Santa Cruz.²¹²

Para a Bolívia, os acordos representavam várias soluções para vários problemas pendentes. Ainda que o petróleo não fosse de imediato

²¹¹ Comunicado reservado da Embaixada da Bolívia no Brasil para o Ministério das Relações Exteriores em La Paz. 11 de julho de 1938, páginas 1, 2 e 3.

²¹² Ibidem, página 3.

explorado, como de fato não foi, a ligação ferroviária com o Brasil e a existência de um tratado como aquele com a potência sul-americana, já ajudaria a amedrontar os vizinhos Paraguai, Argentina e Chile, tidos como usurpadores da integridade e da soberania bolivianas.

Naquele momento, 1938, a opinião pública boliviana, através de parlamentares e órgãos de imprensa, questionou a entrega do petróleo à exploração brasileira. O embaixador boliviano no Brasil defendeu as cláusulas do Tratado, afirmando que a soberania boliviana não estava sendo arranhada, e que as negociações foram feitas com honestidade e simplicidade. Disse que era preciso reconhecer que, sem recorrer ao Brasil, a Bolívia, sozinha, não tinha como explorar esse recurso natural, e, assim, o petróleo ficaria inexplorado no subsolo, e o país carecendo de divisas para seu desenvolvimento, sem falar no perigo que vinha do Prata. Conclamando o parlamento boliviano a aprovar o tratado, ele concluiu:

Ni en hipótesis me parece que se pueda admitir ahora el rechazo de la Convención a los tratados suscritos con el Brasil. Eso significaría no únicamente la destrucción de una obra internacional laboriosamente realizada en beneficio nacional, sino también falta de respeto a la palabra empeñada por el Gobierno en nombre del país, y al colocar a Bolivia en situación inamistosa con relación al Brasil, la entregaría a merced del juego internacional de la Argentina, acabando con la posibilidad de hacer una política de equilibrio y de distribución de intereses entre los dos grandes países del Atlántico.²¹³

O Tratado de 1938 teve muitos críticos, e, estes, afirmavam que não se levava em conta a realidade de subdesenvolvimento dos dois países para a exploração de petróleo por sociedades mistas. Também, não havia capitalistas especializados, nem no Brasil, menos ainda na Bolívia, para formar tais sociedades. Além disso, a YPFB não tinha recursos para investir, e, desta forma, o convênio seria impraticável. (MIRABAL, 1996, pp. 58 a 60) Como exemplo do tom vago no tratado, em princípio não havia área delimitada para a exploração brasileira. Somente uma nota reversal, quatorze

²¹³ Comunicado reservado da Embaixada da Bolívia no Brasil para o Ministério das Relações Exteriores em La Paz, 11 de julho de 1938, páginas 11 e 12.

anos depois, de 17 de janeiro de 1952, estabeleceu este limite, equivalente a 3.521.329 hectares.

Com a morte de Busch, o vice-presidente, Enrique Baldivieso, do ex-Partido Socialista, que se demitira do governo Toro descontente com o “socialismo” bastante incipiente, foi desconsiderado no momento da posse. O general Carlos Quintanilla, na ocasião chefe do exército, como Busch o fora também, assumiu provisoriamente a presidência, prometendo continuar a obra de seu antecessor, porém, ato após ato, foi desmanchando as conquistas nacionais e populares do pós-Guerra do Chaco. O governo seguinte, de Enrique Peñaranda, fez o mesmo, de forma que a Bolívia voltou ao estágio em que estava antes da guerra.

Los gobiernos de Quintanilla y Peñaranda representan en la historia boliviana el período de reacción que siguió al movimiento popular y democrático de la postguerra, encabezado por obreros, estudiantes y excombatientes y cuya expresión – incompleta y deformada – fueran los gobiernos de Toro y Busch. En este período la reacción pasando a la contraofensiva, consiguió anular todas las conquistas nacionales y populares de la postguerra. El poder económico y político de la gran minería sobre el Estado fue plenamente restablecido. (ALMARAZ, 1957, pp. 122 e 123)

A YPFB sofreu nesses governos, foi mesmo sabotada, uma vez que os círculos políticos ligados à Standard Oil voltaram ao governo. Segundo Almaraz (1957, p. 123), os ex-advogados da empresa norte-americana tinham em suas mãos o planejamento e a execução da política exterior da Bolívia. Se assim foi, fica mais claro entender o porquê do não cumprimento do Tratado de 1938 com o Brasil. Se de um lado não houve empenho suficiente por parte do Brasil, desinteresse motivado, também, pela luta política interna em torno do petróleo e da Petrobrás, do outro o governo boliviano não se esforçou para fazer este tratado ser posto em prática, atendendo desta forma à vontade da Standard Oil naquele território. O próprio Departamento de Estado dos EUA interferiu várias vezes a favor desta companhia, em detrimento dos interesses bolivianos.

Em 1940, no contexto já da Segunda Guerra Mundial, o Departamento de Estado norte-americano, em nota ao governo boliviano, aconselhou um acerto de contas com a Standard Oil. Devido à guerra, tanto os monopólios ingleses como alemães não estavam em condições de fazer frente ao truste norte-americano, e, assim, este último aproveitou o momento para angariar mais alguns privilégios na América Latina.

Lo cierto es que, aun antes de la nota de 28 de marzo de 1940, el país fue víctima del Departamento de Estado. A los representantes de Bolivia en el exterior los diplomáticos norteamericanos no perdían oportunidad de ‘aconsejarles’ un pronto acuerdo con la Standard Oil. Cuando el país concluyó con la República Argentina los tratados de vinculación ferroviaria y para la venta del petróleo, el embajador norteamericano en ese país se interpuso para impedir la aprobación de los convenios, denunciando que el petróleo que quería vender no era de propiedad del gobierno boliviano. (ALMARAZ, 1957, p. 125)

Trata-se de uma demonstração clara de que, ao se confrontar com os interesses econômicos das companhias norte-americanas, a soberania nacional e a autodeterminação dos povos, apesar de constarem nos discursos, de nada valiam. Em comunicação confidencial ao chanceler boliviano em La Paz, o embaixador da Bolívia em Washington deixou clara a intromissão do governo norte-americano a favor dos negócios da Standard Oil:

Iba, pues, a despedirme del señor Duggan cuando este me expresó su deseo de tocar el asunto de la Standard Oil. Al efecto, se apresuró a manifestarme que lo hacía en calidad de amigo, despojándose de toda investidura oficial, no teniendo, desde luego, autorización alguna para darme a conocer sus impresiones, por otro lado, exclusivamente personales.²¹⁴

Mas, como outros parágrafos e comunicados irão mostrar, não se tratava de uma impressão pessoal, mas de uma política de Estado. O “amigo”, Chefe da Divisão Latino-Americana, alertou que o precedente boliviano poderia estimular outros países da América Latina a seguirem o

²¹⁴ Comunicação da Embaixada da Bolívia em Washington para o Ministro das Relações Exteriores em La Paz, em 21 de fevereiro de 1938, página 1.

mesmo caminho, e isto contrariava a política de boa vizinhança dos EUA e colocava em risco a própria democracia. Interessado também nas eleições norte-americanas, lembrou que se o governo não lograsse um acordo entre o governo boliviano e a companhia, a própria continuação dos democratas à frente do governo norte-americano ficaria ameaçada:

Este funcionario cree advertir en todo ello un peligro para las fuerzas demócratas en la próxima lucha eleccionaria; tal vez un factor que pudiera llevarlas a la derrota y permitir, nuevamente, el triunfo del partido republicano, defensor de la alta finanza y de las grandes empresas.²¹⁵

Temos um aparente paradoxo na afirmação acima. Parece que o Sr. Duggan aconselhou o governo boliviano a indenizar uma grande companhia monopolista ligada às altas finanças, sob risco dos republicanos ganharem a eleição seguinte e praticarem a mesma política. Assim mesmo, houve quem na Bolívia, e, pior, no governo, aceitasse o conselho de “amigo”.

O chanceler Ostria Gutiérrez, responsável pela assinatura do Tratado de 1938 com o Brasil representando o governo boliviano, não viu na ação do Departamento de Estado dos EUA intromissão e atentado à soberania de seu país, mas uma preocupação com um amigo, um gesto de amizade. E, de maneira bastante eloquente, disse que “ ‘Si Bolivia no insiste en su pedido de cooperación económica, Estados Unidos no insistirá en la cuestión de la Standard.’ “ (Apud ALMARAZ, 1957, pp. 127 e 128)

A política imperialista norte-americana apareceu, nas palavras do chanceler, com um eufemismo bastante infeliz. A ajuda econômica que o governo boliviano tentava junto ao governo dos EUA, era para a construção da via ferroviária ligando Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra. Este pedido tornou-se possível, mesmo após a nacionalização do petróleo e a expulsão da Standard Oil, pois, com o início da guerra, em 1939, o estanho voltou a ter uma importância estratégica para a indústria bélica. Com receio de que os governos inspirados no fascismo europeu vendessem esta matéria-prima

²¹⁵ Idem, pp. 2 e 3.

para os alemães, os EUA aproximaram-se com cuidado dos bolivianos para que o maior produtor mundial de estanho o reservasse para o esforço de guerra norte-americano. Segundo o historiador Fernando Baptista Gumucio, durante os seis anos de guerra, a Bolívia concedeu uma insólita “ajuda econômica” aos EUA, pois o estanho, vendido por preço menor que o do mercado internacional (aliás, inflado por conta da guerra), preço este controlado pelo governo boliviano, proporcionou aos EUA uma diferença positiva de 670 milhões de dólares. A Bolívia integrou, assim, o conjunto de países das zonas de influência da potência norte-americana, que asseguraram matérias-primas para o esforço comum para derrotar o nazismo e garantir a vitória da democracia:

Los mineros silicosos de Bolivia aparecían así – sin saber donde quedaba Alemania ni quién era Hitler – como los más firmes sostenedores del esfuerzo de la guerra, ayudando de paso a las grandes potencias para que transfirieran sobre sus escuálidos hombros por lo menos una parte de los costos de la guerra. (GUMUCIO, 1996, p. 130)

Enquanto isso, o embaixador boliviano em Washington se sentia pressionado pelo Departamento de Estado, e, em comunicado “Muy Reservado”, desabafou com o chanceler sobre a insistência do governo norte-americano:

En [muchas] ocasiones, hube de limitarme a responder a preguntas, cada vez más insistentes, empeñándome en defender la posición adoptada por ese Gobierno. Y mi actitud seguirá siendo la misma. No puedo ocultar a Usted que, de un tiempo a esta parte, los señores Welles y Duggan abordan la cuestión de la Standard Oil cada vez que les visito con asuntos del servicio, particularmente los relacionados con el Chaco.²¹⁶

Diante de tais investidas, aproveitando o recesso do Congresso em janeiro de 1942, o governo boliviano indenizou a Standard Oil em US\$ 1.750.000,00. Querendo fazer parecer uma compra e não uma indenização,

²¹⁶ Comunicação da Embaixada da Bolívia em Washington para o Ministro das Relações Exteriores em La Paz, em 18 de março de 1938, páginas 1 e 2.

ou pior, uma capitulação diante de fortes interesses estrangeiros, o governo justificou o valor como sendo a compra dos planos de exploração das áreas pertencentes à companhia norte-americana. Para evitar nova campanha em torno do petróleo, contra a Standard e contra o governo, este último recorreu à repressão: impôs a censura à imprensa e prendeu opositores:

[...] Nada se respetó: ni los fueros del poder legislativo, ni la potestad de la justicia boliviana, ni las leyes del país. El proceder ilegal de los miembros del poder ejecutivo era un final apropiado para el camino de arbitrariedades y desprecio a las leyes nacionales recorrido por la Standard Oil en Bolivia. (ALMARAZ, 1957, p. 131)

Para satisfazer os interesses da empresa estrangeira, o governo não poupou esforços. Além da censura e da repressão aos opositores, aludiu até à suposta expansão brasileira (imperialista?) em território boliviano, por meio da construção da Estrada de Ferro Corumbá - Santa Cruz, cláusula importante do Tratado de 1938. Esta expansão, dizia o governo, se dava “dia e noite, e a cada 24 horas se avança um quilômetro”, e, ao invés de prestarem atenção à investida brasileira, criticava-se o acordo com a Standard Oil. O interessante foi o uso de um pretenso imperialismo brasileiro para encobrir a escancarada política imperialista norte-americana. Aos olhos do governo do General Peñaranda, o perigo era o Brasil.

Como previra parcialmente Agustín Iturricha, o pós-guerra na Bolívia foi marcado não pelo comunismo ou pelo levante indígena, mas por uma sucessão de golpes militares e ditadores em fileira no Palácio Quemado. Assim, em dezembro de 1943, mais um militar deu um basta a uma ditadura para iniciar outra: Gualberto Villarroel. Outra vez, dando vivas à liberdade e prometendo novos dias para a população boliviana, o novo governo ascendeu sob os auspícios do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), que integrou o governo assumindo ministérios e prometendo um período revolucionário. O chefe do MNR, Victor Paz Estenssoro, futuro presidente da República, assumiu o Ministério da Fazenda, sendo o principal nome do

governo Villarroel. O manifesto inicial do governo dizia: “Bolívia recobra hoy, mediante las armas y el espíritu patriótico de sus hijos, la condición de Estado libre y soberano.” (GUMUCIO, 1996, p. 140)

O novo governo não esqueceu, no entanto, de frisar sua fé na democracia e exaltar sua solidariedade com os interesses norte-americanos. É um típico caso de ruptura sem quebra, ou, uma maneira de afirmar que o nacionalismo tem limites. Procurou-se um reconhecimento de peso internacional para legitimá-lo, porém, na imprensa conservadora e no Departamento de Estado dos EUA, difundiu-se a idéia de que o novo governo tinha um timbre nazista. Na realidade, o que os EUA queriam era a total capitulação do governo já em seu início, e usou como moeda de troca o reconhecimento. A maior democracia do mundo (sic) reconheceu a nova ditadura sul-americana mediante a troca de dois ministros “nazis” (Carlos Montenegro e Augusto Céspedes, ambos do MNR), na verdade, nomes renitentes aos interesses de empresas norte-americanas. Também, para justificar tamanha campanha, exigiram a deportação para os EUA de japoneses e alemães residentes no país, que foram encaminhados para campos de concentração, e os bens dessas famílias foram confiscados pelo Estado boliviano²¹⁷. (GUMUCIO, 1996, pp. 140 e 141)

No campo ainda do reconhecimento, Villarroel convocou uma Assembléia Constituinte, para cuja eleição de representantes o MNR obteve maioria de cadeiras. O presidente, no entanto, se fez eleito indiretamente (como outros o fizeram antes) pela Assembléia, dando, novamente na Bolívia, certo verniz constitucional ao seu governo.

Fue el MNR, en sus períodos de cogobierno, el que dio al régimen de Villarroel un contenido de defensa de los intereses nacionales y populares al margen de medidas espectaculares. Hubo paz social y las grandes empresas mineras atravesaron por un período de auge, con enormes beneficios que se quedaban fuera del país, ya que en 1945 se exportaron 45.000 toneladas de estaño, cifra récord desde 1929. [...] (GUMUCIO, 1996, pp. 148 e 149)

²¹⁷ Segundo Chiavenato (1981, p. 128), foram enviados 29 japoneses e 47 alemães aos campos de concentração norte-americanos.

Envolto em contradições, Villarroel prometeu nacionalizar as minas de estanho, e, incapaz de medida tão radical, aos trabalhadores sequer conseguiu aumentar os salários; a perseguição aos empresários do estanho ficou somente em querelas burocráticas; esbravejou contra o imperialismo norte-americano, mas o máximo que pleiteou foi o aumento do preço do estanho em época de guerra. No entanto, com a mobilização do Departamento de Estado dos EUA, e a apresentação de documentos que ligaram Villarroel com o nazi-fascismo, teve que recuar e aceitar os preços “democráticos” do estanho para contribuir no esforço de guerra com os aliados. Aos poucos, os aliados internos o abandonaram. Mediante campanha levada a cabo por estes, pelo governo dos EUA, parte da imprensa e da oligarquia, esta última temendo um golpe desesperado do presidente apelando às massas e nacionalizando as minas de estanho, e, após responder a uma tentativa de golpe com alguns fuzilamentos, uma população enfurecida e em muito manipulada invadiu o palácio. Inspirada nas imagens de Mussolini, morto e pendurado em praça pública, promoveu o mesmo com o presidente e seus seguidores mais próximos. Era 1946, e outro governo de exceção, que, a rigor, já se tornara tradição, assumiria o posto.

O presidente da Corte Superior de La Paz, o organismo mais conservador da Bolívia, assumiu o governo na intenção de restaurar a velha ordem, ou seja, colocar no governo os representantes da velha oligarquia de antes da Guerra do Chaco. Em eleições onde violência e fraude foram regras, ganharam Enrique Hertzog e Mamerto Urriolagoitia. Marcado pela repressão aos trabalhadores (das cidades, das minas e do campo) e, de novo, impossibilitado de, ao mesmo tempo, satisfazer os interesses dos grandes empresários das minas, dos trustes norte-americanos e conter a reação da população faminta, Hertzog se retirou da Presidência com uma crise nervosa, e seu vice apelou para os mesmos instrumentos, visando conter as lutas sociais. Tais medidas de repressão provocaram, por exemplo, a tomada de dois reféns norte-americanos (técnicos das minas de estanho) por trabalhadores das minas, que, diante da ofensiva das tropas do governo, os

mataram, ao que os militares responderam com 144 trabalhadores mortos. (GUMUCIO, 1996, pp. 171 e 172)

Em 1951, nas eleições gerais, apesar dos esforços das forças tradicionais e conservadoras, o MNR, de Paz Estenssoro, levou a melhor, elegendo Estenssoro presidente e Siles Zuazo vice. O presidente, no entanto, apelou para um auto-golpe, conhecido como “mamertazo”, o que não era novo na América do Sul, e, invalidando as eleições, alegando um pacto secreto entre o MNR e o Partido Comunista recém-criado no país, entregou o governo ao General Hugo Ballivián, que montou imediatamente um gabinete militar. Mais uma vez a Constituição foi rasgada e substituída por atos ditatoriais.

Foi no contexto desse golpe, o “mamertazo”, que irrompeu a Revolução de 1952, que, em princípio, outra coisa não foi senão uma reação articulada pelo MNR para fazer valer os resultados das urnas no ano anterior. E, com a ascensão do MNR ao governo, tendo os setores importantes da sociedade, como trabalhadores e estudantes, apoiando o novo regime, medidas de impacto foram tomadas para transformar a sociedade. Porém, por não contarem com a radicalidade necessária, tornaram-se reformas insuficientes para mudar a sociedade boliviana e romper com qualquer forma de imperialismo, seja o norte-americano, ou mesmo o “subimperialismo” brasileiro.

4.3 - A Revolução de 1952: limites e contradições

Para se ter uma noção do país que os “revolucionários” reencontraram em 1952, basta uma rápida passada de olhos no Informe Keenleyside.²¹⁸ Indicou que as empresas mineradoras não colaboravam no

²¹⁸ Esse relatório, fruto de uma missão das Nações Unidas que durante quatro meses visitou a Bolívia, em 1950, leva o nome de seu diretor. Esta missão foi composta por 22 especialistas em diversas áreas, cujo diagnóstico permitiu conhecer a realidade sócio-econômica do país. (GUMUCIO, 1996, p. 178)

desenvolvimento do país e que menos de 2% do território boliviano, ou seja, 21 mil km² era cultivado em 1950, numa área total de quase 1 milhão e cem mil km². Assim, além de ter de importar produtos básicos como arroz, farinha, trigo e açúcar, uma massa de camponeses, em sua maioria indígena, não tinha acesso à terra, tendo que se submeter à exploração quase escrava dos proprietários, que pagavam com comida o trabalho feito em suas terras. Como conseqüências, grande parte da população era analfabeta, enferma e a mortalidade infantil extremamente alta, onde apenas um terço das crianças conseguia chegar aos cinco anos de idade. O interessante é que a missão da ONU apontou, no relatório, um dos efeitos da política imperialista como causa da situação do país, sem aludir, é claro, a este fenômeno:

“El deber primordial de la misión era encontrar una explicación satisfactoria de este contraste paradójico entre la riqueza potencial de Bolivia y el poco éxito de su pueblo en transformar esa riqueza en manifestaciones concretas de una economía nacional próspera. Los miembros de la misión creen que la explicación de la paradoja se encuentra en la inestabilidad gubernamental y administrativa que ha caracterizado a la historia de esta nación.” (Apud GUMUCIO, 1996, p. 178)

Com esse quadro sócio-econômico, podia se esperar muito de um partido como o MNR, dito revolucionário. Fundado em 1941, no calor da Segunda Guerra Mundial, o MNR, apesar da denominação (Movimento Nacionalista Revolucionário), já mostrava sinais de apoio ao nazi-fascismo. Chiavenato (1981, pp. 162-164) afirma que existia um sentimento anti-semita num país onde não havia judeus. O partido chegou a integrar o gabinete de Villarroel, cuja fama e tragédia deveram-se, em boa parte, à defesa de idéias fascistas. Durante o governo de Urriolagoitia - o presidente responsável pelo “mamertazo” -, o MNR optou pela conspiração para chegar ao governo, uma vez que as eleições eram controladas e, como em 1951, quando a oposição ganhava, um novo golpe se anunciava. Aproveitando-se da insatisfação geral dos trabalhadores que exigiam melhores salários e condições, o MNR armou

uma milícia que, em abril de 1952, destituiu o governo e empossou os eleitos de 1951.

Trabalhadores das minas, camponeses, indígenas e estudantes armaram-se e depuseram o governo do General Ballívian, mas, querendo aprofundar a conquista, exigiram do governo medidas mais radicais para a transformação da sociedade. A COB (Central Obrera Boliviana), recém-criada, assumiu funções políticas, uma vez que os partidos políticos de esquerda eram pequenos e débeis²¹⁹. Uma comissão nacional se encarregou de estudar a nacionalização das minas, e, após seis meses, vieram as propostas: o POR (Partido Obrero Revolucionário)²²⁰ recomendou a expropriação sem indenização e a administração deveria ser passada aos operários diretamente; o MNR, no entanto, consentiu no segundo item, mas preferiu a nacionalização mediante indenização:

La brutalidad de Urriolagoitia, el fracaso electoral de 1951 y el golpe militar, no hicieron otra cosa que abreviar los días de la minería. Con Hertzog en el gobierno, el momento del asalto revolucionario se habría postergado y si los resultados de las elecciones de 1951 se respetaban, la minería, en el último momento, habría podido eventualmente evitar el desastre. La situación de un gobierno nacido de una insurrección popular es radicalmente diferente a la que deriva del mecanismo electoral. La historia en ciertos instantes es inexorable. Cuando los militares alentados por la minería, decidieron tomar el gobierno desconociendo los resultados electorales de 1951, en ese mismo momento se puso en marcha el 9 de abril. La minería firmó su propia sentencia. (ALMARAZ, 1980, pp. 116 e 117)

Em maio, um mês após a tomada do governo, a COB lançou um manifesto, o “Programa de Abril”, onde pediu a nacionalização das minas,

²¹⁹ Saravia afirma que havia um co-governo entre MNR e COB, uma vez que esta última se encarregava de articular o movimento sindical e popular para apoiar o governo. Enquanto o MNR se encarregou de construir sua hegemonia no campo político, na sociedade civil esta tarefa esteve a cargo da COB. (2001, pp. 81 e 82)

²²⁰ O POR, partido trotskysta liderado por Guillermo Lora, foi o partido de esquerda mais importante até a Revolução de 1952, marcando presença nos sindicatos mineiros e na classe média. Com a vitória do MNR, alguns quadros deixaram o POR e seguiram para a legenda de Paz Estenssoro e Siles Zuazo. (SARAVIA, 2003, p. 81) Segundo a OSS, o POR teria sido criado somente em 1955 como resultado de um “racha” no MNR, defendendo uma “oposição moderada” ao governo de Paz Estenssoro. (OSS, rolo VI, fotograma 0107, de 31/01/1958)

controle operário nas indústrias, abolição do latifúndio, monopólio do comércio exterior, reforma educativa, democracia para as massas, salário vital e móvel de acordo com as necessidades dos trabalhadores entre outras demandas. (GUMUCIO, 1996, p. 192)

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia boliviana foi sustentada basicamente pela produção de estanho, que estava em crise devido à queda dos preços decorrente da diminuição da demanda nas nações industrializadas.²²¹ Com a Revolução de 1952, o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário, de Paz Estenssoro, atendendo a um reclamo popular, nacionalizou as propriedades dos barões do estanho. Até então, Rothschild, Patiño e Aramayo haviam se tornado uma espécie de Estado dentro da nação, além de obstáculos a qualquer transformação nacional.²²²

Mas, no caso da nacionalização dessas minas, a indenização compensou de longe aos empresários. Segundo Chiavenato (1981, pp. 171 a 174), o valor chegou a 22 milhões de dólares durante os governos do MNR (12 anos), e não contando com refinaria alguma, o país depois teve que se render a acordos com os EUA e com os próprios empresários, a essa altura sediados no país do Norte.

Com relação à reforma agrária, o que houve foi a multiplicação do minifúndio, sem posterior ajuda econômica, técnica ou qualquer plano de desenvolvimento agrícola. Sentindo-se “dono”, o pequeno proprietário aliou-se ao governo para manter sua posse. Desta forma, os indígenas, até então uma força revolucionária, passaram a ser uma força estabilizadora interessada agora na conservação de seu *status quo*.

Quando o MNR fez a tal reforma, em agosto de 1953, os trabalhadores rurais já haviam tomado a terra para si e expulsado, em alguns

²²¹ Segunda maior produtora de estanho do mundo, atrás apenas da Malásia, a Bolívia em 1930 teve neste produto 74% de suas exportações, e outros minérios (prata, chumbo, zinco, cobre, bismuto, tungstênio e antimônio) responderam por mais 20%. (AYERBE, 2002, p. 96)

²²² Ainda segundo Ayerbe (2002, p. 96), Simon Patiño controlava quase 59% da produção de estanho do país em 1929; Mauricio Rothschild detinha 10% e Felix Aramayo respondia por 5%.

casos, assassinado, em outros, alguns proprietários resistentes à nova ordem. Assim, o governo apenas reconheceu a nova situação, concedendo títulos sobre a pouca terra desocupada, apenas 13,1% , o equivalente a 1.441 proprietários, do total de 11 mil grandes fazendeiros antes da Revolução. Os outros 86,9% de grandes proprietários foram poupados pelo artigo 31 do texto da reforma, que não considerava latifúndio a terra cujo proprietário tivesse investido em máquinas e melhoramentos. Foram renomeadas “médias” propriedades. (CHIAVENATO, 1981, p. 169)

Até então, no campo predominavam relações pré-capitalistas, e, segundo Gumucio (1996, p. 203), apenas 4,5% dos proprietários retinham 70% de toda propriedade agrária privada, enquanto os camponeses, que constituíam 75% da população boliviana, ficavam com apenas 4% da terra.

Na Bolívia, não era apenas o MNR que carregava contradições entre seu nome, seu programa e suas ações. Havia por exemplo a FSB – Falange Socialista Boliviana -, partido inspirado pelo clero, que surgiu após a Guerra do Chaco, em 1937, como uma reação ao temor do comunismo tomar conta do país, no contexto da revolução espanhola e da linguagem cada vez mais perigosa da esquerda²²³. Em seu programa, a Falange afirmava que “baseia-se principalmente em seu exaltado fervor patriótico e em seu conceito nacionalista violento.” (CHIAVENATO, 1981, p. 119) Pregando a cooperação entre as classes para evitar a luta entre elas, esse partido nunca conseguiu um apoio popular ostensivo e significativo. Segundo Gumucio (1996, p. 211), a FSB tornou-se o principal partido de oposição ao MNR, para onde correram os que acreditavam que antes se vivia melhor. Nos anos 60, por outro lado, teve papel importante na arquitetura de golpes militares. Entre 1952 e 1964, houve um interregno, um período de exceção na Bolívia, pois, ainda que numa democracia burguesa muito insegura, houve eleições e cessaram, por doze anos, os golpes militares. Mas eles voltariam.

²²³ Inspirada no falangismo espanhol, a FSB tinha o apoio dos setores que teriam perdido privilégios com a Revolução de 1952, até porque os antigos partidos representantes da oligarquia haviam desaparecido. (SARAVIA, 2003, p. 81)

Nos primeiros momentos da Revolução, os países vizinhos e, mesmo, os EUA, acompanharam com atenção os desdobramentos “revolucionários”. No Brasil, diante do temor de uma virada comunista na Bolívia, o governo de Getúlio Vargas não reconheceu de imediato o novo governo, aguardando um pronunciamento de La Paz. Duas semanas depois do movimento, o embaixador boliviano no Rio de Janeiro visitou o Itamaraty para entregar uma mensagem do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, na qual se destacava que o novo governo respeitaria os compromissos internacionais contraídos antes da Revolução. E, diante do temor que um comunista (sic), Juan Lechín, assumisse o Ministério das Minas e Petróleos, o embaixador esclareceu que

[...] tal suposición carece en absoluto de cualquier fundamento, destacando el carácter eminentemente nacionalista del nuevo Gobierno boliviano y de todos los miembros que integran el Gabinete ministerial. Demostré, además, que al igual que el régimen del Presidente Vargas tiende a la mejora y bienestar de las clases mayoritarias, sin que por ello puede ser calificado de comunizante, el probado interés de los dirigentes de los trabajadores bolivianos por depararles el mismo beneficio social no puede ser atribuido a orientaciones soviéticas, mucho mas si el partido al que esos jefes políticos pertenecen es esencialmente nacionalista y anticomunista.²²⁴

Como antes afirmamos, havia semelhanças entre discursos e acontecimentos no Brasil e na Bolívia. Acima, o diplomata boliviano comparou diretamente, sem mediações, o processo revolucionário na Bolívia com as mudanças empreendidas nos dois períodos do presidente Vargas. Além disto, no mesmo documento consta a preocupação brasileira com uma possível influência do regime peronista no novo governo, ao que o embaixador respondeu que a soberania e a independência da Bolívia seriam mantidas, bem como as relações estreitas e cordiais com o Brasil. Nas entrelinhas, talvez mesmo nas próprias palavras do embaixador, se quisermos lê-las de outro modo, estava a manutenção da Bolívia como zona de influência da

²²⁴ Comunicado reservado da Embaixada da Bolívia, no Rio de Janeiro, ao Ministério das Relações Exteriores, em La Paz. 24 de abril de 1952, páginas 1, 2 e 3.

política externa brasileira. Ou seja, soberania e independência em relação à Argentina, já em relação ao Brasil, ou mesmo aos EUA, a orientação seria diferente. Por fim, o embaixador revelou que tinha conhecimento da intenção do chanceler brasileiro de enviar um funcionário a La Paz, com o objetivo de obter uma declaração escrita do governo boliviano sobre os convênios relativos ao petróleo, e, uma vez expresso o compromisso de cumprir o acordado com o Brasil, este poderia retribuir com o reconhecimento do novo governo. Em outras palavras, o Brasil ofereceu o reconhecimento em troca da exploração do petróleo, e, diante do otimismo do embaixador, o governo boliviano pareceu aceitar a troca: petróleo por reconhecimento.²²⁵ Não começou muito bem o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário, que intentava transformações na Bolívia para salvaguardar sua independência e soberania.²²⁶

Ao mesmo tempo em que procurava acalmar e ganhar o reconhecimento do Brasil, o governo do MNR fez o mesmo com o governo norte-americano. Como bem expressou Gumucio (1996, p. 214), os adversários do regime consideraram um contra-senso um governo dito revolucionário, “antifeudal y antiimperialista” aceitar ajuda econômica dos EUA, opinião compartilhada até por alguns setores do próprio MNR. No entanto, justificando com a terrível situação econômica do país, num momento em que os preços do estanho haviam baixado muito, cerca de 30% em apenas um ano, o governo solicitou ajuda do governo dos EUA, que aproveitou esta política de “ajuda” para pressionar e distorcer, como se fosse preciso, o processo revolucionário.

Gumucio (1996, p. 220) destaca que, de 1946 a 1974, a “ajuda” norte-americana somou, segundo dados oficiais, US\$ 664.700.000, ao passo

²²⁵ Idem, p. 6.

²²⁶ O governo dos EUA também não se assustou com o novo governo boliviano. Entendeu que o MNR conseguiu sufocar o movimento trabalhista e não atrapalhava os negócios das empresas petrolíferas norte-americanas. Relatório da OSS, rolo VI, fotograma 0137, 05/02/1959.

que a ajuda da Bolívia aos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, devido ao congelamento do preço do estanho, chegou a US\$ 670.315.000.²²⁷

O governo do MNR foi rapidamente desiludindo os que contavam com uma revolução. O partido, que com o movimento de 1952 impulsionou e fortaleceu os movimentos populares, em 1956 lutou para enfraquecê-los. Um marco desta virada política foi o Código do Petróleo, que atrelou a exploração deste recurso mineral às empresas multinacionais, sobretudo norte-americanas.²²⁸

No âmbito do marxismo, a questão de se a revolução pode ou não ocorrer em países de capitalismo atrasado tem sido abordada. O próprio Marx, em certo momento, se deparou com este questionamento, não negando tal possibilidade. Se isto parece longínquo nos anos 50, lembremos que, em 1959, Cuba deu o exemplo de país com um proletariado em formação e, portanto, bastante incipiente, sem uma classe operária *stricto sensu* e sem um partido comunista como dirigente político, que encaminhou um processo revolucionário rompendo com a ordem capitalista²²⁹.

O que ocorreu na Bolívia, naqueles anos, repetiu-se, mais ou menos ao mesmo tempo, nos países vizinhos: a crítica ao imperialismo é cessada quando pode desembocar em lutas de classes, e os trabalhadores, neste processo, assumirem a condução das transformações. Assim, as reformas sociais são feitas dentro dos marcos capitalistas. A “revolução” vira reforma. Os “revolucionários” de 1952 não lograram sequer constituir com um mínimo de solidez uma democracia burguesa, tendo em vista a curta duração deste regime. E mesmo os militares, a partir de 1964, não conseguiram,

²²⁷ O último número é corroborado por Ayerbe (2002, p. 97), baseado em dados do Conselho Internacional do Estanho.

²²⁸ Também por isso a aliança entre MNR e COB durou até 1956, devido à opção feita pelo partido governante pela estratégia do populismo para legitimar-se. O rompimento desta aliança fortaleceu as Forças Armadas, que apareceram como força repressora dos movimentos populares que pudessem extrapolar os limites da democracia liberal. Isso teria aberto caminho para o “ciclo militar” e as ditaduras a partir de 1964. (SARAVIA, 2003, p. 82)

²²⁹ Essa questão, entre outros, foi desenvolvida por Emir Sader em Marx/Engels (1998, pp. 179 a 185).

também, impor um regime minimamente estável, tendo em vista a sucessão de governos que mal duravam, em média, sete meses.²³⁰

Na impossibilidade de tomar a direção do movimento, os trabalhadores lograram, pelo menos, algumas conquistas para o prosseguimento em busca de uma outra ordem. Aqui, destaca-se a chegada de relações capitalistas ao campo, e o direito de voto aos maiores de 21 anos, ou, a extensão da cidadania política aos analfabetos, que representavam 70% da população (AYERBE, 2002, p. 98), aos indígenas, 85% da população, direito estendido também às mulheres.

Com relação ao petróleo, a nacionalização das empresas estrangeiras, representantes, para a opinião pública, do imperialismo, foi feita para logo em seguida, no último ano do mandato auto-conferido de Paz Estenssoro, ser na prática revogada, quando foi aprovado o novo Código do Petróleo, que, para Almaraz (1957), foi o marco da (re) entrega do petróleo aos trustes norte-americanos. Este Código, no artigo 8º. por exemplo, prevê que a empresa concessionária “representará o Estado na exportação do petróleo cru e de seus derivados.”²³¹ Já a Constituição Política do Estado, no seu artigo 110, não prevê tal possibilidade. Ou seja, para satisfazer as exigências de trustes estrangeiros, representados por sua ponta-de-lança, o governo dos EUA, através de suas embaixadas, Departamento de Estado, organismos e agências, o governo boliviano esqueceu até a Constituição de 1948, em vigor ainda naqueles “revolucionários” anos.²³² Foi um jornal, o *El Diario* (22/5/1958, p. 5), de La Paz, que chamou a atenção para o fato, lembrando ao governo esta contradição, mas, em seguida, recomendou que, diante de tal impasse, se revisse imediatamente o ... artigo 110 da Constituição. O matutino ainda apontou que isso poderia atrapalhar a chegada da empresa Fish, que viria para explorar a área de Madrejones,

²³⁰ Entre 1964 e 1982, quando a Bolívia teve uma sucessão de governos militares ditatoriais, a exceção foi Hugo Banzer, que ficou à frente do governo por sete anos. Todos os outros ficaram em média sete meses. (GIL, 2003, p. 16)

²³¹ República de Bolívia. Código del Petróleo. Edición Oficial. La Paz: Y.P.F.B, 1955, p. 7.

²³² República de Bolívia. Constitución Política del Estado. Edición autorizada. La Paz: Editora Universo, 1948, página 61.

como veremos adiante. O governo não mexeu nem no Código do Petróleo, nem no artigo 110 da Constituição. Como o artigo em questão estabelecia que a exportação de petróleo se fizesse somente através do Estado ou de uma entidade que o representasse, e, naquele momento, já era a YPFB, podia entender-se que isto daria margem a reclamações e críticas dos “contra-revolucionários”, ou seja, dos críticos do imperialismo. Mas o próprio Código do Petróleo estabeleceu que as empresas concessionárias representariam o Estado, num claro enfraquecimento da entidade estatal e numa sobreposição do Código, ou seja, dos interesses dos trustes petrolíferos, sobre a Constituição.

No artigo 150 há outro exemplo de preocupação com os interesses das companhias petrolíferas. Ali se trata da possibilidade de se decretar a caducidade da concessão, caso a empresa deixe de pagar os impostos devidos. Mas, diz o texto, caso isto ocorra devido a algum desacordo entre o concessionário e a Direção Geral de Petróleo, tudo bem, a caducidade ficaria suspensa até um acordo entre as partes. Como veremos adiante, o Código de Petróleo do governo revolucionário do MNR não parecia ter sido redigido por bolivianos. E não o foi.

4.4 - Roboré, ou a submissão ao capital estrangeiro

Diante da crise econômica, o governo decidiu orientar o aproveitamento do potencial petrolífero com participação de empresas estrangeiras, daí a YPFB ter realizado seu primeiro contrato de operação conjunta com o empresário dos EUA, “McCarthy”, em 29/9/1952. O nacionalismo e o pendor revolucionário tinham um claro limite.

Com os problemas da depressão econômica, ainda, o governo recorreu à embaixada norte-americana em La Paz. Como o governo boliviano atuava de acordo com a política dos EUA, este último subscreveu um plano de ajuda denominado “Ayuda Americana”, consistindo na doação de

excedentes agrícolas e dotação de créditos.²³³ Foi criada a oficina USAID, para a função de auxílio econômico e financeiro e com muita influência no próprio governo de La Paz. (MIRABAL, 1996, pp. 58 a 63)

Os monopólios petrolíferos dos EUA, vendo que o furor revolucionário do governo boliviano não era forte, se interessaram em explorar na Bolívia e, com a ajuda do governo norte-americano, conseguiram concessões preferenciais que outras companhias de outros países não lograram obter, como por exemplo, as já mapeadas pela Standard Oil, que havia perdido suas concessões.

Así se conjuncionaron tres intereses: del gobierno boliviano de promover el desarrollo económico en base a la producción intensiva privada; de los consorcios norteamericanos de explorar el potencial petrolífero de Bolivia y del gobierno de los Estados Unidos de hacer prevalecer su política para el fortalecimiento de su economía cooperando a la expansión de sus inversionistas que llevan importantes utilidades a ese país. (MIRABAL, 1996, p. 64)

Para garantir os investimentos estrangeiros (leia-se: norte-americanos), o governo e os consórcios julgaram necessária uma Ley de Hidrocarburos, o Código de Petróleo. Em sua elaboração, o governo recorreu a uma comissão composta de funcionários da YPFB a fim de ajustar a lei aos interesses nacionais (lembramos que o contexto era revolucionário), mas, temendo a insatisfação dos investidores (a revolução boliviana não resistira a eles), deu a eles parte nesta comissão, através da “Misión de Operaciones de los Estados Unidos en Bolívia”, que encomendou seu texto ao escritório Schuster y Davenport, de Nova Iorque.²³⁴ Não deu outra: o Código de Petróleo permitiu que novamente empresas estrangeiras explorassem em território boliviano. Prevaleceu a vontade dos investidores sobre qualquer investida de cunho nacionalista.

²³³ No Brasil, foi o Acordo do Trigo entre 1954 e 1955, no governo Café Filho, o correspondente à “ajuda” norte-americana à Bolívia. Resultado de convênios assinados entre Brasil e EUA, este acordo previa o financiamento em cruzeiros de produtos agrícolas norte-americanos (“excedentes”). Foi criticado pelos grupos nacionalistas, sob o argumento de prejudicar os produtores nacionais em benefício dos norte-americanos. (COSTA, 2003, p. 15)

²³⁴ Além da historiografia (ALMARAZ, 1957; CHIAVENATO, 1981 E GUMUCIO, 1996), esse aspecto é fartamente mencionado na imprensa boliviana da época.

Segundo Mirabal, os consórcios dos EUA pressionaram o governo boliviano para revisar o Tratado de 1938 com o Brasil, principalmente a parte referente à exploração de petróleo, a fim de que outras empresas estrangeiras (leia-se: norte-americanas, dos mesmos consórcios) pudessem também explorar a área.

Enquanto isso, no Brasil, o ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, e o Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandez, se opuseram à exploração preconizada no Tratado de 1938, e negaram dinheiro para perfurar poços na Bolívia. Ambos tinham estreitas ligações com grupos financeiros internacionais que não viram com bons olhos as intenções nacionalistas do mesmo tratado e dos dois países:

Fernandez y Gudin se constituían, por tanto, en los intermediarios del capitalismo internacional, que impulsaban, desde el Brasil, la modificación del Tratado de 1938. (MIRABAL, 1996, p. 67)²³⁵

Quando o Presidente Siles Zuazo²³⁶ visitou o Brasil em 27/06/1956, a imprensa brasileira divulgou que ele se encontrou com Mr. Adolf Berle Jr., ex-embaixador dos EUA no Brasil e um dos grandes advogados dos trustes de Nova Iorque.²³⁷ Este último aqui esteve para “vigiar e orientar os passos” do presidente boliviano nas negociações. (MIRABAL, 1996, p. 68)

A pressão norte-americana sobre Brasil, Bolívia e a favor dos seus trustes, não parou por aí. Um empréstimo de doze milhões de dólares em 1957 à Bolívia, para desenvolver a indústria petrolífera (quer dizer, dar fôlego à YPFB) ficou condicionado à concessão de toda a área petrolífera que a chancelaria boliviana conseguisse retomar com os novos acordos (Roboré) do Brasil (área que estava prevista no Tratado de 1938 e delimitada com a nota reversal de 1952):

²³⁵ Sobre Eugênio Gudin e Raul Fernandez ver capítulos 2 e 3 desta tese.

²³⁶ Vice-Presidente de 1952 a 1956, foi eleito presidente num segundo mandato do período “revolucionário”, que coincidiu com o governo do presidente Juscelino Kubitschek.

²³⁷ Para mais informações sobre Adolf Berle Jr, ver nota 172 à página 149.

[...] realmente, había una influencia interesada del inversionismo petrolero norteamericano en la modificación del Tratado de 1938 para gestionar concesiones en el área reservada. (MIRABAL, 1996, p. 69)

Entretanto, preocupados com a opinião pública brasileira, que poderia influenciar na consecução dos Acordos de Roboré, em 1958, governo e imprensa bolivianos acompanharam com atenção o noticiário no Brasil. É o caso, por exemplo, do *La Nación*²³⁸ (22/03/1958, p. 4), que reproduziu matérias dos jornais *Última Hora* (31/01/1958) e *O Nacional* (12/02/1958), do Rio de Janeiro. Estes jornais, segundo o matutino boliviano, teriam destacado que o Chanceler Macedo Soares expôs sobre os acordos e, em seguida, um curioso debate teria sido travado entre Janari Nunes e Alexínio Bittencourt. Presentes à exposição estiveram gerais e empresários ligados à Refinaria Capuava. Recebida com simpatia pelo público, a fala do ministro foi sucedida por uma apresentação de Janari Nunes, com um contrato do governo boliviano com uma empresa norte-americana, e o presidente da Petrobrás teria afirmado que aquele era mais vantajoso do que Roboré, pois não obrigava a empresa a comprar o gás da área de exploração. O coronel Bittencourt, por sua vez, teria respondido que Roboré não podia ser reduzido a meros acordos comerciais, senão como compromissos políticos convenientes aos dois países. Segundo o *La Nación*, Janari Nunes foi convencido disso. Bittencourt, ainda, afirmara terem sido superadas muitas dificuldades para se chegar àqueles acordos. Insatisfeito com a imprensa brasileira, que estaria celebrando com muita euforia os resultados dos acordos, o periódico de La Paz disse que certos grupos brasileiros fizeram o possível para associar-se com empresas dos EUA para explorar o petróleo em prejuízo da Petrobrás, e que é conhecido o caso do grupo Moreira Salles, “[...] que es uno de los pseudónimos de Rockefeller en el Brasil y que, para su

²³⁸ Para a OSS, o *La Nación* era um “órgão” do governo do MNR. Rolo VI, fotograma 0137, 05/02/1959.

trabajo, invirtió gruesas sumas en la adquisición del diario ‘Jornal do Comércio’, con finalidades de propaganda [...]”

Antevendo outra discussão, o *La Nación* disse que quando o petróleo começasse a jorrar, um novo argumento seria utilizado contra a Petrobrás: o de que os capitais brasileiros resolveram explorar petróleo boliviano, porém, não podiam fazê-lo em sua própria pátria, devido ao monopólio da Petrobrás. Assim, a entrega das reservas no Brasil, defendida por Juarez Távora, voltaria com mais força. Encerrou dizendo que, com os acordos, o Brasil não foi o grande vitorioso, como o apresentou Macedo Soares.

O *Ultima Hora* (27/01/1958, p. 5) de La Paz, por outro lado, afirmou que a imprensa brasileira estava alarmando a população e que, deste modo, as negociações poderiam malograr. Afirmou também que as Forças Armadas do Brasil fizeram um pronunciamento delicado e nada diplomático, querendo que a legislação petrolífera brasileira se impusesse em território boliviano. Dois dias depois, em editorial, depois de publicar a íntegra dos acordos, saudou a sua conclusão e disse que a exploração do petróleo promoveria o desenvolvimento econômico da Bolívia. Lembrando que o petróleo era o que movia os dois países (20/01/1958, p. 5), afirmou que o petróleo boliviano interessava ao Brasil, também devido ao seu crescente desenvolvimento industrial. Assim, ao invés de se questionar os acordos, a pergunta que deveria ser feita, aqui, era se havia capitais em proporções suficientes para a exploração petrolífera. O *Ultima Hora* esperava que as conversações entre os chanceleres conciliassem pontos de vista e terminassem de vez com a campanha desvirtuada que a imprensa brasileira estava, para ele, fazendo.

O Congresso Nacional boliviano, por sua vez, também atento às negociações, acompanhou de perto a proposta de exploração do petróleo por empresas privadas estrangeiras. Enquanto o Brasil negociava limites, exploração e aproveitamento de petróleo e gás natural com a Bolívia, este negociava com Argentina e Estados Unidos a exploração da área de

Madrejones, na fronteira boliviano - argentina. Pouco antes, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales da Argentina descobriu, nessa região, um volume considerável de petróleo, e, aproveitando-se dos estudos que permitiram tal descoberta (e economizando, assim, uma grande soma de recursos), a YPFB voltou-se para a exploração imediata da zona, uma vez que era líquida e certa a existência do produto.

Porém, esbarrando na falta de recursos, a YPFB demandou junto ao governo boliviano verba para proceder a tal exploração, o que levou o executivo a tentar obter créditos junto ao governo norte-americano para que a empresa estatal fizesse, sozinha, a exploração. Já em 1953, em memorando encaminhado ao presidente Eisenhower, justificou-se o pedido assim:

“Es importante anotar que los recientes descubrimientos de significativa importancia efectuados en el norte de la Argentina (Campo Durán y Madrejones), cercanos a la frontera boliviana, en estructuras que se encuentran al Este de la zona de anticlinales estrechos característicos de las Serranías SubAndinas, han comprobado la presunción de que depósitos petrolíferos de mayor amplitud y más alta permeabilidad y porosidad se encuentran en las llanuras chaqueñas y que por lo tanto, es lógico tomar las medidas necesarias para iniciar una campaña de estudios geofísicos tendientes a aumentar y complementar las reservas conocidas de Camiri y otros campos similares.”²³⁹

Não obtendo uma resposta positiva, um emissário da YPFB tentou junto a instituições de crédito e em companhias petrolíferas um aporte para essa empreitada. Como o crédito era para que a empresa estatal procedesse a exploração, não houve sucesso também nesta tentativa. Os capitais norte-americanos só se interessavam em investir na qualidade de sócios do empreendimento, e não como meros financiadores. Explorar uma área que, de acordo com estudos prévios, pelo lado argentino, comprovavam a existência de petróleo, convinha aos interesses capitalistas. Afinal, quanto maior o tempo de rotação do capital, maior o desinteresse capitalista (MARX, 1985, Livro II, Seção II). Tendo em vista que o tempo para pesquisa, em

²³⁹ Anais da Câmara dos Deputados. La Paz, 15 de abril de 1958, página 15.

Madrejones, ficou abolido, restava apenas a extração do produto e sua circulação no mercado mundial, o que ampliaria a taxa de lucro. Se o capitalista define o que e quando produzir de acordo com a rotação e o retorno do capital, aqui, os capitais norte-americanos definiam também como produzir (MARX, 1985, Livro III, Seção I, Capítulo IV). Assim, em 1956, após esses fracassos, e apesar dos ideais da Revolução Nacional de 1952, a YPFB apontou ao governo a necessidade de apelar-se ao capital privado para desenvolver seus projetos.

Tentou-se, então, um acordo com a empresa estatal argentina, a YPF, a fim de explorar-se conjuntamente a área de Madrejones. O presidente da YPFB, irmão do ex-presidente da República Paz Estenssoro, ouviu das autoridades argentinas que não interessava um acordo de exploração conjunta, uma vez que, segundo os estudos, o petróleo estava, todo ele, em território argentino, não cabendo nada à Bolívia. Assim, apelaram para o capital privado norte-americano, através, primeiro, da Gulf Oil Co., que ofereceu cinco milhões de dólares adiantados e participação de 30% nos lucros para a YPFB, e, novamente, antes de outras empresas, o governo norte-americano, que, segundo Paz Estenssoro, presidente da YPFB, através de um promotor, Sr. Kornblum, ofereceu US\$ 12 milhões mas com uma condição que emperrou o financiamento:

“[...] Primero: Que el objeto del contrato seria: el otorgamiento de un crédito de 12 millones de dólares por parte de los ofertantes al gobierno de Bolivia, en las cuotas señaladas en la Resolución suprema contra la concesión efectiva, con carácter de exclusividad preferente sobre cualquier otro tercero, de la totalidad del área que pudiera disponer Bolivia concluidos sus negociaciones con el Brasil”. [E o próprio presidente da YPFB, aos deputados em La Paz, fez questão de explicar]: “Este punto planteado por los proponentes en detalle quiere decir lo siguiente: ofrecían 12 millones de dólares a Y. P. F. B. para que desarrolle Madrejones directamente; empero, querían una opción de exclusividad total para ellos en toda la superficie, que el gobierno de Bolivia disponga del área del Tratado del 38, una vez concluidas las negociaciones con el Gobierno del Brasil, negociaciones que, como se sabe, han concluido después de las conversaciones de los Cancilleres en Roboré y Corumbá y que se han concretado en las notas firmadas por el Canciller Macedo Soares, en su última visita a esta ciudad. El arreglo de Roboré-Corumbá, significa que del área de 3 millones 500 mil

hectáreas que estaban asignadas para labores y estudios por sociedades emergentes del Tratado de 1938 con el Brasil, Y. P. F. B. dispone ahora del 60%, es decir más de 2 millones de hectáreas. Si se aceptaba el planteamiento de los citados financiadores, habríamos tenido que entregarles esos 2 millones de hectáreas con carácter de exclusividad a cambio de recibir 12 millones de dólares que nos daban para Madrejones, condición por supuesto bajo todo punto de vista inaceptable.²⁴⁰

Nesse depoimento de Paz Estenssoro, ficam claros o interesse e o acompanhamento dos EUA nas negociações em torno de Roboré, interessados na área que a YPFB retomou com as notas reversais, retificando a extensão da área indicada no Tratado de 1938. Lembremos que a oferta feita à YPFB, pelos EUA, é de 1957, portanto, antes do término das negociações entre Brasil e Bolívia. Mas, mesmo em março de 1958, quando as notas reversais ficaram, a Embaixada da Bolívia em Washington expressou satisfação com os resultados dos acordos e a retomada de parte substancial da área anteriormente cedida ao Brasil, pelo Tratado de 1938:

[...] Considero señor Ministro que, los acuerdos que deberán ser complementados mediante las Notas Reversales a fin de dividir el área de concesiones petrolíferas que se encontraban reatadas al Convenio de Exploración y Explotación con el Brasil, constituyan un verdadero éxito para la Cancelaria [sic] de su digno cargo por lo que me permito felicitarle muy sinceramente.

La noticia que se ha divulgado por medio de las agencias de prensa internacionales, ha despertado interés en los círculos del petróleo. En este sentido señor Ministro ha de ser muy conveniente que Y. P. F. B. nos haga conocer a la brevedad posible la forma como se harán las concesiones a las compañías interesadas.²⁴¹

Assim, empresas petrolíferas já haviam procurado o embaixador boliviano em Washington, demonstrando claro interesse na exploração da área retomada pelo governo boliviano junto ao Brasil. Lembremos que esta área correspondia a 60% da anteriormente estipulada pelo Tratado de 1938.

Em 5/1/1955, por ocasião da inauguração da Estrada de Ferro Corumbá - Santa Cruz, os presidentes Café Filho e Paz Estenssoro

²⁴⁰ Idem, página 20.

²⁴¹ Correspondência da Embaixada da Bolívia em Washington para o Ministério das Relações Exteriores em La Paz, 4 de março de 1958.

encontraram-se num trecho da ferrovia e, juntos, discursaram sobre o Tratado de 1938, cuja etapa importante naquele momento se cumpria. Através de um documento com data de 26/1/1955, agregaram a conveniência de se estreitar os laços entre os dois países:

- porque ambos países se encuentran “animados de idénticos ideales democráticos y de solidaridad americana;
- porque sus economías se complementan armoniosamente,
- y porque tanto Bolivia como Brasil mantienen una política de estrecha colaboración con los Estados Unidos de Norte-América.” (BALDIVIESO, 1988, pp. 223 a 225)

Trata-se de uma declaração interessante. Primeiro, pelo ideal democrático anunciado, num ano em que, após as eleições presidenciais, o mesmo Café Filho atuou fortemente para impedir a posse do recém-eleito Juscelino Kubitschek. Na Bolívia, não é possível afirmar que a democracia era incipiente, pois o próprio Paz Estenssoro assumiu a presidência após destituir o governo anterior. Em segundo lugar, era insólito para um membro do MNR, partido que tinha, pelo menos no seu programa, posições e ideais antiimperialistas, afirmar que os tratados entre Brasil e Bolívia estavam auspiciados pelas boas relações com os EUA. Para o governo norte-americano, por outro lado, a inauguração da estrada de ferro e o Tratado de 1938 prevendo a exploração do petróleo boliviano foram investidas brasileiras para conter o avanço argentino na região:

Within the Latin American community Brazil vies with Argentine for a position of prestige and leadership. (...) In South America Brazil's principal concern has been over Argentina's efforts toward economic and ideological penetration of Uruguay, Paraguay, and Bolivia. The establishment of a Brazilian military mission in Paraguay, the completion of the Brazil-Bolivia railroad, and the petroleum trade agreement with the latter country, were in large part inspired by Brazilian apprehension over the spread of Argentine influence in those areas. (OSS, rolo VI, fotograma 0891, 21/05/1955, p. 19)

Se Brasil e Argentina disputavam a hegemonia da região, mas este conflito não colocou em risco os interesses do governo e das empresas

norte-americanos, o “grande irmão” do norte, que parecia a tudo assistir, acompanhou a evolução das negociações e esteve pronto, se necessário, para manter a região sob sua égide.

Por fim, no que se refere à Madrejones, o governo boliviano aceitou a proposta do grupo norte-americano Fish, que ofereceu um crédito de doze milhões e meio de dólares em materiais, quatro milhões de dólares adiantados, reembolsáveis com o petróleo de Madrejones e, segundo a YPFB, o que foi determinante para fechar-se o acordo, uma participação de 50% sobre toda produção dos 43.800 hectares da área, livres de todo gasto.

O governo boliviano tentava, em duas frentes, o desenvolvimento da empresa petrolífera no país, elemento fundamental, em sua visão, para que o país tivesse algum desenvolvimento. Madrejones, na fronteira com a Argentina, e Roboré, na fronteira com o Brasil, eram tidos como peça-chave para aquele projeto. Por isso insistência do governo, do Congresso Nacional e da imprensa para que os acordos fossem cumpridos. Também a negativa da Argentina em explorar conjuntamente o petróleo na fronteira com a Bolívia reforçou o papel do Brasil como parceiro comercial preferencial, e, mais, como garantidor da integridade física do território boliviano em caso de conflito com algum vizinho. Daí, por exemplo, o discurso do deputado Mario Zambrano Martins, preocupado com as ações do deputado Gabriel Passos, que entendia que os Acordos de Roboré deviam ser submetidos à aprovação do Congresso brasileiro:

La opinión pública boliviana ha recibido, con verdadero espanto la noticia de que la Cámara de Diputados de la República del Brasil, estaría dispuesta a denunciar las notas reversales firmadas en 1958 por el Brasil y Bolivia. De manera feliz, posteriormente [sic] de que esto no pasaba de ser la opinión de un diputado opositor señor Gabriel Passos, quien presentó un informe en minoría a la Comisión de Relaciones [Exteriores] de la Cámara de Diputados (...) [E, mais à frente]: Las recomendaciones que hace el diputado Gabriel Passos, parten de un supuesto absolutamente falso, pretendiendo la anulación de las notas reversales y tratando que el parlamento brasileño, perdiendo su tradición de seriedad, se preste a un papel bochornoso, sirviendo a intereses inconfesables de los políticos y maniobras de los trusts internacionales. Además en caso de que buscara este recurso, desde todo punto de vista ilegal, tendríamos

que recurrir a la Corte Internacional de La Haya y estoy seguro que la razón estaría de nuestro lado.²⁴²

A imprensa boliviana insistiu no cumprimento dos acordos, e, não poucas vezes, elencou vantagens que o vizinho poderoso desperdiçava com aquele debate sobre as notas reversais terem de ser ratificadas pelo Congresso. O *Ultima Hora* (24/01/1958, p. 4) de La Paz afirmou que foi o Brasil quem determinou a inexistência do Tratado de 1938 por não cumpri-lo, mas que, respeitando os acordos de 1958, poderia livrar-se da sujeição e dependência ao capitalismo norte-americano e europeu, de cujos trustes adquire óleo cru e derivados por um valor superior a um milhão de dólares por dia, e, nesta sujeição, ainda favorecia países que não eram necessariamente os que compravam o seu café ou com quem tinha convênios econômicos. Também, segundo o jornal boliviano, os Acordos de Roboré permitiriam ao Brasil maiores chances de progredir industrialmente e tornar-se uma potência mundial, além de ampliar sua zona de gravitação até o Pacífico. Por fim, o Brasil asseguraria uma fonte energética vital, ficando isento dos conflitos internacionais e independente de outras potências.

O periódico ainda citou Getúlio Vargas para reforçar a importância do petróleo e o perigo de racionamento desse produto. Lamentou o país não ter já cumprido o Tratado de 1938, que ambos os países tentavam fazê-lo por meio da atualização em 1958, e apontou como razões para o não-cumprimento o predomínio de um grande truste internacional do petróleo no Brasil, que queria manter o monopólio sobre um grande mercado consumidor. Afirmou que esse truste foi mantido graças ao apoio que lhe foi dado por políticos, burocratas, jornalistas e parlamentares, que são “servidores de seus interesses”. Citou Estillac Leal²⁴³ que, segundo o jornal, não era contra a presença de capital estrangeiro, mas se opunha ao controle destes capitais sobre os recursos naturais do país. Contra Leal e Vargas, aquela corrente

²⁴² Anais da Câmara dos Deputados. La Paz, 17 de dezembro de 1959, páginas 245 e 247.

²⁴³ Sobre Estillac Leal, ver o capítulo 2.

que defendia a abertura ao capital estrangeiro lutou, influenciando no suicídio do presidente. Também contribuiu para o não-cumprimento do Tratado de 1938 a escolha de se empregar recursos financeiros e técnicos na busca de petróleo no território brasileiro ao invés de explorá-lo na Bolívia. Neste item, concluiu dizendo que era notável como nacionalistas brasileiros através da imprensa, do parlamento e do rádio supuseram que Santa Cruz de la Sierra pudesse ser um campo de exploração da Petrobrás e o petróleo extraído todo seu, com direitos integrais sobre essa zona e sem interferência da legislação boliviana, pois isto, segundo esses nacionalistas, poderia humilhar o Brasil. Pediu ao parlamento brasileiro e à imprensa carioca mais serenidade e responsabilidade no trato da matéria, respeitando a soberania e a integridade do país vizinho.

Governo, Congresso e imprensa bolivianos entendiam que as notas reversais que compunham os Acordos de Roboré, nada mais eram do que atualizações do Tratado de 1938. Como este fora aprovado por ambos os Congressos (sic), não havia por que submetê-los novamente à apreciação dos parlamentares, pois não constituíam um novo tratado. Claro estava que, no Congresso boliviano, se fosse o caso, os acordos teriam aprovação quase unânime, porém, o receio era com os setores nacionalistas brasileiros, ou, como eles próprios denominavam, os ultranacionalistas, ou, até, imperialistas brasileiros, sobretudo o setor militar, com o marechal Lott em destaque. O deputado Augusto Céspedes Patzi²⁴⁴, por exemplo, numa declaração para uma ampla platéia em La Paz, pediu providências urgentes ao executivo, pois

Señores Diputados, estamos otra vez frente a una riesgosa situación internacional; un vecino poderoso confiado quizá en su propia fuerza pretende desconocer al derecho, pero el pueblo boliviano debe asumir como siempre una defensa heroica de sus atributos. [...] Los bolivianos puestos de pié debemos denunciar entre tanto la actitud del Parlamento brasileño y exigir el pronunciamiento de los órganos internacionales de justicia.²⁴⁵

²⁴⁴ Trata-se do ex-ministro que fora afastado do governo Villarroel por pressões do governo norte-americano, por supostamente ser simpatizante do nazismo. Foi membro destacado do MNR.

²⁴⁵ Anais da Câmara dos Deputados. La Paz, 28 de outubro de 1960, página 536.

A atitude contestada era a tentativa de submeter ao parlamento brasileiro a aprovação dos acordos, uma vez que, segundo seus críticos, constituíam um novo tratado, e, portanto, fazia-se necessária a ratificação do Congresso. O vizinho poderoso, que outrora representou um freio às pretensões imperialistas da Argentina e à cobiça paraguaia, agora se transformou, ele próprio, na ameaça que deveria ser contida. O Brasil transitou, em muito pouco tempo, de potencial escudo contra a política imperialista na região, para carro-chefe de uma política imperialista que colocou em risco o antigo protegido.

Dentro do que os bolivianos chamaram “setor militar” brasileiro, houve de fato quem defendeu uma postura mais ofensiva em relação aos vizinhos. Não foi o marechal Lott, mas Golbery do Couto e Silva, que em sua coletânea de palestras e ensaios dos anos 50, conhecida como “Geopolítica do Brasil” (1967), entendeu que o país tinha um papel a desempenhar na América do Sul, que era ajudar a defender o Ocidente do perigo comunista e impedir o avanço da Argentina na região, o que pressupunha uma política de crescimento em direção às fronteiras internas e externas.²⁴⁶ O militar entendia haver um “Destino Manifesto” brasileiro, que não se chocava, antes, reforçava o dos EUA:

(...) se a velha Inglaterra soube reconhecer, desde cedo, o destino norte-americano, facilitando-lhe uma política de mãos livres no continente ocidental, à sombra protetora da esquadra britânica (...) não parece demais que os E.U.A. reconheçam também aquilo que devemos defender, a todo custo, como um direito inalienável, traçado pela própria natureza no mapa do Atlântico Sul. (1967, p. 52)

Preocupado com o imperialismo nestas paragens, o senador Donoso López apresentou um projeto de lei para substituir o Código do Petróleo, instituído em 1955, e, com base nele, feitos os acordos com o Brasil. Este projeto não vingou, porém, levantou ainda mais a discussão

²⁴⁶ Golbery entendia que as fronteiras não deviam ser vistas como apenas territoriais, mas como políticas, econômicas e até ideológicas. “O espaço que à Geopolítica interessa é o *espaço político* em toda a sua plenitude (...)” (1967, pp. 34 a 38)

sobre a exploração do petróleo boliviano pelo Brasil, caracterizando o imperialismo como

[...] fenómeno político de los tiempos modernos, ha sido ya perfectamente estudiado, y este estudio ha llegado a la conclusión de que es una nueva modalidad en la historia para sojuzgar a los pueblos, que consiste en apoderarse de los centros vitales de sus economías lo que trae como consecuencia natural, su dominio y sojuzgamiento político. Procedimiento justamente inverso al que usaron las metrópolis coloniales que le antecedieron, como el caso de España, que primero efectuaban el dominio y sojuzgamiento político, y luego la explotación económica.²⁴⁷

Com relação ao Brasil, o senador afirmou que, por ser um mercado natural para o petróleo boliviano, não havia porque se preocupar com possíveis reações à substituição do Código do Petróleo. Atento para os trustes internacionais, lembrou que mais danoso para a Bolívia seria a perda do petróleo, principal riqueza do país, do que a do território, e a instalação de empresas estrangeiras poderia significar um prejuízo só comparável ao que o país sofreu com a Guerra do Pacífico, quando a Bolívia teve retirada sua saída para o oceano, na segunda metade do século XIX. Assim, propôs que se revogassem todas as concessões outorgadas mediante o Código do Petróleo, e que se oferecesse às concessionárias contratos de locação, constando que toda saída e aproveitamento de petróleo só poderiam ser feitos pela YPFB. Também, e para finalizar, sugeriu revogar o Código do Petróleo e ressuscitar a lei de nacionalização de 15 de julho de 1938.

Quando Jânio Quadros tomou posse, um extenso editorial de *La Tarde* (01/02/61, p. 3) saudou o novo presidente, qualificando-o como defensor da democracia e dos direitos humanos, o que o aproximaria dos ideais dos povos sul-americanos. Exaltou também a grandeza do Brasil e os ideais de Juscelino Kubitschek:

Desde luego la presencia de un estadista moderno como el doctor Janio Quadros elimina del ambiente el justificado recelo que despertó, tanto en Bolivia como en otros países limítrofes con el

²⁴⁷ Anais do Senado Nacional. La Paz, 10 de novembro de 1958, página 34.

Brasil, la inquietante política de círculos ultranacionalistas que pretendían erigir un estado hegemónico, absorbente, inspirado en ancestrales ideas imperialistas, más dañosas para su propio país que para los presuntamente perjudicados.

As críticas ao marechal Lott e a Gabriel Passos não pararam. O jornal afirmou que, apesar de sua grandeza, o Brasil não podia prescindir de relações internacionais, e principalmente na América Latina, para tornar-se maior ainda. Pelo seu tamanho, o Brasil estava convocado para ajudar a superar o atraso, a pobreza e a agonia dos povos latino-americanos. Assim, o *La Tarde* esperava um fortalecimento das relações entre Brasil e Bolívia, “suprimindo a desinteligência [e] toda a tendência à obtenção de vantagens unilaterais”.²⁴⁸

O matutino boliviano disse que JK foi atrapalhado por um nacionalismo exacerbado em sua Operação Pan-americana. Ignorou, ou omitiu, que estes mesmos setores foram responsáveis pela manutenção, não sem turbulências, do presidente à frente do poder executivo, e que Lott, antes mesmo da posse, foi o principal responsável pelo golpe preventivo a fim de garantir a chegada de JK ao Catete. Realçou que os Acordos de Roboré foram obstruídos por alguns setores políticos do Brasil e conclamou o Brasil a pensar não só nos termos dos acordos, mas em levar a estrada de ferro de Corumbá até Cochabamba, ligando o porto de Santos a um porto no Oceano Pacífico. Concluiu com a esperança de um melhor relacionamento com o Brasil, visando apagar da memória “el recuerdo nada grato de las operaciones expansionistas de la diplomacia brasileña de otros tiempos, en perjuicio de Bolívia.”

Clássico boliviano na abordagem do “imperialismo” brasileiro, Raúl Gosálvez (1960)²⁴⁹ foi mais longe nas críticas a Lott, chamando-o de

²⁴⁸ Couto e Silva lembra em sua obra, ainda que sem referendar, que a Bolívia já foi apontada como “paradoxo geopolítico” e “mero expediente da História”. (1967, p. 58) Segundo Gil (2003), essas expressões seriam de Badia Malagrida, porém, não há indicação da(s) obra(s) desse autor.

²⁴⁹ Raúl Botelho Gosálvez foi embaixador em vários países da América Latina, além de Estados Unidos e Iugoslávia. Não o foi, porém, no Brasil, o que não o impediu de acompanhar as negociações em torno de Roboré. A obra em questão é de 1960, mas, em

“geopolítico nazi”. (Página 159) Dizendo que Roboré serviu às pretensões políticas de Lott, que queria ser presidente do Brasil, seu projeto seria trazer de volta os militares ao governo, a fim de desenvolver uma geopolítica imperialista que desviasse os olhos da população dos graves problemas socioeconômicos que afligiam o país, como por exemplo, a existência de um “feudalismo agrário”. (Páginas 167 e 168)²⁵⁰

Para o autor, o “imperialismo brasileiro” tinha como ponta-de-lança os militares, liderados por Lott. Desconheceu as divisões mesmo no exército e, mais ainda, nas Forças Armadas, além das diferentes tonalidades do nacionalismo brasileiro. Gosálvez enfatizou a necessidade de alertar todo o continente americano para esse plano de expansão brasileiro, que tinha no oriente boliviano um local estratégico para suas pretensões, pois as jazidas de petróleo permitiriam sustentar e impulsionar o crescimento industrial e demográfico do país, com vistas a “implantar en el futuro la hegemonía brasileña sobre los pueblos de América meridional.” (Página 175) E, sobre a Petrobrás, pedra de toque nas divergências para a efetiva exploração do petróleo boliviano, afirmou que

[...] Los militares brasileños y todos los que les sirven de mandaderos, no estarán, acaso, abonando el terreno para alguna aventura que pueda llamarse después *uti possidetis de facto*? La imposibilidad de meter en Bolivia el “caballo de Troya” de Petrobrás explica su enorme irritación. (1960, p. 175)

Na sua edição de 1960, Gosálvez concluiu com questões provocativas e respostas não menos inquietantes:

1974, numa nova edição ampliada, acrescentou um capítulo sobre as “incursões imperialistas” do Brasil nos anos 60 na região do Prata, e, tanto no título quanto na conclusão, passou a designar o imperialismo brasileiro de subimperialismo. Servimo-nos aqui da edição original, cotejada com a de 1977, segunda edição da versão ampliada.

²⁵⁰ Novamente quem defendeu essa postura foi Couto e Silva, e não Lott. Em sua obra citada, o militar afirmou que, “não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida.” O autor chegou a citar Goering, cujo *slogan* “mais canhões, menos manteiga”, nesse caso, viria a calhar. (1967, p. 13)

ANTE EL FUTURO DE LOS PUEBLOS hispanoamericanos se abre esta inquietante interrogación: *Proseguirá el Brasil su política de expansión a costa de sus vecinos?* Todo parece indicar que, a pesar del desorbitado crecimiento territorial alcanzado desde el Tratado de Tordesillas a la fecha, la geofagia brasileña no ha sido saciada.²⁵¹ (1960, p. 175)

A fim de combater a fome de territórios do Brasil, o autor propôs uma união entre os povos fronteiriços com a intenção de não só impedir o avanço brasileiro, mas retomar todo território usurpado pelo imperialismo (ou subimperialismo, na edição de 1977) que, para nós, seria uma herança lusitana.²⁵² Até mesmo a nova capital, meta-síntese de Juscelino no seu Programa de Metas foi entendida como um ultraje à soberania dos países vizinhos, uma vez que, com ela, ultrapassamos a linha de Tordesilhas e nos colocamos estrategicamente na mesma distância do Atlântico e dos limites com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Se uma terceira guerra ocorresse, e não tivesse o uso de armamento atômico, diz o autor, o Brasil poderia se valer para impor de vez, à força, sua hegemonia na América do Sul. Na ausência deste conflito mundial, o Brasil estaria se valendo dos EUA, como Portugal se valeu da Inglaterra, para impor sua política imperialista na região. (Páginas 175 a 179)²⁵³

Chiavenato observa que, de 1870 a 1935, a Bolívia perdeu 56,5% de seu território. Na primeira data, o país possuía 2.243.000 km².

²⁵¹ Os destaques em maiúsculo e itálico são do autor.

²⁵² De novo Couto e Silva é bastante sugestivo sobre o pensamento de Gosálvez, uma vez que temia a aliança de países vizinhos contra o que estes entendiam ser, segundo ele, um “imperialismo prepotente” brasileiro. Ressaltou que mesmo juntos os vizinhos não teriam força suficiente para derrubá-lo, mas enfatiza que o ponto fraco do Brasil diante deles era sua deficiência em petróleo, que tornava o país dependente do estrangeiro. (1967, p. 53)

²⁵³ O conceito de subimperialismo foi estudado no Brasil por Ruy Mauro Marini. Para ele, as raízes do subimperialismo brasileiro estão nos governos militares, com a inflexão percebida no governo de Castelo Branco, quando a política externa, que até então se caracterizara por certa independência nos dois governos anteriores, passou a ser explicitamente de “interdependência continental”. Afirma Marini que a doutrina que a embasou foi pensada na ESG, sob o comando do general Golbery do Couto e Silva, doutrina chamada de “barganha leal”, na qual o Brasil não podia fugir à influência norte-americana no continente. Daí a alternativa mais viável de associar-se aos EUA em sua política externa no cone Sul, e, em contrapartida, o Brasil teria o reconhecimento do exercício de sua hegemonia nos países da região. (MARINI, 2000b, pp. 58 e 59) Por não ser objeto de nossa pesquisa, nos esquivamos de uma análise mais sistematizada.

Perdeu 120.000 km² para o Chile, incluindo todo o seu litoral, em 1879. Para o Brasil, foram 490.437 km², em territórios do Acre e faixas no Mato Grosso. Para a Argentina, 170.000 km² no Chaco Central e na cordilheira do Atacama, e, com a Guerra do Chaco, 250.000 km² para o Paraguai, totalizando a perda de 1.265.437 km². (1981, p. 183)²⁵⁴ Aqui, porém, o autor não restringe a política imperialista ao Brasil, mas a países vizinhos que teriam sido usados nas pretensões imperialistas de grandes empresas monopolistas da Inglaterra e dos EUA. Concorde, porém, com a idéia de um subimperialismo brasileiro submetido ao imperialismo norte-americano, na medida em que os EUA delegariam determinadas funções a países aliados na execução de sua política externa, enquanto se preocupa com questões maiores na geopolítica mundial.

Se, de um lado, houve os que, na imprensa, no Congresso e entre intelectuais atacaram o Brasil por sua “política imperialista”, não faltou, de outro, entre os mesmos intelectuais, a idéia de que o grande aliado do imperialismo estava dentro mesmo das fronteiras bolivianas, e respondia pelo governo do país. Guillermo Lora (1963), por exemplo, questionou o caráter revolucionário do governo instalado em 1952, através do MNR. Caracterizando o governo de liberal, o autor afirmou que

El Presidente Siles entregó a vil precio ingentes riquezas a la voracidad imperialista; el petróleo de Madrejones, por ejemplo, lejos de servir a los bolivianos y al Estado, se utiliza para destruir la empresa nacionalizada de Y.P.F.B. Las concesiones hechas a los consorcios imperialistas atentan contra la llamada “soberanía nacional” y acentúan la dependencia del país de las metrópolis capitalistas. [...] (Página 177)

Nada preocupado com o suposto expansionismo brasileiro, o alvo de Lora era outro: empresas como a Standard Oil e empresários como Rockefeller:

[...] El mundo entero querrá saber si el Estado utilizará las riquezas del pueblo para el bienestar, para la salvación honesta de ese

²⁵⁴ Observe mapa nos anexos.

pueblo, o para multiplicar hasta el infinito los millones de libras de un solo hombre insaciable y despótico, que quiere dominar el mundo [...] Los gobiernos movimientistas han permitido que las empresas imperialistas actúen como verdaderos Estados que desconocen sistemáticamente la legislación boliviana. [...] (Página 178)

Na realidade, não havia desrespeito às leis do país, pelo menos a partir de outubro de 1955, pois, com o Código do Petróleo, redigido, como foi dito, em Nova Iorque por advogados ligados a empresas do setor petrolífero, os interesses destas estavam garantidos em lei aprovada pelo Congresso boliviano. Se desrespeito houve à soberania e ao futuro da nação, foi a partir do Código:

El rasgo esencial de la política movimientista consiste en que busca estrangular a las fuerzas productivas desencadenadas por la revolución del 9 de abril de 1952 dentro del marco capitalista y de la despótica voluntad del imperialismo norteamericano. [...] La política petrolera del gobierno movimientista está determinada por su total capitulación ante el imperialismo norteamericano. Esta política sirve incondicionalmente a los intereses voraces de los amos de Wall Street. [...] El “anti-imperialista” MNR, igual que el liberalismo, en el pasado, está vendiendo la patria; aún más, la está malbaratando. (Página 181)

Para o autor, o Brasil era mais uma vítima do imperialismo norte-americano, pois, no afã de explorar as áreas reservadas para o país pelo Tratado de 1938, os trusts agiram na redação do Código do Petróleo a fim de, também, separar Brasil e Bolívia, e, com a recuperação de 60% da área que antes esteve destinada ao Brasil, empresas dos EUA pudessem ali estabelecer-se com toda a proteção da nova lei do petróleo.²⁵⁵

²⁵⁵ “ ‘En carta enviada al señor Henry Holland [Secretário Auxiliar de Estado para Assuntos Latino-Americanos dos EUA] en La Paz afirmé [Gustavo Chacón, ex-chanceler boliviano] que los abogados de los trusts petrolíferos, señores Davenport y Huss, son los autores del Código de Petróleo de Bolivia, que, como es de suponer, beneficia a los consórcios de los cuales era y es abogado el señor Holland. Las afirmaciones Del Senador Lurival Fontes [sic] en este sentido son exactas’ “ ‘El objetivo de los Trusts es separar a Bolívia y al Brasil.’ (Declaraciones de Gustavo Chacón. ‘El Diálogo’. La Paz, 25 de marzo 1958).” (Apud LORA, 1963, p. 184)

Em outro momento do texto, Lora (p. 194) apontou o Brasil como “convertido em quartel general” pela influência de Henry Holland a favor de empresas norte-americanas. E finalizou com a crítica à democracia burguesa, que, no caso do MNR, era um “demo-entreguismo”, e a afirmação de que somente uma democracia autêntica, ou seja, um governo popular, de trabalhadores, poderia reverter tal política, com a nacionalização dos meios de produção e a conseqüente industrialização do país. (Página 203)

Outro estudioso que refletiu neste sentido foi Sergio Almaraz (1957). Afirmando que a tomada do petróleo boliviano foi o principal objetivo da política dos EUA desde a Revolução Boliviana de 1952, diz que houve êxito nesta tentativa entre 1952-1956, graças ao aniquilamento da economia nacional e ao convencimento da opinião pública de que os investimentos estrangeiros seriam a solução para os problemas bolivianos (p. 239). Houve, então, uma sistemática propaganda a fim de acabar com a política nacional do petróleo, optando-se pela empresa estrangeira em detrimento da YPFB, já que, para ele, não é possível a coexistência de monopólios petrolíferos com empresas estatais (p. 269). Atacando na mesma hora o Código do Petróleo, o autor revelou a impossibilidade de concorrência entre os monopólios:

Solo con una visión provinciana se puede sostener que las compañías petroleras que vengan a Bolivia competirán entre si. Si el monopolio en el plano mundial es la característica más acabada en alguna industria, lo es justamente en la del petróleo. Aún tratándose de compañías filiales de grupos financieros distintos, no habrá tal competencia porque existen centenares de vínculos que las unen, acuerdos de cartel, distribución de mercados, uso común de patentes, afiliación a ‘ententes’ comerciales comunes, etcétera. Y, esto es lo esencial, la competencia en el sentido clásico del término ha sido totalmente eliminada de la economía del capitalismo moderno. (Página 274)

Almaraz não citou, mas, um clássico no tema, Lenin (1982), caracterizou o imperialismo, em poucas palavras, como a fase monopolista do capitalismo:

O que, sob o ponto de vista econômico, existe de essencial neste processo [de transição do capitalismo para algo superior, o imperialismo] é a substituição da livre concorrência capitalista pelos

monopólios capitalistas. [...] O monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior. Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo. (Página 87)

Para Almaraz, se concorrência não existe entre os trustes, caso necessário eles se uniriam para enfraquecer ainda mais a companhia estatal, a YPFB. Se a entrega do petróleo boliviano a empresas de capital norte-americano era inviável, e, ao mesmo tempo, se a empresa estatal não possuía capital suficiente para retirar este recurso da terra, o que fazer com tamanha riqueza adormecida? A proposta do autor era buscar aproximar-se dos vizinhos sul-americanos, que, longe de ser imperialistas, possuíam características próximas da Bolívia, além de precisarem de um volume considerável de petróleo para cobrirem suas necessidades:

[...] Bolivia y sus vecinos están atenazados por los mismos problemas – dependencia de uno o de dos productos de exportación, escasez de medios de pago, dependencia extranjera – y aceptarán gustosos realizar un intercambio activo con nuestros hidrocarburos porque ellos constituyen una solución tan lógica a sus problemas energéticos como los recursos agropecuarios argentinos lo son para una economía con las características de la boliviana. (Página 272)

Assim, esse autor tratou do vizinho mais poderoso, denunciando uma campanha das imprensas boliviana e brasileira (“a de Chateaubriand – assalariada dos petroleiros yanquis”, p. 283)²⁵⁶, visando construir uma imagem do Brasil para prejudicar o cumprimento do Tratado de 1938 e dos iminentes Acordos de Roboré com relação à exploração do petróleo.

Houve, no entanto, duas mudanças fundamentais desde 1938 nos dois países: enquanto no Brasil a iniciativa privada foi substituída pelo monopólio exercido pela Petrobrás, na Bolívia se deu o oposto: o MNR conseguiu reverter a nacionalização com o Código do Petróleo, e o equilíbrio entre ambos se rompeu.

²⁵⁶ “(...) para qué perder dinero – sugiere la publicidad de Chateaubriand – en las perforaciones de Petrobrás, cuando ‘tenemos’ el petróleo boliviano?”

La campaña de los trusts contra los tratados tuvo muchas y muy penosas implicaciones. La nota antibrasileira se trató de sostener por todos los medios. Se dijo que era inmensa el área cedida al Brasil, pero la verdad es que era tres veces más pequeña que las adjudicadas a compañías extranjeras; se indicó acusadoramente que Petrobrás escondía a la Standard Oil, mas se quiso olvidar que la Gulf acecha desde Bolivia; se encontró un peligro en las sociedades boliviano-brasileras, pero no se dijo nada de los contratos Gulf y otros; se apuntó que la amenaza 'imperialista' venia del Brasil como si el peligro imperialista fuese potencial y no realidad físicamente presente en las compañías yanquis arraigadas en Bolivia. (Página 284)

O autor entendeu que a redução da área do Tratado de 1938 para apenas 40% para exploração brasileira se deveu à ação direta dos trustes norte-americanos. Enquanto dos dois lados, segundo ele, brasileiros e bolivianos analisaram quem venceu diplomaticamente, ou quem conseguiu mais vantagens com os novos acordos, afirma que “Es poco probable que la historia comparta este criterio porque Roboré se inscribirá como una derrota compartida en partes iguales por los pueblos boliviano y brasilero.” (Página 286)

O petróleo, para ele, dava ainda alguma margem de soberania ao país, mas, este recurso representava sua última riqueza, pois, uma a uma, todas foram se perdendo para as potências. Primeiro a prata, depois o estanho, agora o petróleo. O governo boliviano, nos anos do MNR, não fez outra coisa senão administrar a ajuda estrangeira, especialmente a norte-americana.²⁵⁷ O país, empobrecido e atrasado, se defrontou com dois possíveis caminhos: repetir, com o petróleo, a política do estanho, o que supunha a entrega desta riqueza aos trustes internacionais, ou utilizá-lo para construir uma economia independente, o que implicava em sua defesa (p. 287). Para o autor, defender o petróleo era defender a própria pátria.

Os acordos em torno do petróleo, com o Brasil e com empresas norte-americanas, provocaram intenso debate entre os intelectuais. Respondendo a Lora e a Almaraz, Saavedra (1959) defendeu o Código do

²⁵⁷ Nos documentos secretos da OSS, o Presidente Siles Zuazo é citado como amigo dos EUA e “consciente de sua dependência da ajuda norte-americana”. Ver, por exemplo, Rolo VI, fotograma 0140, de 05/02/1959.

Petróleo e a política “nacionalista” do MNR, e classificou de falsos os argumentos levantados pelos críticos do governo à política petrolífera. Identificando, no fundo, uma extensão da Guerra Fria em torno do petróleo boliviano, afirmou existir uma luta entre a democracia, cristã e condição para o progresso, e o comunismo, ateu, demagógico e atrasado: “Es frente al dilema de una organización cristiana y democrática de la vida o una barbárie roja, que Bolivia debe expresar la línea concreta de su política petrolera.” (Página 5).

Saavedra posicionou-se favoravelmente aos acordos com companhias de capitais norte-americano e europeu, e, rechaçando acordos com países sul-americanos (criticou, paralelamente, a entrega de áreas para exploração brasileira), afirmou que estes últimos em breve conseguiriam suprir seu abastecimento de petróleo explorando seus próprios territórios, sem cair em “discussões bizantinas”. Daí ser natural o apelo a companhias mundialmente estabelecidas para colocar o petróleo boliviano em mercados distantes, estes sim escoadouros naturais para a riqueza do país. Certamente ele omitiu o fato do Brasil, o maior vizinho, não só ter ingressado em “discussões bizantinas”, mas ter adotado posturas “retrógradas”, como o monopólio da exploração e do refino do petróleo pela estatal Petrobrás. É o contrário do que outros afirmaram em relação ao Brasil e à Argentina como os mercados naturais para a Bolívia.

Defender o Código do Petróleo significou, para ele, lutar contra a demagogia comunista, e, assim, proteger a democracia e a Bolívia. Rebatendo a crítica de que o governo queria entregar o petróleo a companhias norte-americanas, Saavedra afirmou que o Código abria a possibilidade de outros países solicitarem concessões e citou a Itália, a França e a Espanha como possíveis investidores. O autor esqueceu-se de que a Europa ainda se ressentia dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Colocar a Espanha como possível investidor, só para dizer que o Código não foi feito para privilegiar os EUA, era desconhecer que, naquele momento, a

antiga metrópole, além de outros países europeus, como Portugal e Grécia, estavam longe de realizar tal empreitada.

O autor tomou partido pela entrega do petróleo boliviano a trustes norte-americanos e europeus e negou a mesma hipótese a países sul-americanos. Não o admitiu, mas é como se o imperialismo do hemisfério norte fosse bom, e qualquer aproximação, via imperialismo ou não, de países sul-americanos, não o fosse:

Un petróleo producido en Bolivia y susceptible de venta únicamente a los países limítrofes y principalmente en el Brasil y la Argentina, constituirá la más funesta servidumbre nacional, toda vez que esos únicos compradores podrían dictar primero las condiciones económicas y las condiciones políticas más tarde, quiere decir absorber nuestra producción. Lo cual quiere decir que los demagogos quieren, para salvarnos del peligro del 'monopolismo' europeo, asiático y norteamericano, lanzarnos en brazos del monopolismo de los países fronterizos. [...] (Página 36)

Se a Bolívia, dizia Saavedra, tivesse adotado esse mesmo Código do Petróleo vinte anos antes, seria em 1958 um país próspero com um destino diferente. Esquecendo-se, como diz Almaraz, das desgraças provocadas pela cobiça frente a esta riqueza, definiu o petróleo como uma contribuição decisiva para a melhora das condições de vida dos homens e para o fortalecimento moral e material, decisivo na luta da democracia contra o totalitarismo comunista. (Página 38)

Afirmando que os “defensores do petróleo”, como Almaraz, queriam proteger esta riqueza de países democráticos para entregá-la à Rússia e à China, concluiu que o projeto nacionalista, do qual ele e o MNR faziam parte, acreditava na interdependência, condição para o progresso boliviano, na capitalização do país, e rejeitava o “messianismo soviético” (p. 52).

Esse nacionalismo preconizado pelo MNR convinha às pretensões imperialistas dos EUA. Claro está que, mesmo que o Brasil tivesse uma bem definida política imperialista com relação aos vizinhos, e particularmente em direção à Bolívia, ela não lograria êxito sem a anuência

do governo norte-americano, não só pelo poderio deste, mas pelas relações mesmas que o Estado brasileiro mantinha com o país do norte. Lembremos que, em nenhum momento, o governo Juscelino Kubitschek afrontou a política externa norte-americana. Ao contrário, inúmeras vezes deu mostras de contar com o apoio, para ele decisivo, dos EUA para vencer questões como a pobreza e afastar o “perigo” comunista da América Latina.

Voltando à questão do nacionalismo emenerrista na Bolívia, a defesa da interdependência como condição para o progresso do país também se coadunava, por um lado, com os propósitos dos cosmopolitas no Brasil, que entendiam necessária a integração do país no capitalismo internacional sob a égide dos EUA, e, por outro, com os princípios imperialistas. Retomemos Lenin para pensar a questão da interdependência:

[...] A tal respeito é extremamente elucidativo constatar que os economistas burgueses, ao descreverem o capitalismo moderno, empregam freqüentemente termos, tais como: “entrelaçamento”, “ausência de isolamento”, etc.; (...) Que quer dizer, no entanto esta palavra ‘entrelaçamento’? Ela traduz simplesmente o traço mais saliente do processo que se desenrola sob os nossos olhos. Ela mostra que o observador fala das árvores mas não vê a floresta. Ele copia servilmente o que é exterior, fortuito, caótico. Ela denuncia no observador um homem esmagado pelos materiais em bruto e totalmente incapaz de extrair deles o sentido e o valor. Posse de ações e relações entre proprietários privados “entrelaçando-se acidentalmente”. Mas o que está por detrás deste entrelaçamento, o que constitui a sua base são as relações sociais de produção e a sua perpétua mutação. Quando uma grande empresa se torna uma empresa gigante e quando tendo exatamente em consideração uma multidão de informações, organiza metodicamente a canalização de dois ou três quartos das matérias-primas básicas necessárias a dezenas de milhões de homens; quando ela organiza sistematicamente o transporte destas matérias-primas até os locais de produção mais apropriados que, por vezes, se encontram a centenas e milhares de léguas; quando um único centro detém a direção principal de todas as fases sucessivas do tratamento de matérias-primas, e até inclusive da fabricação de toda uma vasta gama de produtos segundo um plano único entre dezenas de milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pela ‘Standard Oil’ americana), então torna-se evidente que estamos em presença de uma socialização da produção e não, de modo algum, em face de um simples “entrelaçamento” [...] (Páginas 125 e 126)

Parece ser esse o caso do petróleo, das empresas petrolíferas interessadas em sua exploração e da Bolívia. Respeitadas as proporções e peculiaridades, o nacionalismo boliviano, assim como o brasileiro, nos anos 50, guardaram um segredo: não eram, de modo nenhum, antiimperialistas. Além de não existir luta contra o imperialismo norte-americano, se luta existisse e não tivesse uma perspectiva anticapitalista, o máximo que poderia propiciar seria um nacionalismo, mas ainda assim capitalista. É neste sentido também que vai uma crítica a Almaraz, pois, ao denunciar o imperialismo norte-americano, propôs, no máximo, uma aliança com os países sul-americanos para enfrentá-lo (ALMARAZ, 1957, p. 272), mas não supôs uma nova organização social não-capitalista para superar imperialismo e capitalismo. Com relação a Gosálves, porém, Almaraz possui uma análise mais refinada, pois, agregando elementos que lhe permitiram enxergar o Brasil como espaço de cobiça do mesmo imperialismo, entendeu que o inimigo a ser combatido não estava em sua fronteira, mas dentro de organismos e do próprio Estado que se entregava à consecução dos interesses das grandes companhias estrangeiras. Lora, por outro lado, ao defender uma democracia popular e um governo operário, procurou avançar no enfrentamento da questão de como superar de fato essa política de exploração na América Latina.

CONCLUSÃO

Como a aliança em torno de metas e propostas nacionalistas deu mostras de esgotamento já no final do governo JK, e como a discussão em torno de Roboré também perdeu força, ainda que tenha continuado, o governo brasileiro esqueceu ou fingiu esquecer a questão. A primeira metade dos anos 1960 foi mais conturbada e Roboré desapareceu do noticiário para dar lugar a renúncia, golpe branco, luta por empossamento de presidente eleito, plebiscito, reformas de base e, novamente golpe, desta feita de Estado e pelos militares.

Foram eles, os militares, que retomaram a questão a partir de 1971, com a ingerência brasileira na derrubada do governo do general Torres na Bolívia e a posse de Hugo Banzer, mais afeito às determinações dos EUA e às incursões brasileiras em seu território. Durante o governo Banzer (1971-1978), Brasil e Bolívia retomaram as discussões e, em 1974, devido à crise do petróleo do ano anterior, vislumbrou-se a construção de um gasoduto ligando os dois países.

Além do governo Médici, reconhecidamente o mais violento do regime militar, esses primeiros anos da década de 70 também foram marcados pela gestão de Ernesto Geisel à frente da Petrobrás (1969 a 1973) e, entre 1974 e 1979, como presidente da República. Em 1972 assinou contratos de exploração na Colômbia e no Iraque, em associação com as estatais locais, e em Madagascar, junto à Chevron, e em 1973, no Irã, com a Mobil Oil (subsidiária da Standard Oil Co.). (DIAS e QUAGLINO, 1993, pp. 183 e 184) Em 1975, na presidência da República, apesar de seu assumido nacionalismo, autorizou a assinatura dos primeiros contratos de risco com empresas estrangeiras para exploração no Brasil, medida que havia vetado em 1970 como presidente da Petrobrás. (TAMER, 1980, pp. 27 a 30)

Durante a sua administração na Petrobrás, Geisel deixou claro em vários pronunciamentos que, não havendo possibilidade de atingir-se a auto-suficiência em petróleo internamente, a política da empresa deveria ser o abastecimento nacional de petróleo e seus derivados de forma regular e segura, buscando-o, se necessário, em outros países, como grandes

companhias do setor o faziam.²⁵⁸ Daí a aprovação da Lei 5655/1971, que concedeu à Petrobrás amplos poderes para negociar contratos de exploração no exterior. (TAMER, 1980, p. 344)

Na derrubada de Juan José Torres, além do Brasil, a Gulf Oil Co. teve participação com o apoio das classes proprietárias do Departamento de Santa Cruz, que receberiam, em troca, favores econômicos. Numa tentativa anterior de golpe, inclusive, Banzer teria se refugiado em instalações da empresa norte-americana. (GIL, 2003, p. 62) A historiografia registra, há bom tempo, a presença e o empenho do governo dos EUA na instauração de regimes autoritários na América Latina, tendo havido, portanto, uma conjugação de forças que levaram a Bolívia a sucumbir diante de interesses imperialistas e, se quisermos, também “subimperialistas”, estes por parte do Brasil.

Pouco antes do curto governo Torres, a Bolívia foi governada pelo general Alfredo Ovando Candia, em 1969, que revogou o Código do Petróleo, o mesmo que havia sido feito em escritórios de trustes em Nova Iorque em 1955 e embasado os Acordos de Roboré. Com esta medida, Candia nacionalizou a Gulf Oil, que, segundo Gil, já detinha o monopólio desde a aprovação do Código. Com a reação das frações de classe ligadas ao capital dos EUA, Candia foi derrubado, mas uma mobilização popular teria impedido que a “direita” do exército assumisse o governo, logrando conduzir Torres, um coronel do exército com propostas nacionalistas – alguns diriam populistas – à presidência. Torres, que teria influência de Velasco (Peru) e de Nasser (Egito) seria a “encarnação do nacionalismo boliviano, e em particular, do nacionalismo militar”. (GIL, 2003, pp. 69 a 71)

A tentativa de governar por meio de uma Assembléia Popular, formada por setores da sociedade civil, como movimentos populares e líderes sindicais, foi abortada em pouco tempo, e, instituída em maio de 1971 foi destruída pelo golpe de Banzer em agosto do mesmo ano. Logo em 1972, o governo submisso aos interesses estrangeiros aprovou nova lei do petróleo,

²⁵⁸ Sobre essa questão, ver, entre outros, Tamer (1980).

admitindo o reingresso na Bolívia de 14 empresas, sendo 10 norte-americanas. (GIL, 2003, p. 138) Nesta nova investida do capital estrangeiro, houve um deslocamento das empresas petrolíferas para o setor mineiro, interessadas nos lucros que poderiam auferir nesta exploração. (2003, p. 140) Talvez tenha sido esta inversão de investimentos no setor mineiro que permitiu a retomada dos acordos entre Brasil e Bolívia para a exploração do petróleo e do gás.

Nesta pesquisa não houve o propósito de acompanharem-se analiticamente os desdobramentos dos Acordos de Roboré. Se quisermos, podemos dizer que tudo começou com o Tratado de Petrópolis, em 1903, quando o Brasil comprometeu-se a indenizar a Bolívia em dois milhões de libras esterlinas. Deste compromisso derivaram os tratados de 1928 e 1938, prevendo a vinculação ferroviária dos dois países, o que, após a Guerra do Chaco, como garantia para o investimento a ser feito pelo Brasil, o governo boliviano ofereceu a rica região subandina e suas reservas petrolíferas para exploração. Se ali começou, desembocou em 1996, com a chegada efetiva da Petrobrás à Bolívia e sua transformação na principal empresa do país em poucos anos. Avancemos dez anos e teremos outro momento de inflexão, pois em 2006, com a nacionalização dos hidrocarbonetos, a nação andina retoma o controle de sua principal riqueza e deixa suspensa qualquer previsão acerca do futuro da empresa estatal brasileira no país.

Assim, centramos a análise no período que entorna 1958, quando os Acordos de Roboré foram assinados, sem perder, no entanto, uma visão mais panorâmica sobre a história dos dois países, a fim de identificarmos os momentos de redefinição dos acordos que nos conduziram à situação presente. Fica a possibilidade de se continuar a estudá-los, passando pelos anos do regime militar no Brasil e na Bolívia e pela onda neoliberal que varreu a América Latina principalmente nos anos 1990. Isto exige, claro, outra pesquisa.

No ano em que a Petrobrás perdeu o monopólio no Brasil – ainda que se mantenha como empresa líder no setor –, o governo Fernando

Henrique Cardoso iniciou as obras do gasoduto, inaugurando seu primeiro trecho dois anos mais tarde. Em 2001, o gás boliviano começou a ser distribuído no Brasil de forma maciça, e, desde 1996 na Bolívia, a Petrobrás, em apenas dez anos, tornou-se a principal empresa do país, responsável por pelo menos 15% do PIB, quase um quarto da arrecadação fiscal e por toda refinação de petróleo. Entende-se, assim, porque, no presente, quando os bolivianos gritam contra a exploração estrangeira, na linha de frente está a estatal brasileira. E também porque, ontem (1958) como hoje, o Brasil é chamado de imperialista – ou subimperialista –, e no entendimento de muitos na Bolívia, sua ponta-de-lança seria a Petrobrás.²⁵⁹

O estudo que foi desenvolvido permite observar os limites de ação dos países latino-americanos, mesmo quando estes pretendem lançar mão de sua soberania e independência, procurando alargar um pouco mais seu campo de atuação. Como não são constituídos de muros intransponíveis e impermeáveis às ações de outros governos e trustes, mas, constituídos nas teias mesmo do sistema capitalista, e, como naqueles anos 1950, até o partido da revolução tivesse aderido à ampla aliança nacionalista, que ia dos comunistas a frações da burguesia, visando desencadear um processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, qualquer pensamento que se encaminhasse à superação de nossa condição de dependência, para não dizer superação do próprio capitalismo, esbarrava nas contradições da própria aliança e nas decisões de burocratas e governos. Estes, quando percebem que há risco de extrapolar os limites da dominação burguesa, recuam, negam e reprimem os movimentos populares e as lutas de classes. Esta ação repressora conta com o aparato ideológico que a sociedade

²⁵⁹ Segundo Aramayo (2003, p. 172), a estatal brasileira atuou, pelo menos até 2003, em conjunto com a espanhola Repsol, a anglo-holandesa Shell e a norte-americana Enron. Na construção de suas instalações, oleodutos e gasodutos, as empresas transnacionais exigiam a desapropriação de terras indígenas e de comunidades camponesas, poluindo o meio-ambiente e desestruturando a vida de centenas de milhares de bolivianos pobres. (Página 169 a 179) Isto ajuda a entender, por outro lado, de onde vem o apoio para o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos, cujas questões de proteção do meio-ambiente e preservação de modos de vida não têm sido abordadas pelo noticiário, que se restringe basicamente aos efeitos econômicos da medida.

dispõe, como a imprensa, as entidades de classe e os partidos políticos. Nos anos 1950, além destes, houve o apoio decidido de atores que compunham o leque nacionalista, a começar pela própria burguesia.

Os desdobramentos em torno dos Acordos de Roboré favoreceram os interesses dos trustes, uma vez que o Brasil, no plano externo, não extraiu uma gota de petróleo sequer, com ou sem a Petrobrás, deixando, ainda que não quisesse, este mesmo petróleo como reserva estratégica para futuras explorações por parte das empresas estrangeiras, futuro do qual a própria Petrobrás viria a participar quarenta anos depois. No plano interno, além do monopólio da Petrobrás não ter abrangido o lucrativo e estratégico setor da distribuição, área monopolizada pelos trustes, quando a estatal brasileira criou uma subsidiária para atuar com força neste setor, com a BR Distribuidora, o mesmo Estado brasileiro assinou os primeiros contratos de exploração conjunta no exterior, em associação com as transnacionais petroleiras, e, pouco depois, em 1975, permitiu esta mesma exploração no Brasil, por meio dos contratos de risco.

Os acordos entre Brasil e Bolívia inscrevem-se, assim, nesse contexto de desenvolvimento capitalista forçado, onde o Estado tomou a frente do processo, mas não autonomamente, antes, inserido de forma dependente e conjugado com os interesses do grande capital sob a égide dos EUA. Suas ações foram sempre limitadas pelos marcos do capitalismo dependente e periférico, e, sob os eufemismos ideológicos de “modernização”, “industrialização” e “desenvolvimento”, esconderam-se a dominação de classe e a exploração capitalista sobre os trabalhadores. Como ameaçar com um projeto autônomo de desenvolvimento ou mesmo com uma política externa que não se limitasse, também esta, aos marcos do capitalismo e da subserviência aos EUA? Os Acordos de Roboré serviram para ensaiar alguma ação que extrapolasse estes marcos, mas seus limites estavam dados pela própria configuração do governo de JK, caracterizado por avanços e recuos o tempo todo, uma vez que, como disse Almeida (2006), avanços seriam permitidos, mas sem extrapolar.

Os Acordos de Roboré devem ser entendidos nesse seu contexto histórico, sem o qual não se compreende porque tamanha oportunidade para diminuir a dependência do Brasil com relação ao capital estrangeiro não foi aproveitada, nem porque esta mesma dependência não aumentou por meio da associação de empresas brasileiras com trustes estrangeiros. Roboré, em outro contexto, poderia significar um princípio de um projeto mais amplo de fortalecimento das reformas democrático-burguesas na América do Sul, a partir da associação de países subjugados pelo grande capital. Este mesmo capital, aliado às decisões das burocracias estatais de Brasil e Bolívia e de seus respectivos governos não permitiram tal avanço, pois, este sim, poderia significar exorbitar, pelo menos para além de um capitalismo subdesenvolvido e dependente.

Como “a energia tem sido o motor da transformação da natureza pelo homem” (ALVAREZ, 2003, p. 21), e como o petróleo tem seu consumo ampliado, ao mesmo tempo em que suas reservas vão se esgotando, hoje, de simples mercadoria transacionada no mercado mundial, este recurso volta a ser visto como uma questão de segurança nacional (ALVAREZ, 2003, p. 25), principalmente no país que mais depende de sua importação para a manutenção de seu ritmo de crescimento. Assim, ainda hoje se observa a ingerência das grandes empresas do setor petrolífero nas esferas de governo. Sem entrar muito neste mérito, basta destacar que, segundo dados de 2001, 57% da produção de petróleo bruto no mundo foram comercializados por empresas transnacionais, principalmente pelas “sete irmãs”. (ALTERNATIVES SUD, 2003, p. 10)

Se outra pesquisa quiser abordar a presença do Brasil neste cenário mundial contemporâneo, ainda que focado nas relações mantidas com países da América do Sul, poderá e talvez tenha de passar por essas reflexões.

CRONOLOGIA

1822

- Independência política do Brasil.

1825

- Independência política da Bolívia.
- Guerra da Cisplatina, entre Argentina e Brasil, de 1825 a 1828.

1836-1837

- Confederação Peruano-Boliviana.

1864-1870

- Guerra do Paraguai.

1867

- Primeiro Tratado Internacional entre Brasil e Bolívia.

1879-1883

- Guerra do Pacífico.

1903

- Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia.

1914-1918

- Primeira Guerra Mundial.
- Revolução Russa em 1917.

1922

- Criação do PCB.
- Ascensão do fascismo na Itália.

1928

- Tratado de Natal entre Brasil e Bolívia.

1930

- Movimento revolucionário no Brasil. Getúlio Vargas assume o governo em caráter provisório.

1932

- Guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai.
- Revolução Constitucionalista no Brasil.

1933

- Adolf Hitler torna-se chanceler na Alemanha.
- O presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, lança o *New Deal*.

1934

- Nova constituição no Brasil. Getúlio Vargas torna-se presidente constitucional.
- Código de Minas, no Brasil, separa a propriedade do solo e do subsolo.
- As mulheres, no Brasil, conquistam o direito ao sufrágio.
- Começa a Longa Marcha na China, liderada por Mao Tsé-Tung.

1935

- Insurreição Comunista no Brasil.
- A Itália invade a Etiópia.
- Lázaro Cárdenas torna-se presidente do México.
- Termina a Guerra do Chaco.

1936

- Início da Guerra Civil Espanhola.
- Congresso Pan-Americano inaugura o pan-americanismo.

1937

- Guerra em larga escala entre Japão e China.
- Anúncio do Plano Cohen e instauração da ditadura do Estado Novo no Brasil.

1938

- Criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) no Brasil.
- Assinatura do Tratado entre Bolívia e Brasil sobre aproveitamento de petróleo e ligação ferroviária.
- Confisco das áreas concedidas à Standard Oil Co. na Bolívia.
- Nacionalização da indústria petrolífera no México.
- A Alemanha ocupa a Áustria.
- Conferência de Munique.

1939

- Início da Segunda Guerra Mundial.

1941

- União Soviética e Estados Unidos entram na guerra contra a Alemanha e o Japão.
- Criação do MNR na Bolívia.

1943

- Inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda.
- Conclusão da Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil.

1944

- Perón assume o governo na Argentina.
- Tomada da Normandia pelos aliados.
- Criação do FMI

1945

- Os Estados Unidos lançam uma bomba atômica sobre Hiroshima e outra sobre Nagasaki.
- Fim da Segunda Guerra Mundial.
- Conferência de Ialta.
- Fundação da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Fim da ditadura do Estado Novo e da “Era Vargas”.
- Volta do pluripartidarismo e eleições no Brasil.
- Criação da UDN, do PSD, do PTB e de outros partidos no Brasil.

1946

- Posse de Eurico Gaspar Dutra na presidência do Brasil.
- Guerra civil na China.
- Início da guerra vietnamita contra os franceses.

1947

- Independência da Índia e do Paquistão.
- Plano Marshall.
- Início da Guerra Fria.
- Cassação do registro do PCB no Brasil.

1948

- Criação do Estado de Israel – primeira guerra árabe-israelense.
- Os comunistas assumem o poder na Tcheco-Eslováquia e na Hungria.
- Fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA).
- Criação da CEPAL.

1949

- Revolução Chinesa.
- Fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

1950

- Início da Guerra da Coréia.
- Eleições no Brasil. Getúlio Vargas é o vencedor.

1951

- Getúlio Vargas assume o governo no Brasil.

1952

- Revolução Boliviana. O MNR assume o governo com Victor Paz Estenssoro e inicia reformas políticas e econômicas.

- Nota Reversal entre Bolívia e Brasil, estabelecendo o tamanho da área a ser explorada por empresas petrolíferas brasileiro-bolivianas.

1953

- Final da Guerra da Coréia.
- Gamal Abdel Nasser assume o governo no Egito.
- Criação da Petrobrás.

1954

- Derrota dos franceses no Vietnã.
- Início da revolta nacionalista na Argélia.
- Ápice da crise do governo Vargas e suicídio do presidente. Assume o vice-presidente, Café Filho.

1955

- Conferência de Bandung.
- Assinado o Pacto de Varsóvia.
- Eleições no Brasil. Juscelino Kubitschek e João Goulart são eleitos presidente e vice respectivamente.
- Movimento 11 de novembro no Brasil. Crise institucional e posse de Nereu Ramos após deposição de Carlos Luz da presidência. Impedimento de Café Filho para reassumir a presidência.
- Deposição de Juan Domingo Perón da presidência da Argentina.
- Entra em vigor o novo Código de Petróleo na Bolívia.

1956

- Posse de Juscelino Kubitschek. Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e divulgação do Plano de Metas.
- Posse de Hernán Siles Zuazo na presidência da Bolívia.
- Segunda guerra árabe-israelense.
- Revolta na Hungria e repressão de tropas soviéticas.
- Crise de Suez: nacionalização da empresa que explorava o canal e invasão de forças anglo-francesas.

1957

- Retomada das negociações para atualização do Tratado de 1938 entre Bolívia e Brasil.
- Formação da Comunidade Econômica Européia.
- Início da descolonização da África. Independência de Gana.
- Lançamento do Sputnik, primeiro satélite artificial da Terra, pela União Soviética.

1958

- Assinatura dos Acordos de Roboré entre Bolívia e Brasil.
- Lançamento da Operação Pan-Americana pelo governo JK.

- Demissão de José Maria Alkmin e posse de Lucas Lopes no ministério da Fazenda, e Roberto Campos na presidência do BNDE.
- O general De Gaulle assume o governo. Início da Quinta República na França.

1959

- Revolução Cubana.
- Demissão de Lucas Lopes e Roberto Campos do governo JK.
- Rompimento do governo JK com o FMI.

1960

- Início da disputa entre China e União Soviética.
- Novos países africanos tornam-se independentes.
- Guerra civil no Congo Belga.
- Inauguração de Brasília, nova capital do Brasil.
- Paz Estenssoro, novamente, é eleito e inicia seu segundo mandato na Bolívia.
- Eleições no Brasil. Jânio Quadros vence o marechal Lott.
- Eleições nos Estados Unidos: John Kennedy vence o republicano Richard Nixon.

1961

- Posse de Jânio Quadros na presidência da República.
- Adoção da Política Externa Independente.
- Renúncia de Jânio Quadros à presidência da República.
- Crise político-institucional no Brasil, aprovação da emenda do parlamentarismo e posse de João Goulart.
- Construído o muro de Berlim.
- Início do envolvimento norte-americano no Vietnã.

1962

- Independência da Argélia.
- Crise dos mísseis em Cuba.
- Divulgação da Aliança para o Progresso pelo presidente Kennedy, reformulando a Operação Pan-Americana do governo Juscelino Kubitschek.

1963

- Plebiscito e vitória do presidencialismo no Brasil.
- Plano Trienal no Brasil.
- Assassinato de John Kennedy.

1964

- Golpe militar no Brasil.
- Golpe militar na Bolívia.
- Instituído o monopólio da importação de petróleo e derivados no Brasil.

1969

- O general Alfredo Ovando Candia revoga o Código do Petróleo da Bolívia.
- O general Candia é derrubado da presidência da República.

1971

- O general Juan José Torres é derrubado da presidência na Bolívia.
- A Lei 5655 concede à Petrobrás amplos poderes para negociar contratos de exploração no exterior.
- Criação da Petrobrás Distribuidora S.A., subsidiária da Petrobrás, destinada à comercialização de derivados de petróleo.
- Primeiras incursões da Petrobrás no exterior, em associação com empresas estrangeiras.

1972

- O general Hugo Banzer, presidente da Bolívia, aprova nova lei do petróleo, permitindo o reingresso de empresas estrangeiras.

1973

- Crise mundial do petróleo.

1974

- Assinatura do protocolo de entendimentos para a construção do gasoduto ligando Brasil e Bolívia.

1975

- Assinatura dos primeiros contratos de risco entre a Petrobrás e empresas estrangeiras para exploração no Brasil.

1996

- O governo FHC assina o contrato para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia.
- Início das operações da Petrobrás na Bolívia.

1997

- Início das obras do gasoduto Brasil-Bolívia.

1999

- Inauguração do primeiro trecho do gasoduto Brasil-Bolívia.

2000

- Assinatura dos contratos de venda do gás boliviano.

2001

- Início da operação de distribuição do gás boliviano no Brasil.

2006

- Na Bolívia, o líder cocalero e descendente aymará, Evo Morales, toma posse como Presidente da República, e anuncia a nacionalização dos hidrocarbonetos.
- O governo brasileiro anuncia a auto-suficiência em petróleo, com a produção de 1.800.000 barris diários.

ARQUIVOS

- Arquivo Edgar Leuenroth (Unicamp)
- Arquivo Histórico do Itamaraty
- Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Biblioteca Casto Rojas do Banco Central da Bolívia
- Biblioteca do Congresso Nacional Boliviano
- Biblioteca Municipal Mario de Andrade
- Biblioteca Municipal Presidente Kennedy
- Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury (PUC-SP)
- CEDEM-UNESP (Centro de Documentação e Memória da UNESP)
- CEDIC-PUC/SP (Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho”)
- Centro Cultural São Paulo
- Congresso Nacional Boliviano
- Congresso Nacional Brasileiro
- CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e de Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro)
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil
- Ministério das Relações Exteriores da Bolívia

FONTES

ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL BOLIVIANO

Câmara dos Deputados

Janeiro de 1958 a outubro de 1960.

Senado Federal

Novembro e dezembro de 1958.

ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO

Câmara dos Deputados

Maio de 1862; março de 1958 a dezembro de 1960.

DESPACHOS E OFÍCIOS DO ITAMARATY

Despachos (do Itamaraty para as embaixadas e legações no exterior)

Assunção - 1859 a 1874 e 1931 a 1941.

Buenos Aires - 1865 a 1870; 1879 a 1880.

La Paz - 1879 a 1880; 1898; 1902 a 1903; 1931 a 1938 e 1957 a 1959.

Washington - julho de 1937 a junho de 1939 e 1952 a 1958.

Ofícios (das embaixadas e legações no exterior para o Itamaraty)

Assunção - 1856 a 1862; 1864 a 1872 e 1931 a 1936.

Buenos Aires - 1860 a 1864; 1867 a 1868 e 1879 a 1880.

La Paz - 1865 a 1870; 1879 a 1880 e 1957 a 1959.

Washington - 1863 a 1870; maio a dezembro de 1931; outubro a dezembro de 1935; agosto a outubro de 1936; novembro e dezembro de 1937; janeiro e fevereiro de 1938 e 1957 a 1959.

OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA BOLÍVIA

Ofícios (das embaixadas e legações no exterior para La Paz)

Rio de Janeiro - 1938; 1952; 1955; 1957; 1958; 1959; 1960 e 1961.

Washington - 1938; 1958; 1959 e 1960.

THE OFFICE OF STRATEGIC SERVICES

The Diplomatic Papers of John Moors Cabot

Reel 3

Part I : Latin America

Folder 89 – Brazil, 1959

0321 Embassy Correspondence – may - june, 125 pp.

0446 Embassy Correspondence – july-september, 50 pp.

Folder 90 – Brazil, 1959

0496 Embassy Correspondence – july-september, 238 pp.

Folder 94 – Brazil, 1959

0734 Embassy Correspondence – october-december, 201 pp.

0935 Personal Correspondence, 45 pp.

Reel 4

Part I : Latin America

Folder 95 – Brazil, 1959

0001 Speeches, 134 pp.

Folder 96 – Brazil, 1959-1961

0135 Speeches, 96 pp.

Folder 102 – Brazil, 1959-1961

0231 Miscellaneous – 1959, 63 pp.

0294 Miscellaneous – 1960-1961, 147 pp.

Folder 103 – Brazil, 1960

0441 Embassy Correspondence – january-may, 230 pp.

Folder 104 – Brazil, 1960

0671 Embassy Correspondence june-november, 138 pp.

Folder 105 – Brazil, 1960

0809 Speeches, 99 pp.

Folder 116 – Brazil, 1960

0908 Embassy Correspondence – november-december, 128 pp.

Folder 117 – Brazil, 1960

1036 Miscellaneous Speeches, 105 pp.

Folder 118 – Brazil, 1960

1141 Miscellaneous, 118 pp.

Reel 5**Part I : Latin America****Folder 120 – Brazil, 1961**

0001 Embassy Correspondence – january, 141 pp.

0142 Embassy Correspondence – february, 123 pp.

Folder 121 – Brazil, 1961

0265 Embassy Correspondence – march, 190 pp.

Folder 122 – Brazil, 1961

0455 Embassy Correspondence – april-june, 196 pp.

0651 Embassy Correspondence – july-august, 163 pp.

Folder 126 – Brazil, 1961

0814 Visitors, 178 pp.

Folder 127 – Brazil, 1961

0992 Speeches, 135 pp.

Intelligence and Research Reports

Latin America – 1941-1961

Argentina

Bolívia, relações – Rolo VI, filme 0006.

Brasil, relações – Rolo VI, filmes 0896 e 0909.

Eleições – Rolo V, filmes 0320 e 1013.

Estados Unidos da América, relações – Rolo IV, filme 0994; Rolo V, filmes 0134, 0311, 0686 e 0862.

Frondizi, Arturo – Rolo V, filmes 1013, 1020, 1052 e 1061.

Governo – Rolo IV, filmes 0681, 0693, 0835, 0851, 0877, 0885, 0957, 0970, 1017; Rolo V, filmes 0000, 0019, 0078, 0105, 0267, 0320, 0729, 0812, 0823, 0897, 1013, 1020, 1052 e 1061.

Militares – Rolo IV, filmes 0693, 0877, 0885 e 0957; Rolo V, filmes 0019, 0078, 0267, 0332, 0862 e 0897.

Nacionalização – Rolo V, filme 0823.

Perón, Juan – Rolo IV, filmes 0861, 0877, 0957, 0970, 1017; Rolo V, filmes 0019, 0078, 0090, 0105, 0669, 0840, 0862 e 0897.

Petróleo – Rolo V, filmes 0729, 1052 e 1061.

Política Externa – Rolo IV, filmes 0681, 0693, 0699, 0775, 0835, 0851, 0877, 0957 e 0994; Rolo V, filmes 0019, 0078, 0735 e 0862.

Relações Exteriores – Rolo IV, filmes 0825, 0851 e 0994; Rolo V, filmes 0134, 0311, 0669, 0686, 0875 e 1020.

Bolívia

Argentina, relações – Rolo VI, filme 006.

Bloco Soviético – Rolo VI, filme 0137.

Economia – Rolo VI, filmes 0107 e 1037.

Estados Unidos da América, relações – Rolo VI, filme 0137.

Militares – Rolo VI, filmes, 0069 e 0091.

Movimento Nacionalista Revolucionário – Rolo VI, filmes 0069, 0091 e 0107.

Política Externa – Rolo VI, filmes 0000, 0069 e 0107.

Relações Exteriores - Rolo IV, filmes 0006 e 0137.

Território - Rolo VI, filme 0000.

Brasil

Acre – Rolo VI, filme 0177.

Bloco Soviético – Rolo VI, filmes 1004 e 1059.

Cartéis – Rolo VI, filme 0788.

Comunismo – Rolo VI, filmes 0896 e 0922.

Dutra, Eurico Gaspar – Rolo VI, filme 0774.

Eleições – Rolo VI, filmes 0896 e 0909.

Filho, Café – Rolo VI, filme 0869.

Kubitschek, Juscelino – Rolo VI, filmes 0896, 0909 e 0922.

Militares – Rolo VI, filmes 0141, 0159, 0169, 0613 e 0922.

Nacionalismo – Rolo VI, filme 0922.

Política Externa – Rolo VI, filmes 0159, 0169, 0247, 0253 e 0774.

Relações Exteriores – Rolo VI, filmes 0141, 0169, 0869, 0896, 0922, 1004 e 1059.

Vargas, Getúlio – Rolo VI, filmes 0141, 0247, 0766, 0794 e 0869.

Chile

Argentina, relações – Rolo VII, filme 0613.

Bolívia, relações – Rolo VI, filme 0000.

Peru

Petróleo – Rolo 10, filme 0167.

Uruguai

Petróleo – Rolo 10, filme 0289.

JORNAIS

Buenos Aires

- **Nación** (no Arquivo Histórico do Itamaraty) - 25/11/1868.

La Paz

- **El Diálogo** (na Biblioteca do Congresso Nacional boliviano) – 1/12/1957; 4/12/1957; 1/02/1958 e março de 1958 a janeiro de 1961.
- **En Marcha** (no Arquivo Histórico do Itamaraty) – 24/10/1957 e 05/12/1957.
- **La Nación** (na Biblioteca do Congresso Nacional boliviano) – 18/08/1957; 31/08/1957; 02/11/1957; 20/12/1957; 29/01/1958; 12/02/1958; março de 1958; 28/02/1959 e março de 1959.
- **La Tarde** (na Biblioteca do Congresso Nacional boliviano) – janeiro a março e julho a agosto de 1960 e janeiro de 1961.
- **Presencia** (na Biblioteca do Congresso Nacional boliviano) – novembro e dezembro de 1958; 28/02/1959 e março de 1959.
- **Ultima Hora** (na Biblioteca do Congresso Nacional boliviano) – 14/08/1957; 14/09/1957; 04/11/1957; janeiro a março de 1958; 28/02/1959 e março de 1959.

Rio de Janeiro (todos os jornais abaixo foram consultados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia)

- **Correio da Manhã** - 19/01/1952; 20/01/1952; 18/09/1959; 19/09/1959; 26/07/1960; 07/11/1961 e 14/11/1961.
- **Diário Carioca** - 15/07/1960 e 21/10/1961.
- **Diário da Noite** - 25/07/1960; 27/07/1960 e 04/05/1960.
- **Diário de Notícias** - 19/01/1952; 11/08/1957; 26/07/1960; 27/07/1960; 22/09/1961; 17/10/1961; 25/10/1961; 12/11/1961; 16/11/1961; 17/11/1961 e 18/11/1961.
- **Diário do Povo** - 22/01/1952.
- **Diário Popular** - 20/01/1952.
- **O Globo** - 19/01/1952; 25/07/1960; 07/11/1961 e 18/11/1961.
- **O Jornal** - 23/01/1952; 04/05/1952; 01/11/1957 e 09/11/1960.
- **Jornal do Brasil** - 15/11/1955; 25/08/1957; 19/04/1959; 20/09/1959; 26/07/1960; 28/04/1961 e 21/10/1961.
- **Jornal do Comércio** - 20/01/1952 e 13/11/1955.
- **A Noite** - 22/04/1952.
- **A Notícia** - 20/07/1960.
- **Tribuna da Imprensa** - 27/07/1960 e 26/07/1960.
- **Última Hora** - 20/07/1960; 25/07/1960; 28/07/1960 e 27/10/1960.

São Paulo

- **Correio Paulistano** (no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Centro Cultural São Paulo) – janeiro a dezembro de 1958.
- **O Estado de S. Paulo** (idem) – janeiro a dezembro de 1958 e 18/09/1959.
- **O Semanário** (na Biblioteca Municipal Presidente Kennedy e Biblioteca Municipal Mario de Andrade em São Paulo) - Janeiro de 1957 a março de 1961.

TRATADOS E ACORDOS BRASIL-BOLÍVIA

(Localizados no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no prédio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, no Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, em La Paz, e também por meio da imprensa dos dois países).

- Tratado de Amizade, Limites e Comércio (27/03/1867)
- Tratado de Petrópolis (17/11/1903)
- Tratado de Natal (25/12/1928)
- Tratado de Exploração de Petróleo (25/02/1938)
- Notas Reversais (29/04/1941)
- Notas Reversais (17/01/1952)
- Acordos de Roboré (29/03/1958)

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

ALMARAZ, Sergio. *Petróleo en Bolivia*. La Paz: Juventud, 1957.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Petróleo: legislação*. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1956.

BRASIL. *Legislação do Petróleo*. (Coletânea organizada pela Petrobrás). Rio de Janeiro: PETROBRÁS, 1971.

BRASIL. *Constituições do Brasil*. 14^a. edição. São Paulo: Atlas, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XIV, número 20, Seção I, 31 de janeiro de 1959.

Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *MEMÓRIA DA PETROBRÁS: acervo de depoimentos*. Rio de Janeiro: Petrobrás, Serviço de Comunicação Social, 1988.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Programa do Partido Comunista do Brasil (Aprovado pelo IV Congresso do Partido comunista do Brasil)*. Novembro de 1954.

_____. *Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil*. Março de 1958.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro*. 1960.

COUTINHO, Lourival e SILVEIRA, Joel. *O petróleo do Brasil: Traição e Vitória*. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1957.

_____. *História de Uma Conspiração (Bolívia, Brasil e Petróleo)*. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1959.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

CUSICANQUI, Jorge Escobari. *Brasil y el Petróleo Boliviano – Los Acuerdos de Roboré – La venta del gás*. 2ª edição. 1ª. edição 1959. La Paz: Editorial Juventud, 1986.

FONSECA, Gondin da. *Que sabe você sobre Petróleo?* 6ª. edição. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

FRONDIZI, Arturo. *Petróleo y Política – contribución al estudio de la historia económica argentina y de las relaciones entre el imperialismo y de la vida política nacional*. 2ª edição. Buenos Aires: Raigal, 1956.

_____. *A luta antiimperialista – etapa fundamental do processo democrático na América Latina*. 2ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1958.

GOSÁLVEZ, Raúl Botelho. *Proceso del Imperialismo del Brasil – De Tordesillas a Roboré*. La Paz: sem editora, 1960.

_____. *Proceso del subimperialismo brasileño*. Nova Iorque: Maity Publishing Co., 1977.

GUILHERME, Olympio. *Roboré: a luta pelo petróleo boliviano*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

_____. *A Verdade sobre Roboré*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960.

JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu Caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

LACERDA, Carlos. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

LORA, Guillermo. La Reforma Agraria. El Petróleo. La Industrialización. In *La Revolución Boliviana (Análisis Crítico)*. La Paz: Difusión, 1963, páginas 167 a 203.

MASCARENHAS, Anderson O. *Roboré, um torpedo contra a Petrobrás*. São Paulo: Fulgor, 1959.

PASSOS, Gabriel de Rezende. *Estudo sobre o Acordo de Roboré*. São Paulo: Fulgor, 1959 (a).

_____. *Nacionalismo* (b). São Paulo: Fulgor, 1959.

REPÚBLICA DE BOLIVIA. *Constitución Política del Estado*. Edición Autorizada. La Paz: Universo, 1948.

_____. *Código del Petróleo. Edición Oficial*. La Paz: Publicaciones Y. P. F. B., 1955.

_____. *Código del Petróleo y su Reglamento*. (Nueva Edición Corregida). La Paz: Difusión, 1964.

SAAVEDRA, Raul Olmos. *Petróleo; Progreso o Demagogia*. La Paz: Universo, 1959.

_____. *La Verdadera Batalla del Petróleo*. La Paz: Universo, 1960.

SIMONSEN, Roberto. *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo: Serviço de Publicações da FIESP/CIESP, 1958.

TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. *Nacionalismo e Dependência: empresários e burocratas estatais na definição da política de desenvolvimento da segunda metade dos anos 50*. São Paulo: PUC-SP, (Tese de Livre-Docência), 2001.

CAPORALE MADI, Maria Alejandra. *A Vanguarda do Pensamento Conservador: um estudo sobre as idéias econômicas de Roberto Campos no período 1950-1964*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia (Dissertação de Mestrado), 1985.

CONDURU, Guilherme Frazão. *The Robore Agreements (1958): A Case Study of Foreign Policy Decision-Making Process in the Kubitschek Administration*. Londres: Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford (Working Paper Series), 2001.²⁶⁰

COSTA, Karen Fernandez. *Mudança de rumo, mesma função – o BNDES na segunda metade dos anos 80*. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado), 2003.

GATTO, Luis Henrique Soares. *Revista Brasileira de Política Internacional: uma visão da política externa brasileira (1958-1992)*. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado), 2002.

GENARI, Adilson Marques. *A Lógica da Subordinação: aspectos do conservadorismo brasileiro: as idéias de Roberto Oliveira Campos*. São Paulo: PUC-SP/Departamento de Economia, (Dissertação de Mestrado), 1990.

GIL, Aldo Durán. *Estado Militar e Instabilidade Política na Bolívia (1971-1978)*. Campinas: Unicamp/IFCH (Tese de Doutorado), 2003.

MAIA, Rosane de Almeida. *Estado e Industrialização no Brasil: estudo dos incentivos ao setor privado, nos quadros do programa de metas do governo Kubitschek*. São Paulo: USP/FEA (Dissertação de Mestrado), 1986.

²⁶⁰ Ainda que o autor não tenha produzido uma dissertação ou mesmo uma tese – trata-se de um “paper” –, achamos que sua citação condizia com esta seção, uma vez que o estudo não foi publicado e é resultado de pesquisa realizada junto a uma universidade.

MARANHÃO, Ricardo. *Capital Estrangeiro e Estado na Eletrificação Brasileira: A light (1947-1957)*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1993.

NASCIMENTO, Benedito Heloiz. *Política e Desenvolvimento em uma Economia Dependente: formação da indústria automobilística brasileira*. São Paulo: USP/FFLCH (Tese de Doutorado), 1972.

_____. *Nova Ordem, Outro Processo: O nacionalismo como política brasileira e desenvolvimento*. São Paulo: USP/FFLCH (Tese de Livre Docência), 1989.

PIRES, Marcos Cordeiro. *Estado e Acumulação Capitalista no Brasil: O Caso Petrobrás (1954-1964)*. São Paulo: USP/FFLCH (Dissertação de Mestrado), 1996.

PIRES, Paulo Valois. *A Evolução do Monopólio Estatal do Petróleo*. São Paulo: USP/Faculdade de Direito (Dissertação de Mestrado), 1999.

RAMPINELLI, Waldir José. *A Política Externa de Juscelino Kubitschek: As Relações Perigosas entre o Nacional-Desenvolvimentismo e o Colonialismo Português*. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado), 2003.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. *Roberto de Oliveira Campos: pensamento e ação – 1950-1970*. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado), 2000.

SARAVIA, Mary Margot Soria. *Democracia e Izquierda em Bolívia (La compleja alianza de la izquierda y derecha)*. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado), 2001.

SILVA, Antônio Carlos Macedo e. *Petrobrás: a consolidação do monopólio estatal e a empresa privada (1953-1964)*. Campinas: Unicamp, 1985.

SOUZA, Julia Gomes e. *Teoria voltada à ação: aspectos do pensamento de Celso Furtado no pré-64*. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado), 2004a.

LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Alzira Alves de e BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Volumes I, II e III. Rio de Janeiro: Forense/FINEP/FGV/CPDOC, 1984.

_____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Alzira Alves de Abreu et al. (Coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, pp. 509-511, 684-685, 764-766, 1383-1389, 2979-2990, 3217-3218, 3270-3272, 4105-4107, 4134-4135, 4552-4554, 4654-4658, 5329-5332, 5520-5527 e 5675-5689.

ACOSTA, Alberto. La dette externe de l’Amérique latine: origine, évolution et alternatives. In *Économie et géopolitique du pétrole – Points de vue du Sud*. Alternatives Sud – Vol. IX, n. 2-3. Paris: L’Harmattan, 2002, pp.187 a 214.

ALMARAZ, Sergio. *El Poder y la Caída – El Estaño en la Historia de Bolivia*. 4ª. edição. La Paz: Editorial Amigos del Libro, 1980. 1ª. edição 1966.

ALMEIDA, Lúcio Flavio Rodrigues de. *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.

_____. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 83 a 122.

_____. *Uma Ilusão de Desenvolvimento – nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ALTERNATIVES SUD. Editorial. In *Économie et géopolitique du pétrole – Points de vue du Sud*. Alternatives Sud – Vol. X, n. 2. Paris: L’Harmattan, 2003, pp. 7 a 20.

ALVAREZ, Carlos Guilherme. Lês ressorts et les limites de la géopolitique pétrolière. In *Économie et géopolitique du pétrole – Points de vue du Sud*. Alternatives Sud – Vol. X, n. 2. Paris: L’Harmattan, 2003, pp. 21 a 34.

ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os Desbravadores – a Petrobrás e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1994.

AMAYO, Enrique. Guerras imperiais na América Latina – A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 151 a 164.

ARAMAYO, Eulogio Nuñez. Les transnationales pétrolières dans les territoires indigènes de Bolivie. In *Économie et géopolitique du pétrole – Points de vue du Sud. Alternatives Sud* – Vol. X, n. 2. Paris: L'Harmattan, 2003, pp. 169 a 179.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, pp. 245 a 436.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina – a construção da Hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.

BACAREZZA, Victor Hoz de Vila. *Petróleo – Referencias y su legislación en Bolívia*. 2ª edição. La Paz: Editorial Amigos del Libro, 1988.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e Integração na América do Sul (Da Triplíce Aliança ao Mercosul - 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo e ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. 3a. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *A UDN e o Udenismo – ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 21 a 38.

BERGIER, Jacques. *A Guerra Secreta do Petróleo*. São Paulo: Hemus, sem data.

BETHELL, Leslie. Cronologia da Guerra; Introdução – A Guerra do Paraguai (História e Historiografia) e O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 11 a 36 e 131 a 150.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOJUNGA, Claudio. *JK O Artista do Impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOMENY, Helena. Utopias da cidade: as capitais do modernismo. In GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 201 a 223.

BONILHA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da independência à Guerra do Pacífico. In BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 541 a 589.

BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin – Capitalismo e Neoliberalismo*. São Paulo: Educ, 1996.

BORON, Atílio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Império & Imperialismo – uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CALDAS, Ricardo W. *A Política Externa do Governo Kubitschek*. São Paulo: Thesaurus, 1995.

CAMPOS, Roberto O. *Ensaio contra a maré*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

_____. *Lanterna na Popa: Memórias*. 2a. edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 125 a 165.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil de JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do Monopólio aos Contratos de Risco*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

CERVO, Amado Luís & BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira – 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *História da Política Externa do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano – A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *Bolívia – com a pólvora na boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COGGIOLA, Osvaldo. O trotskismo no Brasil (1928-64). In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGO, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 239 a 269.

COHAN, A. S. *Teorias da Revolução*. Brasília: Editora UnB, 1981.

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difel, 1968.

COLLIER, Simon. O Chile da independência à Guerra do Pacífico. In BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 591 a 624.

CORBISIER, Roland. *JK e a Luta pela Presidência*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

CORSI, Francisco. Caio Prado Jr. e a questão do desenvolvimento. In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 135 a 151.

COSTA, Paulo Roberto Neves. *Democracia nos anos 50 – burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTA E SILVA, Alberto da. Da guerra ao Mercosul – Evolução das relações diplomáticas Brasil-Paraguai. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 165 a 174.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 127 a 154.

DIAS, José Luciano de Mattos e QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil – Uma História da Petrobrás*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC/Petrobrás, 1993.

DINES, Alberto, FERNANDES JR., Florestan e SALOMÃO, Nelma (Orgs.). *Histórias do poder – 100 anos de política no Brasil*. 3 Volumes. São Paulo: Editora 34, 2000.

DONGHI, Túlio Halperín. A economia e a sociedade na América espanhola do pós-independência. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 277 a 327.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra (Nova história da Guerra do Paraguai)*. 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado (Ação Política, Poder e Golpe de Classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1997.

FARO, Clovis de e SILVA, Salomão L. Quadros da. A década de 1950 e o Programa de Metas. In GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 67 a 105.

FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930-1964)*. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. 3a. edição. São Paulo: Difel, 1986.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina – Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERREIRA, Jorge. Introdução e O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 7 a 16 e 59 a 124.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 301 a 342.

FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Educ / Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

FIORI, José Luís (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FROLA, Francisco. *Sangue e Petróleo*. São Paulo: Martins, 1955.

GALARZA, Jaime. *El Festin del Petróleo*. 2ª. Edição. Quito: Cicetronic Cia. Ltda., 1972.

GALDAMES, Osvaldo Silva. *Breve Historia Contemporânea de Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 17 a 57.

_____. Qual a cor dos anos dourados?. In GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 9 a 19.

GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *A armadilha da dívida*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. 6ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Combate nas Trevas*. 6ª. Edição. São Paulo: Ática, 2003.

GRAHAM, Richard. O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai. In: BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 771 a 825.

GUEDES, Max Justo. A guerra: uma análise. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 51 a 63.

GUMUCIO, Mariano Baptista. *Breve Historia Contemporânea de Bolívia*. México. Fondo de Cultura Económica, 1996.

HEGEL, Georg W. F. O Estado. In *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 216 a 272.

HILFERDING, Rudolf. *El Capital Financiero*. Madrid: Editorial Tecnos, 1973.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das Revoluções (1789-1848)*. 15ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001a.

_____. *A era do Capital (1848-1875)*. 8ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001b.

_____. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 6ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001c.

HOBSON, John A. *Estudio Del Imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octávio. *Diplomacia e imperialismo na América Latina*. Cadernos CEBRAP número 12. São Paulo: CEBRAP, 1973.

IANNI, Octávio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume V – Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Unicamp, 2002, pp. 103 a 155.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LEFORT, Claude. Qué es la Burocracia?. In *Qué es la Burocracia?*. México, 1970, pp. 227 a 259.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. 2ª. edição. São Paulo: Global, 1982.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização brasileira – as associações industriais, a política econômica e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 107 a 142.

LESSA, Antônio Carlos. *A Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LYNCH, John. As Repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 625 a 692.

LÖWY, Michael. Nacionalismos e Internacionalismos – da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.

LUCENA, Carlos. *Tempos de Destruição – educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas: Editora Autores Associados / Uberlândia: Edufu, 2004.

LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2ª. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARAM, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 143 a 170.

MANGABEIRA, Francisco. *Imperialismo, Petróleo, Petrobrás*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. 5a. edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARINHO JR., Ilmar Penna. *Petróleo: Política e Poder*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes / Buenos Aires: CLACSO, 2000a, pp. 105 a 165.

_____. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes / Buenos Aires: CLACSO, 2000b, pp. 11 a 103.

_____. Sobre a Dialética da dependência. In TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b, pp. 181 a 194.

_____. Sobre o Estado na América Latina. In TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005c, pp. 225 a 235.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 97 a 126.

MARX, Carlos. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscou: Editorial Progreso, sem data. (a)

_____. *Del Socialismo Utopico al Socialismo Cientifico*. Moscou: Editorial Progreso, sem data. (b)

_____. *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*. Moscou: Editorial Progreso, sem data. (c)

_____. *La Guerra Civil en Francia*. Moscou: Editorial Progreso, sem data. (d)

_____. *La Ideologia Alemana*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos / Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1974.

MARX, Carlos e ENGELS, Federico. *Manifiesto del Partido Comunista*. Moscou : Editorial Progreso, sem data.

MARX, Karl. *Sociologia*. Octávio Ianni (Org.). São Paulo: Ática, 1982.

_____. *O Capital – Crítica Economia Política*. 4 Volumes. 2ª. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista – 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (Org.). Rio de Janeiro: contraponto / São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MAYA, Emilio de. *O Brasil e o Drama do Petróleo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 153 a 170.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de Presidentes – a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. 2ª. edição. São Paulo: Códex, 2002.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK – Margens da Modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In REIS FILHO, Daniel Aarão et al (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume I - O Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 47 a 87.

_____. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1954). In MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil – Volume III – Teorias. Interpretações*. Campinas: Unicamp, 1998, pp. 161 a 199.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In REIS FILHO, Daniel Aarão et al (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume I - O Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 15 a 45.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 155 a 194.

MOTA, Carlos Guilherme. A guerra contra o Paraguai – A história de um silêncio. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai – 130 Anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 37 a 50.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 39 a 66.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 167 a 203.

NORONHA, Gentil. “O Petróleo é Nosso” - da Emenda Schoppell à Lei 2004. In KUCINSKI, Bernardo (Coord.). *Petróleo: contratos de risco e dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1977, pp. 149 a 171.

NOVAIS, Fernando A. O significado da “Guerra do Paraguai” na história do Brasil. In: MARQUES, Maria Eduardo Castro Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 77 a 81.

O’CONNOR, Harvey. *O Império do Petróleo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.

_____. *O Petróleo em Crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

OLIVEIRA, Francisco e Mazzucheli, Frederico. Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil – 1950-1976. In *Estado e Capitalismo no Brasil*. Carlos Estevam Martins (Org.). Ed. CEBRAP, São Paulo, 1977.

PEASE G. Y., Franklin. *Breve Historia Contemporánea del Perú*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais*. 2ª. edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

PESSANHA, Elina G. da Fonte e MOREL, Regina Lúcia M. Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 273 a 317.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2ª. Edição. São Paulo: Global, 1981.

_____. A Guerra do Paraguai e a formação do Estado na Argentina. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 113 a 120.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 30ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 61 a 81.

PRZEWORSKI, Adam. O Capitalismo Democrático na Encruzilhada. In *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp. 241 a 260.

QUIROGA, Carlos Villegas. *Privatización de la Industria Petrolera en Bolivia*. 3ª edição. La Paz: FOBOMADE, 2004.

RASCHE, Emil. *A Sexta Potência – Homens e nações em luta pelo petróleo*. São Paulo: Melhoramentos, sem data.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In REIS FILHO, Daniel Aarão et al (Orgs.). *História do Marxismo*

no Brasil – Volume I - O Impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 105 a 132.

_____. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 319 a 377.

_____. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume V – Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Unicamp, 2002, pp. 69 a 102.

ROCHA, Euzébio. Petróleo: um depoimento à nação. In *Cadernos de Debate*. Número 4. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RODRIGUES, José Honório e SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*. Organização de Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROIO, Marcos Del. De um século a outro: Trajetória e atualidades da questão comunista no Brasil. In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhas – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 281 a 300.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil – Volume III – Teorias. Interpretações*. Campinas: Unicamp, 1998, pp. 305 a 382.

SADER, Emir. *Chile (1818-1990) – Da independência à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SAES, Décio. A Democracia Burguesa e a Luta Proletária, in *Teoria e Política*. Ano I, No. 2, São Paulo, Editora Brasil Debates, 1980, pp. 55 a 77.

_____. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. 2ª. edição. Campinas: Unicamp / IFCH, 1998.

_____. *República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92). In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGO, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 171 a 205.

SANTOS, Afonso Carlos M. dos. Memória, História, Nação: Propondo questões. In *Revista Tempo Brasileiro - Memória e História*. Rio de Janeiro, 1986, pp. 05 a 13.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In REIS FILHO, Daniel Aarão et al (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume I - O Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 133 a 156.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Uma pequena história dos grandes grupos de petróleo. In KUCINSKI, Bernardo (Coord.). *Petróleo: contratos de risco e dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1977, pp. 135 a 147.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 217 a 240.

_____. O PCB e a revolução nacional-democrática. In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGO, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 123 a 134.

SKIDMORE, Thomas. Anos de Confiança (1956 - 1961). In *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 9a. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 203 a 230.

SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 205 a 271.

_____. e NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 47 a 96.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A Construção de Brasília – Modernidade e Periferia*. Goiânia: UFG, 1997.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7ª. Edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SIMÕES, Josanne Guerra. *Sirênico Canto: Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. Os militares e a Campanha de “O Petróleo é Nosso”. In KUCINSKI, Bernardo (Coord.). *Petróleo: contratos de risco e dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1977, pp. 173 a 183.

SOLA, Lourdes. *Idéias Econômicas, Decisões Políticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA, Nilson Araújo de. *A Longa Agonia da Dependência – Economia Brasileira Contemporânea (JK-FH)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004b.

TAMER, Alberto. *Petróleo: o preço da dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

TANZER, Michael. *Os trustes petrolíferos e os países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

TAUNAY, Alfredo d’Escragno. *A Retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TAUNAY, Visconde de. *A Guerra do Pacífico – Chile versus Peru e Bolívia*. 2ª. edição. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

_____. Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo. In MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil – Volume III – Teorias. Interpretações*. Campinas: Unicamp, 1998, pp. 245 a 274.

TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TREVISAN, Maria José. *50 Anos em 5 – A FIESP e o Desenvolvimentismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica, in *Revista Ensaio*. Número 17/18. São Paulo : Ensaio, 1989, pp. 399 a 444.

VALOIS, Paulo. *A Evolução do monopólio Estatal do Petróleo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

VELOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 171 a 199.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). In REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume V – Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Unicamp, 2002, pp. 157 a 184.

VICTOR, Mário. *A Batalha do Petróleo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VILARINO, Ramon Casas. O petróleo é nosso? In *CartaCapital na Escola*. Edição número 6. São Paulo: Editora Confiança, maio-junho/2006, pp. 33 a 37.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida

Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 195 a 216.

_____. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964)*. Petrópolis: Vozes, 2004.

VV. AA. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

WADDELL, D. A. G. A política internacional e a independência da América Latina. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 231 a 266.

WEBER, Max. Los fundamentos económicos del “imperialismo”; Esencia, supuestos y desarrollo de la dominación burocrática. In *Economía y Sociedad*. Tomo II. Havana: Instituto Cubano del Libro, 1971, pp. 671 a 678 e 716 a 752.

_____. *Que es la burocracia?* Buenos Aires: La Pléyade, 1977.

WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

_____. *Por que Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WENSTEIN, Barbara. *(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez / Universidade São Francisco, 2000.

WRIGHT, Erik O. A Burocracia e o Estado. In *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, páginas 161 a 197.

ZAIDÁN, Michel. O grande tournant: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In REIS FILHO, Daniel Aarão et al (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume I - O Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 89 a 104.

ZISCHKA, Anton. *A Guerra Secreta pelo Petróleo*. Porto Alegre: Globo, 1936.

Sítios da Internet

Diário do Congresso Nacional. Disponível em <http://www.camara.gov.br>. Acesso em 21 de dezembro de 2005.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Alzira Alves de Abreu et al. (Coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/biografias/. Acessos em 13 de setembro e 24 de outubro de 2005.

ANEXOS



* Mapa elaborado para o artigo de Vilarino (2006, p. 35) a partir da bibliografia citada acima.

TRATADOS INTERNACIONAIS ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

- **TRATADO DE 1867**
- **TRATADO DE 1903 (TRATADO DE PETRÓPOLIS)**
- **TRATADO DE 1928**
- **TRATADO DE 1938**
- **NOTA REVERSAL NÚMERO 3 DE 1952**
- **NOTAS REVERSAIS NÚMEROS 1, 6 E 7 DOS ACORDOS DE ROBORÉ**

**TRATADO DE AMIZADE, LIMITES, NAVEGAÇÃO, COMMÉRCIO E
EXTRADIÇÃO CELEBRADO ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E A
REPUBLICA DA BOLÍVIA - 1867**

EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Sua Magestade o Imperador do Brasil e o Excellentíssimo Presidente Provisório da Republica da Bolívia, Capitão General dos seus Exércitos, e General de Divisão do Chile, reconhecendo a necessidade de chegarem a um accordo definitivo sobre os limites dos dous Estados, e desejando promover a communição e o commércio pela fronteira commum e pelos rios na parte, que pertence a cada um dos mesmos Estados de modo que se assegure a amizade, que felizmente os liga; resolveram celebrar, para estes fins, um tratado e nomearam seus plenipotenciários, a saber:

Sua Magestade o Imperador do Brasil ao Douctor Felipe Lopes Neto, do Seu Conselho, Deputado à Assembléia Geral Legislativa do Império, Commendador da Imperial Ordem da Roza, Official da de Leopoldo da Belgica, e Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, em Missão Especial, na República da Bolívia:

O Excellentíssimo Presidente Provisório da Republica da Bolívia ao Douctor Dom Mariano Donato Muñoz, Membro numerário da Universidade de Sucre, Honorário da Faculdade de Leis e Sciencias Políticas da de Santiago do Chile, Advogado na Bolívia e no Peru, Secretario Geral do Estado e Ministro das Relações Exteriores:

Os quaes, depois de trocarem os seus Plenos Poderes, que acharam em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Artigo 1º.

Haverá perfeita paz, firme e sincera amizade entre Sua Magestade O Imperador do Brasil, Seus Sucessores e súbditos e a Republica da Bolívia e seus cidadãos em toda a extensão dos respectivos territórios e possessões.

Artigo 2º.

Sua Magestade O Imperador do Brasil e a Republica da Bolívia concordam em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre os seus respectivos territórios, o *uti possidetis*, e, de conformidade com este principio, declaram e definem a mesma fronteira do modo seguinte:

A fronteira entre o Império do Brasil e a Republica da Bolívia partirá do rio Paraguay, na latitude de 20º., 10', onde deságua a Bahia Negra; seguirá pelo meio desta até o seu fundo e d'ahi em linha recta à lagoa de Cáceres, cortando-a pelo seu meio; irá d'aqui à lagoa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as lagoas Gaiba e Uberaba, em tantas rectas quantas forem necessárias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua.

Do extremo norte da lagoa Uberaba irá em linha recta ao extremo sul da Corixa Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas; do extremo sul da Corixa Grande irá em linhas rectas ao Morro da Boa Vista e aos Quatro irmãos; destes, também em linha recta, até as nascentes do rio Verde; baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o rio Madeira.

Deste rio para o Oeste seguirá a fronteira por uma parallela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10º., 20', até encontrar o rio Javary.

Si o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar a origem principal do dito Javary.

Artigo 3º.

No prazo de seis mezes, contados da hora das ratificações do presente tratado, nomeará cada uma das Altas Partes Contratantes um Comissario; e no mais breve tempo, que for possível, procederão os dois Comissarios, de comum accordo, à demarcação da linha divisória, nos pontos em que isto for necessario, e de conformidade com as estipulações que precedem.

Artigo 4º.

Si no acto da demarcação ocorrerem duvidas graves, provenientes de inexactidão nas indicações do presente tratado, serão essas duvidas decididas amigavelmente por ambos os Governos, aos quaes os Comissarios as sujeitarão, considerando-se o accordo que as resolver, como interpretação ou aditamento ao mesmo tratado, e ficando entendido que, si taes duvidas ocorrer em um ponto qualquer, não deixará por isto a demarcação de prosseguir nos outros indicados no tratado.

Artigo 5º.

Si para o fim de fixar, em um ou outro ponto, limites que sejam mais naturaes e convenientes a uma ou outra nação, parecer vantajosa a troca de territórios, poderá esta ter lugar, abrindo-se para isso novas negociações e fazendo-se, não obstante a isto, a demarcação como si a troca não houvesse de efectuar-se.

Comprehende-se nesta estipulação o caso da troca de territórios para dar-se logradouro a algum povoado ou a algum estabelecimento publico, que fique prejudicado pela demasiada proximidade da linha divisória.

Artigo 6º.

Sua Magestade O Imperador do Brasil e a Republica da Bolívia convem em declarar livres as communicações entre os dois Estados pela fronteira commum e isento de todo imposto nacional ou municipal o tranzito por ella de pessoas e bagagens, que ficarão sujeitos unicamente aos

regulamentos policiais e fiscaes, que cada um dos dous Governos estabelecer em seu território.

Artigo 7º.

Sua Magestade O Imperador do Brasil permite, como concessão especial, que sejam livres para o commercio e navegação mercante da Republica da Bolívia as águas dos rios navegáveis, que correndo pelo território brasileiro, vão desembocar no Oceano.

Em reciprocidade, também permite a Republica da Bolívia que sejam livres para o commercio e navegação mercante do Brasil as águas dos seus rios navegáveis.

Fica porem entendido e declarado que nessa navegação não se comprehende a de porto a porto da mesma nação ou de cabotagem fluvial, que as altas Partes Contratantes reservam para os seus súbditos e cidadãos.

Artigo 8º.

A navegação do Madeira, da cachoeira de Santo Antonio para cima, só será permitida às duas Altas Partes Contratantes, ainda quando o Brasil abra o dito rio até esse ponto a terceiras nações. Todavia, os súbditos destas terceiras nações gozarão da faculdade de carregar suas mercadorias nas embarcações brasileiras ou boliviana, empregadas nesse commercio.

Artigo 9º.

O Brasil compromete-se, desde já, a conceder à Bolívia, nas mesmas condições de policia e de portagem, impostas aos nacionais e salvos os direitos do fisco, o uso de qualquer estrada, que venha a abrir, desde a primeira cachoeira, na margem direita do rio Mamoré, até a de Santo Antonio, no rio Madeira, a fim de que possam os cidadãos da Republica aproveitar para o transporte de pessoas e mercadorias, os meios, que offerecer à navegação brasileira, abaixo da referida cachoeira de Santo Antonio.

Artigo 10º.

Os barcos, súbditos e cidadãos de cada uma das Altas Partes contratantes ficarão sujeitos aos regulamentos fiscaes e de policia, estabelecidos pela competente autoridade respectiva.

Estes regulamentos devem ser os mais favoráveis a navegação e commercio entre os dous países.

Artigo 11º.

Para os efeitos desta Convenção serão considerados como embarcações brasileiras ou bolivianas aquellas, cujos donos e capitães sejam respectivamente súbditos do Brasil ou cidadãos da Bolívia, cujo rol de equipagem, licenças e patentes certifiquem em devida forma, que foram matriculadas em conformidade das ordenanças e leis das suas Nações, e, que usam legalmente de suas bandeiras.

Artigo 12º.

As embarcações, de que trata o artigo precedente, poderão commerciar naquelles portos fluviaes do Brasil ou da Bolívia, que para esse fim se acham ou forem habilitados pelos respectivos Governos.

Si a entrada nos ditos portos tiver sido causada por força maior e o navio sahir com o carregamento com que entrar, não se exigirá direitos alguns de entrada, de estadia, ou de sahida.

Artigo 13º.

Cada um dos dous Governos designará os logares, fora dos portos habilitados, em que as embarcações, qualquer que seja o seu destino, possam communicar com a terra directamente para reparar avarias, prover-se de combustível ou de outros objetos de que careçam.

Nestes logares a autoridade local exigirá, ainda que a embarcação siga em tranzito directo, a exhibição do rol da equipagem, lista dos passageiros e manifesto de carga e visará grátis todos os respectivos documentos.

Os passageiros não poderão ahi desembarcar sem previa licença da respectiva autoridade, a quem, para esse fim, deverão apresentar os seus passaportes, para serem por ella visados.

Artigo 14º.

Os Governos de Sua Magestade O Imperador do Brasil e da Republica da Bolívia dar-se-hão conhecimento dos pontos, que destinarem para as comunicações previstas no artigo precedente; e si qualquer delles julgar conveniente determinar alguma mudança a esse respeito, prevenirá ao outro com a necessária antecipação.

Artigo 15º.

Toda a comunicação com a terra, não autorizada ou em logares não designados e fora dos casos de força maior, será punível com multa, alem das outras penas, em que possam incorrer os delinqüentes, segundo a legislação do Paiz onde este delicto for commetido.

Artigo 16º.

Será unicamente permittido descarregar toda ou parte da carga fora dos portos fluviaes habilitados para o commercio, si, por causa da avaria ou de outro incidente fortuito e extraordinário, não puder a embarcação continuar a sua viagem. Neste caso deverá o capitão dirigir-se previamente aos empregados da estação fiscal mais próxima ou, na falta destes, a qualquer outra autoridade local, e submeter-se às medidas que esses empregados ou autoridades julgarem necessárias, em conformidade das leis do paiz, para prevenir alguma importação clandestina.

As medidas, que o capitão houver de tomar de seu próprio arbítrio, antes de prevenir os ditos empregados ou autoridades locais, serão justificáveis, si elle provar que foi isto indispensável para salvação do navio ou da sua carga.

As mercadorias, que por estas circunstâncias extraordinárias forem postas em terra, não pagarão direito algum, si forem de novo embarcadas e exportadas na mesma ou em outra embarcação.

Artigo 17º.

Toda descarga ou baldeação de mercadorias, feita sem previa autorização ou sem as formalidades prescriptas no artigo antecedente, ficará sujeita a multa, alem das penas, que nos casos respectivos, conforme às leis do Brasil ou da Bolívia, devam ser impostas aos que commeterem o delicto de contrabando.

Artigo 18º.

Si, por causa de contravenção às medidas policiaes e fiscaes, concernentes ao livre tranzito fluvial, tiver logar alguma apreensão de mercadorias ou da embarcação, que as transporte, conceder-se-há sem demora o levantamento da dita apreensão, mediante fiança ou caução sufficiente do valor dos objetos apreendidos.

Si a contravenção não tiver outra pena sinão a de multa, o contraventor poderá, mediante a mesma garantia, continuar a sua viagem.

Artigo 19º.

Si alguma embarcação, pertinente a uma das Altas Partes Contratantes, naufragar ou soffrer qualquer sinistro nas ribeiras da outra, as autoridades locaes deverão prestar todo o auxilio e proteção, que esteja a seu alcance, assim para a salvação das vidas, navio e carga, como para a arrecadação e guarda dos salvados.

Si o capitão ou dono de carga, ou quem suas vezes fizer, quizer transporta-lá em direitura desse logar para o porto do seu destino ou outro qualquer, poderá faze-lo sem pagar direito algum; somente pagará as despesas de salvamento.

Não estando presente o capitão do navio, o dono das mercadorias ou quem suas vezes fizer para satisfazer as despesas do salvamento, serão estas pagas pelas autoridades locaes e indenizadas pelo dono ou quem o representar, ou à custa das mercadorias, das quaes serão arrematadas, segundo as leis fiscaes de cada um dos dous paizes, quantos bastem para esse fim e para o pagamento dos respectivos direitos.

A respeito das mercadorias restantes, proceder-se-há em conformidade da legislação, que em cada um dos paizes trata dos casos de naufrágio, nos mares territoriais.

Artigo 20º.

Cada Estado poderá estabelecer um direito destinado às despesas de pharóes, balizas e quaesquer outros auxílios, que preste a navegação; mas este direito somente será percebido das embarcações, que forem aos seus portos directamente e das que nelles entrarem por escala (excepto os casos de força maior), si estas ahi descarregarem ou carregarem.

Artigo 21º.

Alem do direito de que falla o artigo antecedente, o tranzito fluvial não poderá ser gravado, directa ou indirectamente, com outro algum imposto, sob qualquer denominação que seja.

Artigo 22º.

Os navios de guerra do Brasil e da Bolívia gosarão reciprocamente da liberdade de tranzito e de entrada em todo o curso dos rios dos dous paizes, que for habilitado para os navios mercantes, bem como de todas as isenções, honras e favores, que são de uso geral.

Fica, porém, entendido, quanto aos affluentes do Amazonas, que a concessão de liberdade de tranzito e de entrada, feita aos navios de guerra, fica dependente de ajuste, que fixe o numero delles.

Artigo 23º.

As duas Altas Partes Contratantes se obrigam a não dar asylo, em seus respectivos territórios, aos grandes criminosos e prestam-se reciprocamente a conceder a sua extradição, sob as seguintes condições:

1ª. – Quando os crimes, pelos quaes se reclamar a extradição, tiverem sido commettidos no território do Governo reclamante:

2ª. – Quando o Governo reclamante apresentar sentença condemnatoria, ou de pronuncia, ou ainda mesmo o mandado de prisão, expedido segundo as formas legais:

3ª. – Quando os criminosos forem reclamados directamente, por intermédio dos Agentes Diplomáticos ou Consulares do Governo reclamante e, por excepção, pelos Presidentes das Provincias Brasileiras de Matto Grosso e Amazonas, e os Prefeitos dos Departamentos bolivianos de Santa Cruz de La Sierra e do Beni.

Artigo 24º.

A extradição poderá ser reclamada por motivo dos crimes seguintes: Homicídio, infanticidio, redução de pessoa livre à escravidão, concussão, peculato, bancarrota fraudulenta, estelionato, fabricação e introdução de moeda papel ou metálica falsa e de papeis de credito com curso legal em qualquer dos dous paizes; falsificação de escripturas publicas e de notas de Bancos, de lettas de cambio e outros títulos de commercio, barataria e pirataria.

Artigo 25º.

A extradição não terá logar:

1º. – Si o criminoso reclamado for cidadão do paiz a cujo governo se fizer a reclamação:

2º. – Por crimes políticos; e, quando tiver sido concedida pelos actos enumerados no artigo antecedente, não poderá o criminoso ser processado ou punido pelos ditos crimes políticos, anteriores à sua entrega ou conexos com elles.

Artigo 26º.

As despesas com a prisão, detenção e transporte do criminoso, correrão por conta do Governo, que o reclamara.

Artigo 27º.

As duas Altas Partes Contratantes se obrigam também a não receber, sciente e voluntariamente nos seus Estados, e a não empregar no seu serviço indivíduos que desertaram do serviço militar de mar ou de terra da outra; devendo ser presos e entregues os soldados e marinheiros desertores, assim dos navios de guerra como dos mercantes, logo que forem competentemente reclamados, com a condição de que aos desertores se applicará sempre a pena immediatamente mais suave, marcada nas leis dos respectivos paizes para o crime de deserção. A reclamação dos referidos desertores poderá ser feita pelos respectivos commandantes ou pelas autoridades da fronteira e do mesmo modo se effectuará a entrega.

Artigo 28º.

Todas as estipulações deste tratado, que não se referem a limites, terão vigor por espaço de seis annos, contados da data da troca das respectivas ratificações, findos os quaes continuarão a subsistir até que uma das altas Partes Contratantes notifique à outra o seu desejo de dal-as por findas, e cessarão doze mezes depois da data desta notificação.

Artigo 29º.

As duas Altas Partes Contratantes se comprometem a negociar antes da expiração daquelle prazo de seis annos um novo tratado com as alterações e disposições, que a experiência e os interesses dos dous paizes tornarem necessárias.

Artigo 30º.

O presente tratado será ratificado segundo a forma legal de cada Estado e as ratificações serão trocadas no mesmo tempo, que for possível, nesta cidade de La Paz de Ayacucho.

Em fé do que, nós abaixo assignados Plenipotenciários de Sua Magestade O Imperador do Brasil, e do Excellentissimo Senhor Presidente

Provisório da Republica da Bolívia, em virtude de nossos Plenos Poderes, assignamos o presente Tratado e lhe fizemos pôr os nossos sellos.

Cidade de La Paz, de Ayacucho, na Bolívia, aos vinte e sete dias do mez de Março de mil oitocentos e sessenta e sete.

a) Felipe Lopes Netto.

DECRETO Nº 5.161, DE 10 DE MARÇO DE 1904.

Manda executar o Tratado de permuta de territórios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

Tendo sancionado, pelo Decreto nº 1.179, de 18 de fevereiro do corrente ano, a resolução do Congresso Nacional de 12 do mesmo mês, que aprova o Tratado de permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia, concluído na cidade de Petrópolis aos 17 de novembro de 1903 e havendo sido trocadas hoje as respectivas ratificações nesta cidade do Rio de Janeiro,

Decreta que o mesmo Tratado seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1904; 16º da República.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

Rio-Branco

Tratado de permuta de Territórios e outras Compensações

(Tratado de Petrópolis)

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia,

Animadas do desejo de consolidar para sempre a sua antiga amizade, removendo motivos de ulterior desavença, e

Querendo ao mesmo tempo facilitar o desenvolvimento das suas relações de comércio e boa vizinhança,

Convieram em celebrar um Tratado de permuta de territórios e outras compensações, de conformidade com a estipulação contida no Art. 5º do Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio de 27 de março de 1867.

E, para esse fim, nomearam Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, os Srs. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Joaquim Francisco de Assis Brasil, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos da América; e

O Presidente da República da Bolívia, os Srs. Fernando E. Guachalla, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial no Brasil e Senador da República e Cláudio Pinilla, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Brasil, nomeado Ministro das Relações Exteriores da Bolívia;

Os quais, depois de haverem trocado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:

Artigo I

A fronteira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a da Bolívia ficará assim estabelecida:

§ 1º Partindo da latitude Sul de 20° 08' 35" em frente ao desaguadouro da Baía Negra, no Rio Paraguai, subirá por este rio até um ponto na margem direita distante nove quilômetros, em linha reta, do forte de Coimbra, isto é, aproximadamente, em 19° 58' 05" de latitude e 14° 39' 14" de longitude Oeste do Observatório do Rio de Janeiro (57° 47' 40" Oeste de Greenwich), segundo o Mapa da fronteira levantado pela Comissão Mista de Limites, de 1875; e continuará desse ponto, na margem direita do Paraguai, por uma linha geodésica que irá encontrar outro ponto a quatro quilômetros, no rumo verdadeiro de 27° 01' 22" Nordeste, do chamado "Marco do fundo da Baía Negra", sendo a distância de quatro quilômetros medida rigorosamente sobre a fronteira atual, de sorte que esse ponto deverá estar, mais ou menos, em 19° 45' 36", 6 de latitude e 14° 55' 46", 7 de longitude Oeste do Rio de Janeiro (58° 04' 12", 7 Oeste de Greenwich). Daí seguirá no mesmo rumo determinado pela Comissão Mista de 1875 até 19° 02' de latitude e, depois, para Leste por este paralelo até o arroio Conceição, que descerá até a sua boca na margem meridional do desaguadouro da lagoa de Cáceres, também chamado de rio Tamengos. Subirá pelo desaguadouro até o meridiano que corta a ponta do Tamarindeiro e depois para o Norte, pelo meridiano de Tamarindeiro, até 18° 54' de latitude, continuando por este paralelo para Oeste até encontrar a fronteira atual.

§ 2º Do ponto de interseção do paralelo de 18° 54' com a linha reta que forma a fronteira atual seguirá, no mesmo rumo que hoje, até 18° 14' de latitude e por este paralelo irá encontrar a Leste o desaguadouro da lagoa Mandioré, pelo qual subirá, atravessando a lagoa em linha reta até o ponto, na linha antiga de fronteira, eqüidistante dos dois marcos atuais, e depois por

essa linha antiga, até o marco da margem setentrional.

§ 3° Do marco setentrional na lagoa Mandioré continuará em linha reta, no mesmo rumo que hoje, até a latitude de 17° 49' e por este paralelo até o meridiano do extremo Sudeste da lagoa Gahiba. Seguirá esse meridiano até a lagoa e atravessará esta em linha reta até o ponto eqüidistante dos dois marcos atuais, na linha antiga de fronteira, e depois por esta linha antiga ou atual até a entrada do canal Pedro Segundo, também chamado recentemente rio Pando.

§ 4° Da entrada Sul do canal Pedro Segundo ou rio Pando até a confluência do Beni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no Artigo 2° do Tratado de 27 de março de 1867.

§ 5° Da confluência do Beni e do Mamoré descera a fronteira pelo rio Madeira até a boca do Abunan, seu afluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunan até a latitude de 10° 20'. Daí irá pelo paralelo de 10° 20', para Leste até o rio Rapirran e subirá por ele até a sua nascente principal.

§ 6° Da nascente principal do Rapirran irá, pelo paralelo da nascente, encontrar a Oeste o rio Iquiri e subirá por este até a sua origem, donde seguirá o igarapé Bahia pelos mais pronunciados acidentes do terreno ou por uma linha reta, como aos Comissários demarcadores dos dois países parecer mais conveniente.

§ 7° Da nascente do igarapé Bahia seguirá, descendo por este, até a sua confluência na margem direita do rio Acre ou Aquiry e subirá por este até a nascente, se não estiver esta em longitude mais ocidental do que a de 69° Oeste de Greenwich:

a) no caso figurado, isto é, se a nascente do Acre estiver em longitude menos ocidental do que a indicada, seguirá a fronteira pelo

meridiano da nascente até o paralelo de 11° e depois, para Oeste, por esse paralelo até a fronteira com o Peru;

b) se o rio Acre, como parece certo, atravessar a longitude de 69° Oeste de Greenwich e correr ora ao Norte, ora ao Sul do citado paralelo de 11°, acompanhando mais ou menos este, o álveo do rio formará a linha divisória até a sua nascente, por cujo meridiano continuará até o paralelo de 11° e daí na direção de Oeste, pelo mesmo paralelo, até a fronteira com o Peru; mas, se a Oeste da citada longitude de 69° o Acre correr sempre ao Sul do paralelo de 11°, seguirá a fronteira, desde esse rio, pela longitude de 69° até o ponto de interseção com esse paralelo de 11° e depois por ele até a fronteira com o Peru.

Artigo II

A transferência de territórios resultante da delimitação descrita no artigo precedente compreende todos os direitos que lhes são inerentes e a responsabilidade derivada da obrigação de manter e respeitar os direitos reais adquiridos por nacionais e estrangeiros, segundo os princípios do direito civil.

As reclamações provenientes de atos administrativos e de fatos ocorridos nos territórios permutados, serão examinadas e julgadas por um Tribunal Arbitral composto de um representante do Brasil, outro da Bolívia e de um Ministro estrangeiro acreditado junto ao Governo brasileiro. Esse terceiro árbitro, Presidente do Tribunal, será escolhido pelas duas Altas Partes Contratantes logo depois da troca das ratificações do presente Tratado. O Tribunal funcionará durante um ano no Rio de Janeiro e começará os seus trabalhos dentro do prazo de seis meses, contados do dia da troca das ratificações. Terá por missão: 1° Aceitar ou rejeitar as reclamações; 2° Fixar a importância da indenização; 3° Designar qual dos dois Governos a

deve satisfazer.

O pagamento poderá ser feito em apólices especiais, ao par, que vençam o juro de três por cento e tenham a amortização de três por cento ao ano.

Artigo III

Por não haver equivalência nas áreas dos territórios permutados entre as duas nações, os Estados Unidos do Brasil pagarão uma indenização de £ 2.000.000 (dois milhões de libras esterlinas), que a República da Bolívia aceita com o propósito de a aplicar principalmente na construção de caminhos de ferro ou em outras obras tendentes a melhorar as comunicações e desenvolver o comércio entre os dois países.

O pagamento será feito em duas prestações de um milhão de libras cada uma: a primeira dentro do prazo de três meses, contado da troca das ratificações do presente Tratado, e a segunda em 31 de março de 1905.

Artigo IV

Uma Comissão Mista, nomeada pelos dois Governos, dentro do prazo de um ano, contado da troca das ratificações, procederá à demarcação da fronteira descrita no Artigo I, começando os seus trabalhos dentro dos seis meses seguintes à nomeação.

Qualquer desacordo entre a Comissão Brasileira e a Boliviana, que não puder ser resolvido pelos dois Governos, será submetido à decisão arbitral de um membro da Royal Geographical Society, de Londres, escolhido pelo Presidente e membros do Conselho da mesma.

Se os Comissários demarcadores nomeados por uma das Altas Partes Contratantes deixarem de concorrer ao lugar e na data da reunião que

forem convencioneados para o começo dos trabalhos, os Comissários da outra procederão por si sós à demarcação, e o resultado das suas operações será obrigatório para ambas.

Artigo V

As duas Altas Partes Contratantes concluirão dentro do prazo de oito meses um Tratado de Comércio e Navegação baseado no princípio da mais ampla liberdade de trânsito terrestre e navegação fluvial para ambas as nações, direito que elas reconhecem perpetuamente, respeitados os regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos ou que se estabelecerem no território de cada uma. Esses regulamentos deverão ser tão favoráveis quanto seja possível à navegação e ao comércio e guardar nos dois países a possível uniformidade. Fica, porém, entendido e declarado que se não compreende nessa navegação a de porto a porto do mesmo país, ou de cabotagem fluvial, que continuará sujeita em cada um dos dois Estados às respectivas leis.

Artigo VI

De conformidade com a estipulação do artigo precedente, e para o despacho em trânsito de artigos de importação e exportação, a Bolívia poderá manter agentes aduaneiros junto às alfândegas brasileiras de Belém do Pará, Manaus e Corumbá e nos demais postos aduaneiros que o Brasil estabeleça sobre o Madeira e o Mamoré ou em outras localidades da fronteira comum. Reciprocamente, o Brasil poderá manter agentes aduaneiros na alfândega boliviana de Villa Bella ou em qualquer outro posto aduaneiro que a Bolívia estabeleça na fronteira comum.

Artigo VII

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território

brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila-Murtinho ou em outro ponto próximo (Estado de Mato-Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquias e tarifas.

Artigo VIII

A República dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará diretamente com a do Peru a questão de fronteiras relativa ao território compreendido entre a nascente do Javari e o paralelo de 11°, procurando chegar a uma solução amigável do litígio sem responsabilidade para a Bolívia em caso algum.

Artigo IX

Os desacordos que possam sobrevir entre os dois Governos, quanto à interpretação e execução do presente Tratado, serão submetidos a Arbitramento.

Artigo X

Este Tratado, depois de aprovado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Repúblicas, será ratificado pelos respectivos Governos e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

EM FÉ DO QUE, nós, os Plenipotenciários acima nomeados, assinamos o presente tratado, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e castelhana, apondo neles os nossos selos.

FEITO na cidade de Petrópolis, aos dezessete dias do mês de

novembro de mil novecentos e três.

Rio-Branco

J. F. de Assis Brasil

Fernando E. Guachalla

Cláudio Pinilla

Tratado de Limites - 1928

Washington Luis Pereira de Souza
Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Faço saber aos que a presente carta de ratificação virem que, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, pelos respectivos Plenipotenciários, foi concluída e assignada, na cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e cinco de Dezembro de mil novecentos e vinte e oito, um tratado do teor seguinte:

Tratado de limites e communicações ferroviárias entre o Brasil e a Bolívia.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República da Bolívia, desejosos de estreitar cada vez mais as antigas relações de amizade entre o Brasil e a Bolívia:

Considerando que, com esse propósito, é da mais alta conveniência completar-se a definição da fronteira commum, nos trechos que, apesar dos tratados anteriores, de 27 de Março de 1867 e 17 de Novembro de 1903, ainda permanecem abertos;

Considerando, por outro lado, a necessidade de se caracterizarem melhor outros trechos, já demarcados;

E considerando ainda a vantagem de se determinar definitivamente o melhor modo de dar execução a certas obrigações decorrentes do citado tratado de 1903 e referentes à ligação ferroviária entre os dois paízes:

Resolveram celebrar novos tratados, em que todas essas providencias se achem estabelecidas.

E, para esse fim, nomearam plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República da Bolívia, o Senhor Fabián Chávez, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo Brasileiro;

Os quaes, depois de haverem em boa e devida forma, convieram nos seguintes artigos:

Artigo I

A linha de fronteira descripta no tratado de 17 de Novembro de 1903, no trecho comprehendido entre a nascente principal do rio Rapirran e o igarapé Bahia, seguirá da referida nascente principal, em linha recta, à foz do rio Chipamanu; dahi continuará pelo Chipamanu acima, até a sua nascente principal de onde prosseguirá, em linha recta, até a nascente do braço oriental do igarapé Bahia. Dessa nascente, a linha divisória baixará pelo mesmo braço oriental e pelo igarapé Bahia até a foz deste, no rio Acre.

Artigo II

No trecho do Rio Madeira, limitrophe entre o Brasil e a Bolívia, isto é, da confluencia do Beni e Mamoré à bocca do Abunan, a fronteira correrá pela linha da meia distancia entre as margens, pertencendo ao Brasil as ilhas e ilhotas que ficam mais próximas da margem brasileira e à Bolívia as ilhas e ilhotas que ficam mais próximas da margem boliviana.

De accordo com os mappas levantados em 1914 pela Comissão Mixta brasileiro-boliviana demarcadora de limites as ilhas e ilhotas que ficam do lado do Brasil são assim denominadas: dos Anús ou da Confluência, Marinha, Quinze de Novembro, Misericórdia, Sete de Setembro, Periquitos e Araras; as que ficam do lado da Bolívia são assim denominadas: Bolívar, sucre, Seis de Agosto, ribeirão, amizade e Colombo.

Artigo III

Do ponto extremo da demarcação de 1877, onde foi collocado um marco, a que se refere a acta da 4a. conferência da Comissão mixta brasileiro-boliviana, a linha de fronteira do dito ponto, até encontrar uma recta traçada entre o morro dos Quatro Irmãos e a nascente principal do rio Verde.

Seguirá, depois por essa recta, para o Norte, até a dita nascente do rio Verde, que será assignalada com um marco.

No mais curto prazo possível, após a troca de ratificações deste tratado, os dois Governos nomearão uma comissão mixta demarcadora, para inspecionar toda a linha de fronteira, reparar antigos marcos danificados, levantar novamente os que houverem caído, escolher pontos onde, para maior clareza da linha divisória e das respectivas posses dos dois paízes, deverão ser collocados novos marcos, effectuar, em summa, todas as operações de demarcação, que forem necessárias, na mesma linha de fronteira.

Artigo IV

Por troca de notas, os dois Governos determinarão, precisamente, as instrucções por que se deverá reger a commissão mixta demarcadora.

Artigo V

Havendo os dois Governos concordado em que se não teve a effeito a construcção do ramal ferroviário entre Villa Murтинho, ou outro ponto próximo, e Villa Bella, na confluência do Beni e do Mamoré, obra que o Brasil se obrigou a realizar, em virtude do art. 7o. do tratado de 17 de novembro de 1903, e sendo conveniente a ambos os paízes que se effectue, de modo mais efficaz, a vinculação commercial prevista naquelle tratado, fica estipulada a substituição da aludida obrigação pela de um auxílio do Brasil à realização de um plano de construcções ferroviárias que, ligando Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra, dahi se prolongue, de um lado, a um porto na bacia do amazonas e, do outro a um porto no rio Paraguay, em local que permita o contacto com a viação férrea brasileira. Este último trecho, poderá ser, provisoriamente, executado sob a forma de uma via de tração moderna, que seja depois transformada em ferrovia, reconhecido ao Brasil o direito de

apressar essa transformação, se assim lhe convier, pelo modo por que combinarem os dois Governos.

O referido auxílio será de um milhão de libras esterlinas, que o Governo porá à disposição do Governo boliviano dentro de seis mezes após a troca de notas entre os dois governos, nas quaes estes especifiquem a forma de pagamento, a maneira como será transferida a dita importância, as obras em que será ella utilizada, a duração e a ordem dos trabalhos e outros quaesquer detalhes que sejam necessários, - atendidos os direitos preexistentes em virtude de contractos assignados por cada um dos dous Governos.

Artigo VI

Este tratado constituirá um todo indivisível. Preenchidas as formalidades legais em cada um dos dois paízes, será ratificado e as respectivas ratificações serão trocadas, na cidade do rio de Janeiro ou na de La Paz, no mais breve prazo possível.

Em fé do que, os plenipotenciários acima indicados firmam o presente tratado, em dous esemplares, cada um dos quaes nas línguas portugueza e castelhana, appondo nelles os respectivos sellos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos 25 dias do mez de Dezembro de 1928.

(L.S.) Octavio Mangabeira

(L.S.) Fabián Vaca Chavez

E tendo sido o mesmo tratado, cujo teor fica acima transcrito, approvedo pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta que assigno e é sellada com o sello das armas da República e subscrita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palácio da Presidência, no Rio de Janeiro, aos dezanove dias do mez de Fevereiro de mil novecentos e vinte e nove, 108o. da Independência e 41o. da República.

(L.S.) Washington Luiz P. de Sousa
Octavio Mangabeira

Tratado Sobre Ligação Ferroviária - 1938

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Bolívia, com o propósito de estabelecer as comunicações ferroviárias entre ambos os países e atendendo às conclusões e recomendações a que chegou a Comissão Mixta Brasileiro-Boliviana, assinadas a 30 de setembro de 1937 e aprovadas pelo protocolo de 25 de Novembro do mesmo ano, resolvem celebrar o seguinte Tratado, e para esse fim nomeia seus plenipotenciários:

Sua Excelência o presidente da República do Brasil, o doutor Mario de Pimentel Brandão, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil;

Sua Excelência o Presidente da Junta Militar do Governo da Bolívia, o Doutor Alberto Ostria Gutiérrez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia no Brasil;

Os quais, após haverem reciprocamente exibido os seus Plenos Poderes achados em boa e devida forma, acordaram no seguinte:

Artigo I

Os Governos do Brasil e da Bolívia conveem em modificar o art. 5o. do Tratado de 25 de Dezembro de 1928, assinado no Rio de Janeiro, no qual ficou estabelecida a substituição da obrigação estipulada no artigo 7o. do Tratado de 17 de Novembro de 1903, por um auxílio do Brasil para a realização de um plano de construções ferroviárias que, ligando Cochabamba a Santa Cruz de La Sierra, deveria daí se prolongar, e por outro, a um porto no Rio Paraguai, em um lugar que permitisse contacto com a rede ferroviária brasileira.

Artigo II

A modificação a que se refere o artigo anterior, consiste em aplicar o auxílio de um milhão de libras esterlinas, ouro, estipulado no artigo V

do Tratado de 25 de Dezembro de 1928, e nas notas reversais de 30 de Agosto de 1929 e na construção de uma linha férrea, que, partindo de um ponto convenientemente escolhido entre Porto Esperança e Corumbá, vá terminar na cidade de Santa Cruz de la Sierra.

Artigo III

A contribuição pecuniária de um milhão de libras, ouro, será aplicada, parceladamente, no pagamento das despesas de construção da linha férrea de que trata o Artigo anterior à vista das folhas de medição das obras executadas, organizadas trimestralmente pela Comissão de estudos criada pelo Protocolo de 25 de novembro de 1937 e sujeita à aprovação do Governo da Bolívia, de acôrdo com o Governo do Brasil. A importância de cada folha de medição trimestral, convertida em libras, ouro, será posta pelo Governo do Brasil à disposição do Governo da Bolívia, em um Banco de Londres, dentro do prazo de trinta (30) dias contados a partir da data da respectiva aprovação.

Artigo IV

Tendo em vista que a contribuição de um milhão de libras, outro, a que se refere o artigo precedente, é insuficiente, segundo cálculos técnicos, para construir toda a linha férrea que deverá ligar o território brasileiro a Santa Cruz de la Sierra, o governo do Brasil assume o compromisso de adiantar, oportunamente, ao Governo da Bolívia a quantia suplementar, que se fizer mister, para a sua integral construção, depois de submetidos à sua aprovação o projeto e o orçamento das obras que ainda forem necessárias para ultimar a construção da mencionada linha férrea. O adiantamento desta importância será feito pelo pagamento da folha de medição das obras executadas, organizadas trimestralmente, na forma indicada no artigo precedente.

O Governo da Bolívia reembolsará o governo Brasileiro das quantias que por êste forem adiantadas para a conclusão da estrada de ferro

e para os gastos gerais com os estudos a que se refere o artigo X, acrescidas dos juros simples de 3 ½ (três e meio) por cento ao ano, computados sobre os saldos devedores, em 20 (vinte) prestações anuais, ou em menor prazo a seu juízo, em libras esterlinas outro, ou em quantidade equivalente de petróleo bruto ou gasolina, posta em Corumbá ou noutro ponto da fronteira brasileira, ao preço corrente desses produtos nos centros de produção. Servirá de garantia ao adiantamento da importância efetuada pelo Governo do Brasil, para a terminação da estrada de ferro até Santa Cruz, além da contribuição do milhão de libras esterlinas, outro, o produto da exploração das zonas petrolíferas que atravesse ou a que chegue a referida estrada de ferro.

Artigo V

Além da vinculação do sistema ferroviário do altiplano da Bolívia ao território brasileiro, prevista nas conclusões da Comissão Mixta Brasileiro-boliviana, já aprovadas pelos Governos do Brasil e da Bolívia, de acordo com o Protocolo de 25 de novembro de 1937 e que consiste na construção das linhas férreas: Território brasileiro-Santa Cruz de la Sierra, Santa Cruz de la Sierra-Camiri e Camiri-Sucre, o Governo da Bolívia compromete-se a prosseguir, oportunamente, com a cooperação do Governo brasileiro, na forma e com as garantias que forem estipuladas, a construção da linha férrea de Vila-Vila a Santa Cruz de la Sierra e a construir um ramal que ligue esta cidade a Puerto Grether ou a outro ponto navegável do Rio Ichilo, de acordo com os estudos definitivos que forem procedidos por uma Comissão Mista de técnicos ferroviários brasileiros e bolivianos.

Artigo VI

Além do estipulado no artigo anterior, o Governo da Bolívia se compromete a construir a estrada de ferro de Santa Cruz de la Sierra a Camiri, que, qualquer que seja a forma de seu financiamento será explorada e administrada pelo referido Governo. O Governo da Bolívia se compromete

igualmente a continuar a construção da estrada de ferro Sucre-Camiri, que também será explorada e administrada de maneira idêntica.

Artigo VII

O governo do Brasil se compromete a construir, por sua própria conta, imediatamente depois de aprovado o presente Tratado, o trecho Puerto Esperanza-Corumbá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de conformidade com o projeto e orçamento já elaborados e aprovados.

Artigo VIII

Os Governos do Brasil e da Bolívia examinarão oportunamente a Conveniência de reservar no porto de Corumbá parte das instalações ou de estabelecer, nas proximidades do referido porto, outras especiais destinadas a facilitar o trânsito de mercadorias de importação e de exportação á Bolívia e da Bolívia, mediante condições e garantias que serão estipuladas entre os dois países.

Artigo IX

A estrada de ferro de Santa Cruz de la Sierra a um ponto convenientemente escolhido entre Puerto Esperanza e Corumbá terá a bitola de um metro e seguirá a direção geral das serranias de San José e Santiago, passando pelos pontos julgados mais adequados, depois de realizados os estudos definitivos.

Artigo X

O governo do Brasil, de acordo com o art. V do Protocolo de 25 de novembro de 1937, adiantará a importância corresponde aos gastos gerais dos estudos da linha que ligará Santa Cruz ao território brasileiro, iniciados a 25 de Janeiro de 1938, importância da qual será reembolsado na forma estipulada no art. IV.

Artigo XI

Os estudos completos e definitivos da linha férrea que ligará Santa Cruz de la Sierra ao território brasileiro deverão estar concluídos dentro do prazo de um ano, a partir da data do seu início, ou seja a 25 de janeiro de 1939, salvo casos de força maior, devidamente comprovados.

Artigo XII

A construção da estrada de ferro de Santa Cruz de la Sierra a um ponto convenientemente escolhido entre Puerto Esperanza e Corumbá será iniciada, a partir do território brasileiro, depois que tenham sido realizados e aprovados pelos Governos do Brasil e da Bolívia os projetos e orçamentos relativos aos dois primeiro trechos de 50 (cinquenta) quilômetros cada um. Essa construção será feita, por correspondência pública, mediante condições estabelecidas pelos governo da Bolívia, de acôrdo com o governo do Brasil.

Artigo XIII

Sendo de mútuo interesse que as obras ferroviárias, a que se refere o presente tratado, reduzam o seu custo ao estritamente indispensável, ambos os Governos estão de acôrdo em conceder as maiores franquias e facilidades possíveis, por via de suas Repartições e autoridades competentes, a fim de que os trabalhos se efetuem com a máxima presteza e o mínimo de custo. Com êsse fim, o equipamento instrumental, objetos de uso pessoal, etc., dos técnicos de ambos os países ficarão isentos de direitos aduaneiros ou outros quaisquer gravames.

Artigo XIX

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro, com a possível brevidade.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciários acima nomeados, selamos e assinamos o presente Tratado, em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguesa e espanhola, na cidade do Rio de Janeiro, aos 25 dias do mês de Fevereiro de 1938.

(L.S.) M. de Pimentel Brandão

(L.S.) A. Ostria Gutiérrez

Tratado Sôbre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano - 1938

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Bolívia, animados do desejo de estreitar as suas relações econômicas e de estabelecer entre os países uma mútua cooperação, com recíproco benefício e atendendo às conclusões e recomendações a que chegou a Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, assinadas a 30 de setembro de 1937 e aprovadas pelo Protocolo de 25 de novembro do mesmo ano, resolveram celebrar o seguinte Tratado e para êsse fim nomeiam seus plenipotenciários:

Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Doutor Mario de Pimentel Brandão, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Sua Excelência o presidente da Junta Militar do Governo da Bolívia, o Doutor Alberto Ostria Gutiérrez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia no Brasil;

Os quais, depois de exhibirem reciprocamente os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, acordaram o seguinte:

Artigo I

Os Governos do Brasil e da Bolívia concordam em efetuar os estudos topográficos e geológicos e em realizar as sondagens necessárias, destinadas a determinar o verdadeiro valor industrial das jazidas petrolíferas da zona subandina boliviana que se estende do rio Parapetí para o Norte.

Artigo II

De acôrdo com o Protocolo de 25 de novembro de 1937, assinado em La Paz, prosseguirão os estudos da zona petrolífera boliviana, iniciados em 25 de janeiro de 1938, por uma Comissão de técnicos constituída por ambos os países e necessàriamente composta por geólogos, engenheiros de petróleo, petrógrafos e topógrafos.

Artigo III

As despesas com a realização dos estudos e trabalhos a que se referem os artigos anteriores, cujo custo foi calculado pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana em um milhão e meio de dólares, assim como os honorários e ajudas de custo dos membros da referida Comissão Mista, serão atribuídos, em partes iguais, aos governos do Brasil e da Bolívia.

Artigo IV

As despesas efetuadas pelos Governos do Brasil e da Bolívia com os estudos e trabalhos mencionados lhes serão reembolsados pelas entidades que obtenham o benefício da exploração da zona petrolífera boliviana, e com o rendimento desta. A indenização poderá ser em espécie ou em dinheiro, o que se determinará oportunamente, computando-se os juros respectivos, a 3% (três por cento) annual, sem capitalização. Além do anterior direito em expectativa, não se compreenderá nenhum outro oriundo da referida exploração petrolífera subandina boliviana.

Artigo V

O Governo do Brasil adiantará, fracionariamente, a parte de gastos que lhe corresponda, de acordo com o art. III, ou seja, a quantia de setecentos e cinquenta mil dólares, pondo à disposição imediata a quantia necessária para prosseguirem os trabalhos iniciados. Posteriormente, o Governo da Bolívia contribuirá com a quantia de setecentos e cinquenta mil dólares, que lhe cabe nos mesmos gastos.

Artigo VI

O Governo da Bolívia, retribuindo o concurso prestado pelo Governo do Brasil na fase preliminar dos estudos, explorações e perfurações a que se refere o art. I, além do reembolso convencionado no artigo IV, compromete-se a que a exploração de petróleo na zona subandina indicada se faça por intermédio de sociedades mistas brasileiro-bolivianas,

organizadas de acordo com as leis vigentes em cada país. As Sociedades assim formadas terão a obrigação de destinar o petróleo produzido, satisfeitas as exigências do consumo interno na Bolívia, ao abastecimento do mercado brasileiro, com propósito substancial de conquistar e conservar o mesmo mercado, e sempre que tal medida não comprometa a existência das mencionadas sociedades. O remanescente do petróleo que não tenha sido colocado no Brasil e na Bolívia poderá ser exportado através de território brasileiro ou por outra via, devendo dar-se preferência, em igualdade de condições econômicas, à via Santa Cruz-Corumbá.

Artigo VII

Quando a produção dos campos petrolíferos o justificar, o Governo da Bolívia consentirá em assumir a obrigação de conceder necessariamente a empresas brasileiro-bolivianas o privilégio da construção de oleodutos que, partindo dos centros de produção de petróleo na faixa subandina boliviana, se dirijam à fronteira brasileira ou a um porto sobre o rio Paraguay. Por sua vez, o Governo do Brasil dará toda classe de facilidades para que se torne efetiva a construção dos referidos oleodutos, permitindo, se se der o caso, que passem livremente pelo seu território.

Artigo VIII

O Governo do Brasil concorda em instituir, oportunamente uma entidade autárquica para a instalação e exploração de refinarias e seus anexos, estabelecimento de meios de transporte, distribuição e venda no mercado brasileiro do petróleo bruto importante e seus derivados, dando sempre preferência, em igualdade de condições ao petróleo boliviano.

Artigo IX

Os Governos do Brasil e da Bolívia assumem o compromisso de fomentar por medidas de proteção eficientes e oportunas, o rápido desenvolvimento e atividades industriais relacionadas com o aproveitamento

do petróleo boliviano e, para tal fim, concederão as garantias julgadas necessárias.

Artigo X

O petróleo e seus derivados de procedências bolivianas, que se exportem através do território do Brasil, gozarão as mais amplas facilidades de livre trânsito, de acordo com a doutrina internacional e os Tratados entre ambos os países. Nesse sentido, não estarão sujeitos a espécie alguma de imposto fiscal, quer nacional, estadual ou municipal, a títulos de trânsito. As tarifas das Estradas de ferro brasileiras para o referido transporte não serão, em caso algum maiores que as que se aplicam ao petróleo e seus derivados, que, de outras procedências, abastecem o mercado do Brasil.

Artigo XI

Este tratado será ratificado pelas Altas Partes contratantes, e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro, no mais breve prazo possível.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciários acima nomeados, selamos e assinamos o presente Tratado, em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguêsas e espanhola, apondo neles os nossos respectivos selos, na cidade do Rio de Janeiro, aos 25 dias do mês de fevereiro de 1938.

(L.S.) M. de Pimentel Brandão

(L.S.) A. Ostria Gutiérrez

Nota Reversal Número 3
La Paz, 17 de Janeiro de 1952

Senhor Ministro,

Com referência aos Tratados sôbre ligação ferroviária e sôbre saída e aproveitamento do petróleo boliviano, assinados em 25 de fevereiro de 1938, assim como às Notas Reversais de 9 de julho do mesmo ano, tenho a honra de fazer as seguintes declarações adicionais e interpretativas, com as quais concordaram os nossos respectivos Governos:

I

Primeira – De acôrdo com o artigo IV, parágrafo segundo, do tratado sôbre ligação ferroviária, fica entendido que os reembolsos que deva fazer o Governo da Bolívia ao Governo do Brasil, pelas somas adiantadas e que ainda tenha de adiantar, para a conclusão da estrada de ferro Corumbá - Santa Cruz de la Sierra, bem como as destinadas aos estudos ferroviários a que se refere o artigo X, do nosso Tratado, serão efetuados na mesma moeda recebida, de acôrdo com as equivalências já estabelecidas com relação à libra esterlina ouro-padrão monetário que o tratado assinala ou em petróleo cru ou refinado, ao preço que as Sociedades Mistas obtiverem pela venda dêsses produtos, correndo por conta do Governo do Brasil ou do comprador, o pagamento das despesas de transporte, desde os centros bolivianos de produção ao lugar da entrega do petróleo cru ou refinado.

II

Segunda – A zona de estudos topográficos e geológicos e realização de sondagens, a que se referem: o artigo I do Tratado sôbre saída e aproveitamento do petróleo boliviano, de 25 de fevereiro de 1938, o parágrafo primeiro das Notas Reversais de 9 de julho do mesmo ano e o

artigo segundo do Regulamento da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo, fica compreendida entre os seguintes pontos:

De “San Juan del Piray”, sobre o rio Parapetí, seguirá o curso deste rio, águas abaixo até o ponto denominado “La Angostura”, sobre o mesmo rio; daí, em linha reta, em direção ao norte, até a localidade denominada “El Bajio”; desta localidade, em linha reta, em direção noroeste, até a povoação de “Buena Vista”; logo, em linha reta, em direção noroeste, até os rios Moile e Ichilo; depois seguirá o curso do rio Ichilo, águas acima; até a confluência com o rio “San Mateo”; dêste ponto, continuará o curso dêste rio, águas acima, até a povoação de “San Mateo”; daí seguirá em linha reta, em direção sudeste, até a povoação de Pojo; logo, em linha reta, em direção sudeste, até a povoação de “Pulquina”; daí, em linha reta, em direção ainda sudeste, até a cidade de “Valle Grande”; e, finalmente, daí, em direção ao sul até encontrar de novo o ponto inicial em “San Juan del Piray”.

Excetua-se dessa zona de estudos e sondagens, a estrutura Camiri-Choreti, num prolongamento de vinte quilômetros para o norte do rio Parapetí.

III

Terceira – As sociedades mistas brasileiro-bolivianas que se organizarem para a exploração do petróleo na indicada zona subandina boliviana terão um prazo de duração de cinquenta e cinco anos, em harmonia com a Lei boliviana de petróleo.

A organização e o funcionamento das referidas Sociedades Mistas serão objeto de um acordo especial, tendo em conta o estipulado no artigo terceiro das Notas Reversais assinadas pelos Governos do Brasil e da

Bolívia, em 9 de julho de 1938. Dentro de um ano, a contar da assinatura da presente Nota, a Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de estudos do petróleo apresentará aos Governos do Brasil e da Bolívia um ante-projeto com as principais bases de organização e funcionamento das mencionadas Sociedades Mistas.

As sociedades Mistas, depois de aprovadas as bases de sua organização e funcionamento, poderão constituir-se em qualquer momento, até um ano depois de haver cessado o prazo de funcionamento da Comissão Mista de Estudos do Petróleo. Esta última terminará as suas funções em 31 de dezembro de 1966, salvo que os Governos do Brasil e da Bolívia, por meio de acôrdo, resolvam variar êsse termo.

Fica convencionado que as Sociedades Mistas brasileiro-bolivianas reembolsarão os Governos do Brasil e da Bolívia, tal como expressa o artigo IV do Tratado sôbre o petróleo, de 25 de fevereiro de 1938, das despesas efetuadas com os estudos topográficos e geológicos e com a realização das sondagens (artigo I do Tratado) ficando assim mesmo as referidas sociedades obrigadas ao pagamento da participação que corresponde ao Estado boliviano, de acôrdo com o artigo terceiro das Notas Reversais de 9 de julho de 1938, bem como dos gravames a que está sujeita a exploração petrolífera segundo a Lei boliviana de petróleo.

IV

Quarta – a) Os estudos geológicos de “The Standard Oil Company of Bolivia” a que se refere o relatório de 4 de novembro de 1943 apresentado aos Governos do Brasil e da Bolívia por uma Comissão mista de engenheiros brasileiros e bolivianos, serão entregues pelo Governo da Bolívia à Comissão Mista Brasileiro-boliviana de Estudos de Petróleo e passarão a fazer parte do acervo desta.

b) O valor de novecentos e um mil setecentos e oitenta e oito dólares (US\$ 901.788,00) atribuído aos referidos estudos, será considerado

como contribuição do Governo da Bolívia para as despesas previstas no Tratado sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano, de 25 de fevereiro de 1938, cobrindo, assim, totalmente, a quantia de setecentos e cinquenta mil dólares (US\$ 750.000,00) que lhe correspondia contribuir.

c) Os governos do Brasil e da Bolívia concordam em contribuir, cada um, com mais um milhão de dólares (US\$ 1.000.000,00) para a prossecução dos estudos de petróleo de que está encarregada a Comissão Mista Brasileiro-boliviana. O Governo do Brasil adiantará a parte correspondente ao Governo da Bolívia, devendo efetuar-se o reembolso correspondente de conformidade com as condições estipuladas no artigo IV do Tratado sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano, de 25 de fevereiro de 1938.

d) O Governo do Brasil reconhece o excedente do valor atribuído aos estudos de “The Standard Oil Company of Bolívia” sobre a quantia de setecentos e cinquenta mil dólares (US\$ 750.000,00) indicada no parágrafo b, como contribuição do Governo da Bolívia compreendido na quota de um milhão de dólares (US\$ 1.000.000,00), a que se refere o parágrafo c.

Ao subscrever a presente Nota Reversal, tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) Paulo Demoro

À Sua Excelência o Senhor Coronel Tomás Antonio Suarez Castelo, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Culto.

Acordos de Roboré
Nota Reversal Número 1
Missão Especial dos Estados Unidos do Brasil
La Paz, 29 de Março de 1958

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com relação à Reunião Especial que mantivemos nas cidades de Corumbá e Roboré entre 23 e 28 de janeiro do corrente ano, na qual coincidimos nos propósitos de nossos Governos para dar solução a questões de demarcação de limites que permaneciam pendentes entre o Brasil e a Bolívia.

2. Com tal propósito, damos instruções à Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-boliviana para que proceda, a partir da campanha de 1959, às demarcações descritas a seguir nos artigos I e II, bem como concordamos com a aprovação consignada no artigo III.

I

A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana efetuará a demarcação a que se refere a cláusula VII das Notas Reversais de 29 de abril de 1941, pela forma seguinte: a partir do marco do Morro dos Quatro Irmãos, seguirá a linha de fronteira em direção a um ponto sobre a margem norte da Baía Grande (Laguna Del Marfil) de forma a que a Baía Grande fique dividida em duas partes iguais aproximadamente. A partir deste ponto, seguirá em linha reta até o marco do Turvo, continuando para Leste pelo paralelo que passa por este marco, até a sua interseção com a geodésica que une o marco de Quatro Irmãos com a nascente do Rio Verde, reconhecida em 1909 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, e por esta geodésica até a nascente reconhecida em 1909 acima referida.

II

A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana procederá à densificação do setor compreendido entre o marco localizado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da Baía Negra e o cardo do Taquaral, situado sobre o paralelo de 19°02, Sul, dispondo-se a anulação do marco intermediário, denominado Jacadigo, que em 1909 fôra colocado fora de seu verdadeiro lugar.

III

Fica aprovada a demarcação realizada na campanha de 1951 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-boliviana no setor Cerrinho de São Matias-Corixa do Destacamento.

IV

O Governo do Brasil concorda com o Governo da Bolívia em considerar em outra oportunidade a questão referente ao *status* da Ilha de Guajaramirim (Isla Suarez).

3. A presente Nota e a Reversal de Vossa Excelência, do mesmo teor e data constituem acordo formal entre nossos Governos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) José Carlos de Macedo Soares

À sua Excelência o Senhor Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores e Culto.

Acordos de Roboré
Nota Reversal Número 6
Missão Especial Dos Estados Unidos Do Brasil
La Paz, em 29 de março de 1958

Senhor Ministro,

Com o propósito de estreitar ainda mais as relações políticas e econômicas entre nossos países, nas conversações que tive a honra de manter com Vossa Excelência durante a Reunião Especial realizada em Corumbá nos dias 24 e 25 e em Roboré nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 1958, consideramos do mais alto interesse promover, a curto prazo, a pesquisa e lavra das áreas a que se refere o Tratado sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, firmado a 25 de fevereiro de 1938, e seus instrumentos complementares, aplicando-se imediatamente suas disposições em tudo aquilo que resulte operante no presente.

2. Dentro destes propósitos e depois de uma análise exaustiva, concordamos na necessidade de atualizar os referidos instrumentos internacionais e de concretizá-los nas seguintes estipulações:

I

A Zona de Estudos a que se refere a declaração II das Notas Reversais, de 17 de janeiro de 1952, será dividida, pelo Governo da Bolívia, por meio de um paralelo geográfico, em duas áreas:

Área "A", situada ao norte, compreendendo sessenta por cento (60%) da superfície da referida Zona;

Área "B", situada ao sul, compreendendo quarenta por cento (40 %) da superfície da referida Zona.

A medição definitiva das citadas Áreas será feita, com a possível brevidade, pelos órgãos técnicos do Estado boliviano, com a assistência de um representante do Brasil.

O Governo da Bolívia distribui as Áreas mencionadas da seguinte forma:

Área "A", a "Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos" para ser desenvolvida por esta entidade de acordo com o seu Estatuto Orgânico;

Área "B", para pesquisa e lavra por empresas privadas de capitais brasileiros, exclusivamente, as quais obterão concessões sujeitas, em geral, ao Código do Petróleo da Bolívia, aprovado por Lei de 29 de outubro de 1956, e, em particular, às disposições do aludido Código referentes à Zona I, prevista no artigo 20. As aludidas empresas estarão sujeitas em suas atividades na Bolívia às leis do país, renunciando, de acordo com o artigo 11 do citado Código, a toda reclamação diplomática.

II

As empresas privadas de capitais brasileiros receberão, em igualdade de condições, tratamento não menos favorável do que o dispensado pela Bolívia a outras empresas similares de capitais privados que, dentro da Zona I, obtiveram concessões durante o mesmo período a que se refere o artigo IV desta Nota.

III

Uma vez obtidos os respectivos títulos de concessão, de acordo com o Código do Petróleo, as empresas privadas de capitais brasileiros, que venham a operar na Bolívia, ficarão sujeitas, em geral, às leis bolivianas e, em particular, ao Código do Petróleo, cessando, no que lhes disser respeito, as estipulações desta nota, salvo o previsto no último parágrafo do artigo I e nos artigos V, VI, VII, VIII, IX e X.

IV

As empresas privadas de capitais brasileiros processarão seus pedidos de concessão e obterão os respectivos títulos de concessão no prazo máximo de dezoito (18) meses, a contar da entrada em vigor desta Nota. Se as empresas não obtiverem os títulos de concessão no referido prazo, o Governo da Bolívia disporá livremente das áreas não pedidas, nem

concedidas.

V

As pessoas físicas bolivianas poderão ser acionistas das empresas privadas de capitais brasileiros que operarem na Área "B".

VI

Uma vez alcançada produção suficiente e satisfeitas as necessidades do consumo da Bolívia, este país compromete-se a vender e o Brasil a comprar ate cen mil (100.000) barris diários de petróleo cru, em condições e preços do mercado internacional. Essas operações de compra e venda far-se-ão pelo tempo em que, de acordo com o Código do Petróleo, as empresas privadas de capitais brasileiros operarem na Bolívia.

Para cobrir esse volume, destinar-se-á a produção total de petróleo cru obtida pelas empresas privadas de capitais brasileiros na Área "B", que lhes é atribuída pelo artigo I, bem como a produção e/ou a participação que couber a "Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos" na lavra da Área "A", do mesmo artigo I. Se convier aos Governos do Brasil e da Bolívia, poderão ser destinados, para a venda ao Brasil, volumes de petróleo cru adicionais ao fixado no presente artigo.

VII

A Bolívia compromete-se a vender e o Brasil a comprar, nas condições e preços do mercado internacional, todo o gás natural produzido pelas empresas privadas de capitais brasileiros, na Área "B".

VIII

Os preços dos hidrocarbonetos bolivianos serão fixados tomando-se como base as condições e preços do mercado internacional, para produtos similares, acrescidos dos custos de transporte aos lugares de entrega.

IX

Tanto o preço dos hidrocarbonetos que a Bolívia vender ao Brasil, provenientes da lavra da Área "A" ou de outras áreas de seu território, que não sejam a Área "B", quanto o imposto sobre lucros e outros gravames devidos, segundo o Código do Petróleo, pelas empresas privadas de capitais brasileiros, que operarem na Área "B", pagar-se-ão à Bolívia em dólares norte-americanos de livre conversibilidade.

X

As empresas privadas de capitais brasileiros disporão livremente de sua produção, com a obrigação de destiná-la exclusivamente ao consumo brasileiro. Cobertos os cem mil (100.000) barris diários de petróleo cru e as necessidades do mercado do Brasil, os excedentes produzidos pelas referidas empresas poderão ser comercializados em outros mercados.

XI

O Brasil assegura à Bolívia a compra de derivados de petróleo, de propriedade de "Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos", nas condições e preços do mercado internacional, até cinco mil (5.000) barris diários. Para esse fim, "Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos" firmarão acordos com as entidades que o Governo do Brasil designar e nos quais se estabelecerão as condições gerais e prazos de vigência dos mesmos.

XII

Quando nas Áreas "A" e "B", descritas no artigo I, houver produção e reservas suficientes de petróleo cru que justifiquem economicamente a construção de um oleoduto, o Brasil e a Bolívia comprometem-se a construí-lo tendo em conta o abastecimento do mercado brasileiro e a exportação dos excedentes não absorvidos pelo mesmo mercado. O oleoduto poderá partir de qualquer das duas Áreas, segundo o aconselharem os estudos técnico-econômicos, e terminar nas imediações do

pôrto de Santos.

Se convier à Bolívia, o Brasil compromete-se a conceder-lhe os créditos necessários, reembolsáveis em petróleo cru, para a construção do oleoduto em território boliviano, obra que pertencera a "Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos". O Brasil construirá e operará o oleoduto no setor correspondente a seu território.

XIII

Quando na Área "B" houver produção e reservas suficientes de gás natural que justifiquem economicamente a construção de um gasoduto, o Brasil e a Bolívia comprometem-se a construir a referida obra, tendo em conta as necessidades efetivas do mercado brasileiro e a obrigação assumida pelos dois países no artigo VII desta Nota.

Se convier à Bolívia, o Brasil compromete-se a conceder-lhe os créditos necessários, reembolsáveis em petróleo cru e/ou gás natural, para a construção da obra em território boliviano, a qual pertencerá a "Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos". O Brasil construirá e operará o gasoduto no setor correspondente a seu território.

XIV

Os hidrocarbonetos de origem boliviana, exportados através do território brasileiro, terão as facilidades do mais amplo, irrestrito e livre trânsito, em qualquer tempo e circunstâncias, qualquer que seja a via e o meio de transporte que fôr utilizado. Êsses produtos estarão isentos de todo impôsto fiscal, a título de trânsito, quer federal, estadual ou municipal.

As tarifas de transporte, quer em território brasileiro quer em território boliviano, para os hidrocarbonetos bolivianos destinados ao consumo do Brasil não serão, em nenhum caso, mais elevados do que as cobradas para o transporte dos mesmos produtos e pelas mesmas vias, destinados a terceiros países.

XV

Caso venham a ser ajustadas vendas adicionais de hidrocar-

bonetos bolivianos destinados ao mercado brasileiro ou a terceiros países, de forma a ultrapassar a capacidade do oleoduto e gasoduto ajustados, e existirem produção e reservas suficientes, o Brasil e a Bolívia estudarão a execução de novos oleodutos e gasodutos, ficando entendido que a construção e a operação dos mesmos corresponderão ao Brasil e à Bolívia em seus respectivos territórios.

XVI

Os Governos do Brasil e da Bolívia declaram extinta a Comissão Mista a que se refere o Tratado sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, de 25 de fevereiro de 1938, sem efeito, tôdas as disposições relativas a Sociedades Mistas de exploração de petróleo, previstas no aludido Tratado e atos internacionais complementares. As somas investidas nos estudos efetuados pela extinta Comissão Mista e o valor dos estudos entregues pela Bolívia à mesma serão reembolsados a ambos os países, em dólares norte-americanos de livre conversibilidade e por intermédio do Govêrno da Bolívia, pelas emprêsas que venham a operar nas Áreas "A" e "B", proporcionalmente à área ou áreas pelas mesmas obtidas.

XVII

As estipulações precedentes interpretam fiel e cabalmente o Tratado sôbre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, de 25 de fevereiro de 1938, e seus instrumentos complementares, ajustando-os às atuais circunstâncias e tomam, portanto, sem efeito suas disposições em tudo aquilo que não haja sido expressamente previsto e atualizado pela presente Nota Reversal.

3. Esta Nota e a Reversal de Vossa Excelência, do mesmo teor, constituem acôrdo formal entre ambos os Govemos e entram em vigor nesta data. Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

À Sua Excelência o Senhor Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores e Culto.

Acordos de Roboré
Nota Reversal Número 7
Missão Especial dos Estados Unidos do Brasil
La Paz, em 29 de março de 1958

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com o fim de lhe propor que enquanto não se comprovarem reservas recuperáveis e não se obtiver produção de petróleo cru e gás natural que justifiquem economicamente a construção do oleoduto e gasoduto previstos nos artigos XII e XIII da Nota Reversal N.º 6 C/R desta mesma data, e tendo em conta o disposto nos artigos VI, VII e X da mesma Nota, os Governos do Brasil e da Bolívia se comprometam a efetuar estudos completos, por intermédio de seus respectivos órgãos técnicos, no mais breve prazo possível, a fim de formular recomendações conducentes a possibilitar o aproveitamento e transporte, em condições econômicas, dos hidrocarbonetos bolivianos destinados ao mercado brasileiro.

2. Se, em consequência dos estudos realizados pelos aludidos órgãos técnicos, se chegar a conclusões indicando que a estabilidade financeira e econômica das empresas privadas de capitais brasileiros, que operarem na Área "B", possa ser afetada, os Governos do Brasil e da Bolívia procederão entre si a consultas pertinentes, que permitam a adoção de medidas adequadas, com vistas a uma solução de caráter transitório, facultando às mesmas empresas, inclusive, poder vender a terceiros países sua produção de hidrocarbonetos, enquanto não se dispuser de condições econômicas de aproveitamento e transporte para o abastecimento do mercado brasileiro. Essas medidas, de caráter eventual, em caso algum afetarão as disposições fundamentais constantes da Nota Reversal No. 6 C/R, desta mesma data.

3. Muito agradeceria uma resposta de Vossa Excelência, a qual, se afirmativa, constituiria acôrdo formal entre nossos Govêrnos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

À Sua Excelência o Senhor Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores e Culto.